PUBLICIDADE LEGAL

Predial Bier Ullmann S/A.

CNPJ 92.698.240/0001-20 - NIRE 43 3 0002001 1

AVISO: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, os documentos exigidos na vigente lei das sociedades anônimas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28/04/2025 às 9:30 horas, na sede social, sita à Rua Uruguai, 35, 6° andar, nesta capital, ou de forma virtual, em link a ser encaminhado, com a seguinte ORDEM DO DIA. 1º) Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrativo de Resultados, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024, Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários. Outros assuntos de interesse social.

Porto Alegre, 25 de março de 2025.

Claudia Steiner - Matias Meyer da Silva - Diretores

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342

E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

LEIA O QRCODE

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS RENNER S.A.

LOJAS RENNER S.A.

1ª CORPORAÇÃO BRASILEIRA ANO 15 — LREN B3 LISTED NM

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 24 de abril de 2025, às 11h, em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), de modo exclusivamente digital, por meio de participação: (i) via boletim de voto à distância ou (ii) via plataforma eletrônica, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; 6. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 7. eleger os membros do Conselho Fiscal; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** 1. Em atenção ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram publicadas no dia 21 de fevereiro de 2025, no "Jornal do Comércio" (Porto Alegre) – impresso e online. 2. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, depositário central, banco escriturador ou diretamente à Companhia. Orientações detalhadas a respeito do preenchimento e envio dos boletins de voto podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia – Proposta da Administração e nos próprios boletins de voto. 3. Adicionalmente, os acionistas que desejarem participar da AGO virtualmente, por meio de plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, deverão enviar, **impreterivelmente até às 23:59 do dia 22 de abril de 2025**, ao endereço eletrônico acionistas@lojasrenner.com.br, *e-mail* com a solicitação de cadastro, contendo as informações e documentos obrigatórios, a saber: (i) Pessoa física: (a) documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); e (b) documentos que comprovem os poderes de representação, no caso de procurador constituído; (ii) Pessoa Jurídica ou Fundo de Investimento: (a) documento de identidade com foto do seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); (b) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ou, no caso de Fundo de Investimento, o regulamento consolidado e atualizado; e (c) documentos que comprovem os poderes de representação. Em caso de representação por meio de procurador, deverão ser observadas as orientações adicionais, conforme indicado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia – Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. 5. Os acionistas encontrarão todos os documentos e informações necessárias para participação na AGO e melhor entendimento das matérias acima no "Manual para Participação de Acionistas – Proposta da Administração – Assembleia Geral Ordinária" que está no site da Companhia http://lojasrenner.mzweb.com.br/ e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o *e-mail* acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a Área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à AGO.

Porto Alegre, RS, 25 de março de 2025.
Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto
Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ/MF nº: 93.015.006/0001-13 | NIRE: 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na Sede Social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente

Ivo José Zaffari
Diretor Superintendente

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D
Companhia Aberta - CNPJ nº 08.467.115/0001-00
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia"), na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2024.

Porto Alegre, 27 de março de 2025
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

equatorial

PUBLICIDADE LEGAL

FORJASUL CANOAS S/A – IND. METALÚRGICA

CNPJ 88.313.853/0001-24 – NIRE 43300003621 – Canoas, RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Ficam os acionistas de **Forjasul Canoas S/A Indústria Metalúrgica**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Tupi, 200, Bairro Igara, em Canoas/RS, CEP 92.410-310, CONVOCADOS para Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia 10 de abril de 2025, às 14:00 hrs, na sede social da Companhia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2) Deliberar e destinar o resultado desse exercício social; 3) Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e, 4) Eleição do Conselho Fiscal.

Canoas/RS, 27 de março de 2025. **Roberto João Manfroi – Presidente do Conselho de Administração.**

SETAPAR S/A

CNPJ 93.138.204.0001-74 • NIRE 43300030482

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Contexto operacional e desempenho:** A SETAPAR S.A. é uma holding de capital fechado que atua no mercado por meio de suas empresas controladas em diferentes segmentos entregando soluções naturais oriundas de diversas espécies vegetais, alinhada com rigorosos padrões de responsabilidade social, ambiental e econômica. A unidade localizada em Rio Grande atua na produção e comercialização de cavacos de madeira para atender a produção de celulose e energia no mercado global. A unidade de Estância Velha, por sua vez, produz e comercializa a já tradicional linha de taninos vegetais, naturais e modificados, bem como taninos sintéticos e especialidades químicas, todos voltados para atender o mercado mundial de curtimento e recurtimento, além de outros produtos naturais que tem o tanino como base, voltados para os mercados de nutrição animal, tratamento de águas e efluentes, adesivos, bebidas, entre outros. Em 2024, a demanda por cavacos de madeira se manteve abaixo da expectativa e os preços da matéria prima casca de acácia negra e da madeira se mantiveram elevados. Este cenário desafiador impactou de forma negativa o resultado da companhia no período. Além disso, em consequência da enchente que assolou o Estado do Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024, a companhia sofreu uma queda no abastecimento de casca de acácia negra na Seta S.A. e registrou uma perda de parte do estoque de madeira na Mita Ltda.. Aliada a questão do aumento de custos e redução na demanda, a economia mundial e o cenário político interno continuaram impactando os processos da companhia, diante dos efeitos de novas exigências legais e tributárias. A manutenção e a demanda por novas certificações para atender o mercado internacional, também contribuiu para o aumento dos custos internos. Na busca constante em potencializar a versatilidade da matéria prima florestal, a unidade de Estância Velha manteve seus esforços voltados para a pesquisa e desenvolvimento de novos usos e aplicações para os tanino e polifenóis naturais extraídos da casca da acácia negra para diferentes segmentos, buscando atender cada vez melhor os atuais mercados, assim como conquistar novos nichos. A companhia continua investindo no fomento da acacicultura como forma de renovar os maciços florestais e garantir a disponibilidade de matéria prima para os próximos ciclos, fornecendo mudas de acácia negra e insumos diretamente para os produtores rurais ou por meio de Prefeituras, disponibilizando assistência técnica com equipe especializada. Em relação aos processos e às operações internas, a administração segue priorizando a segurança e a vida das pessoas, implantando programas de conscientização e de melhorias, priorizando investimentos que tragam retorno, mas sobretudo, que melhorem a segurança e o bem estar dos colaboradores. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio. Aos nossos mais de 270 colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia. Estância Velha/RS, 17 de março de 2025. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em reais)

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**2.258.774**	41.288	**33.645.156**	19.218.875
Clientes	6	**-**	-	**14.060.096**	9.593.458
Impostos a recuperar	7	**306**	-	**6.191.826**	7.296.518
Estoques	8	**-**	-	**89.079.711**	140.061.038
Adiantamentos a fornecedores		**-**	-	**5.015.905**	5.852.794
Dividendos a receber	9	**167.374**	586.489	**-**	-
Outras contas a receber		**-**	-	**54.821**	188.176
Despesas do exercício seguinte		**-**	-	**494.846**	537.925
Total do ativo circulante		**2.426.454**	627.777	**148.542.361**	182.748.784
Não circulante					
Depósitos judiciais	16	**-**	-	**1.829.455**	1.872.611
Imóveis a comercializar		**-**	-	**1.233.749**	2.161.749
Impostos a recuperar	7	**-**	-	**504.938**	763.630
Impostos diferidos	17	**-**	-	**13.564.814**	11.507.707
Adiantamentos a fornecedores		**-**	-	**270.485**	249.735
Outras contas a receber		-	-	**185.790**	201.228
Investimentos	9	**209.348.569**	214.880.196	**-**	-
Imobilizado	10	**-**	-	**67.971.518**	66.546.265
Ativo biológico	11	**-**	-	**9.032.025**	9.074.088
Intangível	12	**-**	-	**238.620**	313.300
Total do ativo não circulante		**209.348.569**	214.880.196	**94.831.394**	92.690.313
Total do ativo		**211.775.023**	215.507.973	**243.373.755**	275.439.097

Passivo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores	13	**-**	-	**2.469.687**	3.846.226
Empréstimos e financiamentos	14	**-**	-	**-**	20.002.396
Obrigações sociais trabalhistas		**2.675**	2.485	**3.838.288**	3.741.661
Obrigações tributárias	15	**1.107**	513	**1.702.644**	1.949.930
Adiantamentos de clientes		**-**	-	**4.206.996**	9.858.146
Venda para entrega futura		**-**	-	**1.044.738**	3.528.531
Outras contas a pagar		**1.571.022**	1.571.022	**2.799.766**	2.046.628
Dividendos	18	**196**	196	**33.247**	108.425
		1.575.000	1.574.216	**16.095.366**	45.081.943
Não circulante					
Provisão para contingências	16	**-**	-	**11.018.203**	10.102.440
Impostos diferidos	17	**1.154.131**	1.154.131	**1.154.131**	1.154.131
		1.154.131	1.154.131	**12.172.334**	11.256.571
Patrimônio líquido	18				
Capital social		**92.011.269**	92.011.269	**92.011.269**	92.011.269
Reservas de lucros		**115.228.708**	118.924.629	**115.228.708**	118.924.629
Reserva de reavaliação		**1.805.915**	1.843.728	**1.805.915**	1.843.728
Total do patrimônio líquido		**209.045.892**	212.779.626	**209.045.892**	212.779.626
Dos acionistas não controladores		**-**	-	**6.060.163**	6.320.957
		209.045.892	212.779.626	**215.106.055**	219.100.583
Total do passivo e patrimônio líquido		**211.775.023**	215.507.973	**243.373.755**	275.439.097

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em reais)

Eventos	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Lucros a realizar	Reserva de lucros: Investim. e capital de giro	Reserva de lucros: À disposição da assembleia	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Particip. dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	92.011.269	3.126.200	43.619.276	69.804.693	10.498.197	1.881.541	-	220.941.176	6.297.393	227.238.569
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(8.223.296)	(8.223.296)	377.965	(7.845.331)
Realização de reserva	-	-	-	-	-	(37.813)	99.559	61.746	2.023	63.769
Destinações do resultado:										
Reserva de lucros a realizar	-	-	(8.123.737)	-	-	-	8.123.737	-	-	-
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	10.498.197	(10.498.197)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(250.112)	(250.112)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(106.312)	(106.312)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	92.011.269	3.126.200	35.495.539	80.302.890	-	1.843.728	-	212.779.626	6.320.957	219.100.583
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.795.480)**	**(3.795.480)**	**86.418**	**(3.709.062)**
Realização de reserva	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(37.813)**	**99.559**	**61.746**	**2.023**	**63.769**
Destinações do resultado:										
Reserva de lucros a realizar	**-**	**-**	**(3.695.921)**	**-**	**-**	**-**	**3.695.921**	**-**	**-**	**-**
Dividendos adicionais distribuídos em controlada	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(318.896)**	**(318.896)**
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	**(30.339)**	**(30.339)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**92.011.269**	**3.126.200**	**31.799.618**	**80.302.890**	**-**	**1.805.915**	**-**	**209.045.892**	**6.060.163**	**215.106.055**

Demonstrações dos resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita líquida das vendas	19	**-**	-	**220.172.866**	221.858.576
Custos dos produtos vendidos		**-**	-	**(179.959.317)**	(183.028.584)
Lucro bruto		**-**	-	**40.213.549**	38.829.992
Despesas com vendas		**-**	-	**(25.436.483)**	(25.986.394)
Desp. gerais e administrativas		**(141.270)**	(173.453)	**(20.292.925)**	(19.939.159)
Resultado de equiv. patrimonial	9	**(3.666.534)**	(10.289.648)	**-**	-
Outros resultados operacionais	21	**-**	3.394.502	**(4.799.600)**	(11.004.008)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(3.807.804)**	(7.068.599)	**(10.315.459)**	(18.099.569)
Resultado financeiro	20	**12.324**	(566)	**5.388.876**	644.646
Resultado antes das provisões		**(3.795.480)**	(7.069.165)	**(4.926.583)**	(17.454.923)
Imp. de renda e contrib. social	17	**-**	-	**(775.817)**	(1.136.483)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	**-**	(1.154.131)	**1.993.339**	10.746.075
Prejuízo líquido do exercício		**(3.795.480)**	(8.223.296)	**(3.709.061)**	(7.845.331)
Atribuível aos acionistas não controladores		**-**	-	**(86.419)**	(377.965)
Atribuível aos acionistas controladores		**(3.795.480)**	(8.223.296)	**(3.795.480)**	(8.223.296)
Prejuízo líq. por ação (em reais)		**(0,13)**	(0,28)	**(0,13)**	(0,28)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Prejuízo líquido do exercício	**(3.795.480)**	(8.223.296)	**(3.795.480)**	(8.223.296)
Resultado abrangente total do exercício	**(3.795.480)**	(8.223.296)	**(3.795.480)**	(8.223.296)
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	-	**(86.419)**	(377.965)
Atribuível aos acionistas controladores	**(3.795.480)**	(8.223.296)	**(3.881.899)**	(8.601.261)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(3.795.480)**	(7.069.165)	**(4.926.583)**	(17.454.923)
Ajustes em:				
Depreciação, amort. e exaustão	**-**	-	**7.741.732**	7.441.498
Equivalência patrimonial	**3.666.534**	10.289.648	**-**	-
Resultado na venda/baixa de imobilizado/intangível	**-**	-	**1.083.196**	2.211.040
Resultado na venda/baixa de investimentos	**-**	(3.394.502)	**28.039**	(3.394.502)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**-**	-	**24.157**	10.980
Provisão para contingências	**-**	-	**915.763**	2.958.028
Encargos sobre empréstimos	**-**	-	**1.105.618**	42.908
Variação de ativos e passivos:				
Clientes	**-**	-	**(4.490.795)**	10.187.379
Impostos a recuperar	**(306)**	635	**1.363.384**	668.017
Estoques	**-**	-	**50.981.327**	(44.369.366)
Adiantamento a fornecedores	**-**	-	**816.139**	(663.147)
Outras contas a receber	**-**	-	**148.793**	145.334
Despesas do exercício seguinte	**-**	-	**43.079**	(101.764)
Depósitos judiciais	**-**	-	**43.156**	(171.892)
Fornecedores	**-**	-	**(1.376.538)**	(3.156.027)
Obrigações sociais trabalhistas	**190**	50	**96.627**	3.639
Obrigações tributárias	**594**	26	**(248.863)**	199.524
Adiantamentos de clientes	**-**	-	**(5.651.150)**	9.534.996
Vendas para entrega futura	**-**	-	**(2.483.793)**	3.528.531
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	**(774.240)**	(3.588.174)
Outras contas a pagar	**-**	-	**753.138**	(363.266)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**(128.468)**	(173.308)	**45.192.186**	(36.331.187)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Divid. recebidos de controladas	**2.345.954**	3.593.840	**6.923.018**	6.298.322
Aquisições de imobilizado	**-**	-	**(9.121.971)**	(8.693.535)
Aquisições de ativo biológico	**-**	-	**(1.289.176)**	(3.077.323)
Aquisições de intangível	**-**	-	**-**	(31.678)
Recebimento na venda de investimentos	**-**	-	**900.000**	(200.000)
Recebimento na venda de imobilizado e intangível	**-**	-	**277.709**	322.654
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	**2.345.954**	3.593.840	**(2.310.420)**	(5.381.560)
Fluxos de caixa gerado pelas atividades de financiamento				
Dividendos pagos	**-**	(3.438.721)	**(7.347.471)**	(10.060.044)
Contratação de financiamentos	**-**	-	**-**	30.124.803
Liquidação de financiamentos	**-**	-	**(21.108.014)**	(10.165.315)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**-**	(3.438.721)	**(28.455.485)**	9.899.444
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**2.217.486**	(18.189)	**14.426.281**	(31.813.303)
Caixa e equivalentes de caixa início do período	**41.288**	59.477	**19.218.875**	51.032.178
Caixa e equivalentes de caixa final do período	**2.258.774**	41.288	**33.645.156**	19.218.875

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Setapar S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Primeiro de Maio, 1109, Bairro das Rosas em Estância Velha - RS, fundada em 19/10/1989, tem como atividade preponderante a participação no capital de outras sociedades. **Impacto das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul** - Na última semana de abril e na primeira quinzena de maio de 2024, eventos climáticos adversos, especificamente chuvas intensas e alagamentos, atingiram o Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia, não sofreu prejuízos materiais ou financeiros relevantes, suas instalações não foram afetadas de forma substancial e não houve interrupção nas atividades administrativas ou financeiras. A Controlada Mita Ltda registrou uma perda parcial dos estoques armazenados na cidade de Rio Grande em torno de 5,5% do total do saldo de estoques de final de 2023, e a controlada Seta teve uma queda no fornecimento de matéria-prima de cerca de 15% na controlada Seta S/A. O Grupo adotou medidas para mitigar esses efeitos e garantir a continuidade das operações. As perdas foram devidamente ajustadas nas demonstrações financeiras, sem comprometer a situação financeira global do Grupo.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 17 de março de 2025.

3. Principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Estoques - Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: *Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção* - custo de aquisição segundo o custo médio. *Produtos acabados e em elaboração* - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. e) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. f) Ativo Biológico - Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra, estão registrados pelo valor de custo incorrido, o qual substancialmente representa o valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado. g) Reconhecimento da receita - O CPC 11- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Venda de produtos* - A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente. *Receita de juros* - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. h) Tributárias - *Impostos sobre vendas* - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. *Imposto de renda e contribuição social* - O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos* - Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Empresa tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. i) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. j) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos **são** diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas). l) Consolidação - As demonstrações financeiras consolidadas, no ano de 2024 e 2023, compreendem as demonstrações financeiras das Empresas controladas relacionadas abaixo:

Razão social		Participação 2024 Direta	Participação 2024 Indireta	Participação 2023 Direta	Participação 2023 Indireta
Seta S.A.	Controlada	**96,83%**	-	**96,83%**	-
Mita Ltda	Controlada	**99,97%**	-	**99,97%**	-
Agroseta S.A.	Controlada	**31,93%**	**62,29%**	**31,93%**	**62,29%**
Curtidora Aquila S.A.	Controlada	-	-	-	**99,99%**

A controlada Curtidora Aquila S.A. foi baixada definitivamente em 02 de dezembro de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as normas expedidas pelo CPC. Para a consolidação, os seguintes critérios foram adotados: (i) eliminação das participações entre empresas incluídas na consolidação e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial; (ii) eliminação dos resultados provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos e (iii) o valor da participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício. m) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Provisão para créditos de liquidação duvidosa* - É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. *Provisões para litígios* - A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda, contribuição social diferidos* - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo foi calculado com base nas diferenças temporárias e a realização das reservas de reavaliação do ativo imobilizado.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e bancos	**6.479**	947	**255.791**	86.235
Aplicações financeiras	**2.252.295**	40.341	**32.557.701**	7.368.355
Cambiais disponíveis	**-**	-	**831.664**	11.764.285
Total	**2.258.774**	41.288	**33.645.156**	19.218.875

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 4 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 100%. As cambiais disponíveis totalizam US$134.319 de dólares americanos (US$2.430.286 em 2023).

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

6. Clientes:

Composição dos Saldos	Consolidado 2024	2023
Mercado interno	**5.099.578**	1.876.715
Mercado externo	**9.798.500**	8.530.568
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(837.982)**	(813.825)
Total	**14.060.096**	9.593.458

Vencimento das duplicatas	Consolidado 2024	2023
A vencer	**10.316.565**	8.495.845
Vencidas até 30 dias	**1.495.433**	172.170
Vencidas de 31 a 180 dias	**1.410.116**	111.618
Vencidas de 181 a 360 dias	**27.607**	10.980
Vencidas a mais de 360 dias	**810.375**	802.845
Total	**14.060.096**	9.593.458

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Créditos de liquidação duvidosa - Consolidado	
Saldo em 31/12/2023	813.825
Baixa de provisão	**(3.450)**
Complemento de provisão	**27.607**
Saldo em 31/12/2024	**837.982**

7. Impostos a recuperar

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Imposto de renda	**306**	-	**1.262.167**	1.214.832
Contribuição social	**-**	-	**403.158**	451.270
ICMS	**-**	-	**1.044.569**	1.194.972
ICMS sobre ativo imobilizado	**-**	-	**1.285.638**	1.541.594
IPI	**-**	-	**7.847**	41.508
PIS/COFINS	**-**	-	**2.385.735**	3.046.549
Outros impostos	**-**	-	**307.650**	569.423
Total	**306**	-	**6.696.764**	8.060.148
Ativo circulante	**306**	-	**6.191.826**	7.296.518
Ativo não circulante	**-**	-	**504.938**	763.630

Os saldos de ICMS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários e são compensados com débitos próprios. O ICMS s/ativo imobilizado é compensado na razão de 1/48 avos ao mês com o ICMS a recolher. Os saldos de IPI, PIS e COFINS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários, e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF. Os saldos de IRPJ e CSLL correspondem a antecipações destes tributos superiores ao valor devido apurado ao final do exercício.

8. Estoques

	Consolidado 2024	2023
Matérias-primas e mat. secundário	**15.083.586**	46.800.941
Produtos acabados e elaboração	**71.917.608**	91.337.239
Outros	**2.078.517**	1.922.858
Total	**89.079.711**	140.061.038

9. Investimentos: Dados dos investimentos

Participações em controladas	Seta S.A.	Mita Ltda	Agroseta S.A.
Quantidade ações/cotas	143.500.000	4.500.000	75.897.660
Valor do patrimônio líquido	106.632.838	91.527.481	45.736.813
Resultado do exercício	(1.269.668)	(3.142.925)	2.207.443
Ativo	123.707.310	120.656.588	48.527.043
Percentuais de participação	96,8276%	99,9667%	31,9253%

Movimentação dos investimentos

	Seta S.A.	Mita Ltda	Agroseta S.A.	Total
Saldo no início do exercício	104.417.632	94.638.850	15.823.714	214.880.196
Equivalência patrimonial	**(1.229.389)**	**(3.141.877)**	**704.732**	**(3.666.534)**
Dividendos recebidos	**-**	**-**	**(1.759.465)**	**(1.759.465)**
Dividendos propostos	**-**	**-**	**(167.374)**	**(167.374)**
Prov. Impostos reserva reavaliação	**61.746**	**-**	**-**	**61.746**
Saldo no final do exercício	**103.249.989**	**91.496.973**	**14.601.607**	**209.348.569**

Seta S.A. - A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de extratos tanantes, produtos químicos, exploração do florestamento e reflorestamento, bem como, a industrialização e comércio de produtos florestais. Mita Ltda. - A Sociedade tem por objeto a transformação de toras de madeira em lascas. Suas operações estão concentradas em aquisição de toras de madeira, transformação das mesmas em lascas e a sua exportação. Agroseta S.A. - A sociedade dedica-se principalmente à exploração da atividade agropecuária em todas as suas modalidades, em especial a acacicultura e a comercialização dos seus produtos.

10. Imobilizado: 10.1. Composição

Consolidado

	2024 Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	2023 Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
Imóveis e obras civis	**40.347.911**	**(15.657.208)**	**24.690.703**	39.515.508	(14.757.605)	24.757.903
Equip. e instalações industriais	**91.960.585**	**(55.593.786)**	**36.366.799**	85.627.504	(50.782.603)	34.844.901
Equip. e instalações de escritório	**1.906.378**	**(1.393.585)**	**512.793**	1.845.470	(1.296.713)	548.757
Equip. processamento de dados	**2.732.388**	**(1.767.995)**	**964.393**	2.591.712	(1.374.204)	1.217.508
Veículos	**8.708.800**	**(5.352.089)**	**3.356.711**	8.089.730	(4.023.862)	4.065.868
Imobilizações em andamento	**2.080.119**	**-**	**2.080.119**	1.111.328	-	1.111.328
Total	**147.736.181**	**(79.764.663)**	**67.971.518**	138.781.252	(72.234.987)	66.546.265

10.2. Movimentação do imobilizado

Consolidado	2023 31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	31/12/2023	2024 Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	31/12/2024
Imóveis e obras civis	24.832.359	23.125	(381)	832.486	(929.686)	24.757.903	**97.567**	**-**	**788.102**	**(952.869)**	**24.690.703**
Equip. e inst. industriais	35.168.953	4.134.903	(109.291)	374.707	(4.724.371)	34.844.901	**5.724.356**	**(27.627)**	**720.418**	**(4.895.249)**	**36.366.799**
Equip. e inst. de escritório	605.464	56.034	-	-	(112.742)	548.756	**60.909**	**-**	**-**	**(96.873)**	**512.792**
Equip. proces. de dados	1.034.915	633.868	(77.843)	-	(373.431)	1.217.509	**142.758**	**(2.039)**	**-**	**(393.834)**	**964.394**
Veículos	3.419.224	1.859.932	-	-	(1.213.287)	4.065.869	**619.070**	**-**	**-**	**(1.328.227)**	**3.356.712**
Imobilizações em andamento	332.847	1.985.673	-	(1.207.193)	-	1.111.327	**2.477.311**	**-**	**(1.508.520)**	**-**	**2.080.118**
Total	65.393.762	8.693.535	(187.515)	-	(7.353.517)	66.546.265	**9.121.971**	**(29.666)**	**-**	**(7.667.052)**	**67.971.518**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis. O imobilizado em andamento refere-se à aquisição de equipamentos e instalações industriais, com expectativa de término para março de 2025. Em 2024 a controlada Seta S/A transferiu de imobilizado em andamento para máquinas e instalações industriais o valor de R$272.688 e para imóveis e obras civis o valor de R$90.929 referente a melhorias no seu parque fabril de Estância Velha. A controlada Mita Ltda transferiu de imobilizado em andamento em 2024 para imóveis e obras civis o valor de R$697.173 e para equipamentos e instalações industriais o valor de R$447.730 referente a melhorias no seu parque fabril de Rio Grande. Totalizando a capitalização de R$1.508.520 de imobilizado em andamento. Os componentes do imobilizado mantiveram sua vida **útil** de maneira uniforme durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, com aplicação de seguintes taxas pelo método linear:

Imóveis e obras civis	4% ao ano
Equipamentos e instalações industriais	10% ao ano
Equipamentos e instalações de escritório	10% ao ano
Equipamentos de processamento de dados	10% ao ano
Veículos	20% ao ano

11. Ativo Biológico:

Consolidado	31/12/2022	2023 Adições	Baixas	31/12/2023	2024 Adições	Baixas	31/12/2024
Florestas	8.106.407	2.842.746	(2.346.180)	8.602.973	**1.203.915**	**(1.331.239)**	**8.475.649**
Arrendamento rural	236.538	234.577	-	471.115	**85.261**	**-**	**556.376**
Total	8.342.945	3.077.323	(2.346.180)	9.074.088	**1.289.176**	**(1.331.239)**	**9.032.025**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo biológico foi mantido pelo seu custo, uma vez que a melhor estimativa do valor justo se aproxima ao valor de custo incorrido, adicionalmente a Companhia não identificou a existência de indicadores de "*impairment*".

12. Intangível: 12.1. Composição

Consolidado

Descrição	2024 Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido	2023 Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido
Marcas e Patentes	**63.179**	**-**	**63.179**	63.179	-	63.179
Sist. de informática	**2.307.958**	**(2.132.517)**	**175.441**	2.307.957	(2.057.836)	250.121
Total	**2.371.137**	**(2.132.517)**	**238.620**	2.371.136	(2.057.836)	313.300

12.2. Movimentação do intangível

Consolidado

	31/12/2022	Adições	2022 Amortização	31/12/2023	2023 Amortização	31/12/2023
Marcas e Patentes	63.179	-	-	63.179	**-**	**63.179**
Sist. de Informática	306.424	31.678	(87.981)	250.121	**(74.680)**	**175.441**
Total	369.603	31.678	(87.981)	313.300	**(74.680)**	**238.620**

A amortização de sistemas de informática foi calculada pelo método linear, com aplicação da taxa de 20% ao ano.

13. Fornecedores

Consolidado	2024	2023
Fornecedores nacionais	**2.322.553**	3.281.119
Fornecedores internacionais	**147.134**	565.107
Total	**2.469.687**	3.846.226

Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os saldos referentes a fornecedores do exterior estão valorizados e ajustados às taxas cambiais do dia do fechamento do balanço.

14. Empréstimos e financiamentos

Consolidado	Encargos	Vencimento	2024	2023
Pré-Pagamento de Exportação	7,35% a.a	19/07/2024	**-**	20.002.396
Circulante			**-**	20.002.396

Os empréstimos e financiamentos contratados a uma taxa de juros de 7,35% a.a., acrescidos da variação cambial do dólar americano e com vencimento em julho de 2024 foram liquidados antecipadamente em abril de 2024.

15. Obrigações tributárias

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Contribuição social	**-**	-	**19.613**	18.036
ICMS	**-**	-	**39.234**	4.933
ISSQN	**-**	-	**10.304**	19.727
IRRF	**-**	-	**773.627**	738.180
PIS/COFINS	**572**	16	**29.794**	14.222
PIS/COFINS/CSLL retido	**-**	-	**14.964**	21.050
IOF	**-**	-	**34.747**	59.851
INSS	**535**	497	**575.106**	878.382
FGTS	**-**	-	**205.255**	195.549
Total	**1.107**	513	**1.702.644**	1.949.930

16.Provisão para contingências e depósitos judiciais: Consolidado - Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

	2023	Adições /baixas	2024
Cíveis	9.317.516	**(239.823)**	**9.077.693**
Trabalhistas	784.924	**1.155.586**	**1.940.510**
Total	10.102.440	**915.763**	**11.018.203**

O principal processo civil provisionado se refere a uma ação proposta na década de noventa por empresa de representação comercial que atendia as vendas de tanino da controlada Seta S/A. O processo foi julgado procedente, ocorrendo, em 2017, o pagamento de parte do montante requerido no processo. O processo teve continuidade para a discussão do critério de atualização monetária do saldo devedor executado, sendo que o valor de correção monetária de provável pagamento pela Companhia está estimado em R$8.162.853 em 31 de dezembro de 2024. O valor relacionado a adições de processos trabalhistas se refere a provisão de sete processos que estão em andamento na controlada Seta S/A. Os processos avaliados como perda "possível" estão abaixo demonstrados:

	2024	2023
Cíveis	**3.009.875**	2.533.685
Trabalhistas	**150.000**	-
Tributário	**2.003.390**	654.535

Os processos tributários referem-se substancialmente a matéria de créditos de PIS e COFINS. O processo cível avaliado como perda possível totaliza R$ 3.009.875 em 2024 e refere-se a sucumbência de um processo de 1995 referente negociação de compra/venda de terras na controlada Agroseta S/A. Em relação ao posicionamento adotado pelo STF no julgamento dos Temas 881 e 885, informamos que mesmo após o êxito obtido em ação ordinária em relação a contribuição ao INCRA, a companhia nunca deixou de recolher os valores devidos, portanto, não há risco envolvido em relação ao Tema. As controladas são parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Depósitos judiciais - As controladas efetuaram depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:

	Consolidado 2024	2023
Cíveis	**710.591**	743.866
Trabalhistas	**289.438**	297.266
Tributários	**829.426**	831.479
Total	**1.829.455**	1.872.611

Os depósitos referem-se substancialmente a processos cíveis, trabalhistas e tributários em que as controladas optaram por entrarem com recurso em instância superior para discutir os pedidos julgados procedentes ao reclamante.

17.Imposto de renda e contribuição social: Consolidado - (a)*Impostos diferidos:* o imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados de diferenças temporárias diversas. O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são reconhecidos pois há expectativa de geração de resultado tributável futuro em montante suficiente para a utilização de tais valores.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos fiscais diferidos		
Provisões para contingências	**3.746.189**	3.426.021
Resultado diferido - CPC 47	**352.170**	191.925
Outras provisões	**421.099**	170.745
Prejuízos fiscais	**12.403.718**	11.141.072
Imposto de renda e contribuição social diferido (ativo)	**16.923.176**	14.929.763
Passivos fiscais diferidos		
Deságio sobre investimento	**(1.154.131)**	(1.154.131)
Reserva de reavaliação	**(127.321)**	(191.089)
Depreciação Lei 12.913/14	**(3.231.041)**	(3.230.967)
Imposto de renda e contribuição social diferido (passivo)	**(4.512.493)**	(4.576.187)
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido	**12.410.683**	10.353.576
Agroseta	**4.041.411**	4.337.882
Seta	**3.351.504**	2.660.055
Mita	**6.171.899**	4.509.770
Ativo diferido	**13.564.814**	11.507.707
Setapar	**(1.154.131)**	(1.154.131)
Passivo diferido	**(1.154.131)**	(1.154.131)
Diferido líquido	**12.410.683**	10.353.576

(b) *Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva* - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo contábil antes dos impostos	**(4.926.583)**	(17.454.923)
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais	**1.675.038**	5.934.674
Efeito dos impostos sobre:		
Despesas não dedutíveis	**(432.714)**	(746.810)
Compensação de prejuízos fiscais	**-**	553.580
Imposto diferido s/ prejuízo fiscal de exercícios anteriores	**-**	4.053.854
Outros efeitos	**(24.802)**	(185.706)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**1.217.522**	9.609.592
Alíquota efetiva %	**25%**	55%
Corrente	**(775.817)**	(1.136.483)
Diferido	**1.993.339**	10.746.075

18. Patrimônio líquido: Capital Social - Pertence a acionistas domiciliados no país e está dividido em 29.693.296 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Reserva de Lucros - A reserva de lucros é composta por: *Reserva legal:* constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76; *Reserva de lucros a realizar:* representa o valor de dividendos obrigatórios sobre os lucros não realizados financeiramente em controladas; *Reserva de investimento e capital de giro:* tem por finalidade assegurar investimentos e capital de giro; *Reserva de lucros à disposição da Assembleia:* reserva de lucros à disposição da assembleia de acionistas para destinação. Reserva de reavaliação - A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de bens do ativo imobilizado no exercício de 2024, líquida de imposto de renda diferido. A Reserva é realizada com base nas depreciações, baixas, estornos ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados. No exercício foi realizada a parcela do saldo dessa reserva anteriormente constituída no montante de R$99.559 e o respectivo imposto diferido de R$61.746. Dividendos - O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

19. Receita líquida

	Consolidado 2024	2023
Receita bruta mercado interno	**29.689.896**	18.607.401
Receita bruta mercado externo	**197.442.824**	207.656.179
Impostos	**(6.197.214)**	(4.392.111)
Devoluções	**(762.640)**	(12.893)
Receita líquida	**220.172.866**	221.858.576

20. Resultado financeiro

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	**-**	-	**(2.639.062)**	(5.497.990)
Variações cambiais	**-**	-	**(3.603.336)**	(8.214.062)
Outras despesas financeiras	**(991)**	(953)	**(1.241.859)**	(1.174.997)
Total	**(991)**	(953)	**(7.484.257)**	(14.887.049)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicação financeira	**13.315**	340	**2.186.683**	1.066.134
Variações cambiais	**-**	-	**8.285.232**	9.675.002
Juros ativos	**-**	-	**2.214.541**	4.387.128
Outras receitas financeiras	**-**	47	**186.677**	403.431
Total	**13.315**	387	**12.873.133**	15.531.695
Resultado financeiro	**12.324**	(566)	**5.388.876**	644.646

21. Outros resultados operacionais

	Consolidado 2024	2023
Outras despesas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**(313.104)**	(183.904)
Alienação de investimentos	**(928.000)**	-
Baixa por obsolescência	**-**	(6.556)
Fomento florestal	**(4.290.176)**	(6.909.634)
Outras despesas operacionais	**(686.563)**	(8.165.653)
Total	**(6.217.843)**	(15.265.747)
Outras receitas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**302.709**	322.655
Alienação de investimentos	**900.000**	-
Compra vantajosa	**-**	3.394.502
Outras receitas operacionais	**215.534**	544.582
Total	**1.418.243**	4.261.739
Outros resultados operacionais	**(4.799.600)**	(11.004.008)

Em novembro de 2024, a controlada Seta S/A alienou um imóvel na cidade de Estância Velha/RS pelo valor de R$900.000. As Controladas Seta e Mita investiram R$4.290.176 no plano de Fomento Florestal em 2024 para promover o desenvolvimento da acacicultura apoiando o produtor com orientação técnica e subsidiando a aquisição de mudas e insumos necessários ao plantio, garantindo assim o fornecimento de matérias-primas para os próximos anos.

22. Gestão de risco financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Administração se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. a) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A política de crédito da Companhia e suas controladas considera o nível de risco que está disposto a aceitar no curso normal dos seus negócios. A diversificação da sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são os procedimentos adotados para minimizar os problemas de possíveis inadimplências em suas contas a receber. b) Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa suficiente e investimentos de curto prazo, a disponibilidade de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições no mercado. c) Risco de moeda - O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das contas a receber e a pagar está vinculado a esta moeda.

23.Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

24. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas em: 31/12/2024	Importância segurada
Coberturas básicas	**32.606.660**
Incêndios, explosões, fumaça e queda de aeronave	**31.000.000**
Responsabilidade civil	**5.060.0000**
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, e queda de granizo	**300.000**
Danos elétricos	**2.045.000**

Diretoria

Carmen Adriane Schmitz Weiss - Diretora
Lurdes Teresinha Rambo Santarini - Diretora
Viviana A. M. Schröder - Contadora CRC/RS 84.450

O parecer do Conselho Fiscal se encontra à disposição dos acionistas na sede social, em conformidade com o art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/76

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Setapar S.A.**
Estância Velha - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Setapar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O-5

AGROSETA S.A.

CNPJ Nº 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente.**Desempenho econômico-financeiro:** A empresa está voltada à aplicação e otimização de seus recursos financeiros. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia. Estância Velha/RS, 17 de março de 2025. A Administração

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**22.023.457**	3.127
Impostos a recuperar	6	**413.804**	535.844
		22.437.261	538.971
Não circulante			
Depósitos judiciais	10	**124.062**	126.114
Partes relacionadas	7	**21.694.307**	47.101.394
Impostos diferidos	14	**4.041.411**	4.337.882
Imobilizado	8	**230.002**	230.002
		26.089.782	51.795.392
Total do ativo		**48.527.043**	52.334.363

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Obrigações sociais trabalhistas		**4.045**	3.760
Obrigações tributárias	9	**71.771**	92.844
Dividendos a pagar		**525.541**	1.837.546
Partes relacionadas	7	**1.212.827**	-
		1.814.184	1.934.150
Não circulante			
Provisão para contingências	10	**976.046**	835.376
		976.046	835.376
Patrimônio líquido	11		
Capital social		**43.434.946**	43.434.946
Reservas de lucros		**2.301.867**	6.129.891
		45.736.813	49.564.837
Total do passivo e patrimônio líquido		**48.527.043**	52.334.363

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	Nota	2024	2023
Despesas gerais e administrativas		**(455.004)**	(457.998)
Outros resultados operacionais	13	**25.000**	3.800
(Prejuízo) antes do resultado financeiro		**(430.004)**	(454.198)
Resultado financeiro	12	**3.709.734**	5.242.953
Resultado antes das provisões		**3.279.730**	4.788.755
Imposto de renda e contribuição social	14	**(775.817)**	(1.116.403)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	**(296.470)**	4.062.664
Lucro líquido do exercício		2.207.443	7.735.016

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**2.207.443**	7.735.016
Resultado abrangente total do exercício	**2.207.443**	7.735.016

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**3.279.730**	4.788.755
Ajustes em:		
Provisão para contingências	**140.670**	25.911
Variação de ativos e passivos:		
Impostos a recuperar	**122.040**	(418.838)
Depósitos judiciais	**2.052**	-
Partes relacionadas	**26.619.914**	(47.101.394)
Obrigações sociais trabalhistas	**285**	80
Obrigações tributárias	**(22.650)**	(4.433)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(774.240)**	(1.129.438)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**29.367.801**	(43.839.357)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	**(7.347.471)**	(4.341.453)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**(7.347.471)**	(4.341.453)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**22.020.330**	(48.180.810)
Caixa e equivalentes de caixa início do período	**3.127**	48.183.937
Caixa e equivalentes de caixa final do período	**22.023.457**	3.127

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

		Reservas de lucros				
Eventos	**Capital Social**	**Legal**	**Investimento e capital de giro**	**À disposição da Assembleia**	**Lucros acumulados**	**Patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	43.434.946	231.941	194.892	3.110.273	-	46.972.052
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.735.016	7.735.016
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	386.751	-	-	(386.751)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	(1.837.066)	(1.837.066)
Reserva à disposição da assembleia	-	-	-	5.511.199	(5.511.199)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(194.892)	(3.110.273)	-	(3.305.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.434.946	618.692	-	5.511.199	-	49.564.837
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.207.443**	**2.207.443**
Destinações do lucro:						
Reserva legal	**-**	**110.372**	**-**	**-**	**(110.372)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**(524.268)**	**(524.268)**
Dividendos distribuídos	**-**	**-**	**-**	**(5.511.199)**	**-**	**(5.511.199)**
Reserva à disposição da assembleia	**-**	**-**	**-**	**1.572.803**	**(1.572.803)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**43.434.946**	**729.064**	**-**	**1.572.803**	**-**	**45.736.813**

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Agroseta S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida 1º de maio, nº 1111, no Bairro das Rosas, em Estância Velha - RS, fundada em 13 de fevereiro de 1992, tem como atividade preponderante a exploração da agropecuária em todas as suas modalidades, em especial a acacicultura e a comercialização dos seus produtos.

Impacto das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul - Na última semana de abril e na primeira quinzena de maio de 2024, eventos climáticos adversos, especificamente chuvas intensas e alagamentos, atingiram o Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia, não sofreu prejuízos materiais ou financeiros relevantes, suas instalações não foram afetadas de forma substancial e não houve interrupção nas atividades administrativas ou financeiras. Portanto, não há necessidade de ajustes ou provisões nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo anterior. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 17 de março de 2025.

3. Políticas contábeis materiais: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. e) Obrigações tributárias - *Imposto de renda e contribuição social - correntes:* O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000,00 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos:* Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda base negativa da contribuição social, e para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Companhia tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. f) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. g) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas). h) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. *Provisões para litígios:* A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda, contribuição social diferidos:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo sobre as diferenças temporárias foi calculado com base nas diferenças temporárias.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	**5.681**	3.127
Aplicações financeiras	**22.017.776**	-
Total	**22.023.457**	3.127

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha, cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 100% do CDI

6. Impostos a recuperar:

	2024	2023
IRPJ a recuperar	**413.804**	535.844
Total	**413.804**	535.844

Referem-se a antecipações durante o exercício e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF.

7. Partes relacionadas:

	2024	2023
Ativo		
Mita Ltda	**21.694.307**	34.941.954
Seta S/A	**-**	12.159.440
	21.694.307	47.101.394
Passivo		
Seta S/A - Extrativa Tanino de Acácia	**1.212.827**	-

Transações não operacionais - As operações de mútuo com partes relacionadas estão suportadas por contratos entre as partes; sobre estas há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, cujo recolhimento ocorre de forma mensal, e a duração do presente contrato é por tempo indeterminado.

8. Imobilizado: Composição

	2024		2023	
		Valor Contábil		Valor Contábil
	Custo	líquido	Custo	líquido
Terrenos	**230.002**	**230.002**	230.002	230.002

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

9. Obrigações tributárias:

Obrigações tributárias	2024	2023
Contribuição social	**19.613**	18.036
PIS/COFINS	**16.182**	14.206
IRRF	**2.432**	-
IOF	**32.735**	59.851
INSS	**809**	751
Total	**71.771**	92.844

10. Provisão para litígios e depósitos judiciais: Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

Provisão para contingências	2023	Movimento	2024
Trabalhistas	124.062	**-**	**124.062**
Cíveis	711.314	**140.670**	**851.984**
	835.376	**140.670**	**976.046**

A Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos cíveis avaliados como perda possível totalizam R$ 3.009.875 e referem-se a sucumbência de um processo de 1995 referente negociação de compra/venda de terras. A Companhia efetuou depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:

Depósitos judiciais	2024	2023
Trabalhistas	**124.062**	124.062
Tributários	**-**	2.052
	124.062	126.114

11. Patrimônio líquido: a) Capital social - O Capital Social de R$43.434.946 está dividido em 75.897.660 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente a acionistas domiciliados no país. b) Reserva de lucros - A reserva de lucros é composta por: *Reserva legal*: constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76. c) Dividendos - O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. A apuração dos dividendos está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**2.207.443**	7.735.016
Reserva legal	**(110.372)**	(386.751)
Base de cálculo para dividendos	**2.097.071**	7.348.265
Dividendos mínimos (25%)	**524.268**	1.837.066
Dividendo por ação	**0,006**	0,024

12. Resultado financeiro:

	2024	2023
Despesas financeiras		
Juros passivos	**(127.956)**	-
Outras despesas financeiras	**(67.531)**	(8.842)
Total	**(195.487)**	(8.842)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	**1.772.509**	929.605
Juros ativos	**2.083.464**	4.312.718
Outras receitas financeiras	**49.248**	9.472
Total	**3.905.221**	5.251.795
Resultado financeiro líquido	**3.709.734**	5.242.953

13. Outros resultados operacionais

Outros resultados operacionais	2024	2023
Alienação de bem do ativo imobilizado	**25.000**	-
Outras receitas operacionais	**-**	3.800
Total	**25.000**	3.800

14. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social diferido

	2024	2023
Ativos fiscais diferidos		
Provisão contingências	**331.855**	275.218
Prejuízo fiscal e base negativa	**3.709.556**	4.062.664
Total 34%	**4.041.411**	4.337.882

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2024	2023
Lucro contábil antes dos impostos	**3.279.730**	4.788.755
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais	**(1.115.108)**	(1.628.177)
Efeito dos impostos sobre:		
Despesas não dedutíveis	**-**	(4.600)
Compensação com prejuízo fiscal	**-**	553.580
IR/ CSLL diferido constituído no exercício sobre prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores	**-**	4.053.854
Outros efeitos	**42.821**	(28.396)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(1.072.287)**	2.946.261
Alíquota efetiva %	**(33%)**	62%
Corrente	**(775.817)**	(1.116.403)
Diferido	**(296.470)**	4.062.664

Diretoria

Roberto Luz
Diretor Presidente

Carmen Adriane Schmitz Weiss
Diretora

Lurdes Teresinha Rambo Santarini
Diretora

Viviana A. M. Schröder
Contadora CRC/RS 84.450

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Agroseta S.A.
Estância Velha - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agroseta S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O-5

SETA S/A - EXTRATIVA TANINO DE ACÁCIA

CNPJ nº 89.717.268/0001-52 • NIRE 433 0000 2730

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 com as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Contexto operacional e desempenho:** A Seta S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela empresa Setapar S.A. e sua atividade gira em torno da extração de tanino vegetal, oferecendo soluções da natureza para os clientes, tais como produtos para tratamento de águas e efluentes, para a nutrição animal, para o curtimento de couros, adesivos e bebidas. Em 2024, a empresa direcionou esforços para a consolidação do planejamento estratégico, a exemplo da contratação de parcerias para desenvolvimento de novos produtos, novas fontes de matéria prima e novas aplicações para o tanino. A companhia também atuou fortemente na expansão de mercados e na ampliação da carteira de clientes na linha de nutrição animal por meio de parceiros especialistas, no aumento de sua participação no mercado de águas e efluentes, na melhoria e otimização dos seus processos industriais com investimentos em automatização e na qualificação de sua equipe de trabalho. A maior dificuldade enfrentada durante o exercício foi o alto custo de aquisição da matéria prima, decorrente de uma redução da oferta, tornando ainda mais desafiador a busca por resultado. Em paralelo, as chuvas intensas e os alagamentos por conta da enchente que assolou o Estado do Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024 também impactaram na queda do recebimento de matéria-prima. Por outro lado, tornou-se evidente a necessidade de continuar investindo no fomento florestal, compartilhando investimentos e esforços para a renovação do maciço florestal de acácia negra no Estado do Rio Grande do Sul de modo a garantir os próximos ciclos de colheita. A empresa forneceu mudas e insumos diretamente para os produtores rurais ou por meio de Prefeituras, além de ter realizado assistência técnica gratuita, disponibilizando equipe própria especializada. Além disso, a economia mundial, os altos custos do frete internacional, o cenário político interno, o aumento de exigência legais e da carga tributária também são exemplos de impactos negativos nos processos da companhia. Ainda, a demanda constante por novas certificações para atender o mercado mundial, contribuíram para o aumento dos custos internos. A administração segue priorizando a segurança e a vida das pessoas, implantando programas de conscientização e de melhorias, priorizando investimentos que tragam retorno, mas sobretudo, que melhorem a segurança e o bem estar dos colaboradores. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos mais de 170 colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia. Estância Velha/RS, 17 de março de 2025. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1.023.256**	4.302.818
Clientes	6	**9.679.644**	9.565.960
Impostos a recuperar	7	**1.981.263**	2.790.195
Estoques	8	**30.500.846**	38.387.580
Adiantamentos a fornecedores		**699.674**	443.914
Outras contas a receber		**20.782**	114.306
Dividendos a receber	10	**326.554**	1.144.266
Despesas do exercício seguinte		**304.649**	287.478
		44.536.668	57.036.517
Não circulante			
Depósitos judiciais	16	**843.282**	873.795
Partes relacionadas	9	**1.212.827**	3.107.783
Imóveis a comercializar		**1.233.749**	2.161.749
Impostos a recuperar	7	**172.986**	252.464
Impostos diferidos	17	**3.351.504**	2.660.055
Outras contas a receber		**181.700**	188.000
Ativo biológico	12	**9.032.025**	9.074.088
Investimentos	10	**28.488.401**	30.872.789
Imobilizado	11	**34.436.343**	35.584.053
Intangível	13	**217.825**	283.428
		79.170.642	85.058.204
Total do ativo		**123.707.310**	142.094.721

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	14	**1.727.217**	2.388.039
Obrigações sociais trabalhistas		**2.639.841**	2.367.313
Obrigações tributárias	15	**1.075.229**	932.018
Adiantamentos de clientes		**75.012**	68.958
Venda para entrega futura		**1.044.738**	3.528.531
Partes relacionadas	9	**-**	12.159.440
Outras contas a pagar		**468.840**	475.606
Dividendos a pagar	18	**1.438**	1.438
		7.032.315	21.921.343
Não circulante			
Provisão para contingências	16	**10.042.157**	9.225.064
Provisão para perda com controlada	10	**-**	3.109.576
		10.042.157	12.334.640
Patrimônio líquido	18		
Capital social		**62.495.194**	62.495.194
Reservas de lucros		**42.272.560**	43.439.408
Reserva de reavaliação		**1.865.084**	1.904.136
		106.632.838	107.838.738
Total do passivo e patrimônio líquido		**123.707.310**	142.094.721

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	19	**92.552.508**	95.952.382
Custo dos produtos vendidos		**(73.078.765)**	(77.770.613)
Lucro bruto		**19.473.743**	18.181.769
Despesas com vendas		**(9.937.285)**	(10.315.066)
Despesas gerais e administrativas		**(14.065.186)**	(13.149.403)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**1.372.469**	4.917.407
Outros resultados operacionais	21	**(2.212.765)**	(3.027.620)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(5.369.024)**	(3.392.913)
Resultado financeiro	20	**3.471.675**	(1.011.309)
Resultado antes das provisões		**(1.897.349)**	(4.404.222)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	**627.681**	2.321.189
Prejuízo líquido do exercício		**(1.269.668)**	(2.083.033)

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	**(1.269.668)**	(2.083.033)
Resultado abrangente total do exercício	**(1.269.668)**	(2.083.033)

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Prejuízo antes do IR e contrib. social	**(1.897.349)**	(4.404.222)
Ajustes em:		
Depreciação, amortização e exaustão	**3.874.935**	3.848.957
Equivalência patrimonial	**(1.372.469)**	(4.917.407)
Result. na venda/baixa de investimentos	**28.000**	-
Resultado na venda/baixa de imobilizado/intangível	**1.102.569**	2.283.932
Provisão para riscos de créditos	**24.157**	-
Provisão para contingências	**817.093**	2.898.930
Variação de ativos e passivos:		
Clientes	**(137.841)**	(6.409.605)
Impostos a recuperar	**888.411**	807.429
Estoques	**7.886.734**	(2.429.193)
Adiantamentos a fornecedores	**(255.760)**	89.002
Outras contas a receber	**99.824**	12.663
Despesas do exercício seguinte	**(17.171)**	(58.160)
Depósitos judiciais	**30.514**	(170.707)
Partes relacionadas	**(10.264.484)**	12.258.140
Fornecedores	**(660.822)**	637.141
Obrigações sociais trabalhistas	**272.528**	169.121
Obrigações tributárias	**143.210**	(13.135)
Adiantamentos de clientes	**6.054**	(13.411)
Vendas para entrega futura	**(2.483.793)**	3.528.531
Outras contas a pagar	**(6.766)**	15.158
Imposto de renda e contrib. social pagos	**-**	(792.078)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**(1.922.426)**	7.341.086
Fluxos de caixa das ativ. de investimentos		
Aquisições de imobilizado	**(2.663.661)**	(1.122.610)
Aquisições de intangível	**-**	(17.440)
Adições de ativo biológico	**(1.289.176)**	(3.077.323)
Recebimento na venda de investimentos	**900.000**	(200.000)
Recebimento na venda de imobilizado e intangível	**230.709**	139.275
Dividendos recebidos de controladas	**4.577.064**	2.704.482
Fluxo de caixa gerado pelas atividades investimentos	**1.754.936**	(1.573.616)
Fluxos de caixa das ativ. de financiamento		
Dividendos pagos	**-**	(2.279.870)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**-**	(2.279.870)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3.279.562)**	3.487.600
Caixa e equiv. de caixa início do período	**4.302.818**	815.218
Caixa e equiv. de caixa final do período	**1.023.256**	4.302.818
Itens que não afetam o caixa:		
Absorção de prejuízos acumulados em controlada	**(3.112.072)**	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

		Reserva de lucros						
Eventos	**Capital social**	**Legal**	**Lucros a realizar**	**Investimento e capital de giro**	**A disposição da assembleia**	**Reserva de reavaliação**	**Lucros/ Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	62.495.194	5.252.913	322.347	40.235.417	1.463.689	1.943.188	-	111.712.748
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.083.033)	(2.083.033)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	(102.821)	102.821	-
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	63.769	-	63.769
Destinações do resultado:								
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	(1.980.212)	-	-	1.980.212	-
Dividendos distribuídos	-	-	(322.347)	(68.710)	(1.463.689)	-	-	(1.854.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	62.495.194	5.252.913	-	38.186.495	-	1.904.136	-	107.838.738
Prejuízo líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.269.669)**	**(1.269.669)**
Realização de reservas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(102.821)**	**102.821**	**-**
Impostos diferidos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**63.769**	**-**	**63.769**
Destinações do resultado:								
Reserva de investimento e capital de giro	**-**	**-**	**-**	**(1.166.848)**	**-**	**-**	**1.166.848**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**62.495.194**	**5.252.913**	**-**	**37.019.647**	**-**	**1.865.084**	**-**	**106.632.838**

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

1.Informações sobre a Companhia: A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de extratos tanantes e produtos químicos, exploração do florestamento e reflorestamento, bem como, a industrialização e comércio de produtos florestais. **Impacto das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul:** Na última semana de abril e na primeira quinzena de maio de 2024, eventos climáticos adversos, especificamente chuvas intensas e alagamentos, atingiram o Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia foi impactada pela queda de cerca de 15% no fornecimento de matéria-prima. No entanto, apesar dessa redução no fornecimento, a Companhia não sofreu prejuízos materiais ou danos em suas instalações, e as atividades administrativas e operacionais não foram comprometidas. A Companhia adotou medidas corretivas para mitigar os efeitos da escassez de matéria-prima, garantindo a continuidade de suas operações sem interrupções significativas. Não houve impacto negativo substancial nas demonstrações financeiras do período, e não há necessidade de ajustes ou provisões adicionais relacionadas a esse evento.

2.Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

A Companhia possui participação nas Empresas relacionadas abaixo:

Razão social	País	Relação		Participação 31/12/2024	Participação 31/12/2023
Agroseta S.A	Brasil	Direta	Controlada	**62,2877%**	62,2877%
Curtidora Áquila S.A.	Brasil	Direta	Controlada	**-**	99,9987%

A controlada Curtidora Áquila S.A. foi baixada definitivamente em 02 de dezembro de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas por atender aos critérios previstos no parágrafo 10 do CPC 36, a saber: (i) A Companhia é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii)Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Sociedade não são negociados em mercado aberto (bolsas de valores no País ou no exterior ou mercado de balcão - mercado descentralizado de títulos não listados em bolsa de valores ou cujas negociações ocorrem diretamente entre as partes, incluindo mercados locais e regionais); (iii) A Sociedade não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (iv) A controladora final da Sociedade disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A controladora final da Empresa é Setapar S.A. que apresentou demonstrações financeiras consolidadas datada de 17 de março de 2025. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 17 de março de 2025.

3. Políticas contábeis materiais: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria"ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Estoques - Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: *Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção* - custo de aquisição segundo o custo médio. *Produtos acabados e em elaboração* - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. e) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. f) Ativo biológico - Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra, estão registrados pelo valor de custo incorrido, o qual substancialmente representa o valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado. g) Reconhecimento da receita - O CPC 11 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Venda de produtos* - A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente. *Receita de juros* - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. h) Obrigações tributárias - *Impostos sobre vendas* - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. *Imposto de renda e contribuição social* - O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos* - Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Empresa tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. i) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. j) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros e disponíveis para a venda. k) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas). l) Bens destinados a venda - A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O ativo imobilizado não é depreciado quando classificado como mantidos para venda. m) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Provisão para créditos de liquidação duvidosa* - É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. *Provisões para litígios* - A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda, contribuição social diferidos* - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo foi calculado com base na realização das reservas de reavaliação do ativo imobilizado e nas provisões temporárias.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	**191.592**	41.388
Cambiais disponíveis	**831.664**	4.261.430
Total	**1.023.256**	4.302.818

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor. As cambiais disponíveis totalizam US$ 134.319 de dólares americanos (US$ 880.333 em 2023).

6. Clientes

Composição dos Saldos:	2024	2023
Mercado interno	**3.623.684**	1.820.539
Partes relacionadas	**54.177**	17.698
Mercado externo	**6.828.785**	8.530.568
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(827.002)**	(802.845)
Total	**9.679.644**	9.565.960

Vencimento das duplicatas:	2024	2023
A vencer	**7.387.364**	9.282.172
Vencidas até 30 dias	**67.657**	172.170
Vencidas de 31 a 180 dias	**1.397.621**	111.618
Vencidas acima de 180 dias	**827.002**	802.845
Total	**9.679.644**	10.368.805

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Créditos de liquidação duvidosa	
Saldo em 31/12/2023	(802.845)
Baixa de provisão	**3.450**
Complemento de provisão	**(27.607)**
Saldo em 31/12/2024	**(827.002)**

7. Impostos a recuperar	2024	2023
ICMS	**525**	40.528
ICMS s/ativo imobilizado	**462.793**	540.845
IPI	**4.925**	1.117
PIS/COFINS	**1.537.356**	2.226.356
IRPJ e CSLL a recuperar	**107.426**	229.313
Outros Impostos	**41.224**	4.500
Total	**2.154.249**	3.042.659
Ativo circulante	**1.981.263**	2.790.195
Ativo não circulante	**172.986**	252.464

Os saldos de ICMS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários e são compensados com débitos próprios. O ICMS s/ativo imobilizado é compensado na razão de 1/48 avos ao mês com o ICMS a recolher. Os saldos de IPI, PIS e COFINS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários, e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF.

8. Estoques	2024	2023
Matérias-primas e material secundário	**3.282.010**	2.954.158
Produtos acabados	**26.000.889**	34.368.112
Produtos em elaboração	**23.167**	30.543
Outros	**1.194.780**	1.034.767
Total	**30.500.846**	38.387.580

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e outras partes relacionadas.

	2024	2023
Mita Ltda		
Clientes	**54.177**	17.698
Vendas	**5.788.796**	9.330.366
Mútuo		
Curtidora Áquila S.A.	-	3.107.783
Agroseta S.A.	**1.212.827**	(12.159.440)

Transações operacionais - A Companhia realiza transações de compra e venda de mercadorias com base em preços de mercado. Transações não operacionais - As operações de mútuo com partes relacionadas estão suportadas por contratos entre as partes; sobre estas há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, cujo recolhimento ocorre de forma mensal, e a duração do presente contrato é por tempo indeterminado.

10. Investimentos: Dados dos investimentos

Participações em controladas	**Agroseta S.A.**	**Curtidora Áquila S.A.**
Quantidade ações	**75.897.660**	**1.669.909**
Valor do patrimônio líquido	**45.736.813**	**-**
Resultado do exercício	**2.207.443**	**(2.496)**
Ativo	**48.527.043**	**-**
Percentuais de participação	**62,2877%**	**99,9987%**

Movimentação dos investimentos

Participações em controladas	**Agroseta S.A.**	**Curtidora Áquila S.A.**	**Total**
Participações em controladas			
Investimentos	**30.872.789**	**-**	**30.872.789**
Prov. p/ perda com controlada	**-**	**(3.109.576)**	**(3.109.576)**
Saldo no início do exercício	**30.872.789**	**(3.109.576)**	**27.763.213**
Equivalência patrimonial	**1.374.965**	**(2.496)**	**1.372.469**
Baixa de investimento	**-**	**3.112.072**	**3.112.072**
Dividendos pagos	**(3.432.798)**	**-**	**(3.432.798)**
Dividendos propostos	**(326.555)**	**-**	**(326.555)**
Saldo no final do exercício	**28.488.401**	**-**	**28.488.401**
Investimentos	**28.488.401**	**-**	**28.488.401**

A controlada Curtidora Aquila S.A. não possuía operações e portanto a Administração decidiu por fecha-la definitivamente em 02 de dezembro de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

11. Imobilizado:
11.1. Composição

	2024			2023		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Valor Contábil Líquido**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Contábil Líquido**
Imóveis e obras civis	**23.657.046**	**(9.981.916)**	**13.675.130**	23.518.530	(9.448.262)	14.070.268
Equip. e instalações industriais	**59.322.104**	**(40.056.649)**	**19.265.455**	57.301.189	(37.232.970)	20.068.219
Equip. e instalações de escritório	**1.411.959**	**(1.075.490)**	**336.469**	1.372.386	(1.007.525)	364.861
Equip. processamento de dados	**1.895.159**	**(1.199.341)**	**695.818**	1.779.006	(915.303)	863.703
Veículos	**632.271**	**(515.222)**	**117.049**	632.271	(415.269)	217.002
Imobilizações em andamento	**346.422**	**-**	**346.422**	-	-	-
Total	**87.264.961**	**(52.828.618)**	**34.436.343**	84.603.382	(49.019.329)	35.584.053

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

11.2. Movimentação do imobilizado

		2023					2024				
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	31/12/2024
Imóveis e obras civis	14.612.724	-	(381)	-	(542.075)	14.070.268	**47.587**	**-**	**90.929**	**(533.654)**	**13.675.130**
Equipamentos e instalações industriais	22.075.266	678.009	(68.726)	161.808	(2.778.138)	20.068.219	**1.748.226**	**-**	**272.688**	**(2.823.678)**	**19.265.455**
Equipamentos e instalações de escritório	395.431	44.215	-	-	(74.785)	364.861	**39.574**	**-**	**-**	**(67.966)**	**336.469**
Equipamento de processamento de dados	791.817	350.317	(7.920)	-	(270.511)	863.703	**118.235**	**(2.039)**	**-**	**(284.081)**	**695.818**
Veículos	321.266	-	-	-	(104.264)	217.002	**-**	**-**	**-**	**(99.953)**	**117.049**
Imobilizações em andamento	111.739	50.069	-	(161.808)	-	-	**710.039**	**-**	**(363.617)**	**-**	**346.422**
Total	38.308.243	1.122.610	(77.027)	-	(3.769.773)	35.584.053	**2.663.661**	**(2.039)**	**-**	**(3.809.332)**	**34.436.343**

Em 2024 a companhia transferiu de imobilizado em andamento para equipamentos e instalações industriais o valor de R$272.688 e para imóveis e obra civis o valor de R$90.929 referente a melhorias no seu parque fabril. O imobilizado em andamento refere-se a equipamentos e instalações industriais com expectativa de término para março de 2025. A Empresa revisa e ajusta a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a administração atualizou a análise e não identificou a necessidade de alteração das taxas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Os componentes do imobilizado mantiveram sua vida útil de maneira uniforme durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, com aplicação de seguintes taxas pelo método linear:

Imóveis e obras civis	4% ao ano
Equipamentos e instalações industriais	10% ao ano
Equipamentos e instalações de escritório	10% ao ano
Veículos	20% ao ano

12. Ativo Biológico

		2023			2024		
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Arrendamento rural	236.538	234.577	-	471.115	**85.261**	**-**	**556.376**
Florestas	8.106.407	2.842.746	(2.346.180)	8.602.973	**1.203.915**	**(1.331.239)**	**8.475.649**
Total	8.342.945	3.077.323	(2.346.180)	9.074.088	**1.289.176**	**(1.331.239)**	**9.032.025**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo biológico foi mantido pelo seu custo, uma vez que a melhor estimativa do valor justo se aproxima ao valor de custo incorrido, adicionalmente a Companhia não identificou a existência de indicadores de "*impairment*".

13. Intangível:

13.1. Composição

	2024			2023		
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido
Marcas e patentes	**63.179**	**-**	**63.179**	63.179	-	63.179
Sistema de informática	**2.096.422**	**(1.941.776)**	**154.646**	2.096.421	(1.876.172)	220.249
Total	**2.159.601**	**(1.941.776)**	**217.825**	2.159.600	(1.876.172)	283.428

13.2. Movimentação do intangível

		2023			2024	
	31/12/2022	Adições	Amortiz.	31/12/2023	Amortiz.	31/12/2024
Marcas e patentes	63.179	-	-	**63.179**	**-**	**63.179**
Sistema de informática	281.994	17.440	(79.185)	**220.249**	**(65.603)**	**154.646**
Total	345.173	17.440	(79.185)	**283.428**	**(65.603)**	**217.825**

A amortização de sistemas de informática foi calculada pelo método linear, com aplicação da taxa de 20% ao ano.

14. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	**1.580.083**	2.388.039
Fornecedores internacionais	**147.134**	-
Total	**1.727.217**	2.388.039

Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

15. Obrigações tributárias

	2024	2023
ICMS	**39.234**	2.925
ISSQN	**6.909**	3.608
IRRF retido	**535.181**	475.953
PIS/COFINS/CSLL retido	**7.374**	11.427
PIS/COFINS	**13.040**	-
INSS	**320.564**	302.894
FGTS	**150.915**	135.211
IOF	**2.012**	-
Total	**1.075.229**	932.018

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

Provisão para contingências	2023	Adições	Baixas	2024
Cíveis	8.606.202	**214**	**(380.707)**	**8.225.709**
Trabalhistas	618.862	**1.510.605**	**(313.019)**	**1.816.448**
Total	9.225.064	**1.510.819**	**(693.726)**	**10.042.157**

O principal processo civil provisionado se refere a uma ação proposta na década de noventa por empresa de representação comercial que atendia as vendas de tanino. O processo foi julgado procedente, ocorrendo, em 2017, o pagamento de parte do montante requerido no processo. O processo teve continuidade para a discussão do critério de atualização monetária do saldo devedor executado, sendo que o valor de correção monetária de provável pagamento pela Companhia está estimado em R$8.162.853 em 31 de dezembro de 2024. O valor relacionado a adições de processos trabalhistas se refere a provisão de sete processos que estão em andamento. A Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos trabalhistas avaliados como perda possível totalizam R$15.000 e os processos tributários R$74.894. Em relação ao posicionamento adotado pelo STF no julgamento dos Temas 881 e 885, informamos que mesmo após o êxito obtido em ação ordinária em relação a contribuição ao INCRA, a Companhia nunca deixou de recolher os valores devidos, portanto, não há risco envolvido em relação ao Tema. Depósitos judiciais - A Companhia efetuou depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:

Depósitos judiciais	2024	2023
Cíveis	**710.591**	710.590
Trabalhistas	**132.691**	163.205
Total	**843.282**	873.795

Os depósitos referem-se substancialmente a processos cíveis e trabalhistas em que a Companhia optou por entrar com recurso em instância superior para discutir os pedidos julgados procedentes ao reclamante.

17.Imposto de renda e contribuição social.

a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	2024	2023
Ativos fiscais diferidos		
Prov. p/ contingências cíveis e trabalhistas	**3.414.334**	3.136.523
Outras provisões	**162.731**	170.745
Resultado diferido - CPC 47	**352.170**	191.925
Prejuízos fiscais	**1.764.715**	1.476.844
Imposto de renda e contribuição social diferido (ativo)	**5.693.950**	4.976.037
Passivos fiscais diferidos		
Reserva de reavaliação	**(127.321)**	(191.089)
Depreciação Lei 12.913/14	**(2.215.125)**	(2.124.893)
Imposto de renda e contribuição social diferido (passivo)	**(2.342.446)**	(2.315.982)
Imp. de renda e cont. social diferido ativo	**3.351.504**	2.660.055

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2024	2023
Prejuízo contábil antes dos impostos	**(1.897.349)**	(4.404.222)
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais	**645.099**	1.497.435
Efeito dos impostos sobre:		
Despesas não dedutíveis	**(432.713)**	(742.210)
Resultado de equivalência patrimonial	**466.639**	1.671.918
Outros efeitos	**(51.344)**	(105.954)
Imp. de renda e contrib. social no resultado	**627.681**	2.321.189
Alíquota efetiva %		
Corrente	**-**	-
Diferido	**627.681**	2.321.189

18. Patrimônio líquido: Capital social - O Capital Social de R$62.495.194, está dividido em 143.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertence a acionistas domiciliados no país. Reserva de lucros - A reserva de lucros é composta por: *Reserva legal:* constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76; *Reserva de lucros a realizar:* representa o valor de dividendos obrigatórios sobre os lucros não realizados financeiramente em controladas; *Reserva de investimento e capital de giro:* tem por finalidade assegurar investimentos e capital de giro. Reserva de reavaliação - A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de bens do ativo imobilizado no exercício de 2000, líquida de imposto de renda diferido. A Reserva é realizada com base nas depreciações, baixas, estornos ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados. No exercício foi realizada a parcela do saldo dessa reserva anteriormente constituída no montante de R$102.821 e o respectivo imposto diferido de R$63.769. Dividendos - Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

19.Receita líquida

	2024	2023
Receita bruta	**99.012.139**	100.692.460
Mercado interno	**31.163.910**	27.892.572
Mercado externo	**67.848.229**	72.799.888
Impostos sobre vendas	**(5.697.000)**	(4.727.184)
Devoluções de vendas	**(762.631)**	(12.894)
Receita líquida	**92.552.508**	95.952.382

20. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras		
Variações cambiais	**(862.345)**	(2.474.759)
Juros passivos	**(146.692)**	(1.028.754)
Outras despesas financeiras	**(354.999)**	(400.312)
Total	**(1.364.036)**	(3.903.825)
Receitas financeiras		
Variações cambiais	**4.680.087**	2.607.869
Juros ativos	**131.077**	1.481
Outras receitas financeiras	**24.547**	283.166
Total	**4.835.711**	2.892.516
Resultado financeiro	**3.471.675**	(1.011.309)

21. Outros resultados operacionais

	2024	2023
Outras despesas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**(285.476)**	(73.416)
Alienação de investimentos	**(928.000)**	-
Baixa por obsolescência	**-**	(6.556)
Fomento florestal	**(2.228.062)**	(3.505.535)
Outras despesas operacionais	**(47.586)**	(5.869)
Total	**(3.489.124)**	(3.591.376)
Outras receitas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**230.709**	139.275
Alienação de investimentos	**900.000**	-
Outras receitas operacionais	**145.650**	424.481
Total	**1.276.359**	563.756
Outros resultados operacionais	**(2.212.765)**	(3.027.620)

A companhia investiu R$2.228.062 no plano de Fomento Florestal em 2024 para promover o desenvolvimento da acacicultura apoiando o produtor com orientação técnica e subsidiando a aquisição de mudas e insumos necessários ao plantio, garantindo assim o fornecimento de matérias-primas para os próximos anos. Em novembro de 2024, a Companhia alienou um imóvel na cidade de Estância Velha/RS pelo valor de R$900.000.

22. Gestão de risco financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Administração se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. a) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A política de crédito da Companhia e suas controladas considera o nível de risco que está disposto a aceitar no curso normal dos seus negócios. A diversificação da sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são os procedimentos adotados para minimizar os problemas de possíveis inadimplências em suas contas a receber. b) Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa suficiente e investimentos de curto prazo, a disponibilidade de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições no mercado. c) Risco de moeda - O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das contas a receber e a pagar está vinculado a esta moeda.

23. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

24. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Cobertura em 31/12/2024	Importância Segurada
Cobertura básica	**3.994.637**
Incêndios, explosões, fumaça e queda de aeronave	**31.200.000**
Danos elétricos	**1.200.000**
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	**300.000**

Diretoria

Roberto Luz - Diretor Presidente | **Carmen Adriane Schmitz Weiss** - Diretora | **Lurdes Teresinha Rambo Santarini** - Diretora | **Viviana A. M. Schröder -** Contadora CRC/RS 84.450

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Seta S.A. - Extrativa Tanino de Acácia**
Estância Velha - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Seta S.A. - Extrativa Tanino de Acácia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de março de 2025.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O-5

PUBLICIDADE LEGAL

MAISONNAVE COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES • CNPJ/MF Nº 87.191.847/0001-89 NIRC 43300006433

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024, e respectivos demonstrativos pertinentes ao período. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais eventualmente desejados. Porto Alegre, 25 de março de 2024. A Administração

Balanços Patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 (em milhares de reais) Pela Legislação Societária

ATIVO	2024	2023
Circulante:	**591**	**892**
Disponibilidades	27	15
Operações de Crédito	340	641
Devedores P/Compra de Vlrs.e Bens	224	236
Não Circulante:	**19.191**	**16.787**
Realizável a Longo Prazo:	**17.772**	**15.334**
Depósitos judiciais	124	123
Bens Não Destinados a Uso	2.054	2.054
Crédito Coligadas, Interlig.	15.594	13.156
Créditos em Liquidação	6	6
Investimento	465	465
Imobilizado	948	982
Imobilizado	32.598	32.589
(-)Depreciação Acumulada	(31.650)	(31.607)
Ativo Total	**19.782**	**17.679**

PASSIVO	2024	2023
Circulante:	**7.345**	**7.296**
Impostos e Contrib. A Recolher	1.988	1.965
Contas a Pagar	5.357	5.331
Não Circulante:	**255.631**	**240.757**
Exigível a Longo Prazo:	255.631	240.757
Contas a Pagar	3.908	3.908
Provisão Encargos Financeiros	251.378	236.504
Débitos com Socied. Ligadas	345	345
Passivo Total	**262.976**	**248.053**
Passivo a Descoberto	**(243.194)**	**(230.374)**

Demonstração de Resultado
Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	2024	2023
Receitas Operacionais:	3.382	1.063
Rendas de Operações de Crédito	23	46
Rendas de Alugueis	3.359	1.017
Despesas Operacionais:	1.540	1.684
Despesas Tributárias	309	138
Despesas Administrativas	755	1.063
Despesas c/Honorários Administ.	24	24
Despesas c/Depreciação	46	47
Despesas de Pessoal	406	392
Despesas Financeiras Líquidas:	14.871	13.985
Despesas Financeiras	14.878	13.997
(-)Receitas Financeiras	7	12
Outras Receitas Operacionais:	3.359	1.017
Receita alienação ativo não circulante	3.359	1.017
(-)Despesa alienação ativo não circul.	0	0
Prejuízo Líquido do Exercício:	**(9.670)**	**(13.589)**
Prejuízo Líquido do Exercício P/Ação:	**(3,23)**	**(4,54)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) (em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros Prej. Acum.	Total
Saldos em 31.12.22	39.087	(259.042)	(219.955)
Prejuízo líq. do exercício	-	(13.569)	(13.569)
Saldos em 31.12.23	39.087	(272.611)	(233.524)
Prejuízo líq. do exercício	-	(9.670)	(9.670)
Saldos em 31.12.24	39.087	(282.281)	(243.194)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023
(em milhares de reais)

1. Apresentação das Demonstrações Contábeis: Elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e atos legais posteriores. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** a) **Correção Monetária** - As contas do ativo permanente e do patrimônio líquido estão corrigidas monetariamente até 01.01.96 (UFIR 0,8287). b) **Imobilizado** - De uso: Demonstrado ao custo corrigido, acrescido de reavaliação, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil dos bens. **3. Capital Social:** O capital social está representado por 2.996.038 ações sem valor nominal, divididas em 1.308.600 ordinárias e 1.687.438 preferenciais. **4. Ativos Segurados:** Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía cobertura de seguro contra incêndio e roubo de 77.138 mil (R$ 50.788 em 2023) para os bens do imobilizado, sendo esse valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. **5. Provisão de Encargos Financeiros:** Provisão para encargos sobre financiamentos que a empresa se propõe a pagar ao Banco Central do Brasil decorrente de Ação Ordinária impetrada pela empresa em 04 de julho de 1990. Estão em garantia do financiamento bens não destinado a uso e as edificações. A referida ação já teve decisão judicial (parcial) favorável à empresa.

Diretoria: Roberto de Moraes Maisonnave - Diretor
Nilda Maria de Medeiros Maisonnave - Diretora

Contador: Marcos Wienandts - CRC-RS 15.812
CPF nº 053.031.680-34

ASCOL

PUBLICIDADE LEGAL

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES
CNPJ 87.456.562/0001-22 - NIRE 43.300.009.882
E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O

Assembleia Geral Ordinária: Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **29 de abril de 2025**, às **16:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, uma vez que representa o principal local de condução das atividades corporativas da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício-social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores. Em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22.03.2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento). Ainda, de acordo com o previsto nas Resoluções CVM 70, de 22.03.2022, e 204, de 04.06.2024, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) das ações com direito a voto e 2% (dois por cento) das ações sem direito a voto. Por fim, a Companhia comunica sua intenção de não disponibilizar o boletim de voto à distância, em atenção ao previsto na Resolução CVM 204, de 04.06.2024, ressalvada a oposição por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social, mediante manifestação escrita dirigida ao Diretor de Relações de Investidores, até 25 (vinte e cinco dias) antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Porto Alegre/RS, 28 de março de 2025. **Augusto Lauro de Oliveira Júnior - Presidente do Conselho de Administração**

MEMPHIS S.A. INDUSTRIAL

CNPJ 92.697.010/0001-46 NIRE 43300004414

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Em cumprimento às disposições legais estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referente ao exercício iniciado em 01 de Janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Conselho de Administração já se manifestou favoravelmente às contas que ora lhes apresentamos. Permanecemos à disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias. Porto Alegre, 28 de março de 2025. A Diretoria

Demonstrações Financeiras levantadas em 31/12/2024 e 2023 - Valores expressos em milhares de reais (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

Balanços Patrimoniais

Ativo		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Notas**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e equiv. de caixa	5	217.647	217.337	221.452	229.868
Aplicações financeiras	6	4.025	2.817	4.025	2.817
Contas a receber	7	222	673	34.833	33.374
Estoques	8	27.012	19.059	38.088	28.432
Tributos a recuperar	9	11.324	9.245	12.259	10.819
Dividendos a receber	11	30.849	33.365	-	-
Outras contas a receber		391	391	921	476
Total ativo circulante		**291.470**	**282.887**	**311.578**	**305.786**
Não circulante					
Tributos a recuperar	9	1.063	704	1.063	706
IR e contrib. social diferidos	10	1.380	831	6.556	6.113
Outras contas a receber		35.779	34.028	36.719	35.053
Investimentos	11	10.085	10.085	-	-
Imobilizado	12	60.868	51.190	62.377	52.980
Total ativo não circulante		**109.175**	**96.838**	**106.715**	**94.852**
Total do ativo		**400.645**	**379.725**	**418.293**	**400.638**

Passivo		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Notas**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores		10.057	7.128	11.691	8.562
Tributos a recolher		102	738	10.873	12.635
Dividendos propostos	16.d	10.347	15.487	10.439	15.587
Salários e enc. sociais		2.587	2.319	3.748	3.969
Provisão para riscos	14	-	-	302	405
Particip. administradores	22	-	-	829	710
Prov. p/comissões e frete		-	-	4.046	4.871
Adiantam. a partes relacion.	13	8.045	7.328	-	-
Provisões diversas e outras contas a pagar		177	415	2.283	2.516
Total do passivo circulante		**31.315**	**33.415**	**44.211**	**49.255**
Não circulante					
Provisão para riscos	14	2.618	2.056	7.349	7.108
Total do passivo Não circulante		**2.618**	**2.056**	**7.349**	**7.108**
Patrimônio líquido					
Capital social	16.a	220.000	170.000	220.000	170.000
Reservas de lucros	16.b	146.712	174.254	146.712	174.254
Patrimônio líquido atribuível aos propr. da controladora		366.712	344.254	366.712	344.254
Participação não controladores		-	-	21	21
Total do patrimônio líquido		**366.712**	**344.254**	**366.733**	**344.275**
Total do passivo e patrimônio líquido		**400.645**	**379.725**	**418.293**	**400.638**

Demonstração dos resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	36.306	54.341	36.406	54.440
Resultado abrang. do exercício	**36.306**	**54.341**	**36.406**	**54.440**
Result. abrang. exerc. atribuível a:				
Proprietários da controladora	36.306	54.341	36.306	54.341
Participações não controladoras	-	-	100	99
	36.306	**54.341**	**36.406**	**54.440**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reservas de Lucros: Para invest. e capital de giro	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Lucros acumul.	Total atrib. aos propriet. da controladora	Particip. Não Control.	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31/12/2022		**170.000**	**118.536**	**16.864**	**-**	**305.400**	**21**	**305.421**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	54.341	54.341	99	54.440
Reserva legal	16.b	-	-	2.717	(2.717)	-	-	-
Dividendos propostos	16.d	-	-	-	(15.487)	(15.487)	(99)	(15.586)
Reserva de investimentos e capital de giro	16.c	-	36.137	-	(36.137)	-	-	-
Saldos em 31/12/2023		**170.000**	**154.673**	**19.581**	**-**	**344.254**	**21**	**344.275**
Destinação de reserva de lucros	16.a	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	36.306	36.306	100	36.406
Reserva legal	16.b	-	-	1.815	(1.815)	-	-	-
Recompra de ações	16.e	-	(3.501)	-	-	(3.501)	-	(3.501)
Dividendos propostos	16.d	-	-	-	(10.347)	(10.347)	(100)	(10.447)
Reserva de investimentos e capital de giro	16.c	-	24.144	-	(24.144)	-	-	-
Saldos em 31/12/2024		**220.000**	**125.316**	**21.396**	**-**	**366.712**	**21**	**366.733**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A Memphis S.A. Industrial ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída no Brasil, com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Tem como atividade principal a fabricação, a comercialização, importação e exportação de artigos de higiene, perfumaria e matérias-primas do seu ramo de industrialização. Suas operações são conduzidas em conjunto com empresas ligadas, sendo os custos corporativos, gerenciais e operacionais compartilhados entre as empresas. **1.a) Impacto das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul:** Em maio de 2024 a matriz da Companhia, a sede da Distribuidora e a Sulplastic, todas sediadas em Porto Alegre no bairro Sarandi, foram diretamente atingidas pelas enchentes da emergência climática, levando 2 meses para reiniciarem parcialmente suas operações de forma gradativa. As demais unidades da controladora/controladas foram impactadas indiretamente, uma vez que dependem em parte das atividades operacionais corporativas desenvolvidas na sede da controladora, bem como dos produtos fabricados em Porto Alegre. Até o final deste exercício, a Companhia permanecia trabalhando para reestabelecer integralmente sua capacidade fabril, restando ainda reiniciar uma de suas quatro linhas de produção desta planta. A receita operacional liquida reduziu de R$ 218.224 em 2023 para R$ 178.800 em 2024 (vide nota 18) e os gastos com manutenção totalizaram R$ 10.854. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real - R$, sendo está também a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, sendo as mais relevantes divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2025. **3. Políticas contábeis materiais:** As práticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo, as quais se aplicam a todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores a noventa dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber:** Os saldos de contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e reduzidos ao seu valor presente na data do balanço patrimonial. A necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas é avaliada com base na experiência passada de inadimplência da Companhia, na análise da situação financeira atual de cada devedor e na expectativa de perdas esperadas dos clientes. **c) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **d) Investimentos:** Participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e o resultado da avaliação tem como contraparti-da uma conta de resultado operacional. **e) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado, a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil dos ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores, uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. **g) Direitos e obrigações:** Os direitos e obrigações foram classificados no circulante ou não circulante, de acordo com o prazo de realização ou exigibilidade, e estão demonstrados pelos seus valores atualizados até a data do balanço. **h) Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto a pagar baseia-se no lucro tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases tributárias de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e para quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja provável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período de relatório. **i) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **j) Reconhecimento das receitas:** A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a entidade espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando as obrigações de performance forem atendidas, usualmente quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre os produtos vendidos. **k) Reconhecimento dos custos e despesas:** Os custos e despesas são registrados conforme o regime contábil de competência. **l) Base de consolidação:** Quando a Companhia tem o poder, direta ou indiretamente, para regulamentar as políticas financeiras e operacionais de outra entidade ou negócio, de modo a obter benefícios para suas atividades, é classificada como uma controlada. As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os resultados da Companhia e suas controladas ("o Grupo"), como se constituíssem uma única entidade. As transações entre partes relacionadas, os resultados não realizados e os saldos entre as empresas do Grupo são, portanto, integralmente eliminados. As participações de cotistas não controladores nas sociedades controladas são destacadas na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Empresa	% de particip. em 2024	% de particip. em 2023
Distribuidora Memphis Ltda	99,7%	99,7%
Sulplastic Loc. de Máquinas e Equipamentos Ltda	100%	100%

m)Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia só possui instrumentos financeiros não complexos, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado e classificados como custo amortizado. O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial. Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado. **n) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de perda esperada do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **o) Alterações de normas:** A Administração avaliou as alterações de normas que passaram a vigorar a partir de 1° de janeiro de 2024 e concluiu que não apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na opinião da Administração, também não haverá impacto significativo de novas normas e alterações de normas emitidas até o momento, vigentes a partir de 1º. de janeiro de 2025, exceto pela adoção do CPC correlacionado ao IFRS 18, previsto para vigência a partir de 1º. de janeiro de 2027. **4. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça estimativas para contabilizar determina-dos ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação às estimativas. Abaixo são apresentadas as principais estimativas e julgamentos contábeis: a) Vida útil dos ativos: Os imobilizados são depreciados, levando em consideração a taxa de depreciação com base na vida útil-econômica dos bens. A Companhia estabeleceu a vida útil dos ativos imobilizados com base na experiência adquirida com ativos, estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e com a expectativa de utilização desses ativos. b) Provisões para riscos: A Administração reconhece as provisões atribuídas para riscos de perdas em processos legais cíveis, tributários e trabalhistas. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada pelos escritórios de advogados em cada processo judicial.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e bancos - conta corrente	25	24	669	963
Aplic. financ. liquidez imediata	217.622	217.313	220.783	228.905
Total	**217.647**	**217.337**	**221.452**	**229.868**

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em fundos de investimentos financeiros de renda fixa lastreados ao CDI. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. A taxa média de remuneração do exercício está em 105,82% do CDI (103,54% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

6. Aplicação financeira: As aplicações financeiras e fundos no valor de R$4.025 (R$2.817 em 31 de dezembro de 2023) estão constituídas de aplicações vinculadas à moeda estrangeira. A Companhia adota como política aplicar o valor referente à exposição que possui em moeda estrangeira decorrente das aquisições de matérias-primas e maquinários do exterior. A taxa média de remuneração do exercício está em 92,65% do CDI (97,40% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Clientes mercado interno	104	120	37.850	35.384
Clientes mercado externo	151	572	151	572
	255	**692**	**38.001**	**35.956**
Provisão p/ perdas esperadas	(33)	(19)	(3.168)	(2.582)
Total	**222**	**673**	**34.833**	**33.374**

Demonstração dos Resultados

	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operac. líquida	18	**85.839**	**105.971**	**178.800**	**218.224**
Custo dos prod. vendidos	20	**(87.827)**	**(94.913)**	**(85.945)**	**(100.004)**
Lucro bruto		**(1.988)**	**11.058**	**92.855**	**118.220**
Receitas (desp.) operac.					
Com vendas	20	(2.017)	(139)	(34.860)	(45.072)
Gerais e administrativas	20	(2.577)	(4.687)	(19.245)	(17.693)
Equivalência patrimonial em empresas controladas	11	30.849	33.365	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	(11.078)	211	(10.911)	306
Resultado antes do resultado financeiro		**13.189**	**39.808**	**27.839**	**55.761**
Receitas financeiras	19	26.383	25.788	28.615	28.260
Despesas financeiras	19	(152)	(163)	(451)	(310)
Lucro antes do IR e da contribuição social		**39.420**	**65.433**	**56.003**	**83.711**
IR e contrib. social corrente	10	(3.719)	(11.804)	(19.122)	(29.741)
IR e contrib. social diferido	10	605	712	(475)	470
		(3.114)	(11.092)	(19.597)	(29.271)
Lucro líq. do exercício		**36.306**	**54.341**	**36.406**	**54.440**
Lucro atribuível a:					
Propriet. da controladora		36.306	54.341	36.306	54.341
Particip. não controladoras		-	-	100	99
Lucro por ação - em R$		**0,94**	**1,40**	**0,94**	**1,40**

A movimentação da provisão para perdas esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo no início do exercício	(19)	(35)	(2.582)	(2.633)
Adições	(15)	38	(1.214)	1.606
Recuperações/ realizações	1	(22)	628	(1.555)
Saldo no final do exercício	**(33)**	**(19)**	**(3.168)**	**(2.582)**

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
A vencer	242	673	32.719	32.082
Vencidos	13	19	5.282	3.874
De 1 a 30 dias	-	-	1.546	978
De 31 a 60 dias	-	-	579	127
De 61 a 90 dias	-	-	178	94
Mais de 91 dias	13	19	2.979	2.675
	255	**692**	**38.001**	**35.956**

8. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Produto acabado	6.389	5.122	10.626	9.062
Produto acabado em trânsito	-	-	6.197	4.190
Produtos em elaboração	5.014	2.983	5.014	2.983
Matérias-primas	12.318	8.647	12.316	8.647
Almoxarifado	2.286	2.095	2.331	2.170
Adiantamento a fornecedores	3.257	1.267	5.472	2.745
Prov. p/ aj. a valor de mercado	(2.252)	(1.055)	(3.868)	(1.365)
Total	**27.012**	**19.059**	**38.088**	**28.432**

9. Tributos a Recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
IRPJ e CSLL	3.854	1.371	3.925	1.440
IRRF	378	347	386	389
PIS	371	557	580	877
COFINS	2.162	2.360	2.462	3.484
INSS	-	-	-	2
IPI	3.195	2.430	3.177	2.444
ICMS	2.427	2.884	2.792	2.889
Total	**12.387**	**9.949**	**13.322**	**11.525**
Ativo circulante	11.324	9.245	12.259	10.819
Ativo não circulante	1.063	704	1.063	706

10. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
Ativo:	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Diversos	2.287	1.340	10.349	10.597
Provisões	2.619	2.057	9.781	8.336
Base de cálculo	4.906	3.397	20.130	18.933
IRPJ e CSLL diferidos - 34%	**1.668**	**1.155**	**6.844**	**6.437**
Passivo:				
Ajuste de avaliação patrimonial	(288)	(324)	(288)	(324)
Saldo líquido - ativo	**1.380**	**831**	**6.556**	**6.113**

A realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme orçamento aprovado pela Diretoria:

	Controladora	Consolidado
Período	**2024**	**2024**
2025	838	3.440
2026	830	3.404
Total	**1.668**	**6.844**

O imposto de renda e contribuição social registrados na demonstração do resultado foram calculados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro antes do IR e CS	39.420	65.433	56.003	83.711
Alíquota aplicável	34%	34%	34%	34%
	(13.403)	(22.248)	(19.041)	(28.461)
Aj. p/ apuração de IR e CS				
Equivalência patrimonial	10.488	11.344	-	-
Outros	(199)	(188)	(556)	(810)
Total	**(3.114)**	**(11.092)**	**(19.597)**	**(29.271)**
Tributos correntes	(3.719)	(11.804)	(19.122)	(29.741)
Tributos diferidos	605	712	(475)	470
Total	**(3.114)**	**11.092**	**(19.597)**	**(29.271)**

11. Investimentos: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as participações em empresas controladas estão assim demonstradas:

	Distrib. Memphis Ltda.	Sulplastic Loc. de Máq. e Equip. Ltda.	Controladora Totais 2024	Controladora Totais 2023
Patrimônio líquido	6.882	3.224	-	-
Result. líq. do exerc. aj. pelos lucros não realiz. em operaç. com control.	30.723	218	-	-
Partic. no capital soc. - %	**99,70%**	**100%**	**-**	**-**
Movimento do exercício				
Saldos no início do exerc.	**6.862**	**3.223**	**10.085**	**10.085**
Equivalência patrimonial	30.631	218	30.849	33.365
Dividendos a receber	(30.631)	(218)	(30.849)	(33.365)
Saldos no final do exerc.	**6.862**	**3.223**	**10.085**	**10.085**

A Distribuidora Memphis Ltda. é responsável pela distribuição dos produtos fabricados pela Memphis Industrial. A Sulplastic Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. é responsável pelo aluguel de máquinas, prestação de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos.

12. Imobilizado:

Controladora	Valor Imobilizado	Depreciação Acumulada	Total Líquido 2024	Total Líquido 2023
Terrenos	288	-	288	288
Edificações	37.817	(27.062)	10.755	10.990
Máq. e equipamentos	90.745	(48.323)	42.422	36.034
Equip. de informática	-	-	-	922
Móveis e utensílios	2.114	(1.706)	408	321
Outros	119	-	119	15
Imob. em andamento	6.876	-	6.876	2.620
Total	**137.959**	**(77.091)**	**60.868**	**51.190**

Consolidado	Valor Imobilizado	Depreciação Acumulada	Total Líquido 2024	Total Líquido 2023
Terrenos	303	-	303	303
Edificações	38.702	(27.860)	10.842	11.089
Máq. e equipamentos	97.761	(54.019)	43.742	37.372
Equip. de informática	-	-	-	1.180
Móveis e utensílios	2.396	(1.918)	478	400
Outros	122	-	122	16
Imob. em andamento	6.890	-	6.890	2.620
Total	**146.174**	**(83.797)**	**62.377**	**52.980**

As taxas de depreciação aplicadas pela Companhia para os itens de ativo imobilizado são as que seguem abaixo.

Grupo de ativos	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	5% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Equipamentos de informática	20% a.a.
Outros	10% a.a.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.190	52.980
Adições	14.955	14.969
Baixas do imobilizado	105	105
Depreciação	(5.381)	(5.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**60.869**	**62.377**

13. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa proven. das operações	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líq. do exercício		36.306	54.341	36.406	54.440
Ajustes em:					
Deprec. e amortização	12	5.381	4.928	5.677	5.237
IR e contrib. social diferidos	10	(550)	(712)	(475)	(470)
Equivalência patrimonial	11	(30.849)	(33.365)	-	-
Prov. p/perdas esperadas	7	14	(19)	586	(51)
Provisão para riscos	14	562	776	1.399	281
Red.(aum.) nos ativos:	12	(105)	-	(105)	-
Contas a rec. de clientes	7	8.483	22.702	(1.980)	5.674
Estoques	8	(7.953)	2.544	(9.657)	1.784
Tributos a recuperar		(2.438)	18	(1.801)	(620)
Outros ativos		(1.749)	(1.982)	(5.283)	(2.226)
Aum.(red.) nos passivos:					
Fornecedores		2.929	(1.572)	3.064	(246)
Salários e encargos sociais		268	711	(102)	1.446
Tributos a recolher		(625)	410	(1.801)	8.273
IR e contrib. social pagos		(12)	-	-	(2.490)
Outros passivos		(239)	117	(1.981)	(220)
Dividendos recebidos		33.365	14.789	-	-
Recursos líq. proven. das ativid. operacionais		**42.788**	**63.686**	**23.947**	**70.813**
Fluxo de caixa das ativid. de investimento					
Adições ao ativo imobiliz.	12	(14.955)	(8.329)	(14.969)	(8.718)
Aporte em aplicação financ. para negociação		12.088	(7.487)	12.088	(7.490)
Resgates de aplicação financ. para negociação		(13.402)	8.230	(13.402)	8.230
Recursos líq. utiliz. nas ativid. de investimento		**(16.269)**	**(7.586)**	**(16.283)**	**(7.978)**
Fluxo de caixa das ativid. de financiamento					
Dividendos pagos		(15.487)	(10.465)	(15.587)	(10.509)
Recursos líq. utiliz. nas ativid. de financiamento		**(15.487)**	**(10.465)**	**(15.587)**	**(10.509)**
Aum. no caixa e equiv.		310	45.635	(8.417)	52.326
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício		217.337	171.702	229.868	177.542
Caixa e equivalentes de caixa final do exercício		217.647	217.337	221.451	229.868

	Contas a receber (NE 7) 2024	Contas a receber (NE 7) 2023	Contas a pagar 2024	Contas a pagar 2023
Distribuidora Memphis Ltda.	-	-	8.023	7.328
Sulplastic Loc.de Máq.e Equip.Ltda.	-	-	22	30
Total	**-**	**-**	**8.045**	**7.358**

	Receita bruta de venda 2024	Receita bruta de venda 2023	Compras 2024	Compras 2023
Dist. Memphis Ltda	88.583	114.015	-	-
Sulplastic Loc.de Máq.e Equip.Ltda.	-	-	865	864
Total	**88.583**	**114.015**	**865**	**864**

As transações comerciais de compras e vendas praticadas com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes, que poderiam ser diferentes se praticadas entre partes não relacionadas. A remuneração total dos diretores e outros membros do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024 (incluindo salários e benefícios) foi de R$2.153 (R$1.823 em 31 de dezembro de 2023). **14. Provisão para riscos:** A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A perda estimada foi provisionada tanto no passivo circulante, quanto no não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis. Em 31 de dezembro de 2024, as provisões para riscos, líquida dos respectivos depósitos judiciais, estavam apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Riscos trabalhistas	2.374	1.735	3.430	2.846
Indenização de representantes	187	232	1.341	1.556
Riscos tributários	57	89	2.880	3.111
Total	**2.618**	**2056**	**7.651**	**7.513**
Circulante	-	-	302	405
Não circulante	2.618	2.056	7.349	7.108

15. Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seu ativo imobilizado e seus estoques contra os seguintes riscos: Incêndios (decorrentes de tumultos, queda de raio ou explosão), danos elétricos, equipamentos móveis, movimentação de carga, roubo/furto, vazamentos e danos com água (não prevê enchentes), além de lucros cessantes. O valor dos seguros contratados com vigência no exercício de 2024 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. **16. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado no valor de R$220.000 (R$170.000 em 31 de dezembro de 2023) está composto por 38.372.954 (38.768.818 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 07 de agosto de 2024 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do Capital Social de R$170.000 para R$220.000 mediante a incorporação de R$50.000 relativo à conta Reservas de Lucros. Também foi deliberado cancelar 395.864 ações de emissão da Companhia que estão em tesouraria, não havendo redução do capital social da Companhia. Assim, o número de ações total da Companhia passa de 38.768.818 ações para 38.372.954. b) Reserva legal: É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. c) Reserva para investimentos e capital de giro: É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. d) Dividendos: O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 30%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024, o dividendo proposto é de R$10.347 (R$15.487 em 31 de dezembro de 2023), calculado conforme segue:

Base de cálculo dos dividendos	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	36.306	54.341
Reserva legal (5%)	(1.815)	(2.717)
	34.491	**51.624**
Dividendo mínimo obrigatório	10.347	15.487
Total dividendos propostos	**10.347**	**15.487**

e) Recompra de ações: Por interesse da própria holding Santa Bárbara foi realizada a venda de 395.864 ações, no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). As demais sócias Paquete e Vallmar abriram mão da preferência de compra, autorizando a Memphis S/A na aquisição das ações, levando a tesouraria e posterior cancelamento

17. Instrumentos financeiros - gestão de riscos: As principais bases de instrumentos financeiros que afetam o negócio da Companhia podem ser assim listadas: Risco com taxa de câmbio: esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólares americanos conforme demonstrado na tabela abaixo, não existindo nenhum instrumento derivativo para proteger essa exposição nessa data.

	Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**
Aplicações financeiras	4.025	2.817
Clientes do exterior	151	572
Passivo		
Fornecedores estrangeiros	(200)	(658)
Exposição ativa (passiva) líquida	**3.976**	**2.731**

A Companhia vem utilizando uma aplicação financeira diretamente atrelada à variação do dólar e do euro para se proteger do efeito do câmbio de seus contratos de importação de matéria-prima. Para cada importação que a Companhia julga relevante, um depósito do mesmo valor do pedido é efetuado na aplicação financeira para reduzir a exposição do câmbio. Esse depósito é efetuado na data em que a Companhia efetivamente efetua o pedido do fornecedor, e é resgatado na data do seu pagamento. Risco de crédito: a política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus ativos recebíveis de clientes. Risco de liquidez: o risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia possua os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação, aportes de capital e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Risco de preço: decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanen-temente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

continua>>>

>>> continuação

Memphis S.A. Industrial - CNPJ 92.697.010/0001-46

18. Receita operacional: Segue abaixo a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional bruta	101.193	117.990	225.717	262.246
(-) Devoluções e abatimentos	(3.402)	(1.777)	(14.226)	(11.261)
(-) Impostos sobre as vendas	(11.952)	(10.242)	(32.691)	(32.761)
Receita operacional líquida	**85.839**	**105.971**	**178.800**	**218.224**

19. Receitas e Despesas Financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros auferidos	6	2	64	63
Descontos obtidos	17	3	31	30
Receita de aplicações financeiras	22.928	22.737	24.271	25.112
Variação monetária ativa	2.424	3.046	3.241	3.048
Variação cambial ativa	1.008	-	1.008	-
Outras receitas	-	-	-	7
Total de receitas financeiras	**26.383**	**25.788**	**28.615**	**28.260**
Juros sobre duplicatas	(28)	(13)	(270)	(112)
Descontos concedidos	-	-	(1)	-
Despesas comissões bancárias	(22)	(16)	(78)	(64)
Variação cambial passiva	(102)	(134)	(102)	(134)
Total de despesas financeiras	**(152)**	**(163)**	**(451)**	**(310)**

20. Despesas por Natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por função:	2024	2023	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(87.827)	(94.913)	(85.945)	(100.004)
Com vendas	(2.017)	(139)	(34.860)	(45.072)
Gerais e administrativas	(2.577)	(4.687)	(19.245)	(17.693)
	(92.421)	**(99.739)**	**(140.050)**	**(162.769)**
Despesas por natureza:				
Matéria prima e mat. de uso e consumo	(65.215)	(69.284)	(80.509)	(90.169)
Despesas com pessoal	(11.210)	(13.795)	(16.525)	(24.846)
Fretes	(470)	(386)	(15.986)	(17.301)
Depreciação e amortização	(4.703)	(4.928)	(4.650)	(5.237)
Energia elétrica	(2.352)	(2.573)	(2.325)	(2.592)
Consultoria e assessoria	(193)	(193)	(437)	(399)
Comissões de representantes	-	-	(6.394)	(7.220)
Outras despesas	(8.278)	(8.580)	(13.224)	(15.005)
	(92.421)	**(99.739)**	**(140.050)**	**(162.769)**

21. Outras receitas e despesas operacionais liquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços de manutenção*	3.757	-	4.513	-
Baixa perda de estoques*	3.228	-	3.228	-
Substituição de peças*	1.048	-	1.048	-
Hardware automação*	2.065	-	2.065	-
Outros	980	211	57	306
Total	**11.078**	**211**	**10.911**	**306**

*Despesas referentes aos reparos na sede da controladora/controlada após a enchente da emergência climática em maio de 2024.

22. Participações nos Resultados: Em conformidade com o programa de participação dos resultados devidamente homologado junto ao sindicato, foi registrado o montante de R$594 e R$1.172, controladora e consolidado, respectivamente, referente à participação nos resultados do exercício (R$1.116 e R$1.865 controladora e consolidado respectivamente no exercício de 2023). O programa de participação de empregados e administradores é baseado em metas operacionais e financeiras, individuais e corporativas, previamente estabelecidas às quais são apuradas ao final do exercício para verificação da parcela de seu atendimento e consequente distribuição dos valores devidos. Os valores demonstrados abaixo estão inclusos nas despesas administrativas, porém a base de cálculo é o resultado operacional líquido antes das provisões das participações.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Administradores	-	-	829	710
Empregados	594	1.116	1.150	1.865
Total	**594**	**1.116**	**1.979**	**2.575**

Conselho de Administração: Carlos Alberto Kroeff - Presidente; Marcos Lutz Uber - Vice-Presidente; Francisco Eduardo Caruccio - Conselheiro
Diretoria: Raul Lutz Kroeff - Diretor Presidente;
João Paulo Pirró - Diretor; Carlos Valotta - Diretor; Fernanda Moraes da Silva Forace - Diretora. **Contador:** Vágner Pereira Gomes - CRC/RS 104917/O-7

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da **Memphis S.A. Industrial**. Porto Alegre - RS.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Memphis S.A. Industrial (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de março de 2025.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP015199/F. **Vicente de Giacomo Pias** - Contador CRC-RS 097557/O

PUBLICIDADE LEGAL

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A.

CNPJ/MF Nº. 32.161.500/0001-00 - NIRE Nº. 43.300.062.627 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 25 de fevereiro de 2025, às 15h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Paraná, nº. 2435, bairro Navegantes, CEP 90.240-600, Porto Alegre/RS. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** (i) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) examinar e opinar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e sobre a proposta do orçamento de capital da Companhia, para o exercício de 2025. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, por unanimidade de votos, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões: (i) manifestaram-se favoravelmente ao relatório da administração, às contas apresentadas pela Diretoria e às demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim como à sua submissão à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas; e (ii) manifestaram-se favoravelmente à proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas; e (iii) manifestaram-se favoravelmente à proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2025, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Porto Alegre/RS, 25 de fevereiro de 2025. **Assinaturas**: Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Conselheiros**: **(1)** Josiane Carvalho de Almeida; **(2)** Eduardo Siqueira Moraes Camargo; e **(3)** Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCERGS - Certifico o registro sob o nº 10972181 em 21/03/2025 e Protocolo 250923106 - 13/03/2025. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ 89.723.993/0001-33 - NIRE 43 3 0000235 7 - Companhia Aberta

Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31 de Dezembro de 2024 - Em Recuperação Judicial

A Administração da **Construtora Sultepa S.A.** e controladas ("SULTEPA"), em Recuperação Judicial em observância aos preceitos legais e estatutários, submete-se à apreciação de VSas; o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2024, e suas notas explicativas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas e Operacionais a seguir estão apresentadas em milhares de reais em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS (International Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado o contrário. No decorrer de 2015, conforme a Administração da Companhia encontrou na Recuperação Judicial o meio mais propício para reorganizar-se e ajustar suas operações com o objetivo de honrar seus compromissos e voltar a crescer. Em 03 de julho de 2015, conforme divulgado através do Fato Relevante, a Companhia em caráter de urgência, juntamente com as demais empresas do Grupo, ajuizou o Pedido de Recuperação, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS. Em 27 de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial. Em 24 de agosto de 2015, publicou o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos. Em 21 de setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial. Em 03 de agosto de 2016, foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, em 19 de agosto de 2016, foi realizada a primeira Assembleia de Credores tendo como ordem do dia a deliberação do Plano de Recuperação. Após examinada a lista de presença foi constatada que não havia quórum para instalação da assembleia geral de credores em primeira convocação, ficando a segunda Assembleia Geral convocada para o dia 30.08.2016. Em 30 de agosto de 2016, foi aberta a segunda Assembleia Geral de Credores quando como ordem do dia a aprovação do Plano de Recuperação apresentado, que devido a alteração foi sugerido e aprovado a suspensão da Assembleia Geral de Credores por 60 (sessenta) dias ficando marcada para o dia 07.11.2016. Em 07 de novembro de 2016, foi aberta a nova Assembleia de Credores onde foram apresentadas as alterações do Plano de Recuperação. Após a votação foi aprovado nas Classes I, III e IV, reprovado na Classe II. Em 14 de novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre/RS. Em 26 de outubro de 2017, houve julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul mantendo integralmente a decisão que concede a recuperação judicial da Companhia permanecendo a homologação do plano de recuperação judicial original e seu modificativo, consoante processo ajuizado originariamente perante a Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre/RS, e autuando sob o nº 001/1.15. 0114361-2. Permanecem pendente de julgamento, perante o Superior Tribunal de Justiça, os recursos apresentados por credores (ARESP nº 1367179, pelo Banco BMG, ARESP nº 1316925, pelo Banco do Brasil) contra a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **PERFIL:** Fundada em 14 de maio de 1956, tem seus principais negócios voltados para o setor de infraestrutura, construção de obras rodoviárias, urbanas, metroviárias, saneamento, construção civil, obras portuárias, aeroportuárias, concessões de rodovias, barragens e montagens industriais. Além dessas atividades, atuamos em obras de engenharia, britagem, venda de concreto, locação de equipamentos. **Desempenho Operacional e Econômico Financeiro:** Os índices de desempenho da empresa em 2024, com base nas demonstrações financeiras do exercício e comparados com os exercícios de 2023, foram relevantes, considerando que a empresa foi bastante impactada, com danos significativos causados pelas enchentes de maio de 2024, fazendo com que a empresa paralisasse as atividades, inclusive a fábrica de concreto, por um período aproximado a dois meses. Mesmo com a paralização das atividades no decorrer do período o GRUPO SULTEPA obteve resultados positivos em comparação com o ano anterior. No final do exercício de 2024, manteve um crescimento da carteira de contrato de aproximadamente 16% (dezesseis por cento). O Lucro do Período foi na ordem de R$ 95.232 mil enquanto que em 2023 foi de R$ 68.505 um aumento de 39,0% comparados com o 4TR23. A Receita Operacional Bruta foi na ordem de R$ 187.582 mil enquanto que em 2023 foi de R$ 197.137 mil representando uma redução de 0,05% quando comprados ao mesmo período do ano anterior. No 4TR24, as Despesas Gerais e Administrativas foram de 13.523 mil e no 4TR 23 foi de 17.804 mil e uma redução de 24% em comparação com o 4TR23. Não podemos deixar de mencionar que o trabalho estratégico desenvolvido no decorrer de 2024, refletiram nos resultados financeiros e operacionais do **Grupo Sultepa**. Continuamos a investir em novas tecnologias e colaboradores para consolidar nossa posição do mercado em geral. As perspectivas para os próximos anos, serão um marco nos investimentos privados e governamentais no país, considerando os valores divulgados o **Grupo Sultepa** continuará focado em realizar obras com boa lucratividade e contanto que teremos pela frente um cenário bastante promissor tanto para obras municipais, estaduais e federais. **Cenário e Perspectivas para 2025:** Considerando, que o país atualmente possui 1.7 milhões de quilômetros de estradas, sendo a quarta maior malha do mundo, perdendo apenas para Índia, China e Estados Unidos apresentamos apenas 12,4% delas pavimentadas, necessitamos de investimentos crescentes em manutenção e expansão. As perspectivas para os investimentos no setor de infraestrutura, ferrovias e portos devem superar os anos anteriores e desta forma suprirão parte das necessidades básicas do País e, salientamos que o **Grupo Sultepa** possui vasto now how no assunto. Em 2024 apesar das enchentes, conseguimos atingir as principais metas sendo que para o próximo devem superar os 12% estimados. No decorrer do exercício 2025, continuamos com as parcerias em consórcios para participar de licitações e execução de obras de infraestrutura como parte de um planejamento estratégico da Companhia. Isso significa um aumento na possibilidade de estender o plano estratégico aos demais setores como ferrovias e portos. Fortalecemos ainda mais as iniciativas no decorrer de 2025, podemos citar como exemplo o aumento nas vendas de materiais diversos ao público em geral e estabelecendo como prioridade o planejamento rigoroso das obras em andamento e o controle das despesas administrativas. **Mercado de Capitais:** No decorrer de 2024, apesar de uns contratempos causados pelas enchentes, a Companhia manteve o atendimento aos seus acionistas, mercado, CVM e B3, bem como o cumprimento de atendimento ao mercado. **Sustentabilidade:** A atuação da empresa em 2024 foi marcada pela resiliência e capacidade de adaptação diante da maior catástrofe socioambiental já registrada no Rio Grande do Sul. A enchente de maio impactou diretamente a sede da empresa, localizada na zona norte de Porto Alegre, assim como muitos de seus colaboradores, fornecedores e parceiros. Diante da essencialidade dos serviços de engenharia e do fornecimento de materiais para a construção civil em obras emergenciais, a empresa manteve suas atividades administrativas e ampliou sua produção. Esse esforço permitiu a execução de obras na região metropolitana e no interior do estado, viabilizando a construção de acessos humanitários e a recuperação de vias fundamentais para o deslocamento de pessoas e o transporte de insumos críticos durante a mais grave crise ambiental já enfrentada pelo povo gaúcho. No setor de mineração a empresa manteve as atividades de recuperação e revegetação das cavas de mineração exauridas, enquanto novas áreas foram prospectadas para ampliação da rede de fornecimento de insumos da construção civil. Além disso, o Grupo Sultepa mantém a atuação da Gestão Ambiental e Minerária alinhada à alta direção da empresa, dando continuidade aos Programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos e Controle da Qualidade Ambiental garantindo o andamento de suas obras de acordo com as melhores práticas de sustentabilidade e buscando sempre a redução dos impactos ambientais. **Recursos Humanos, Treinamentos e Assistência Social:** Chegamos ao final de 2024 com 456 colaborados diretos e aproximadamente 815 terceirizados. Acreditamos que a capacidade de cada colaborador é o fator mais importante em uma corporação, por isso, investimos em torno de R$ 2.170 mil em segurança, recuperação dos materiais de trabalho para os funcionários, serviços médicos e treinamento, sendo que a maioria direcionada às áreas operacionais e administrativas. Mantivemos em 2024, o programa de diversidade e inclusão e a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, objetivando adequar aos padrões de exigência da gestão o centro de integridade corporativa e administrativa das obras em geral. **Relacionamento com a Auditoria:** Em atendimento a Resolução nº 162 de 13.06.2022, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, informamos que no exercício de 2024, os nossos auditores independentes, a **Moreira Associados Auditores Independentes S/S** não prestaram quaisquer serviços, que possam acarretar conflito de interesse ou perda de independência, além da auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e de suas controladas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Declaração da Diretoria:** Em observância as disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do art. 27 da Resolução CVM 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões divulgadas no relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Agradecimentos:** Finalizando, seguiremos com a mesma convicção no setor de infraestrutura em nossas estratégias de crescimento, cientes de nossas responsabilidades e com proposito de retribuir o atendimento e apoio recebido no decorrer de 2024. Nossos especiais agradecimentos a todos os nossos parceiros, acionistas, controladores, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais e, especialmente, aos nossos colaboradores, pelos esforços, competência, comprometimento e apoio.

A Administração

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 (Em reais R$ 1.000)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo Circulante		**13.140**	**17.265**	**154.122**	**138.038**
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	17	3.333	941
Clientes	5	821	7.796	37.759	33.705
Impostos a recuperar	8	1.211	477	6.920	6.034
Outras contas a receber	6	10.054	6.467	66.969	62.647
Operações com consórcios	24	173	173	37.636	31.988
Estoques	7	868	2.334	1.504	2.722
Ativo não Circulante		**1.696.892**	**1.569.682**	**1.947.852**	**1.823.440**
Realizável a Longo Prazo		**945.625**	**882.243**	**1.818.808**	**1.688.924**
Partes relacionadas	11	1	1	79.910	74.650
Depósitos judiciais e compulsórios		6.439	5.830	17.410	6.373
Outras contas a receber	6	3.596	3.555	4.735	4.689
Imóveis destinados à venda	10	87	87	87	–
Créditos a receber	9	935.503	872.771	1.707.436	1.593.980
Operações com consórcios	24	–	–	9.230	9.230
Investimentos	12	**675.381**	**611.539**	**6.751**	**6.146**
Participações em controladas		671.428	607.585	2.798	2.192
Participações em coligadas		3.954	3.954	3.954	3.954
Imobilizado	13	**75.885**	**75.900**	**121.321**	**127.398**
Intangível	13	–	–	972	972
Total do Ativo		**1.710.032**	**1.586.947**	**2.101.974**	**1.961.478**

Demonstrações dos Resultados

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita Operacional Líquida	30	**70.255**	**56.320**	**187.582**	**197.137**
Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	31	**(70.950)**	**(51.324)**	**(174.484)**	**(167.909)**
Lucro (Prejuízo) Bruto		**(695)**	**4.995**	**13.099**	**29.228**
Receitas (Despesas) Operacionais		**57.594**	**31.464**	**(11.629)**	**(27.736)**
Despesas gerais e administrativas	31	(6.043)	(7.751)	(13.523)	(17.804)
Outras receitas operacionais	31	1.565	32.685	11.769	37.197
Outras despesas operacionais	31	(1.771)	(34.404)	(9.874)	(47.127)
Resultado da equivalência patrimonial	12	63.843	40.933	(1)	(2)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**56.899**	**36.459**	**1.469**	**1.492**
Receitas financeiras	32	54.468	53.911	114.280	111.123
(–) Despesas financeiras	32	(13.575)	(12.441)	(17.355)	(15.707)
Resultado antes dos Impostos		**97.792**	**77.929**	**98.393**	**96.908**
IRPJ e Contribuição Social Corrente	18	–	–	(3.184)	–
IRPJ e Contribuição Social Diferido	18	8	(11.309)	23	(28.403)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período		**97.800**	**66.620**	**95.232**	**68.505**
Atribuído aos acionistas controladores		–	–	97.800	66.620
Atribuído aos acionistas não controladores		–	–	(2.568)	1.883
Resultado básico/diluído por ação ON - R$	27	7,74	5,29	7,54	5,44
Resultado básico/diluído por ação PN - R$	27	7,74	5,29	7,54	5,44

Balanço Patrimonial

Passivo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo Circulante		**477.250**	**460.952**	**576.732**	**546.517**
Fornecedores	17	2.017	2.124	5.301	6.494
Instituições financeiras	14	250	218	4.979	1.238
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	457.633	442.850	519.031	490.618
Obrigações sociais e trabalhistas		4.767	4.427	7.330	7.276
Dividendos a pagar		100	100	2.528	2.528
Credores diversos	15 A	6.551	5.687	12.822	15.860
Parcelamento especial Lei 11.941/2009	19	–	–	1.290	1.146
Parcelamento recuperação judicial	19	–	–	5.378	4.969
Parcelamento exepcional PGFN	19	5.916	5.530	7.557	7.035
Operações com consórcios	24	16	16	10.515	9.353
Passivo não Circulante		**685.550**	**676.308**	**974.155**	**960.671**
Instituições financeiras	14	–	–	258	324
Credores diversos	15 A-B	250.833	130.788	233.834	134.326
Partes relacionadas	11	60.808	59.510	4.270	3.635
Parcelamento recuperação Judicial	19	139.892	251.623	147.268	234.625
Parcelamento excepcional PGFN	19	664	603	1.024	1.143
Obrigações sociais a pagar		–	–	–	58
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	4.179	4.502	37.607	36.272
Tributos diferidos	20	192.450	192.557	435.011	436.771
Provisão passivos contingentes	23	35.176	35.176	77.352	80.837
Provisão para reflorestamento	23	1.549	1.549	6.402	2.916
Operações com consórcios	24	–	–	31.128	29.764
Patrimônio Líquido	25	**547.231**	**449.687**	**551.087**	**454.289**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		**547.231**	**449.687**	**547.231**	**449.686**
Capital social		130.000	130.000	130.000	130.000
Reserva de reavaliação		37.189	37.205	37.189	37.204
Ajuste avaliação patrimonial		19.377	19.378	19.377	19.378
Reservas de lucros		196.230	196.484	196.230	196.230
Lucros (Prejuízos) acumulados		164.435	66.620	164.435	66.874
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	3.856	4.603
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.710.032**	**1.586.947**	**2.101.974**	**1.961.478**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	97.800	66.620	97.800	66.620
Outros Componentes do Resultado Abrangente:	**(17)**	**14**	**15**	–
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	(16)	11	16	–
Realização da reserva de reavaliação	(1)	3	(1)	–
Resultado Abrangente Consolidado do Período	97.783	66.634	97.815	66.620
Atribuído a sócios de empresa controladora	–	–	–	64.750
Atribuído a sócios não controladores	–	–	–	1.870

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	97.800	66.620	95.232	68.503
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	–	–	–	–
Depreciação, amortização e exaustão	(156)	(146)	(288)	(272)
Resultado de equivalência patrimonial	(63.843)	(40.933)	1	–
Constituição (reversão) de provisões	(1.565)	4.091	(1.565)	6.095
Custo do permanente baixado ou vendido	–	–	6.070	–
Aquisição do imobilizado	(143)	–	(143)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8)	11.309	(23)	28.403
Despesas de juros	13.575	12.441	24.703	23.128
Receita com juros sobre créditos a receber	(54.468)	(53.911)	(121.626)	(118.543)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	–
	(8.807)	**(528)**	**2.362**	**7.314**
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento) redução dos créditos a receber de clientes	6.975	(4.457)	(4.053)	(16.607)
(Aumento) redução dos estoques	1.465	484	1.218	633
(Aumento) redução de devedores diversos	(4.971)	(1.560)	(4.971)	(1.560)
Aumento (redução) de fornecedores	(107)	336	(1.193)	866
Aumento (redução) dos impostos, contribuições e obrigações sociais a pagar	15.139	24.328	37.082	55.358
Aumento (redução) de credores diversos	9.177	4.120	12.487	4.276
Operações com consórcios	–	–	1.860	(3.229)
(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	(126.559)	(97.654)	(187.612)	(150.112)
Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	106.352	71.130	159.110	117.527
	7.471	**(3.272)**	**13.927**	**7.152**
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**(1.336)**	**(3.800)**	**16.289**	**14.466**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado	–	–	–	–
Aquisição de investimentos	–	–	–	–
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**–**	**–**	**–**	**–**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Mútuos com partes relacionadas	1.298	3.771	(13.930)	(13.988)
Captações de empréstimos/financiamentos (principal)	33	28	33	28
Amortização de principal e juros de financiamentos	–	–	–	(395)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	**1.331**	**3.799**	**(13.897)**	**(14.355)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(5)**	**(1)**	**2.391**	**111**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17	18	941	830
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12	17	3.332	941
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(5)**	**(1)**	**2.391**	**111**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reservas de Reavaliação: Ativos Próprios	Reservas de Reavaliação: Ativos de Controladas	Reservas de Reavaliação: Total	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Lucros a Realizar	Reservas de Lucros: Total	Ajuste de Aval. Patrimonial: Ativos Próprios	Ajuste de Aval. Patrimonial: Ativos de Controladas	Ajuste de Aval. Patrimonial: Total	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**130.000**	**21.549**	**15.905**	**37.454**	**4.460**	**191.769**	**196.229**	**4.368**	**15.014**	**19.382**	**–**	**383.065**	**2.733**	**385.799**
Realização da reserva de reavaliação	–	**(250)**	–	(250)	–	–	–	–	–	–	–	(250)	–	(250)
Realização do aj. aval. patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	**(4)**	(4)	**(4)**	(4)	**(3)**	(7)
Constituição de reservas	–	–	–	–	–	**256**	256	–	–	–	**256**	256	–	256
Lucro (Prejuízo) líquido do período	–	–	–	–	–	**66.620**	66.620	–	–	–	**66.620**	66.620	**1.870**	66.620
Ajustes de minoritário do período	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.870
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**130.000**	**21.299**	**15.905**	**37.204**	**4.460**	**258.645**	**263.105**	**4.368**	**15.010**	**19.378**	**–**	**449.688**	**4.603**	**454.289**
Realização da reserva de reavaliação	–	(16)	–	(16)	–	(240)	(240)	–	–	–	(240)	(257)	–	(257)
Realização do aj. aval. patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	(1)	–	(1)	–	(1)	2	1
Lucro (Prejuízo) líquido do período	–	–	–	–	–	97.800	97.800	–	–	–	97.800	97.800	(747)	97.054
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**130.000**	**21.283**	**15.905**	**37.188**	**4.460**	**356.205**	**360.665**	**4.367**	**15.010**	**19.377**	**–**	**547.231**	**3.858**	**551.087**

Demonstrações do Valor Adicionado

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas	**70.385**	**62.103**	**206.546**	**207.728**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	50.010	40.996	158.921	147.536
Outras receitas	20.245	19.980	48.811	64.532
Perdas com créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	130	1.127	(1.186)	(4.340)
Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os Valores dos Impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(61.008)**	**(54.573)**	**(160.244)**	**(160.023)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(30.480)	(25.030)	(49.381)	(56.580)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(30.526)	(29.541)	(110.594)	(101.441)
Perda/Recuperação de valores ativos	–	–	–	(2.000)
Outros	(2)	(2)	(269)	(2)
Valor Adicionado Bruto	**9.377**	**7.530**	**46.302**	**47.705**
Depreciação, Amortização e Exaustão	(156)	(146)	(288)	(272)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Sociedade	**9.221**	**7.384**	**46.014**	**47.433**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**118.310**	**94.843**	**114.278**	**111.121**
Resultado de equivalência patrimonial	63.843	40.932	(1)	(2)
Receitas financeiras	54.468	53.911	114.280	111.123
Valor Adicionado Total a Distribuir	**127.531**	**102.227**	**160.292**	**158.554**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e Encargos	**6.865**	**3.685**	**23.302**	**23.615**
Remuneração direta	5.242	1.912	17.855	17.548
Benefícios	1.179	1.188	3.951	4.323
FGTS	444	585	1.496	1.744
Impostos, Taxas e Contribuições	**8.422**	**18.734**	**21.706**	**48.130**
Federais	4.889	16.130	17.558	43.239
Estaduais	104	439	334	496
Municipais	3.429	2.165	3.814	4.395
Remuneração de Capitais de Terceiros	**14.444**	**13.188**	**20.061**	**18.210**
Juros e variações monetárias	13.575	12.440	17.358	15.710
Aluguéis	869	748	2.702	2.500
Remuneração de Capitais Próprios	**97.800**	**66.620**	**95.223**	**68.599**
Participação dos não controladores	–	–	(4)	100
Lucro (Prejuízo) líquido do período	97.800	66.620	95.227	68.499
Valor Adicionado Distribuído	**127.530**	**102.227**	**160.292**	**158.554**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1) Informações Gerais: A Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial (a "Companhia") e suas controladas têm por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sobre regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável, incorporação imobiliária compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil, prestação de serviços a terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, extração, britagem e comércio de pedra britada. A Companhia poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1.200 Porto Alegre - RS, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa. Diante da situação econômica financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando há vários meses, a Alta Administração tomou algumas medidas para compatibilizar os fluxos financeiros com as suas operações. A Companhia elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no plano, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos financeiros para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação do fluxo de caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reenquadramento de custos e despesas fixas em 15% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a consequente revisão e/ou redução de todas as despesas administrativas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida financeira existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos. Neste plano operacional, estamos considerando um incremento no faturamento na ordem de10%, considerando que o segmento de infraestrutura recebe maior parcela de investimentos tanto do Governo Federal como Estadual. Determinadas ações do plano operacional estão impactadas por ações de terceiros, as quais a Companhia não possui total domínio. No dia 3 de Julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art.51 e seguintes da Lei 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de Julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências, sob nº 001/1.15-0114361-2 (CNJ: 0163234-77.2015.8.21.0001). Em 27 de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial. Em 24 de agosto de 2015, foi publicado o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos e no dia 21 de setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial. Em 03 de agosto de 2016, foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, e em 19 de agosto de 2016, foi realizada a primeira Assembléia de Credores, tendo como ordem do dia a deliberação do Plano de Recuperação. Após examinada a lista de presença, foi constatado que não havia quórum para instalação da assembleia geral de credores em primeira convocação, ficando a segunda Assembléia Geral convocada para o dia 30 de agosto de 2016. Em 30 de Agosto de 2016, foi aberta a segunda Assembléia Geral de Credores, tendo como ordem do dia a aprovação do Plano de Recuperação apresentado, que devido a alterações, foi sugerido e aprovado a suspensão da Assembléia Geral de Credores por 60 (sessenta) dias, ficando marcada para o dia 07 de novembro de 2016. Em 07 de Novembro de 2016, foi aberta a nova Assembleia de Credores, onde foram apresentadas as alterações do Plano de Recuperação Judicial. Após a votação, foi aprovado nas Classes I, III e IV, reprovado na Classe II. Em 14 de Novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juiza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Em 26 de Outubro de 2017, houve julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul mantendo integralmente a decisão que concede a recuperação judicial da Companhia, permanecendo a homologação do plano de recuperação judicial original e seu modificativo, consoante processo ajuizado originalmente perante a Vara de Direito Empresarial Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS e autuando sob nº 001/1.15.01143612-2. A Companhia manterá, durante todo o andamento do processo, sua estrutura de relacionamento com o mercado, de forma que todas as informações e fatos pertinentes à Companhia e ao processo judicial serão divulgados, oportunamente, em atenção à respectiva legislação. Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia e suas controladas, apresentam as propostas de pagamento como segue: **Classe I - Créditos Trabalhistas:** Os valores até R$ 13.000,00 por trabalhador arrolados, serão pagos em dinheiro e sem deságio, com prazo de trinta dias do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano. Os valores acima de R$ 13.000,00 por trabalhador arrolados, serão pagos sem deságio, sendo que, até R$ 13.000,00 em dinheiro e o saldo mediante dação em pagamento de "direitos creditórios judiciais". Os créditos convertidos judicialmente, serão pagos nas mesmas condições acima expostas (suspenso até a liquidação), sem deságio, com rateio de valores da venda de dois imóveis (81.781 e 81.782). O apoiador, com contrato de trabalho vigente, será nas mesmas condições acima expostas, sem deságio com a condição especial de eventuais pagamentos trimestrais em dinheiro, dentro do prazo de doze meses, como recompra de "direitos creditórios judiciais" cedidos aos credores (com recursos oriundos de percentual da receita operacional liquida da controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda.). **Classe II - Créditos com Garantia Real:** Os créditos com garantia real, serão pagos em dinheiro, sem deságio, em parcelas sucessivas, com rateio entre a classe conforme seus créditos, com entrada de R$ 817.309,85. Após doze meses de carência: 12 parcelas de R$ 136.218,31 cada; 24 parcelas de R$ 204.327,46 cada; 12 parcelas de R$ 272.436,62 cada; 06 parcelas de R$ 340.545,77 cada. **Classe III - Quirografário:** Deságio de 45% sobre o crédito arrolado com dação de "direitos creditórios judiciais". **Classe IV - ME e EPP:** Deságio de 35% sobre o crédito arrolado com dação de "direitos creditórios judiciais". O Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento para os Credores Classe III e Classe IV. Apoiador Regular: Para o Apoiador Regular que mantiver fornecimento, concedendo prazo de pagamento e preços competitivos conforme o mercado, da Classe III, concessão de trinta dias para pagamento, com deságio de 35% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de "direitos creditórios judiciais". Para Classe IV, concessão de trinta dias para pagamento, com deságio de 30% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de "direitos creditórios judiciais". Classe III e IV, concessão de 60 dias para pagamento, com deságio de 25% sobre o crédito arrolado e pagamento será dação de "direitos creditórios judiciais". Apoiador Financeiro: Para o Apoiador Financeiro, com oferta de serviços e operações financeiras dentro das condições usuais de mercado, será concedido um deságio de 35% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de "direitos creditórios judiciais". Apoiador Essencial/Relevante: Para o Apoiador Essencial/Relevante que se enquadrar em critérios de essencialidade e relevância, conforme disposições especificadas no Plano, bem como manter fornecimento com preços competitivos conforme o mercado, deságio de 15% sobre o crédito arrolado e pagamento em dação de "direitos creditórios judiciais". No dia 1º de Setembro de 2017, foi publicado no Diário da Justiça Eletronico do Estado do Rio Grande do Sul, novo Edital, e em 22 de Junho de 2018, um Edital complementar, conforme demonstrado abaixo. Resumo dos Valores conforme Edital do Plano de Recuperação Judicial "versus" Contabilidade.

continua →★

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024 da Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	
Valor Contabilizado	234.293
Valor Edital	455.836
Total Divergências	221.543

Os valores considerados na Recuperação Judicial, processo nº 001/1.15-0114361-2, foram relacionados conforme artigo 7, parágrafo segundo, da Lei nº 11.101/05. Desse modo, são passíveis de alteração conforme julgamento das divergências e habilitações de créditos, a fim de atender o artigo 18 da Lei nº 11.101/05. Assim, as divergências mencionadas no quadro acima, decorrem basicamente de operações entre partes relacionadas, que ainda estão sujeitas às devidas adequações de seus saldos. Resta pendende de julgamento, perante o Superior Tribunal de Justiça, os recursos apresentados por credores (ARESP nº 1367179, pelo Banco BMG, ARESP nº 1316925, pelo Banco do Brasil) contra a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base para Preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinados bens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/NBC TGs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Gerais (NBC-TG), bem como as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Consolidação: (a) Demonstrações financeiras e consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a.1) Controlada:** Controlada é a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é totalmente consolidada. Transações entre as empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladora e controlada são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora. Abrangem as demonstrações financeiras da Construtora Sultepa S.A. e das suas controladas, conforme quadro abaixo:

	Percentual de participação			
	31.12.2024		31.12.2023	
Sociedade	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pedrasul Construtora S/A	99,63	–	99,63	–
Sultepa Construções e Comércio Ltda.	99,95	–	99,95	–
Rioest Estacionamentos S/A	–	97,44	–	97,44
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda.	–	89,00	–	89,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda. (*)	–	43,42	–	43,42
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda.	–	50,00	–	50,00

A consolidação das demonstrações financeiras foi procedida em consonância com as normas aplicáveis, sendo eliminadas as participações e as transações ocorridas entre as sociedades e destacada a participação dos acionistas não controladores no capital social integralizado da controlada. (*) A Companhia possui preponderância na tomada de decisões sobre esse investimento, embora não tenha a maioria na participação em relação ao patrimônio líquido da investida. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora. **2.3 Conversão em Moeda Estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Empresa e suas controladas e também, a moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.5 Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **2.6 Instrumentos Financeiros:** Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de derivativos. **2.7 Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e executado a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **2.8 Estoques:** Os estoques da Companhia e suas controladas são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.9 Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, considerando-se a duração da vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia optou na adoção inicial das Normas Brasileiras de Contabilidade -Técnicas Gerais (NBC-TG), pela atribuição de custo ao ativo imobilizado relativos a imóveis, máquinas e equipamentos e veículos. **2.10 Propriedade para Investimentos:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. **2.11 Impairment de Ativos não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Como resultado da referida revisão, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **2.12 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes. **2.13 Contas a Pagar aos Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **2.15 Provisões:** Geral: provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e solidários: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa e sua controlada nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.17 Capital Social:** As quotas do capital são classificadas no patrimônio líquido. **2.18 Reconhecimento da Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e na prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas ligadas. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **2.19 Arrendamento Mercantil (Leasing):** Foram registrados no imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, sobre os quais a Companhia fica com todos os riscos e benefícios de propriedade, classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento como um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13. **2.20 Informações por Segmento:** A Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades de negócios considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões. **2.21 Normas, Interpretações e Alterações de Normas Contábeis:** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Gerais (NBC-TG). • IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014. • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. **2.22 Demonstração do Valor Adicionado - DVA:** As Demonstrações do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, seguindo as disposições contidas na NBC-TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.23 Evento Subsequente Conforme NBC TG 24 (R1):** "Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.". A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas no dia 24 de março de 2025. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** No decorrer do 4º trimestre de 2024, enviamos pedidos de informações de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia, para atender procedimentos obrigatórios de auditoria e até a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram recebidas respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos relacionados a Bancos - conta movimento e a Aplicações Financeiras na controladora, classificados no ativo circulante, bem como relacionados aos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) na controladora e consolidado, classificados no passivo circulante e não circulante referentes ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Caixa	8	14	8	14
Depósitos bancários	1	1	2.541	147
Aplicações líq. Imediata/Fdo. Investimentos	3	2	784	780
Total	**12**	**17**	**3.333**	**941**
5. Clientes:	**Controladora**		**Consolidado**	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Governo Federal	–	–	24.253	785
Governos Estaduais	1.069	7.293	12.406	30.910
Governos Municipais	586	586	3.845	1.316
Clientes Privados	2.354	3.021	5.089	7.197
(–) Prov. Devedores Duvidosos	(3.188)	(3.104)	(7.834)	(6.503)
Total	**821**	**7.796**	**37.759**	**33.705**

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada abaixo e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Saldo no início do período	**(3.104)**	**(3.011)**	**(6.503)**	**(6.856)**
Adições/reversões	(84)	(93)	(1.331)	353
Saldo no final do período	**(3.188)**	**(3.104)**	**(7.834)**	**(6.503)**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
A vencer	478	7.094	18.373	29.846
Vencidos até 30 dias	229	471	15.883	1.607
Vencidos até 60 dias	8	24	155	490
Vencidos até 90 dias	49	45	216	336
Vencidos há mais de 90 dias	3.245	3.266	10.966	7.929
Total	**4.009**	**10.900**	**45.593**	**40.208**

6. Outras Contas a Receber/Créditos a Receber: A Administração da Companhia e suas controladas entende que os valores são plenamente recuperáveis no decorrer do andamento das obras.

	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Devedores Diversos	4	19	3.596	3.555
Adiantamentos Diversos	7.622	4.026	–	–
Outros Créditos	2.601	2.595	–	–
Total	**10.227**	**6.640**	**3.596**	**3.555**

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Devedores Diversos	6.477	6.522	4.005	3.961
Adiantamentos Diversos	25.316	18.575	–	–
Outros Créditos	72.812	69.538	730	728
Total	**104.605**	**94.635**	**4.735**	**4.689**
7. Estoque:	**Controladora**		**Consolidado**	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Matéria-prima	527	2.041	703	2.072
Peças de reposição	112	101	150	122
Combustíveis e Lubrificantes	153	128	525	374
Outros	76	64	126	154
Total	**868**	**2.334**	**1.504**	**2.722**
8. Impostos a Recuperar:	**Controladora**		**Consolidado**	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Imposto de Renda e CSLL	1.094	412	3.308	3.458
INSS	117	65	3.569	2.531
Outros	–	–	43	45
Total	**1.211**	**477**	**6.920**	**6.034**
9. Créditos a Receber - Não Circulante:	**Controladora**		**Consolidado**	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Direitos Creditórios União (a)	629.284	587.465	1.400.937	1.308.394
Precatório Sinicon (b)	161.355	150.069	161.355	150.069
Precatórios União (c)	144.864	135.237	144.864	135.237
Precatórios Prefeitura POA (d)	–	–	280	280
Total	**935.503**	**872.771**	**1.707.436**	**1.593.980**

a) Créditos a receber - processo Construtora Sultepa S.A. e suas controladas x União Federal (sucessora do DNER): Referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 13 de outubro de 2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. A seguir, apresentamos as principais informações que tramitam na Justiça: A União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e suas controladas. A Ação Rescisória retromencionada foi julgada procedente pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. A Companhia interpôs embargos infringentes (Recurso Processual) por se tratar de Acórdão (decisão não unânime), que julgou procedente a ação rescisória. Em 26 de fevereiro de 2013, os embargos infringentes foram julgados improcedentes por 4 votos a 3 pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. Como o acórdão foi publicado de forma incompleta, em 10 de abril de 2013, opomos embargos de declaração, com o fim de que o acórdão fosse integralmente publicado. Nessa petição, não foi tratada questão de mérito, mas apenas questão processual (disponibilização da integralidade do acórdão). Assim, as questões relevantes serão tratadas em embargos de declaração a serem opostos após a publicação correta do acórdão. Caso a decisão dos Embargos Infringentes, após o julgamento dos Embargos de Declaração reiterar como procedente a ação rescisória, caberá recurso ao STJ e/ou ao STF. Novamente, a Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda, sendo provável a reversão da decisão de procedência da Ação Rescisória. Os assessores jurídicos sustentam que o julgamento de procedência da Ação Rescisória será revertido com base nos seguintes argumentos: o acórdão unânime que confirmou integralmente a sentença da qual se originou o precatório não violou o literal dispositivo de lei, não sendo cabível ação rescisória, com base no NCPC inciso V do art.485: houve a decadência da ação rescisória; a impossibilidade de rescisória para novo julgamento da causa mediante reexame de prova; a improcedência dos pedidos formulados na rescisória; o erro de fato deve ser afastado, considerando que houve pronunciamento judicial sobre o fato; e a parcela incontroversa objeto do precatório não pode ser abrangida pela Ação Rescisória, visto que a União expressamente reconheceu a quantia devida após o ajuizamento da Ação Rescisória, implicando evidente redução do pedido rescisório. Acerca do assunto, a Administração encaminhou consulta a dois escritórios de advocacia, os quais corroboraram com os argumentos dos assessores jurídicos. **b) Precatório Sinicon x União Federal:** Referem-se a Precatórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 02 de dezembro de 1998. Tal valor está sendo atualizado pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano. Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. A Ação Rescisória foi julgada procedente e o SINICON opôs embargos de declaração, que está pendente de julgamento. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Companhia, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. **c) Precatórios a receber da União Federal:** Referem-se à parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos à quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado no item (a). Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação da TR e de juros de 6% ao ano. A tramitação judicial deste item está mencionado no item (a) logo acima. Conforme descrito nas notas explicativas nº 19 e 22, os referidos precatórios foram dados para compensação de parcelas vencidas da Lei nº 11.941/2009 e parcelamentos simplificados junto à RFB - Receita Federal do Brasil. **d) Precatórios a receber da Prefeitura Municipal de Porto Alegre:** Refere-se ao precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativos a direitos oriundos do processo nº 10503085832 de recomposição de preços contra o Município de Porto Alegre, com trânsito em julgado em 23 de junho de 2008. Este crédito foi oferecido em garantia de dívidas, que a Controladora possui com a União Federal. A controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. também é detentora de precatório desta Prefeitura. **Composição dos Precatórios e Direitos Creditórios oferecidos como garantia/pagamento de dívidas da Companhia e controlada Pedrasul Construtora S.A.:** Os seguintes valores relativos aos créditos a receber - não circulante foram dados como garantias a dívidas existentes e utilizados como pedidos de compensação, através de liminar, para pagamento de tributos federais:

	31/12/2024	
Descrição	**Controladora**	**Consolidado**
Direitos Creditórios União (a)	100.337	100.337
Precatório Sinicon (b)	161.355	161.355
Precatórios União (c)	140.235	140.235
Precatórios Prefeitura POA (d)	–	280
Total	**401.927**	**402.207**

a) Garantia concedida aos debenturistas. b) Garantia concedida a credores diversos, instituição financeira e reforço de garantia para debenturistas. c) Parte do valor foi utilizado para pedidos de compensação de parcelas relativas ao parcelamento de tributos - Lei nº 11.941, parcelamentos ordinários, e como garantia concedida a credores diversos, conforme descrito nas notas explicativas 19, 21 e 22. d) Garantia em dívidas com a União Federal. **10. Imóveis Destinados à Venda:** A Administração está analisando propostas de compra para as áreas de terra, sem benfeitorias denominadas de Parobé e Jardim Monte Samkhya da controladora, registrados no Ativo Não Circulante com os valores de R$ 37 e R$ 50 respectivamente, os quais são menores que o valor justo menos a despesa de venda. **11. Partes Relacionadas: a) Saldos com partes relacionadas:**

Controladora	Ativo		Passivo	
Empresas	Não Circulante		Não Circulante	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Pedrasul Construtora S/A	–	–	3.699	4.213
Sultepa Constr. e Com. Ltda.	–	–	57.109	55.297
Outros	1	1	–	–
Total	1	1	**60.808**	**59.510**
Consolidado	**Ativo**		**Passivo**	
Empresas	**Não Circulante**		**Não Circulante**	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Sultepa Participações S.A.	50.551	46.978	–	–
Portella Nunes Partic. S.A.	28.121	252	–	–
Controle em conjunto	216	212	–	–
Outros	1.022	27.208	4.270	3.635
Total	**79.910**	**74.650**	**4.270**	**3.635**

Os saldos das operações de mútuos são atualizados nos mesmos índices de correção da poupança com vencimento final previsto até 31 de dezembro de 2025. As controladas Pedrasul Construtora S/A e Sultepa Construções e Comércio Ltda., possuem créditos a receber da controladora da Companhia Sultepa Participações S/A e Portella Nunes Participações S.A., no montante de R$ 78.672 classificado no Ativo Não Circulante, cuja realização depende do sucesso de operações futuras. **b) Remuneração do pessoal-chave:** A Companhia e suas controladas contabilizaram como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Benefícios de Curto Prazo (honorários, salários)	246	246	781	780
Total	**246**	**246**	**781**	**780**

12. Participações em Controladas e Coligadas: Os investimentos nas empresas controladas e coligadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Participações em controladas/coligadas	611.539	570.606	6.147	7.892
Equivalência Patrimonial	63.842	40.933	605	(1.745)
Saldo	**675.382**	**611.539**	**6.752**	**6.147**

31 de dezembro de 2024	Controladas		
Descrição	**Pedrasul Constr. S/A**	**Sultepa Constr. e Com. Ltda.**	**Sulbrape Constr. Ltda.**
Capital social	70.500	91.000	300
Patrimônio líquido ajustado	370.114	302.144	9.413
Resultado do período	35.150	26.122	–
Participação %	99,63	99,95	42,00

Controladas/Coligada	31.12.2024				31.12.2023
Descrição	**Pedrasul Const. S.A.**	**Sultepa Constr. e Com. Ltda.**	**Sulbrape Ltda.**	**Total**	**Total**
Saldo inicial	331.701	275.885	3.954	611.539	570.606
Equivalência Patrimonial	37.044	26.798	–	63.842	40.933
Saldo Final	**368.745**	**302.683**	**3.954**	**675.382**	**611.539**

continua →★

★ continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024 da Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado - Intangível:

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	**4%**	**11,50%**	**12,02%**	**10%**	
Saldos em 31.12.2023	**66.528**	**5.145**	**3.869**	**358**	**75.900**
Adições/Baixas	–	20	–	121	141
Depreciações	(50)	(25)	(40)	(41)	(156)
Saldos em 31.12.2024	**66.478**	**5.140**	**3.829**	**438**	**75.885**

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	**4%**	**11,50%**	**12,02%**	**10%**	
Saldos em 31.12.2023	**116.909**	**5.186**	**3.951**	**1.352**	**127.398**
Adições/Baixas	(6.000)	57	–	154	(5.789)
Depreciações	(84)	(64)	(46)	(94)	(288)
Saldos em 31.12.2024	**110.825**	**5.179**	**3.905**	**1.412**	**121.321**

Intangível - Consolidado	**Total**
Saldos em 31.12.2023	**972**
Saldos em 31.12.2024	**972**

Bens Oferecidos em Garantia

Descrição	31/12/2024 Controladora	31/12/2024 Consolidado
Imóveis	66.478	110.825
Máquinas e Equipamentos	5.140	5.179
Veículos	3.829	3.905
Total	**75.447**	**119.909**

a) Bens Reavaliados: As contas de imobilizado incluem R$ 60.426 (R$ 78.236 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa à reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31 de dezembro de 2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado. Como facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas Controladas decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações em 31 de dezembro de 2024, não encontrou a necessidade de constituição de provisão. A empresa realizou conferência e avaliação do imobilizado com objetivo de apurar o valor atualizado e/ou de mercado. **b) Direitos de lavra:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem terrenos com direitos de lavra, os quais foram reavaliados, nas datas conforme item acima, considerando a expectativa futura de produção de brita existentes nesta terra, no montante de R$ 65.845 (consolidado - R$ 109.881). Desse saldo, existem terrenos com direitos de lavra que se encontram sem atividades, no montante de R$ 14.746 (consolidado - R$ 30.359).**14. Empréstimos e Financiamentos:**

Controladora		Passivo Circulante	
Descrição	**Encargos**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	250	218
Total		**250**	**218**

Consolidado		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
Descrição	**Encargos**	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	4.507	822	–	–
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	250	218	–	–
Leasing (c)	1,36% a.m.;	222	198	**258**	**324**
Total		**4.979**	**1.238**	**258**	**324**

a) Para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9 e com aval dos diretores. No consolidado, encontram-se vencidos, o valor de 1.289. **(b)** Financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, encontram-se vencidos, na controladora, o valor de R$ 250. **(c)** Leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, encontram-se vencidos, no consolidado, o valor de R$ 87.

15. Outros: A) Credores Diversos:

Controladora	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Prestadores de Serviços	5.470	4.752	–	–
Subempreiteiros	455	90	–	–
Transportadores	406	494	–	–
Honorários a Pagar (1)	–	–	132.225	123.438
Outros	220	351	7.667	7.350
Total	**6.551**	**5.687**	**139.892**	**130.788**

Consolidado	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Prestadores de Serviços	10.380	10.732	–	–
Subempreiteiros	1.171	3.832	–	–
Transportadores	974	880	–	–
Honorários a Pagar (1)	–	–	132.225	123.438
Outros	297	416	15.043	10.888
Total	**12.822**	**15.860**	**147.268**	**134.326**

Refere-se à provisão dos honorários profissionais dos assessores jurídicos incidentes sobre os direitos creditórios, conforme descrito na nota explicativa nº 9. **B) Credores Recuperação Judicial:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01 e com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia e suas controladas, reclassificaram valores do Passivo Circulante para o Passivo Não Circulante. A coligada Sultepa Construções e Comércio Ltda., atribuiu o valor de 87.147 milhões da conta Credores Diversos - Recuperação Judicial para a sua controladora, para quitação de parte do saldo de partes relacionadas existente entre ambas, em razão do Plano de Recuperação Judicial prognosticar todos como integrantes de mesmo grupo econômico. A coligada Sultepa Construções permanecerá solidária ao pagamento deste valor.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Classe I - Trabalhista	12.077	12.077	14.505	14.505
(–) Pgto. Classe I	(10.836)	(10.045)	(11.384)	(10.594)
Classe II - Créditos c/ Garantia	132.070	132.070	94.448	94.448
Classe III - Créditos Quirografários	182.943	182.943	201.617	201.617
Classe III - Credores c/ Privilégios	–	–	–	–
(–) Deságio Classe III - Créditos Quirografários	(68.072)	(68.072)	(68.072)	(68.072)
Classe IV - Micro Empresas/EPP	4.078	4.078	4.149	4.149
(–) Deságio Classe IV - Micro Empresas/EPP	(1.428)	(1.428)	(1.428)	(1.428)
Total	**250.833**	**251.623**	**233.834**	**234.625**

16. Títulos a Pagar: Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os valores de Títulos a Pagar, classificados no Passivo Circulante, foram reclassificados para o Passivo Não Circulante - Credores Diversos - Recuperação Judicial e o pagamento se dará, conforme mencionado na nota explicativa nº 01. **17. Fornecedor:** O saldo com fornecedores, em 31 de dezembro de 2024, na controladora é de R$ 2.017 (consolidado - R$ 5.301). Estão apresentados pelos valores originais, sem provisão de eventual multa e juros, quando da efetiva liquidação. **18. Imposto de Renda e Contribuição Social - Resultado do Exercício:** O Imposto de renda e a contribuição social corrente das controladas diretas são calculados pelo lucro real, e as controladas indiretas (SCP) são tributadas pelo lucro presumido. As alíquotas utilizadas são de 15% e adicional de 10% para o lucro que ultrapassar R$ 240, para imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os tributos diferidos da controladora e consolidado são calculados com as mesmas alíquotas dos impostos correntes, incidentes sobre as receitas ainda não recebidas de órgãos públicos. Em 31 de dezembro de 2024, foi registrado no resultado da controladora o valor de R$ 8, e no consolidado o montante de R$ 23 como tributos diferidos.

Lucro real	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Resultado antes dos impostos	97.792	77.929	98.393	96.908
Equivalência patrimonial	(63.842)	(40.933)	2	2
Demais adições/exclusões	(58.359)	(3.734)	(89.097)	(13.372)
Base de cálculo	**(24.409)**	**33.262**	**9.298**	**83.538**
Imposto de renda e contrib. social corrente	**–**	**–**	(3.184)	–
Imposto de renda e contrib. social diferido	8	(11.309)	23	28.403
Total	**8**	**(11.309)**	**(3.161)**	**28.403**

19. Programa de Parcelamento de Tributos: a. Lei nº 11.941/2009: De acordo com a Lei nº 11.941/2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial - PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2024 estão sendo atualizados pela taxa Selic, conforme preconizado na Lei do parcelamento. A Companhia protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei nº 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S.A. também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos. Através do Comunicado Secat/DRF/POA/RS, a controladora, foi excluída das modalidades de parcelamento da Lei nº 11.941/2009, no âmbito da RFB e PGFN, relativo à parte que não foi objeto dos pedidos de compensação com créditos de precatórios, conforme abaixo demonstrado:

Composição dos parcelamentos perdidos	**Controladora**
Parcelamentos perdidos débitos não previdenciários	97.785
Parcelamentos perdidos débitos previdenciários	78.885
Reversão de Benefícios - Descontos Obtidos	159.743
Total	**336.413**

Composição dos Parcelamentos Atuais

Passivo Circulante	**Consolidado**
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.146**
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.290**

Parcelas compensadas: Abaixo, demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal, conforme descrito na nota explicativa Nº 9. Contabilmente, a Companhia e suas controladas não efetuaram a baixa do valor do precatório nem a baixa dos impostos compensados.

	Controladora	Consolidado
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	44.363	45.676
Parcelas compensadas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	17.240	19.523
Total compensado até 31 de dezembro de 2024	**61.603**	**65.199**

b. Lei nº 10.522/2002: De acordo com a Lei nº 10.522/2002 - artigo 10-A ,as controladas Pedrasul Construtora S.A. e a Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em 13 de novembro de 2019, ao parcelamento de Recuperação Judicial, em 86 parcelas, de tributos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos de Parcelamentos Simplificados, de Parcelamentos da Lei nº 12.996/14 e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. No decorrer do período a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., teve a exclusão do parcelamento.

	31/12/2024	31/12/2023	
Consolidado	**CP**	**CP**	**LP**
RFB - Débitos Fazendários	760	4.391	2.386
RFB - Débitos Previdenciários	2.032	2.737	1.136
PGFN - Débitos Fazendários/Previdenciários	2.944	4.070	–
(–) Baixas/Transferências	–	(3.183)	(3.522)
(–) Pagamentos efetuados	(358)	(3.046)	–
Total	**5.378**	**4.969**	**–**

c. Parcelamento Excepcional: A Companhia e suas Controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em setembro de 2021 ao parcelamernto excepcional junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluindo débitos previdenciários e não previdenciários em 120 parcelas. No decorrer do período, a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., foi excluída do parcelamento.

Controladora	31/12/2024 CP	31/12/2024 LP	31/12/2023 CP	31/12/2023 LP
PGFN - Demais Débitos	10.058	437	9.977	449
PGFN - Débitos Previdenciários	7.296	227	7.185	154
(–) Descontos PGFN Demais Débitos	(3.747)	–	(3.747)	–
(–) Descontos PGFN Débitos Previdenciários	(2.445)	–	(2.445)	–
(–) Pgtos. PGFN Demais Débitos	(443)	–	(409)	–
(–) Pgtos. PGFN Débitos Previdenciários	(151)	–	(115)	–
(–) Transferência p/ LP demais débitos	(2.102)	–	(2.087)	–
(–) Transferência p/ LP débitos Previdenciários	(2.917)	–	(2.896)	–
(–) Negociação	–	–	–	–
Atualização	367	–	67	–
Total	**5.916**	**664**	**5.530**	**603**

Consolidado	31/12/2024 CP	31/12/2024 LP	31/12/2023 CP	31/12/2023 LP
PGFN - Demais Débitos	11.596	–	12.177	–
PGFN - Débitos Previdenciários	11.541	1.024	16.954	–
(–) Descontos PGFN Demais Débitos	(4.052)	–	(4.315)	–
(–) Descontos PGFN Débitos Previdenciários	(4.225)	–	(6.461)	–
(–) Pgtos. PGFN Demais Débitos	(520)	–	(530)	–
(–) Pgtos. PGFN Débitos Previdenciários	(541)	–	(748)	–
(–) Transferência p/ LP demais débitos	(2.588)	–	(2.881)	–
(–) Transferência p/ LP débitos Previdenciários	(4.166)	–	(6.210)	–
(–) Negociação	–	–	(951)	–
Atualização	512	–	–	–
Total	**7.557**	**1.024**	**7.035**	**–**

20. Tributos Diferidos: A Companhia efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, conforme preconizado no NBCTG 32 (R3) e deliberação CVM 599/2009.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Direito creditório/precatório	737.510	737.510	1.404.083	1.404.083
Reserva de reavaliação	32.259	32.277	54.442	56.448
Ajuste de aval. patrimonial	6.605	6.607	25.360	29.386
Saldo	**776.374**	**776.394**	**1.483.885**	**1.489.917**
(–) Comp. Prejuízo fiscal	(221.253)	(221.253)	(221.253)	(221.253)
Base de cálculo p/IRPJ e CSLL	555.121	555.141	1.262.632	1.268.664
Alíquota Normal	34%	34%	34%	34%
IRPJ E CSLL	**188.741**	**188.748**	**429.295**	**431.346**
PIS E COFINS	**3.709**	**3.809**	**5.716**	**5.425**
Total	**192.450**	**192.557**	**435.011**	**436.771**

21. Debêntures: Em 02 de Outubro de 2013, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão, a Companhia apresentou proposta de repactuação compatível com fluxo de caixa atual. Os debenturistas não concordaram e autorizaram ao Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias para recuperação do crédito da comunhão de debenturistas. Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os valores de debêntures não estão sendo atualizados desde julho de 2015 e foram reclassificados para o Passivo Não Circulante - Credores Diversos-Recuperação Judicial e o pagamento, se dará, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01.

22. Impostos e Contribuições Sociais:

Controladora	Circulante		Não Circulante	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Imposto Corrente	**448.945**	**417.405**	**–**	**–**
IRRF	1.550	799	–	–
PIS/COFINS	9.044	4.268	–	–
INSS/FGTS	7.910	5.378	–	–
Outros	430.441	406.960	–	–
Parcelado	**8.688**	**25.445**	**4.179**	**4.502**
Não Previdenciário	4.149	20.801	421	503
Previdenciário	4.106	4.322	2.265	2.495
Outros	433	322	1.493	1.504
Total	**457.633**	**442.850**	**4.179**	**4.502**

Consolidado	Circulante		Não Circulante	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Imposto Corrente	**499.576**	**456.175**		
IRPJ/CSLL	62.374	5.846	–	–
IRRF	3.909	2.133	–	–
PIS/COFINS	17.444	8.884	–	–
INSS/FGTS	29.001	20.990	–	–
Outros	386.848	418.322	–	–
Parcelado	**19.455**	**34.443**	**37.607**	**36.272**
Não Previdenciário	9.754	25.929	668	681
Previdenciário	8.665	7.868	34.418	5.587
Outros	1.036	646	2.521	30.004
Total	**519.031**	**490.618**	**37.607**	**36.272**

23. Provisões: Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Companhia, cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis. Resumo das movimentações dos montantes provisionados:

Controladora	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Tributárias**	**Passivo solidário**	**Reflorestamento**	**Total**
(=) Saldos em 31.12.2023	**14.969**	**19.550**	–	**657**	**1.549**	**36.725**
(+) Novos processos/complementos e atualizações	–	–	–	–	–	–
(–) Reversões e pagamentos	–	–	–	–	–	–
(=) Saldos em 31.12.2024	**14.969**	**19.550**	**–**	**657**	**1.549**	**36.725**

Consolidado	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Tributárias**	**Passivo solidário**	**Reflorestamento**	**Total**
(=) Saldos em 31.12.2023	**22.703**	**19.550**	**31.880**	**6.704**	**2.916**	**83.753**
(+) Novos processos/complementos e atual e reversões	–	–	–	–	–	–
(=) Saldos em 31.12.2024	**22.703**	**19.550**	**31.880**	**6.704**	**2.916**	**83.753**

Características dos montantes: **Processos cíveis** - referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Companhia é responsável solidária junto a terceiros. **Processos trabalhistas** - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial. **Processos tributários** - referem-se a questões de tributos municipais e tributos federais. **Passivo solidário** - refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Companhia é responsável solidária junto a credores da CP Construções e Participações Ltda., Coparco Participações e Construções Ltda. e Noroesthe Bioenergética S.A. **Provisão para Reflorestamento de Jazida** - Foi constituída no valor de R$ 1.549 na controladora e R$ 2.916 no consolidado considerando a estimativa de gastos para restauração do local. **Provisões perda Possível -** A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso superior aos valores registrados na provisão. Em 31 de dezembro de 2024, os processos cíveis, trabalhistas e tributários, considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R$ 664.098 (consolidado R$ 675.301). Com base nas informações de nossa assessoria jurídica, os valores das provisões para contingências existentes em 31 de dezembro de 2024, serão revistos e se for o caso ajustados no decorrer do próximo ano. **24. Operações com Consórcios:** Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Companhia e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por Auditoria Externa, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados, os quais relacionamos a seguir: **Consórcio Conesul:** a Companhia participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio a Criança - CIAC'S. Atualmente este consórcio está paralisado. **Consórcio Construtor do Sul:** a Companhia participa com 24,50% e sua controlada Pedrasul Construtora S/A com 2,03%. Este consórcio encontra-se paralisado. **Consórcio SPP1:** a Controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 33,34% nas obras de capeamento asfáltico sobre pedra e pavimentação de novas vias urbanas no município de Pelotas/RS. Este consórcio encontra-se paralisado. **Consórcio Corredor Padre Cacique:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 50% na execução das obras de infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Sultepa/Pedrasul:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 5% e a Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 95%, na execução das obras do Projeto Crema, restauração e melhorias na BR 287 e BR 116. **Consórcio Sultepa/Convap:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 100%, na execução das obras de Construção da Barragem de São Gabriel/RS. **Consórcio BRT Bento:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução de pavimentação do BRT da Av. Bento Gonçalves - trecho entre a Av. Antonio de Carvalho e a Av. Princesa Isabel na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio BRT Protásio Alves:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução da pavimentação do BRT Protásio Alves - trecho da Av. Saturnino de Brito até a Rua Sarmento Leite, sob o regime de empreitada na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio TBS:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução da infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique/Av. Edvaldo Pereira Paiva (Beira Rio) - trecho 3 na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Viaduto Pinheiro Borda:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 42,50% na construção do viaduto estaiado da Rua Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Beira Rio:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 50% entre o complexo Beira Rio e a Av. Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Santa Maria:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 51% na execução de serviços referentes ao Programa CREMA 1ª etapa na Rodovia BR/158 na cidade Santa Maria/RS. **Consórcio Nova Bento:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 1% nas obras de entroncamento da Av. Bento Gonçalves e da III Perimetral (Av. Aparício Borges) na cidade de Porto Alegre/RS. **Consórcio Travessia:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 97% na elaboração de projeto básico e executivo das obras de duplicação, restauração de pista, implantação de ruas laterais e construção de obras de arte especiais. **Consórcio Crema/Santa Maria:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 31,25% nas obras de Restauração e Manutenção de Rodovias - Crema - na Região de Santa Maria/Cachoeira do Sul. **Consórcio Cânion Fortaleza:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução de serviços de pavimentação da estrada municipal CS-012, acesso ao Cânion Fortaleza, em Cambará do Sul/RS. **Consórcio Sultepa/Conpasul:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 50% na execução de serviços de recuperação de pavimentos em diversos logradouros de Porto Alegre/RS. **Consórcio Nova 118:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 70% na execução de serviços na Rodovia ERS-118, trecho entre BR-116 (Sapucaia do Sul - Entr. BR-290 (Gravataí), numa extensão de 1.400 km. **Consórcio Renova POA:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 50,01% na execução de obras de re-cuperação estrutural de pavimentos em diversos logradouros de Porto Alegre/RS do Plano de Requalificação de Vias Lote E-03C. **Consórcio Nova Conexão:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 50% na construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Caí, conforme Edital 006/23 Município de Feliz. **25. Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O capital Social autorizado é de R$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R$ 130.000. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	**Quantidades**
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280
Total	12.600.000

b) Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício, nos termos do art.193 da Lei 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de Retenção de Lucros:** Foi constituída, em decorrência da atual situação da companhia, que encontra-se em recuperação judicial, uma reserva de retenção de lucros conforme art.196 da Lei nº 6.404/76. Na controlada, em 31 de dezembro de 2024 o saldo da Reserva de Retenção de Lucros é de R$ 192.501. **d) Reservas de Reavaliações:** Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados. **e) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Companhia e das controladas (terrenos, edificações, maquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, onde em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 19.377 e em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 19.378. **26. Dividendos:** Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Companhia. **27. Resultado por Ação:** De acordo com NBCTG 41(R1) - (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM n° 636 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

	31.12.2024		31/12/2023	
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Ordinárias**	**Preferenciais**
Resultado do exercício	58.132	39.668	39.599	27.021
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	7.490	5.110	7.490	5.110
Resultado por ação - básico e diluído	7,74	7,74	5,29	5,29

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. **28. Instrumentos Financeiros: a) Gerenciamento de capital** - A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme amplamente divulgado nas notas explicativas nº 14 e 21, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. **b) Práticas contábeis significativas -** os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 2. **c) Categorias dos instrumentos financeiros -** A administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Controladora – Valor contábil e valor de mercado		Consolidado – Valor contábil e valor de mercado	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Ativos Financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	12	17	3.333	941
Clientes	821	7.796	37.759	33.705
	833	**7.813**	**41.092**	**34.647**
Passivos Financeiros				
Outros Passivos				
Empréstimos	250	218	5.237	1.562
	1.823	**218**	**5.237**	**1.562**

d) Risco de crédito - a Companhia atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Companhia e suas controladas mantém um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Companhia faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **e) Risco de mercado -** Os negócios da Companhia e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública. Recentemente, foi criado o RDC - Regime Diferenciado de contratação que se constitui em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, pela Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de tornar mais célere a contratação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Posteriormente sua abrangência foi estendida pelo governo para todas as obras do PAC. Uma das inovações implantadas pelo RDC é o regime de contratação integrada, que permite ao contratado desenvolver também o projeto da obra, e não somente sua execução. Outra inovação é a gestão de risco. O DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, maior contratante de obras por esta legislação, desenvolveu um modelo matemático para precificação do risco para a contratada que se responsabilizar pela obra. Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e consequentemente da própria formação dos preços. Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas. Para o segundo caso, a Companhia, através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços. É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, tanto na Lei nº 8.666/93, quanto o novo instituto do RDC, possuem dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que é preceito constitucional. **f) Risco de liquidez -** Representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. A Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1, está analisando a capacidade de geração de caixa através de mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter a atual posição. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos derivativos, contudo possuem exposição a risco de taxa de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures. A seguir, são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros, os

continua ★

★ continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024 da Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quais estão apresentados na nota explicativa nº 14:

Descrição	Controladora		Consolidado	
Instituições Financeiras	**Finame**	**Capital de Giro**	**Finame**	**Leasing**
Vencidos - 31/12/2024	250	1.289	250	87
A vencer - 31/03/2025	–	3.218	–	34
A vencer - Após 01/04/2025	–	–	–	359
Total	**250**	**4.507**	**250**	**480**

29. Cobertura de Seguros (Não Auditado): A Companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos e de suas obras. As principais coberturas de seguros vigentes em 31 de dezembro referem-se a seguro garantia de obras, o que é considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

		Importância Segurada	
Descrição	**Tipo de seguro**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Execução de Obras	Garantia	40.862	35.645
Total		**40.862**	**35.645**

30. Receita Líquida:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Receita Operacional Bruta	**70.255**	**62.104**	**203.532**	**213.096**
Receitas de Obras p/Empreitada	50.010	40.996	138.677	147.537
Receitas com Vendas de materiais	18.245	19.980	24.662	24.667
Receitas com Consórcios	–	–	37.556	39.762
Receita com Locação de Equips.	2.000	1.128	2.637	1.130
Impostos + Devoluções	**(6.899)**	**(5.784)**	**(15.950)**	**(15.959)**
Receita Líquida	**63.356**	**56.320**	**187.582**	**197.137**

31. Despesas por Natureza: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por Função	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Custos com Obras por Empreiteira	(64.050)	(51.324)	(174.484)	(167.909)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.043)	(7.751)	(13.523)	(17.804)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(205)	(1.846)	(2.304)	(10.058)
Total	**(70.298)**	**(60.921)**	**(190.311)**	**(195.771)**

	Controladora		Consolidado	
Despesas por Natureza	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Depreciação e Amortização	(156)	(146)	(288)	(272)
Despesas com Pessoal	(6.865)	(3.685)	(23.301)	(23.615)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outros e fretes	(30.526)	(29.541)	(110.594)	(101.441)
Custo dos produtos, das mercadorias e serv. vendidos	(30.480)	(25.030)	(49.381)	(56.580)
Provisões/Reversões de Contingências	(130)	(5.592)	(1.446)	(13.060)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.141)	3.073	(5.301)	(803)
Total	**(70.298)**	**(60.921)**	**(190.311)**	**(195.771)**

32. Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Despesas Financeiras:				
Lei 11.941/2009 e 12.996/2014/Pert.	–	(1.365)	(144)	(2.167)
Encargos financeiros s/tributos	(8.616)	(6.264)	(15.535)	(12.463)
Encargos s/financiamentos	(377)	(34)	(1.036)	(256)
Juros pagos/apropriados	(4.522)	(4.680)	(435)	(523)
Demais despesas financeiras	(60)	(98)	(205)	(298)
Total	**(13.575)**	**(12.441)**	**(17.355)**	**(15.707)**
Receitas Financeiras:				
Atualização proc. trânsito julgado	53.944	51.498	107.361	101.797
Juros recebidos/apropriados	367	1.856	5.707	7.311
Descontos obtidos	157	503	899	1.237
Demais receitas financeiras	–	54	313	778
Total	**54.468**	**53.911**	**114.280**	**111.123**
Resultado Financeiro	**40.893**	**41.470**	**96.925**	**95.416**

33. Compatibilização das Dívidas: Diante da atual situação financeira que a Companhia vem enfrentando, a alta administração implantou em todo o Grupo Econômico, um Planejamento Estratégico com monitoramento de forma ampla em todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo feitos ajustes de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no Planejamento, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo, com destinação de maiores recursos para obras que estão gerando maiores resultados. A Companhia criou um Fluxo de Caixa projetado com reenquadramento de custos e despesas fixas, para adequação ao ponto de equilíbrio com a consequente revisão e redução de todas as despesas por departamento. O Grupo encerrou o semestre com efetivo de 456 colaboradores, mantendo apenas benefícios de alimentação, transporte e saúde.

Diretoria

Sergio Mattos - Diretor Presidente, Administrativo Financeiro e Relações com Investidores

Pompilio Vieira Loguércio - Diretor de Obras

Conselho de administração

Pompilio Vieira Loguércio - Presidente do Conselheiro de Administração
Ricardo Thomé da Silveira - Conselheiro
Jaime Barrios da Costa - Conselheiro

Contador

Gilberto Loreno Reis - CRC 52.515/RS

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial -** Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial,** identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidados como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Continuidade operacional - Recuperação Judicial -** Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1, 15, 16, 21, 28 e nº 33, de que diante da situação econômica e financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando, a Administração elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. No dia 03 de julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art. 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências. Em 14 de novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Em 26 de outubro de 2017, houve julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul mantendo integralmente a decisão que concede a recuperação judicial da Companhia, permanecendo a homologação do plano de recuperação judicial original e seu modificativo, consoante processo ajuizado originalmente perante a Vara de Direito Empresarial Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS e autuando sob nº 001/1.15. 01143612-2. A Companhia manterá, durante todo o andamento do processo, sua estrutura de relacionamento com o mercado, de forma que todas as informações e fatos pertinentes à Companhia e ao processo judicial serão divulgados, oportunamente, em atenção à respectiva legislação. **Como o assunto foi tratado na auditoria -** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, por amostragem, da implementação dos controles e levantamentos dos itens considerados no Plano de Recuperação Judicial. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações. **Ênfases: Resumo dos valores conforme Edital do Plano de Recuperação "versus" Contabilidade:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1, os valores considerados na Recuperação Judicial foram relacionados conforme artigo 7, parágrafo segundo, da Lei nº 11.101/05. Desse modo, são passíveis de alteração conforme julgamento das divergências e habilitações de créditos, a fim de atender o artigo 18 da Lei nº 11.101/05. Assim, as divergências mencionadas no quadro da referida nota explicativa, no montante de R$ 221.543 mil (Consolidado), decorrem basicamente de operações entre partes relacionadas, que ainda estão sujeitas a devida adequação de seus saldos. Resta pendente de julgamento, perante o Superior Tribunal de Justiça, os recursos apresentados por credores (ARESP nº 1367179, pelo Banco BMG, ARESP nº 1316925, pelo Banco do Brasil) contra a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Créditos a Receber (direitos creditórios e precatórios):** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, que descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R$ 935.503 mil e consolidados em R$ 1.707.436 mil, em 31 de dezembro de 2024. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento. A administração da **Construtora Sultepa S.A.** suportada por parecer de seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda. Parte desses ativos foi dada como garantia de dívidas, R$ 401.927 mil (controladora) e R$ 402.207 mil (consolidado). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Empréstimos e financiamentos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, letra "a", em 31 de dezembro de 2024, para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9 e com aval dos diretores. No consolidado, encontram-se vencidos, o valor de 1.289 mil. Letra "b", financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, encontram-se vencidos, na controladora, o valor de R$ 250 mil. Letra "c", leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, no valor de R$ 87 mil, encontram-se vencidos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Compensações de contribuições sociais e impostos:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e nº 22, de acordo com a Lei nº 11.941/2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial - PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2024 estão sendo atualizados pela taxa Selic, conforme preconizado na Lei do parcelamento. A Companhia protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei nº 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S.A. também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos. Através do Comunicado Secat/DRF/POA/RS, a controladora, foi excluída das modalidades de parcelamento da Lei nº 11.941/2009, no âmbito da RFB e PGFN, relativo à parte que não foi objeto dos pedidos de compensação com créditos de precatórios, conforme demonstrado na nota 19. Das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal, conforme descrito na nota explicativa nº 9. Contabilmente, a Companhia e suas controladas não efetuaram a baixa do valor do precatório nem a baixa dos impostos compensados. De acordo com a Lei nº 10.522/2002 - artigo 10-A, as controladas Pedrasul Construtora S.A. e a Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em 13 de novembro de 2019, ao parcelamento de Recuperação Judicial, em 86 parcelas, de tributos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos de Parcelamentos Simplificados, de Parcelamentos da Lei nº 12.996/14 e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. No decorrer do período a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., teve a exclusão do parcelamento. A Companhia e suas Controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em setembro de 2021 ao parcelamento excepcional junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluindo débitos previdenciários e não previdenciários em 120 parcelas. No decorrer do período, a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., foi excluída do parcelamento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos. **Debêntures:** Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 21 e 28, os valores relativos as debêntures registradas no passivo circulante da controladora e do consolidado, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, não estão sendo atualizados desde julho de 2015 e foram reclassificados para o passivo não circulante - credores diversos - Recuperação Judicial, e o pagamento se dará conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Provisões para contingências:** De acordo com a nota explicativa nº 23, com base nas informações da assessoria jurídica da Companhia, os valores das provisões para contingências existentes em 31 de dezembro de 2024 serão revistos e se for o caso ajustados no decorrer do próximo trimestre. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Operações com consórcios:** Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24, a Companhia e suas controladas, visando aumentar sua capacidade operacional e produtiva em determinadas obras participam de alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por auditoria externa, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros Assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial,** e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial.** Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 28 de março de 2024, sem modificação com ênfases idênticas as mencionas neste. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de março de 2025

Moreira Associados
Auditores Independentes S/S
CRC RS 004632/O

Diego Rotermund Moreira
Contador - CRC RS 68603
CNAI nº 1128 - Sócio - Responsável Técnico

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A.

TASA3 TASA4

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02 - NIRE 4330000739-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - 29 de Abril de 2025, às 14:00 Horas

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 29 de abril de 2025, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Deliberar sobre a fixação do número de vagas para compor o Conselho de Administração no mandato que se inicia a partir da eleição a ser realizada na Assembleia; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; (v) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (vi) Deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária para o exercício social de 2025, nos termos da proposta da administração; e (vii) Deliberar sobre a proposta da administração de remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025, nos termos da proposta da administração. **Em Assembleia Extraordinária:** (i) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social mediante a capitalização de parte do saldo da conta de Reserva Estatutária (prevista no art. 41 do Estatuto Social), no montante de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com emissão de novas ações, a serem bonificadas aos acionistas nos termos da proposta da administração; e (ii) Em caso de aprovação do item (i) acima, deliberar sobre a reforma do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo capital social e número de ações que o representa, com a respectiva consolidação do documento. Instruções Gerais: A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada de forma presencial na sede da Companhia. Essa opção foi definida em função da tradição de a Companhia sempre realizar suas assembleias presencialmente nesse local, criando, assim, uma oportunidade adicional para os acionistas conhecerem as instalações. Além disso, a administração entende que o formato presencial garante uma comunicação mais clara e direta entre os presentes, possibilitando debates mais produtivos e a tomada de decisões informadas. Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (https://ri.taurusarmas.com.br/). Tais documentos encontram-se disponíveis também, desde a referida data, na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Para participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas, por si ou por seus representantes/procuradores legalmente constituídos, conforme o caso, deverão apresentar: (i) documento de identidade da pessoa natural presente; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, ficando dispensados da apresentação desse documento os acionistas que constarem da base acionária atualizada emitida pela instituição financeira depositária e pelo escriturador; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado fisicamente na sede social da Companhia ou na forma digital, validado pelo Sistema ICP Brasil. A representação dos acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento dependem da apresentação, ainda, dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até 02 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia (até 25/04/2025, às 14:00 horas), o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores por e-mail para agoe@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil aos cuidados da área de relações com investidores. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia por meio de voto a distância, usando o "Boletim de Voto à Distância", que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (https://ri.taurusarmas.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), devendo ser recebido pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia. Para fins do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante necessário para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM 70/2022. Sem prejuízo do prazo previsto no artigo 141, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/1976, a Companhia destaca a importância de os pedidos de voto múltiplo serem feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas. Por fim, destaca-se que o Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento permanente, razão pela qual não se aplica o disposto no artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM nº 81/2022.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

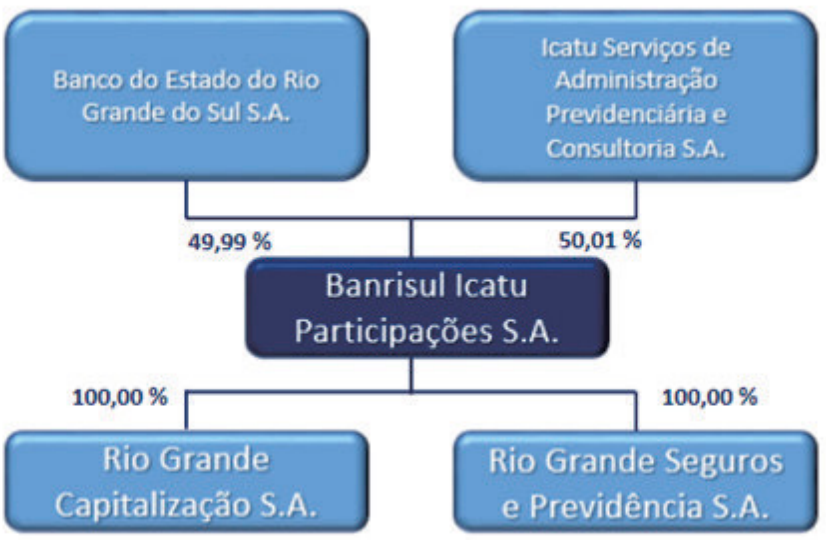
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Demonstrações) da Banrisul Icatu Participações S.A. e Controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas conforme os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB), homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia está emitindo suas Demonstrações com base no conjunto completo de normas internacionais em vigor (IFRS) enquanto suas controladas operacionais (Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A.) são obrigadas a emitir as suas demonstrações financeiras com base nas normas homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendadas pelo órgão regulador Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com isso, essas demonstrações financeiras apresentam os impactos da norma IFRS 17/CPC 50 nos números da regulada de seguros que divergem das informações reportadas ao regulador, uma vez que a SUSEP ainda não adotou o IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de Seguros e manteve o IFRS4/CPC 11 vigente.

Nessas Demonstrações, a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas.

Em 1º de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada à Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

A Companhia é controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%. A Companhia controla as empresas que operam majoritariamente no canal bancário do Banrisul com produtos de vida, previdência e capitalização, como apresentado a seguir:



A Companhia, por intermédio de entidades controladas está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a operar em todas as unidades da federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta e planos de capitalização.

2. Desempenho nas operações e patrimonial

No ano de 2024, para a Companhia, o resultado patrimonial, foi de R$ 151.476 (R$ 167.075 em 2023).

No ano de 2024, o resultado operacional de seguros e capitalização alcançou R$ 352.151 (R$ 369.249 em 2023). O resultado em cada segmento é apresentado em detalhes, a seguir:

Em seguros, em 2024, as receitas líquidas para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) foram de R$ 220.075 (R$ 246.596 em 2023). Para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de taxa variável (VFA), as receitas líquidas foram de R$ 11.849 (R$ 17.433 em 2023). Em contrapartida, o resultado líquido com contratos de resseguros em 2024 foi um ganho de R$ 4.906 (perda de R$ 4.194 em 2023). Esses montantes juntos proporcionaram uma receita total de seguros de R$ 236.830 em 2024 (R$ 259.835 em 2023).

As receitas de capitalização, em 2024, foram de R$ 115.321 (R$ 109.414 em 2023).

2.1. Operação e patrimônio

2.1.1. Seguros e previdência

No ano de 2024, as expectativas de sinistros e outras despesas incorridas totalizaram R$ 366.018 (R$ 349.944 em 2023) sendo R$ 357.275 (R$ 344.370 em 2023) para os contratos mensurados pelo BBA e R$ 8.743 (R$ 5.574 em 2023) para os contratos mensurados pelo VFA.

As variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido, em 2024, foram de R$ 11.574 (R$ 12.254 em 2023), sendo R$ 11.478 (R$ 12.183 em 2023) para os contratos mensurados pelo BBA e R$ 96 (R$ 71 em 2023) para os contratos mensurados pelo VFA.

A margem de seguros (CSM), em 2024, foi de R$ 165.622 (R$ 145.795 em 2023), sendo R$ 153.572 (R$ 127.208 em 2023) para os contratos mensurados pelo BBA e R$ 12.050 (R$ 18.587 em 2023) para os contratos mensurados pelo VFA.

Maiores detalhes podem ser vistos na nota explicativa 22.

2.1.2. Capitalização

Durante o ano 2024, a arrecadação da controlada Rio Grande Capitalização S.A. foi de R$ 828.842 (R$ 738.601 em 2023), representando um aumento de 12,2%.

Durante o ano de 2024, o resultado com as operações de capitalização foi de R$ 115.321 (R$ 109.414 em 31 de dezembro de 2023), 5,40% maior que o ano anterior, sendo as receitas líquidas com títulos de capitalização R$ 144.105 (R$ 140.161 em 31 de dezembro de 2023), 2,81% maior que o ano anterior.

O resultado com sorteio em 2024 foi de R$ 19.238 (R$ 19.313 em 31 de dezembro de 2023), 13,35% (13,78% em 31 de dezembro de 2023) das receitas líquidas com títulos de capitalização. Já o custo de aquisição foi de R$ 30.838 em 2024 (R$ 30.766 em 31 de dezembro de 2023), representando 21,40% (21,95% em 31 de dezembro de 2023) da receita liquida com títulos de capitalização. O comportamento do resultado de sorteio e do custo de aquisição perante as receitas líquidas com títulos de capitalização demonstra o equilíbrio na administração das despesas operacionais.

Maiores detalhes podem ser vistos na nota explicativa 24.

2.2. Despesas administrativas e resultado financeiro

Durante o ano de 2024, as despesas administrativas da Companhia foram de R$ 1.456 (R$ 1.389 em 2023). Já no consolidado, em 2024, as despesas administrativas foram de R$ 145.028 (R$ 133.935 em 2023), representando 41,2% (36,3% em 2023) do resultado operacional de seguros e capitalização.

O Grupo vem exercendo o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento no aprimoramento de seus processos.

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, em 2024, na Companhia, foram de R$ 714 (R$ 361 em 2023). No consolidado, esse montante foi de R$ 57.548 (R$ 54.498 em 2023), representando 16,3% (14,8% em 2023) do resultado operacional de seguros e capitalização.

2.3. Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atingiu um ativo total de R$ 338.172 (R$ 346.448 em 2023), representando um decréscimo de 2,4%.

O consolidado, em 2024, atingiu um ativo total de R$ 8.356.240 (R$ 7.210.711 em 2023), representando um aumento de 15,9%.

O patrimônio líquido da Companhia, em 2024, atingiu o montante de R$ 338.070 (R$ 346.369 em 2023), representando um decréscimo de 2,4%. Não havia, nessas datas, diferenças entre os patrimônios líquidos da Companhia e do consolidado.

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2024	2023
Lucro líquido do ano	**150.734**	**166.047**
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	5.595	4.641
Base para a distribuição de dividendos	**156.329**	**170.688**
Dividendos pagos e propostos decorrentes do lucro do exercício	135.000	100.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	86,36%	58,59%
Destinação à reserva de lucros	**156.329**	**95.486**

A Companhia é uma *holding* de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS 17/CPC 50, a SUSEP ainda não referendou a adoção da norma. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados.

Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

Na demonstração dos fluxos de caixa é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2024 e de 2023.

4. Troca do acionista controlador

Em 1º de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

5. ASG – Ambiental, Social e Governança

A atenção com a sustentabilidade e com o bem-estar social são intrínsecas ao negócio do Grupo ao qual a Companhia pertence. Nosso propósito é oferecer tranquilidade financeira para que nossos clientes e suas famílias possam aproveitar todas as fases de sua vida. Nossos produtos conferem estabilidade social e econômica, especialmente em momentos críticos.

Em 2022, com a publicação da Circular SUSEP n° 666, a Jornada ASG na Companhia ganhou força. O primeiro passo foi entender a nossa materialidade e definir os temas prioritários para a Companhia: 1) Governança, ética e conduta profissional, 2) Pessoas – desenvolvimento, proteção dos direitos humanos, 3) Diversidade e inclusão, 4) Responsabilidade social e 5) Meio ambiente e riscos climáticos.

A melhoria no entendimento da materialidade e maturidade dos controles internos foram essenciais para publicarmos nossa política de sustentabilidade e para mapearmos os riscos ASG. Em fevereiro de 2024, os riscos de sustentabilidade foram integrados ao Sistema de Controles Internos (SCI) e à Estrutura de Gestão de Riscos (EGR).

Também em 2024, além das ações que já fazem parte dos produtos e da operação, podem ser observadas também pela ótica de ASG que iniciamos ações importantes para a jornada. Por exemplo, a conscientização dos públicos internos sobre assuntos ligados à sustentabilidade, programa Inclusive (inclusão de Pessoas Com Deficiências – PCDs), patrocínio da Organização Não Governamental – ONG 42 Rio, ações de doação para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul (RS) e para projetos sociais das comunidades do entorno da Matriz e campanha de diminuição do uso de plástico. Além disso também implementamos procedimentos para análise de fornecedores que solicitam cadastro, e de clientes novos de seguro de vida em grupo em relação a crimes ambientais, inserção em listas restritivas de trabalho escravo ou infantil, demonstrando a preocupação do Grupo Icatu com sua cadeia de valor.

Em 2025, lançaremos o primeiro Relatório de Sustentabilidade. Adicionalmente, continuarão sendo previstas ações que aprofundam o trabalho já realizado em todos os cinco temas materiais definidos pela Companhia, incluindo o aumento da conscientização de todos os públicos de interesse para que nossas escolhas como pessoas, colaboradores, líderes e cidadãos construam um futuro melhor para todos. Estaremos sempre atentos às melhores práticas de governança, à ética, a conformidade com a legislação, bem como às melhores práticas de mercado com vistas ao bem-estar coletivo.

Em sua contribuição à sociedade, o Grupo retornou, em 2024, R$ 126.334 em sinistros pagos (R$ 126.754 em 2023), R$ 512.087 em resgates (R$ 536.054 em 2023), R$ 19.852 em sorteios (R$ 18.728), R$ 135.000 em pagamentos de dividendos (R$ 160.000 em 2023) aos acionistas, R$ 220.325 pagos à serviços de terceiros (R$ 205.793 em 2023), R$ 41.876 em tributos indiretos (R$ 42.394 em 2023) e R$ 102.557 em tributos diretos (R$ 113.385 em 2023).

6. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para a Companhia e suas controladas e os valores contratuais no ano de 2024, brutos de tributos, totalizam R$ 669 (R$ 640 em 2023), referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração limitada, quando requeridos pelo órgão regulador.

7. Agradecimento

A Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança.

Porto Alegre, 26 de março de 2025.

A Administração.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante		**2.630**	**2.403**	**2.343.856**	**1.980.140**
Caixa e equivalentes de caixa		**44**	**54**	**38.964**	**42.840**
Aplicações financeiras	**5**	**677**	**1.585**	**2.240.962**	**1.879.038**
Ativos de contratos de resseguro	**7**	**–**	**–**	**15.371**	**14.684**
Ativos financeiros - capitalização		**–**	**–**	**57**	**53**
Outros créditos operacionais	**9**	**–**	**–**	**41.365**	**36.599**
Títulos e créditos a receber:		**1.909**	**764**	**7.137**	**6.926**
Títulos e créditos a receber	10	946	–	4.757	4.938
Créditos tributários e previdenciários	11.1.	963	764	2.379	1.987
Outros créditos a receber		–	–	1	1
Não circulante		**335.542**	**344.045**	**6.012.384**	**5.230.571**
Aplicações financeiras	**5**	**–**	**–**	**5.975.357**	**5.205.820**
Títulos e créditos a receber:		**–**	**–**	**35.666**	**23.970**
Créditos tributários e previdenciários	11.3.1.	–	–	21.131	10.246
Depósitos judiciais e fiscais	12	–	–	14.535	13.724
Investimentos	**13**	**335.448**	**343.951**	**–**	**–**
Imobilizado		**–**	**–**	**1.015**	**536**
Intangível		**94**	**94**	**346**	**245**
Total do ativo		**338.172**	**346.448**	**8.356.240**	**7.210.711**

(*) O critério de segregação entre circulante e não circulante das aplicações financeiras vinculadas aos fundos atrelados ao plano de previdência foram alteradas com o objetivo de classificar adequadamente os ativos de acordo com os passivos relacionados.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante		**102**	**79**	**2.660.400**	**2.371.848**
Contas a pagar:		**102**	**79**	**59.427**	**61.618**
Obrigações a pagar	14	83	63	44.446	48.663
Impostos e encargos sociais a recolher		19	15	5.343	4.054
Empréstimos e financiamentos		–	–	232	180
Impostos e contribuições	11.2.	–	1	9.009	8.202
Outras contas a pagar		–	–	397	519
Passivos de contratos de seguro	**6**	**–**	**–**	**1.218.817**	**1.154.307**
Passivos financeiros - capitalização	**15**	**–**	**–**	**2.387**	**2.147**
Depósitos de terceiros	**16**	**–**	**–**	**9**	**173**
Passivos financeiros atuariais - capitalização	**17**	**–**	**–**	**1.379.759**	**1.153.603**
Não circulante		**–**	**–**	**5.357.771**	**4.492.494**
Contas a pagar:		**–**	**–**	**503**	**–**
Empréstimos e financiamentos		–	–	503	–
Passivos de contratos de seguro	**6**	**–**	**–**	**5.305.010**	**4.437.861**
Provisões judiciais	**18.2.**	**–**	**–**	**15.160**	**13.805**
Tributos diferidos	**11.3.2.**	**–**	**–**	**37.098**	**40.828**
Patrimônio líquido	**19**	**338.070**	**346.369**	**338.070**	**346.369**
Capital social		118.334	118.334	118.334	118.334
Reserva de lucros		246.737	230.854	246.737	230.854
Ajuste de avaliação patrimonial		(27.001)	(2.819)	(27.001)	(2.819)
Total do passivo e patrimônio líquido		**338.172**	**346.448**	**8.356.240**	**7.210.711**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

								Consolidado
		Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Outras Reservas (IFRS17/CPC50)	Reserva para dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**118.334**	**23.667**	**76.307**	**65.885**	**36.900**	**(14.968)**	**–**	**306.125**
Reversão ajustes de outros resultados abrangentes – IFRS 17/CPC 50	–	–	–	(1.052)	–	1.052	–	–
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	–	–	–	–	–	9.748	–	9.748
Outros resultados abrangentes – IFRS 17/CPC 50	–	–	–	–	–	1.349	–	1.349
Dividendos declarados e pagos antecipadamente (AGOE 30/04/2023)	–	–	–	–	(36.900)	–	–	(36.900)
Dividendos declarados e pagos antecipadamente (AGE 31/08/2023)	–	–	(24.798)	–	–	–	(75.202)	(100.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	166.047	166.047
Destinação do lucro líquido								
Constituição de reserva estatutária	–	–	95.486	–	–	–	(95.486)	–
Constituição de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	–	–	–	(4.641)	–	–	4.641	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**118.334**	**23.667**	**146.995**	**60.192**	**–**	**(2.819)**	**–**	**346.369**
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	–	–	–	–	–	(15.804)	–	(15.804)
Outros resultados abrangentes – IFRS 17/CPC 50	–	–	–	–	–	(8.378)	–	(8.378)
Efeito da mudança de prática contábil	–	–	149	–	–	–	–	149
Distribuição de dividendos intermediários (AGOE 29/04/2024)	–	–	(65.000)	–	–	–	–	(65.000)
Distribuição de dividendos intermediários (AGE 30/09/2024)	–	–	(70.000)	–	–	–	–	(70.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	150.734	150.734
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva estatutária	–	–	156.329	–	–	–	(156.329)	–
Constituição de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	–	–	–	(5.595)	–	–	5.595	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**118.334**	**23.667**	**168.473**	**54.597**	**–**	**(27.001)**	**–**	**338.070**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de contratos de seguro	22.1.	–	–	658.424	643.380
Despesas de contratos de seguro	22.2.	–	–	(426.500)	(379.351)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	23	–	–	4.906	(4.194)
Resultado de contratos de seguro e resseguro		**–**	**–**	**236.830**	**259.835**
Receita líquida com títulos de capitalização		–	–	144.105	140.161
Resultado com sorteios		–	–	(19.238)	(19.313)
Custo de aquisição		–	–	(30.838)	(30.766)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização		–	–	21.292	19.332
Resultado com operações de capitalização	**24**	**–**	**–**	**115.321**	**109.414**
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro		–	–	(12.240)	(30.107)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro		–	–	(415)	(2.904)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas		714	361	70.203	87.509
Resultado financeiro líquido	**25**	**714**	**361**	**57.548**	**54.498**
Despesas administrativas	**26**	**(1.456)**	**(1.389)**	**(145.028)**	**(133.935)**
Outras receitas/(despesas) operacionais	**27**	**–**	**–**	**(16.240)**	**(15.244)**
Resultado patrimonial	**13**	**151.476**	**167.075**	**–**	**–**
Resultado antes dos tributos		**150.734**	**166.047**	**248.431**	**274.568**
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	–	–	(101.427)	(111.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	–	–	3.730	3.095
Lucro líquido do exercício		**150.734**	**166.047**	**150.734**	**166.047**
Quantidade de ações		**88.877.773**	**88.877.773**	**88.877.773**	**88.877.773**
Lucro básico por ação	**29.1.**	**1,70**	**1,87**	**1,70**	**1,87**
Lucro diluído por ação	**29.1.**	**1,70**	**1,87**	**1,70**	**1,87**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**150.734**	**166.047**	**150.734**	**166.047**
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e controladas (VJORA)	(26.339)	16.247	(26.339)	16.247
Outros resultados abrangentes (VJORA) - IFRS 17/CPC 50	(8.378)	2.401	(8.378)	2.401
Efeito dos tributos	10.535	(6.499)	10.535	(6.499)
Total do resultado abrangente	**126.552**	**178.196**	**126.552**	**178.196**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**150.734**	**166.047**	**150.734**	**166.047**
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações	–	–	343	281
Resultado de equivalência patrimonial	151.476	167.075	–	–
Despesas com juros	–	–	2	6
Variação dos passivos de contratos de seguro	–	–	899.246	741.395
Variação dos passivos financeiros atuariais de capitalização	–	–	531.927	554.782
Variação dos tributos sobre o lucro	35	172	101.759	111.204
Variações nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	908	1.214	(1.131.461)	(2.140.261)
Ativos financeiros – capitalização	–	–	(4)	(19)
Outros créditos operacionais	–	–	(4.766)	(23.468)
Ativos de contratos de resseguro	–	–	(687)	2.512
Créditos fiscais e previdenciários	(199)	(94)	(392)	2.434
Ativo fiscal diferido	–	–	(10.885)	6.511
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	(811)	(95)
Outros ativos	(277.973)	(369.535)	(822)	(713)
Títulos e créditos a receber	(946)	24.193	181	(1.842)
Impostos e encargos sociais a recolher	4	(173)	1.289	870
Outras contas a pagar	20	(23.053)	(3.416)	14.042
Passivos financeiros – capitalização	–	–	(531.687)	(353)
Depósitos de terceiros	–	–	(164)	129
Passivos de contratos de seguro	–	–	32.413	1.274.794
Passivos financeiros atuariais – capitalização	–	–	226.156	(453.401)
Provisões judiciais	–	–	1.355	1.431
Tributos diferidos	–	–	(3.730)	(3.095)
Outros passivos	(24.033)	34.197	(24.036)	34.371
Caixa gerado das operações	**26**	**43**	**232.545**	**287.562**
Recebimento de dividendos	135.000	160.000	–	–
Tributos sobre o lucro pagos	(36)	–	(100.952)	(111.035)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**134.990**	**160.043**	**131.593**	**176.527**
Atividades de investimento				
Pagamento pela compra:				
Intangível	–	–	(101)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**–**	**–**	**(101)**	**–**
Atividades de financiamento				
Juros pagos	–	–	(2)	–
Pagamento de dividendos	(135.000)	(160.000)	(135.000)	(160.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	–	(366)	(258)
Caixa líquido consumido das atividades de financiamento	**(135.000)**	**(160.000)**	**(135.368)**	**(160.258)**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(10)**	**43**	**(3.876)**	**16.269**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**54**	**11**	**42.840**	**26.571**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**44**	**54**	**38.964**	**42.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Banrisul Icatu Participações S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída segundo as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos, n.º 1163, 6º andar, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia tem como objetivo participar como sócia ou acionista de outras sociedades e suas controladas atuam nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta e nos segmentos de capitalização.

Em 1º de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada à Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

A Companhia é uma controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. e em última instância pelo Grupo Icatu, representada pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda., e possui como sócio o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A..

A seguir, é demonstrado a quantidade de ações pertencentes aos acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

Composição acionária	ON	%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	44.429.999	49,99
Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.	44.447.774	50,01
Total	**88.877.773**	**100,00**

Nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Demonstrações), a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A., pela suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados "Fundos Exclusivos".

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações são preparadas conforme os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB), homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Estas incluem os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações dos fluxos de caixa.

A administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 26 de março de 2025.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

(i) Equivalentes de caixa;

(ii)Aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado (VJR) (notas 5.3. e 5.4.);

(iii) Aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 5.2. e 5.4.);

(iv) Passivos de contratos de seguro (notas 6.1. e 6.2.); e

(v) Passivos financeiros atuariais – capitalização (nota 17).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades do Grupo são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Consolidação

As práticas contábeis e de consolidação foram aplicadas de forma consistente em todas as empresas consolidadas. As Demonstrações Financeiras abrangem informações da Companhia, das controladas diretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. Além disso, são apresentadas as participações nos fundos exclusivos, conforme detalhado a seguir:

CNPJ	Nome do fundo	Classificação	Classificação	%
16.687.215/0001.62	Rio Grande Prev II FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
47.543.107/0001-40	Rio Grande Absoluto FIF RF Créd Priv Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
26.978.178/0001-03	Icatu Vanguarda Cap Banrisul FIRF Soberano	Exclusivo	Recursos Próprios	100,0%
29.045.297/0001-93	Rio Grande Moderado Prev FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
16.687.228/0001-31	Rio Grande Prev I FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
14.843.771/0001-55	Icatu Vanguarda Rio Grande Seguros Soberano FIRF	Exclusivo	Recursos Próprios	100,0%
33.269.310/0001-65	Rio Grande Prev III FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
53.480.514/0001-58	Rio Grande Igaraté FIC de FIF Mult Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
33.520.997/0001-60	Rio Grande Minha Aposentadoria 2030 FIC MM Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
34.081.311/0001-44	Rio Grande Minha Aposentadoria 2040 FIC MM Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
10.513.168/0001-54	Icatu Vanguarda Renda Ipca Soberano FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Concessão de Renda	2,7%
02.764.336/0001-56	Icatu Seg Moderado B Fc FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	0,6%

As principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das Demonstrações, estão descritas a seguir:

a) Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas controladas, bem como os saldos das receitas e despesas entre as controladas;

b) Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas, bem como dos investimentos entre as controladas; e

c) Consolidação dos fundos de investimentos exclusivos.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Segregação entre circulante e não circulante

O Grupo efetua a revisão dos valores registrados no ativo circulante e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

• Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado (VJR) são classificados de acordo com o modelo de negócios;
• Os ativos e passivos sujeito à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Mensuração e classificação

O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.3.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.3.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.3.1.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.3.2. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:
• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e
• Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.

3.3.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.3.3.1. Ativos financeiro

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.
Em cada data do balanço, o Grupo deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, o Grupo deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, o Grupo deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
O Grupo avalia a recuperação dos ativos financeiros a cada data de balanço. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.3.3.2. Ativos não financeiro

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.
As perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.
O Grupo avalia a recuperação dos ativos não financeiros a cada data de balanço. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas". Os depósitos referentes a processos cíveis e trabalhistas são atualizados monetariamente pela taxa referencial (TR) + 0,5% ao mês e os fiscais atualizados monetariamente pela taxa Selic.

3.5. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Imobilizado", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida nas rubricas "Empréstimos e financiamentos" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio, fica-se com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:
• Utilizar como *rating*, um grau de investimento, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
• Utilizar o capital *rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
• Levar em consideração as parcelas dos arrendamentos.
A depreciação do arrendamento mercantil é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.6. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.6.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.
Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

3.6.2. PIS e COFINS diferidos

Para fins estatutários, o Grupo constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente dos passivos financeiros de seguros, que são provisões que serão pagas futuramente. Essa constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno do Grupo, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passou-se a adotar a atualização prevista na Lei nº 14.905/2024.
O Grupo adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada "provável" exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.
As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial são atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.
Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos do Grupo e dos consultores legais independentes, e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.
Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente ao Grupo em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.8. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.9. Classificação de contratos

A controlada Rio Grande Seguros e Previdência S.A. avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.
Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.5.

3.10. Contratos de seguro e resseguro

3.10.1. Avaliação dos contratos de seguro e resseguro

O IFRS17/CPC 50 é aplicável a todos os contratos de seguro, incluindo contratos de resseguro, que emitam, contratos de resseguro mantidos e contratos de investimentos com características de participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora. O Grupo avaliou os seus contratos de seguros emitidos, resseguro mantidos e considerou que esses encontram-se dentro do alcance do novo normativo, com exceção dos produtos de capitalização.
Os produtos de capitalização não estão incluídos no escopo de aplicação do IFRS 17/CPC 50, uma vez que não apresentam um risco segurado significativo de uma outra parte, no qual aceita compensar o segurado no caso de um evento futuro incerto afetar de modo negativo o segurado. Esses produtos estão no escopo do IFRS 9/CPC48.
Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.
Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente a critério do emissor.

3.10.2. Separação de componentes

O IFRS 17/CPC 50 define que, após classificar os contratos em seu escopo, a entidade deve avaliar se esses possuem:
(I) Algum derivativo embutido;
(II) Componentes distintos de investimento; ou
(III) Um bem distinto ou serviço não relacionado a seguro.
Um componente de investimento é distinto se o fluxo de caixa não estiver altamente inter-relacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição.
Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice.
O Grupo avaliou os contratos no escopo do novo normativo e concluiu não haver componentes a serem separados.

3.10.3. Nível de agregação

Para fins de mensuração, o IFRS 17/CPC 50 exige que os contratos de seguro emitidos e resseguro mantidos sejam agregados com base em riscos semelhantes e administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras, ou seja, por um intervalo máximo de 12 meses e depois divididos em três categorias:
(I) Grupos de contratos onerosos no reconhecimento inicial;
(II) Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e
(III) Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.
Essas agregações são denominadas grupos de contratos.
Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indícios de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.
A seguir apresentamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do IFRS 17/CPC 50:
(I) A carteira Vida foi dividida em quatro grupos: carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual e Vida em Grupo.
1. A carteira Habitacional contempla produtos que possibilitam o pagamento das parcelas de dívida do segurado correspondente ao saldo devedor a vencer na data do sinistro relativo ao financiamento para aquisição, reforma ou construção do imóvel, ou a reposição desse, na ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável;
2. A carteira Prestamista/Rural contempla produtos cujo objetivo é amortizar ou custear, total ou parcialmente, obrigação assumida pelo devedor até o limite do capital segurado contratado, no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável;
3. A carteira Vida Individual contempla produtos cujo objetivo é garantir o pagamento de uma indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários, no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável; e
4. A carteira Vida em Grupo contempla produtos cujo objetivo é garantir o pagamento de uma indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável.
(II) A carteira Previdência foi dividida em dois grupos: carteiras PGBL/VGBL e Risco Previdência.
1. A carteira PGBL/VGBL contempla produtos que, ao longo do período de pagamento do benefício, garantem um valor mensal vitalício ou por prazo determinado, a depender da escolha do participante, calculado com base na taxa de juros, na sobrevivência da tábua biométrica e na atualização monetária anual; e
2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem pagamento de renda, no caso de morte e/ou invalidez do segurado.
(III) A carteira Resseguro Mantido contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora.

3.10.4. Limite contratual

Conforme as diretrizes estabelecidas pelo IFRS 17/CPC 50, os fluxos de caixa estão incluídos no âmbito dos contratos de seguro quando decorrem de compromissos e direitos existentes durante o período das Demonstrações. Isso ocorre quando a entidade pode exigir que o segurado pague prêmios ou a entidade seja obrigada a fornecer cobertura de seguro ao segurado.
Considera-se como limite contratual, para fins de projeção de fluxos de caixa, a data a partir da qual a entidade tem a capacidade de reavaliar os riscos e estabelecer novos prêmios ou alterar as bases técnicas da cobertura dos contratos de seguro.

3.10.5. Reconhecimento inicial

O Grupo reconhece grupos de contratos de seguro emitidos ao ocorrer o primeiro dos seguintes eventos:
(I) O início do período de cobertura do grupo de contratos;
(II) A data de vencimento do primeiro pagamento do primeiro titular de apólice no grupo; ou
(III) A data quando um grupo de contratos se torna oneroso.
Novos contratos são incluídos no grupo quando atendem os critérios de reconhecimento dentro do período das demonstrações financeiras, até o momento em que todos os contratos que se espera que sejam incluídos no grupo tenham sido reconhecidos.

3.10.6. Modelos de mensuração

Para mensurar o passivo de cobertura remanescente (LRC – *Liability for Remaining Converge*) dos seus contratos de seguros emitidos e resseguro mantidos, o Grupo aplica o modelo de mensuração geral (BBA - *Building Block Approach*), o modelo de taxa variável (VFA - *Variable Fee Approach*) e o modelo de alocação de prêmios (PAA - *Premium Allocation Approach*).
No modelo de mensuração geral (BBA), os contratos de seguros emitidos são mensurados no reconhecimento inicial pelo total de:
(I) Fluxos de caixa futuros estimados, ajustados pelo valor do dinheiro no tempo e acrescidos de ajuste de risco não financeiro; e
(II) A margem contratual de seguros (CSM – *Contractual Service Margin*).
O Grupo aplica essa abordagem de mensuração às carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo e Risco Previdência.
Como variação do BBA, o modelo de taxa variável (VFA) segue os mesmos princípios desse, mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração da CSM. Essa abordagem de mensuração é aplicada a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. Itens subjacentes são definidos como itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro como, por exemplo, carteira de referência de ativos, ativos líquidos da entidade ou subconjunto específicos dos ativos líquidos da entidade.
Para a carteira de PGBL/VGBL elaboramos um estudo qualitativo e quantitativo que confirmou a classificação destes contratos como contratos de seguros com características de participação direta substancialmente relacionados a um investimento, sendo mensurados pelo modelo VFA.
Além do BBA e do VFA, o IFRS 17/CPC 50 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, o modelo de alocação de prêmios (PAA). Esse modelo simplificado é aplicável a contratos com limite contratual de um ano ou menos e a contratos para os quais o Grupo, razoavelmente, espera-se que o passivo de cobertura remanescente não difira materialmente daquela sob o BBA. Embora o Grupo não emita contratos de resseguro, esse possui contratos cedidos a resseguradoras e aplica o modelo de mensuração PAA, por esses contratos atenderem os critérios supracitados.

3.10.7. Método de mensuração e avaliação dos fluxos de caixa de cumprimento

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um grupo de contratos de seguros como o total:
(I) Dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem as estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo, e o ajuste de risco não financeiro; e
(II) Da margem de serviço contratual – CSM.
Os fluxos de caixa futuros projetados consideram a expectativa média de entradas e saídas de caixa relacionadas ao grupo de contratos de seguro dentro do limite de cada contrato no grupo em cada data de avaliação. Os principais fluxos considerados nos fluxos de entrada são: as contribuições, os aportes e prêmios; e nos fluxos de saída, os resgates, os benefícios, os sinistros e despesas.
Para a projeção desses fluxos são definidas premissas com base na experiência passada do Grupo e com base em referência e parâmetros de mercado. Dentre as principais premissas utilizadas estão: a taxa de conversão em renda, a taxa de resgate e portabilidade, novas contribuições para planos de previdência, a taxa de cancelamento, a sinistralidade e a taxa de sobrevivência.
O Grupo reconhece a responsabilidade por sinistros incorridos de um grupo de contratos de seguro pelo valor dos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a sinistros ocorridos.
Na mensuração subsequente, os fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste de risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como seguem:
(I) Alterações relacionadas aos serviços futuros: ajustadas em relação à CSM;
(II) Alterações relacionados aos serviços atuais ou passados: reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado; e
(III) Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e mudanças nos fluxos de caixa futuros estimados: reconhecidos como receitas ou despesas financeiras de seguro.
As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual que se referem a serviços futuros compreendem:
(I) Ajustes de experiência decorrentes de prêmios recebidos, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa;
(II) Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente; e
(III) Mudanças no ajuste de risco não financeiro que se relacionam aos serviços futuros.
Na mensuração subsequente, o valor contábil de um grupo de contratos de seguro em cada data base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros incorridos.
(I) O passivo para a cobertura remanescente inclui:
1. Os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem os serviços que serão prestados nos termos contratuais em períodos futuros; e
2. Qualquer CSM remanescente nessa data.
(II) O passivo de sinistros incorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas não avisados.

3.10.8. Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Essa pode ser construída a partir de duas metodologias: *top-down* ou *bottom-up*. A metodologia utilizada pelo Grupo é a *bottom-up*.
O cálculo da taxa de desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, considera-se a ETTJ prefixada, sobre a qual se acrescenta o prêmio de iliquidez para os grupos de contratos de seguro que não apresentam liquidez elevada. Os efeitos da taxa de desconto são registrados no resultado do exercício.
As taxas de desconto utilizadas pelo Grupo para descontar os fluxos de caixa no fechamento destas Demonstrações são:

	1 ano		3 anos		5 anos		10 anos		20 anos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
BBA	1,43%	0,84%	1,34%	0,95%	1,28%	0,98%	1,17%	0,97%	1,14%	0,95%
VFA	1,42%	0,76%	1,32%	0,87%	1,26%	0,90%	1,16%	0,90%	1,12%	0,88%
PAA (*)	1,42%	0,76%	1,32%	0,87%	1,26%	0,90%	1,16%	0,90%	-	-

(*) Os contratos mensurados pelo PAA só possuem saldos maiores que um ano no passivo de sinistros incorridos.

3.10.9. Ajuste de risco não financeiro (RA)

O ajuste de risco não financeiro (RA) é o ajuste feito pelo Grupo na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. O Grupo optou pela metodologia do nível de confiança para todas as carteiras.

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

A metodologia do nível de confiança é baseada em recalcular os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base.
O percentil equivalente ao ajuste de risco não financeiro é de 75% para todas as carteiras em todos os períodos apurados.

3.10.10. Reconhecimento da margem contratual de seguros (CSM)

A margem contratual de seguros (CSM) de um grupo de contratos de seguro representa o lucro não realizado que o Grupo reconhecerá conforme ocorra a prestação dos serviços. No reconhecimento inicial, o resultado dos nossos fluxos de caixa de cumprimento contratual representou uma entrada líquida, portanto o Grupo não tem contratos onerosos.
O valor da CSM para cada grupo de contratos de seguro deve ser reconhecido no resultado em cada período para refletir a prestação das coberturas dos contratos de seguro. O valor é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando à CSM no final do período, igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente e que se espera que seja fornecida no futuro e, reconhecendo no resultado o valor alocado a unidades de cobertura fornecidas no período.
Para os grupos de contratos medidos pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a alocação da CSM é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e/ou investimento ao longo de vigência do contrato. Levando em consideração os seguintes componentes:
(I) Vida: Capital segurado para contratos com coberturas de capital segurado fixo; Quantidade de ativos para contratos com coberturas de capital variável/vinculado;
(II) Previdência: Acumulação – saldo acumulado; concessão – renda; pecúlio e renda.
O Grupo aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar as coberturas de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço.
A CSM em cada data base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:
(I) CSM de novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício;
(II) Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício;
(III) Mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a serviços futuros; e
(IV) O valor reconhecimento como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.

3.10.11. Abordagem de transição

Segundo o IFRS 17/CPC 50, a entidade deve aplicar a abordagem retrospectiva total para os grupos de contratos de seguro na data de transição, a menos que essa seja impraticável. Nesse caso, a entidade necessita escolher entre a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem ao valor justo. Entretanto, caso a entidade não possua informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos a partir da abordagem retrospectiva modificada, ela deve, obrigatoriamente, utilizar a abordagem do valor justo.
O Grupo determinou que a abordagem retrospectiva completa foi adotada para contratos de seguros que serão mensurados de acordo com o PAA, correspondente à carteira: Resseguro mantido.
Para os contratos mensurados pelo BBA e VFA, o Grupo utilizou a abordagem de transição ao valor justo para os contratos nas carteiras: Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo, PGVL/VGBL e Risco Previdência.
A decisão de utilizar a abordagem ao valor justo foi baseada na indisponibilidade de informações na granularidade necessária para a utilização da abordagem de transição retrospectiva completa nessas carteiras.
Sob a abordagem ao valor justo, a margem contratual de seguros (CSM) na data de transição representa a diferença entre o valor justo determinado pelo Grupo e os fluxos de caixa de cumprimento, que são uma estimativa ajustada ao risco, explícita, imparcial e ponderada pela probabilidade do valor presente dos fluxos de caixa futuros que surgirão à medida que a entidade cumprir os contratos.

3.10.12. Reconhecimento da receita de seguros

O Grupo emite contratos de seguros e no reconhecimento da receita proveniente desses contratos, reduz seu passivo de cobertura remanescente (LRC) e reconhece a receita de seguros, que é mensurada pelo valor que o Grupo espera receber em troca da prestação das coberturas dos contratos de seguro.
Para grupos de contratos de seguro mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a receita de seguros é composta pela soma das mudanças no LRC devido a:
(I) Despesas com cobertura de seguros incorridas no período;
(II) Mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;
(III) O valor a ser liberado da margem contratual de seguros (CSM) pelas coberturas prestadas no período; e
(IV) Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de prêmios, sinistros e despesas relacionados ao período atual ou passado, se houver.
A receita de seguros também inclui a parcela de prêmios relacionada à recuperação dos fluxos caixa de aquisição de seguros incluídos nas despesas com cobertura de seguros em cada período. Ambos os valores são medidos de forma sistemática com base na passagem do tempo.
Ao aplicar o modelo de alocação de prêmios (PAA), o Grupo mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o Grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, o Grupo estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

3.10.13. Reconhecimento da receita de seguros

As despesas com cobertura de seguros decorrentes de um grupo de contratos de seguro emitidos são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas, compreendendo os seguintes itens:
(I) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) relacionadas a sinistros e despesas incorridas no período, excluindo o reembolso de componentes de investimento;
(II) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC) relacionadas a sinistros e despesas incorridas em períodos anteriores, relacionadas a coberturas passadas;
(III) Outras despesas de cobertura de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
(IV) Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;
(V) Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e
(VI) Mudanças no passivo de cobertura remanescente (LRC) relacionadas a cobertura futura que não ajustam a margem contratual de seguros (CSM), pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.
As despesas líquidas com contratos de resseguro compreendem alocação de prêmios de resseguro pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. O Grupo reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para esses contratos que são mensurados pelo modelo PAA, a alocação de prêmios de resseguro pagos por cada período é o valor dos pagamentos esperados de prêmios referentes ao recebimento dos serviços prestado.

3.10.14. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras de seguros compreendem as variações nos valores contábeis dos contratos de seguro e resseguro dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.
Para as carteiras mensuradas de acordo com o modelo de mensuração geral (BBA) e de alocação de prêmios (PAA), o Grupo optou pela desagregação das receitas e despesas financeiras de seguros em valores apresentados no resultado do período e valores apresentados em resultados abrangentes, segundo o IFRS 17/CPC 50.
Os valores apresentados em resultados abrangentes são aqueles decorrentes da diferença entre o fluxo de cumprimento contratual descontado a valor presente pela taxa corrente e o mesmo fluxo descontado pela taxa do reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro.

3.11. Passivos financeiros atuariais – capitalização

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único e mensal. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.
O Grupo constitui passivos financeiros para assegurar o equilíbrio financeiro e cumprimento das obrigações. A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) reflete os pagamentos dos subscritores, deduzidos de cotas de sorteio e carregamento, com juros e correção. A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) cobre bônus futuros, com juros e correção. A Provisão para Resgates (PR) inclui valores de resgates pendentes, ajustados até o pagamento. A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) cobre sorteios não realizados, e a Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) inclui prêmios pendentes. A Provisão para Despesas Administrativas (PDA), descontinuada após 2024, cobria despesas futuras. A Provisão de Receitas Diferidas (PRD), iniciada em 2024, cobre receitas futuras de quotas de carregamento.

3.11.1. Prescrição de títulos

O Grupo adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.12. Resultado com operações de capitalização

De acordo com o IFRS 9/CPC 48, o reconhecimento da receita é:
(I) O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
(II) O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela Controlada que opera com capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.
Os correspondentes passivos financeiros de capitalização são constituídos simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.13. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como:
(I) Instrumentos financeiros (nota 3.3.);
(II) Valor recuperável (*impairment*) dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado (nota 3.3.3.);
(III) Valor recuperável dos créditos tributários (nota 3.6.);
(IV) Valor das provisões judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil ("possível", "provável" e "remota") (nota 3.7.);
(V) Passivo dos contratos de seguro e resseguro (nota 3.10.); e
(VI) Passivos financeiros atuariais – capitalização (nota 3.11.).
Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.
O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.14. Informações por linhas de negócio operacionais

O Grupo oferece produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil, predominantemente na região sul.
Embora não haja uma obrigação regulatória de divulgar informações por segmento de acordo com o IFRS 8/CPC 22, o Grupo optou por estruturar suas operações comerciais com base nesse referencial. Tal decisão visa adequar suas linhas de negócio operacionais por meio de critérios qualitativos e quantitativos, levando em consideração as semelhanças entre os serviços e produtos oferecidos. Isso possibilita a determinação de segmentos reportáveis que melhor refletem a estrutura e a diversidade das atividades do Grupo:
(I) Vida: considera os produtos das carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo e Resseguro;
(II) Previdência: considera os produtos das carteiras PGBL/VGBL e Risco Previdência;
(III) Capitalização: considera os produtos da carteira de capitalização de pagamento único (PU) e mensal (PM); e
(IV) Outros: considera os ativos, passivos, receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.
O detalhamento está apresentado na nota explicativa 21.

3.15. Novas normas ainda não adotadas

3.15.1. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1/CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais; e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. O Grupo está avaliando os impactos da nova norma.

3.15.2. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).
Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.
O Grupo iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4. Gestão de riscos

O Grupo possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, o Grupo consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do Grupo.
A estrutura de gestão de riscos do Grupo, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.
Para executar sua função, o Grupo nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.
As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.
De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:
(I) Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e
(II) Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:
1. As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
2. A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo; e
3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.
Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.
O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela empresa.
O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.
Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.
Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade da exposição ao risco entre as supervisionadas.

4.1. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas do Grupo, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, a determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.
A área de subscrição de riscos do Grupo tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Ao controlar o risco de subscrição com políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.
Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como estratégias de transferência de risco.
O Grupo subscreve seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, visando obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para as carteiras, é adotada política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destaca-se que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos nos quais são formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.
Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo cede riscos por meio de contratos de resseguro para limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre conforme a política de resseguro e diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo possui contratos de resseguro específicos.

4.1.1. Principais riscos associados aos seguros de vida

Os principais riscos associados aos seguros de pessoas são: risco de mortalidade; de morbidade e de invalidez. Eles representam desafios significativos e tem implicações financeiras substanciais e podem afetar diretamente a saúde financeira e a solidez do Grupo.
A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:
(I) Risco de mortalidade: refere-se à probabilidade de um segurado falecer durante o período de cobertura estabelecido. Esse é um risco relevante, pois pode impactar diretamente as obrigações futuras do Grupo;
(II) Risco de morbidade: refere-se à probabilidade de um segurado apresentar alguma doença ou lesão durante o período de cobertura, resultando em custos médicos e/ou incapacidade laboral; e
(III) Risco de invalidez: refere-se à probabilidade de um segurado se tornar incapacitado permanentemente e de exercer atividades laborais devido à doença ou lesão, resultando em perda de renda e necessidade de benefícios por incapacidade.
Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:
a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados, ao diversificar por idade, sexo, histórico médico e outras características a ampla base de segurados;
b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
c) A adoção de contratos de resseguro com a finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
d) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas a benefícios por morte e invalidez, levando em consideração os custos de indenizações e despesas administrativas.

4.1.2. Principais riscos associados aos planos de previdência

Os principais riscos associados aos planos de previdência que oferecem coberturas por sobrevivência (PGBL/VGBL) e de risco por morte e invalidez (Risco Previdência) são: risco biométrico, comportamental e de mercado.
A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:
(i) Risco biométrico: refere-se à ocorrência de desvios entre as hipóteses demográficas utilizadas nas avaliações atuariais como, as probabilidades de mortalidade, invalidez e morbidade e as ocorrências efetivas nos planos de previdência complementar;
(II) Risco comportamental: refere-se quanto à experiência de persistência do participante. Um elevado nível de desistência pode impactar significativamente o resultado do Grupo; e
(III) Risco de mercado: refere-se às flutuações do mercado financeiro que podem prejudicar os produtos com garantia de rentabilidade pré-estabelecida.
Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:
a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados;
b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
c) Utilização de tábuas biométricas atualizadas periodicamente para acompanhar a evolução da experiência de mortalidade do mercado segurador;
d) A adoção de contratos de resseguro com finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
e) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas aos benefícios, levando em consideração os pagamentos desses e despesas administrativas.

4.1.3. Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir analisam como o resultado e o patrimônio líquido teriam aumentado ou diminuído se as mudanças nas variáveis dos riscos de subscrição e de mercado, que eram razoavelmente possíveis na data das Demonstrações, tivessem ocorrido. A análise apresenta as sensibilidades tanto antes como após a mitigação do risco através de resseguro e assume que todas as outras variáveis se mantenham constantes:

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

					Consolidado
		31/12/2024			
		Resultado		Patrimônio líquido	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto**	**Líquido**	**Bruto**	**Líquida**
Sinistralidade	Aumento de 5%	(3.317)	(2.445)	2.128	1.256
Sinistralidade	Redução de 5%	3.317	2.446	(2.128)	(1.257)
Longevidade	Aumento de 10%	170	170	(170)	(170)
Longevidade	Redução de 10%	(209)	(209)	209	209
Taxa de juros	Aumento de 1%	(1.045)	(1.045)	3.811	3.811
Taxa de juros	Redução de 1%	1.103	1.103	(4.236)	(4.236)
Conversão em renda	Aumento de 5%	47	47	(47)	(47)
Conversão de renda	Redução de 5%	(47)	(47)	47	47

					Consolidado
		31/12/2023			
		Resultado		Patrimônio líquido	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto**	**Líquido**	**Bruto**	**Líquida**
Sinistralidade	Aumento de 5%	(5.756)	(4.925)	6.163	5.332
Sinistralidade	Redução de 5%	5.756	4.925	(5.936)	(5.104)
Longevidade	Aumento de 10%	(129)	(129)	129	129
Longevidade	Redução de 10%	148	148	(148)	(148)
Taxa de juros	Aumento de 1%	(546)	(546)	(282)	(282)
Taxa de juros	Redução de 1%	530	530	490	490
Conversão em renda	Aumento de 5%	277	277	(277)	(277)
Conversão de renda	Redução de 5%	(270)	(270)	270	270

4.2. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradores), das suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch, Standard and Poor's* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e Taxa de Recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.

4.2.1. Principais riscos associados as aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, R$ 1.796.893 / 94,45% (R$ 1.528.081 / 93,38% em 31 de dezembro de 2023) estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos de menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume em aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R$ 103.744 (R$ 95.230 em 31 de dezembro de 2023).

O Grupo não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida, ou seja, sem garantias contratuais, o risco de crédito é do participante do plano. Em 31 de dezembro de 2024, o volume dessas aplicações em fundos exclusivos era de R$ 6.336.958 (R$ 5.493.673 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, as quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizaram R$ 1.871 (R$ 2.661 em 31 de dezembro de 2023). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.2.2. Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de resseguros.

O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

					Consolidado
		31/12/2024		31/12/2023	
Tipo ressegurador	***Rating***	**Exposição (R$)**	**Exposição (%)**	**Exposição (R$)**	**Exposição (%)**
Admitida	AA- pela *Standard & Poor's*	4.662	20,45	8.335	36,65
Eventual	A+ pela *Standard & Poor's*	10	0,04	11	0,05
Eventual	AA- pela *Standard & Poor's*	339	1,49	380	1,67
Local	AA- pela *Standard & Poor's*	1.078	4,73	5.786	25,44
Local	A+ pela *A. M. Best Company*	5.497	24,11	–	–
Local	A- pela *A. M. Best Company*	11.210	49,18	2.697	11,86
Local	B++ pela *A. M. Best Company*	–	–	5.536	24,34
Total		**22.796**	**100,00**	**22.745**	**100,00**

4.3. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida, o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (*VaR*), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

As análises de sensibilidade das aplicações financeiras são elaboradas levando em consideração:

(I) VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95; e

(II) *Dollar Value One Basis Point* – DV01: medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de *basis point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

a) A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;

b) A perda com a oscilação de um *basis point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01; e

c) O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

								Consolidado
	31/12/2024				31/12/2023			
Fatores de risco	**DV01**	**EWMA**	**VaR**	**Exposição**	**DV01**	**EWMA**	**VaR**	**Exposição**
Pré-fixado – DI	(23)	0,95	2.708	157.377	(39)	0,95	4.072	188.733
Taxa referencial	–	0,95	–	–	–	0,95	–	–
IGPM	(3)	0,95	161	7.927	–	0,95	–	–
IPCA	(116)	0,95	7.120	512.305	(160)	0,95	8.972	573.081
Ações	–	0,95	–	–	–	0,95	–	–

4.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir demonstram os principais ativos e passivos financeiros do Grupo, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes nas Demonstrações:

				Consolidado
	31/12/2024			
	Até 1 ano	**1 a 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Ativo:	**1.457.590**	**1.240.270**	**5.657.019**	**8.354.879**
Caixa e equivalentes de caixa	38.964	–	–	38.964
Aplicações financeiras	1.354.696	1.204.604	5.657.019	8.216.319
Ativos de contratos de resseguro	15.371	–	–	15.371
Ativos financeiros - capitalização	57	–	–	57
Outros créditos operacionais	41.365	–	–	41.365
Títulos e créditos a receber	7.137	35.666	–	42.803
Passivo:	**630.635**	**480.006**	**331.444**	**1.442.085**
Contas a pagar	59.427	503	–	59.930
Passivos financeiros - capitalização	2.387	–	–	2.387
Passivos financeiros atuariais - capitalização	568.812	479.503	331.444	1.379.759
Depósitos de terceiros	9	–	–	9

				Consolidado
	31/12/2023			
	Até 1 ano	**1 a 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Ativo:	**1.243.508**	**1.187.547**	**4.778.875**	**7.209.929**
Caixa e equivalentes de caixa	42.840	–	–	42.840
Aplicações financeiras	1.142.406	1.163.577	4.778.875	7.084.858
Ativos de contratos de resseguro	14.684	–	–	14.684
Ativos financeiros - capitalização	53	–	–	53
Outros créditos operacionais	36.599	–	–	36.599
Títulos e créditos a receber	6.926	23.970	–	30.896
Passivo:	**487.957**	**327.146**	**402.438**	**1.217.541**
Contas a pagar	61.618	–	–	61.618
Passivos financeiros - capitalização	2.147	–	–	2.147
Passivos financeiros atuariais - capitalização	424.019	327.146	402.438	1.153.603
Depósitos de terceiros	173	–	–	173

As tabelas a seguir fornecem uma análise de vencimento dos contratos de seguro do Grupo, refletindo as datas em que os fluxos de caixa futuros são esperados:

						Consolidado
	31/12/2024					
	Até 1 ano	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
BBA	(33.649)	(12.139)	(7.701)	(4.851)	(25.778)	(84.118)
VFA	1.548.626	410.339	385.931	358.930	3.381.735	6.085.561
PAA	13.251	1.290	817	502	656	16.516
Total	**1.528.228**	**399.490**	**379.047**	**354.581**	**3.356.613**	**6.017.959**

						Consolidado
	31/12/2023					
	Até 1 ano	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
BBA	(15.157)	6.947	6.039	4.005	4.059	5.893
VFA	1.816.946	541.822	472.007	412.520	2.124.648	5.367.943
PAA	11.381	1.845	1.168	717	967	16.078
Total	**1.813.170**	**550.614**	**479.214**	**417.242**	**2.129.674**	**5.389.914**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no vencimento não representa risco.

4.5. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo, na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, e participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornece subsídios para os processos judiciais do Grupo.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.6. Risco estratégico

Os riscos estratégicos são parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõe a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, avaliadas e tratadas conforme os níveis de criticidade apontados.

4.7. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar, significativamente, o seu negócio. Para tanto, esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e a SUSEP.

5. Equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, a composição da carteira de ativos financeiros contempla os investimentos financeiros classificados como "Equivalentes de caixa" no valor de R$ 23.147 (R$ 34.787 em 31 de dezembro de 2023). A seguir, a abertura da carteira por categoria de mensuração:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Categoria				
Custo amortizado	–	–	226.840	232.335
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	–	–	504.128	615.367
Valor justo por meio do resultado (VJR)	677	1.585	7.508.498	6.271.943
Total	**677**	**1.585**	**8.239.466**	**7.119.645**
Circulante	**677**	**1.585**	**2.264.109**	**1.913.825**
Equivalente de caixa	–	–	23.147	34.787
Aplicações financeiras	677	1.585	2.240.962	1.879.038
Não circulante	**–**	**–**	**5.975.357**	**5.205.820**
Aplicações financeiras	–	–	5.975.357	5.205.820

5.1. Ao custo amortizado

A Companhia não possui aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado. A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado para o consolidado:

				Consolidado
	Taxas contratadas	**Vencimento**	31/12/2024	
			Valor contábil/curva	**Valor justo**
Fundos exclusivos:			**226.840**	**195.628**
Notas do Tesouro Nacional – Pré	6,63%	Em até 5 anos	226.840	195.628
Total			**226.840**	**195.628**
Circulante			**-**	**-**
Não circulante			**226.840**	**195.628**

				Consolidado
	Taxas contratadas	**Vencimento**	31/12/2023	
			Valor contábil/curva	**Valor justo**
Fundos exclusivos:			**232.335**	**215.428**
Notas do Tesouro Nacional – Pré	6,63%	Em até 5 anos	232.335	215.428
Total			**232.335**	**215.428**
Circulante			**–**	**–**
Não circulante			**232.335**	**215.428**

5.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A Companhia não possui aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes para o consolidado:

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

			Consolidado
	Taxas	31/12/2024	
	contratadas	Valor contábil / justo	Valor de curva
Fundos exclusivos:		**504.128**	**537.413**
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 5,32%	477.305	507.329
Notas do Tesouro Nacional – Pré	6,71%	19.131	22.153
Notas do Tesouro Nacional – IGPM	IGPM + 6,12%	7.692	7.931
Total		**504.128**	**537.413**
Circulante		**–**	**–**
Não circulante		**504.128**	**537.413**

			Consolidado
	Taxas	31/12/2023	
	contratadas	Valor contábil / justo	Valor de curva
Fundos exclusivos:		**615.367**	**622.314**
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 4,94%	535.853	536.767
Notas do Tesouro Nacional – Pré	6,70%	79.514	85.547
Total		**615.367**	**622.314**
Circulante		**83.035**	**84.708**
Não circulante		**532.332**	**537.606**

		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em até um ano	–	83.035
Vencimento em até cinco anos	473.142	507.371
Vencimento acima de cinco anos	30.986	24.961
Total	**504.128**	**615.367**

5.3. Ao valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado:

		Controladora		Consolidado	
	Taxas	31/12/2024		31/12/2024	
	contratadas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fundos exclusivos:		**–**	**–**	**7.483.480**	**7.483.480**
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)		–	–	6.336.958	6.336.958
Letras do Tesouro Nacional	Selic	–	–	1.030.947	1.030.947
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,91%	–	–	34.978	34.978
Operações compromissadas	Selic	–	–	80.597	80.597
Fundos não exclusivos		**677**	**677**	**1.871**	**1.871**
Operações compromissadas - equivalente de caixa		**–**	**–**	**23.147**	**23.147**
Total		**677**	**677**	**7.508.498**	**7.508.498**
Circulante		**677**	**677**	**2.264.109**	**2.264.109**
Não circulante		**–**	**–**	**5.244.389**	**5.244.389**

		Controladora		Consolidado	
	Taxas	31/12/2023		31/12/2023	
	contratadas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fundos exclusivos:		**-**	**-**	**6.234.495**	**6.234.495**
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	-	-	-	5.493.673	5.493.673
Letras do Tesouro Nacional	Selic	-	-	643.786	643.786
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,91%	-	-	36.593	36.593
Operações compromissadas	Selic	-	-	60.443	60.443
Fundos não exclusivos	**-**	**1.585**	**1.585**	**2.661**	**2.661**
Operações compromissadas - equivalente de caixa	**Selic**	**-**	**-**	**34.787**	**34.787**
Total		**1.585**	**1.585**	**6.271.943**	**6.271.943**
Circulante		**1.585**	**1.585**	**1.830.790**	**1.830.790**
Não circulante		**-**	**-**	**4.441.153**	**4.441.153**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento	677	1.585	154.592	5.496.334
Vencimento em até um ano	–	–	1.223.251	190.640
Vencimento em até cinco anos	–	–	5.446.493	584.969
Vencimento acima de cinco anos	–	–	684.162	–
Total	**677**	**1.585**	**7.508.498**	**6.271.943**

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Controladora	
	Ao VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**2.799**	**2.799**
(+) Aplicações	60.000	60.000
(-) Resgates	(61.705)	(61.705)
(+) Rendimentos	491	491
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.585**	**1.585**
(+) Aplicações	65.000	65.000
(-) Resgates	(66.622)	(66.622)
(+) Rendimentos	714	714
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**677**	**677**

				Consolidado
	Ao custo amortizado	Ao VJORA	Ao VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**237.636**	**172.245**	**4.547.353**	**4.957.234**
(+) Aplicações	–	871.820	3.649.111	4.520.931
(–) Resgates	(19.963)	(467.692)	(2.579.554)	(3.067.209)
(+) Rendimentos	14.662	22.746	655.033	692.441
(+/–) Ajuste ao valor justo	–	16.247	–	16.248
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**232.335**	**615.367**	**6.271.943**	**7.119.645**
(+) Aplicações	–	42.587	2.566.854	2.609.441
(–) Resgates	(19.964)	(195.351)	(1.973.259)	(2.188.573)
(+) Rendimentos	14.469	67.864	642.960	725.293
(+/–) Ajuste ao valor justo	–	(26.339)	–	(26.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**226.840**	**504.128**	**7.508.498**	**8.239.466**

5.5. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas aos instrumentos financeiros derivativos são realizadas por meio de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e visam a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco de exposição desses ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. A Controladora não possui instrumentos financeiros derivativos.

					Consolidado
			31/12/2024		
Futuro	**Posição**	**Vencimento**	**Indexador de referência**	**Quantidade**	**Exposição (*notional*) total**
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	770	57.320

					Consolidado
			31/12/2023		
Futuro	**Posição**	**Vencimento**	**Indexador de referência**	**Quantidade**	**Exposição (*notional*) total**
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1.410	106.792

5.6. Determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos mensurados ao custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições.

Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

(I) Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio de que as partes são independentes; e

(II) Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

						Controladora
	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao VJR:	**–**	**677**	**677**	**–**	**1.585**	**1.585**
Fundos não exclusivos	–	677	677	–	1.585	1.585
Total	**–**	**677**	**677**	**–**	**1.585**	**1.585**

						Consolidado
	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao custo amortizado:	**226.840**	**–**	**226.840**	**232.335**	**–**	**232.335**
Fundos exclusivos:	**226.840**	**–**	**226.840**	**232.335**	**–**	**232.335**
Nota do Tesouro Nacional – Pré	226.840	–	226.840	232.335	–	232.335
Ao VJORA:	**496.436**	**7.692**	**504.128**	**615.367**	**–**	**615.367**
Fundos exclusivos:	**496.436**	**7.692**	**504.128**	**615.367**	**–**	**615.367**
Nota do Tesouro Nacional – IPCA	477.305	–	477.305	535.853	–	535.853
Nota do Tesouro Nacional – Pré	19.131	–	19.131	79.514	–	79.514
Nota do Tesouro Nacional – IGPM	–	7.692	7.692	–	–	–
Ao VJR:	**5.937.187**	**1.571.311**	**7.508.498**	**4.682.692**	**1.589.251**	**6.271.943**
Fundos exclusivos:	**5.914.040**	**1.569.440**	**7.483.480**	**4.647.905**	**1.586.590**	**6.234.495**
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	4.767.518	1.569.440	6.336.958	3.907.083	1.586.590	5.493.673
Letras do Tesouro Nacional	1.030.947	–	1.030.947	643.786	–	643.786
Notas do Tesouro Nacional	34.978	–	34.978	36.593	–	36.593
Operações compromissadas	80.597	–	80.597	60.443	–	60.443
Fundos não exclusivos	**–**	**1.871**	**1.871**	**–**	**2.661**	**2.661**
Operações compromissadas	**23.147**	**–**	**23.147**	**34.787**	**–**	**34.787**
Total	**6.660.463**	**1.579.003**	**8.239.466**	**5.530.394**	**1.589.251**	**7.119.645**

6. Passivos de contratos de seguro

6.1. Modelo de mensuração (BBA)

6.1.1. Movimentação de contratos de seguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do passivo de cobertura remanescente e do passivo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo BBA:

			Consolidado
	31/12/2024		
	Passivo de cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	**23.701**	**97.659**	**121.360**
Circulante	**4.892**	**20.159**	**25.051**
Não circulante	**18.809**	**77.500**	**96.309**
Receita de seguros:	**(634.152)**	**–**	**(634.152)**
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(231.694)	–	(231.694)
Outros contratos	(402.458)	–	(402.458)
Despesas de contratos de seguro:	**111.827**	**302.250**	**414.077**
Sinistros e outras despesas incorridas	–	181.466	181.466
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	111.827	–	111.827
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	120.784	120.784
Resultado de contratos de seguro	**(522.325)**	**302.250**	**(220.075)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**11.697**	**7.483**	**8.378**
Total das variações na demonstração de resultado	**(510.628)**	**309.733**	**(200.895)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro – ORA	**11.522**	**(3.144)**	**8.378**
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	**(499.106)**	**306.589**	**(192.517)**
Fluxos de caixa:	**553.535**	**(304.585)**	**248.950**
Prêmios recebidos	792.513	–	792.513
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(238.978)	–	(238.978)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(304.585)	(304.585)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2024	**78.130**	**99.663**	**177.793**
Circulante	**14.597**	**18.621**	**33.218**
Não circulante	**63.533**	**81.042**	**144.575**

			Consolidado
	31/12/2023		
	Passivo de cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	**15.192**	**115.663**	**130.855**
Circulante	**3.556**	**27.073**	**30.629**
Não circulante	**11.636**	**88.590**	**100.226**
Receita de seguros:	**(610.182)**	**–**	**(610.182)**
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(345.993)	–	(345.993)
Outros contratos	(264.189)	–	(264.189)
Despesas de contratos de seguro:	**126.421**	**237.165**	**363.586**
Sinistros e outras despesas incorridas	–	129.643	129.643
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	126.421	–	126.421
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	107.522	107.522
Resultado de contratos de seguro	**(483.761)**	**237.165**	**(246.596)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**7.988**	**8.616**	**16.604**
Total das variações na demonstração de resultado	**(475.773)**	**245.781**	**(229.992)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	**(2.268)**	**2.565**	**297**
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	**(478.041)**	**248.346**	**(229.695)**
Fluxos de caixa:	**486.550**	**(266.350)**	**220.200**
Prêmios recebidos	704.338	–	704.338
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.788)	–	(217.788)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(266.350)	(266.350)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2023	**23.701**	**97.659**	**121.360**
Circulante	**4.892**	**20.159**	**25.051**
Não circulante	**18.809**	**77.500**	**96.309**

6.1.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo BBA por componente de mensuração:

					Consolidado
	31/12/2024				
			CSM		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	**5.893**	**11.374**	**55.109**	**48.984**	**121.360**
Circulante	**1.216**	**2.348**	**11.375**	**10.112**	**25.051**
Não circulante	**4.677**	**9.026**	**43.734**	**38.872**	**96.309**
Variações relacionadas aos serviços atuais:	**(173.313)**	**(13.974)**	**(55.590)**	**(97.982)**	**(340.859)**
CSM reconhecida	–	–	(55.590)	(97.982)	(153.572)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(11.478)	–	–	(11.478)
Ajustes de experiência	(173.313)	(2.496)	–	–	(175.809)
Variações relacionadas aos serviços futuros:	**(283.729)**	**22.820**	**49.561**	**211.348**	**–**
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(160.386)	14.849	49.561	95.976	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(123.343)	7.971	–	115.372	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	**115.383**	**5.401**	**–**	**–**	**120.784**
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	115.383	5.401	–	–	120.784
Resultado de contratos de seguro	**(341.659)**	**14.247**	**(6.029)**	**113.366**	**(220.075)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**(7.358)**	**2.531**	**7.292**	**16.715**	**19.180**
Total das variações na demonstração de resultado	**(349.017)**	**16.778**	**1.263**	**130.081**	**(200.895)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro – ORA	**10.056**	**(1.678)**	**–**	**–**	**8.378**
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	**(338.961)**	**15.100**	**1.263**	**130.081**	**(192.517)**
Fluxos de caixa:	**248.950**	**–**	**–**	**–**	**248.950**
Prêmios recebidos	792.513	–	–	–	792.513
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(238.978)	–	–	–	(238.978)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(304.585)	–	–	–	(304.585)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2024	**(84.118)**	**26.474**	**56.372**	**179.065**	**177.793**
Circulante	**(15.715)**	**4.946**	**10.532**	**33.455**	**33.218**
Não circulante	**(68.403)**	**21.528**	**45.840**	**145.610**	**144.575**

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado				
	31/12/2023				
			CSM		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	**(10.702)**	**19.483**	**74.168**	**47.906**	**130.855**
Circulante	**(2.505)**	**4.560**	**17.360**	**11.214**	**30.629**
Não circulante	**(8.197)**	**14.923**	**56.808**	**36.692**	**100.226**
Variações relacionadas aos serviços atuais:	**(207.017)**	**(19.893)**	**(80.554)**	**(46.654)**	**(354.118)**
CSM reconhecida	–	–	(80.554)	(46.654)	(127.208)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(12.183)	–	–	(12.183)
Ajustes de experiência	(207.017)	(7.710)	–	–	(214.727)
Variações relacionadas aos serviços futuros:	**(97.927)**	**5.884**	**53.379**	**38.664**	**–**
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(37.284)	1.268	53.379	(17.363)	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(60.643)	4.616	–	56.027	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	**104.777**	**2.745**	**–**	**–**	**107.522**
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	104.777	2.745	–	–	107.522
Resultado de contratos de seguro	**(200.167)**	**(11.264)**	**(27.175)**	**(7.990)**	**(246.596)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**(3.080)**	**2.500**	**8.116**	**9.068**	**16.604**
Total das variações na demonstração de resultado	**(203.247)**	**(8.764)**	**(19.059)**	**1.078**	**(229.992)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	**(358)**	**655**	**–**	**–**	**297**
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	**(203.605)**	**(8.109)**	**(19.059)**	**1.078**	**(229.695)**
Fluxos de caixa:	**220.200**	**–**	**–**	**–**	**220.200**
Prêmios recebidos	704.338	–	–	–	704.338
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.788)	–	–	–	(217.788)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(266.350)	–	–	–	(266.350)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2023	**5.893**	**11.374**	**55.109**	**48.984**	**121.360**
Circulante	**1.216**	**2.348**	**11.375**	**10.112**	**25.051**
Não circulante	**4.677**	**9.026**	**43.734**	**38.872**	**96.309**

6.1.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo BBA:

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	**(365.520)**	**(365.520)**
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(155.327)	(155.327)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(210.193)	(210.193)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	**488.863**	**488.863**
Ajuste de risco não financeiro	**(7.971)**	**(7.971)**
CSM	**(115.372)**	**(115.372)**
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	**–**	**–**

	Consolidado	
	31/12/2023	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	**(240.891)**	**(240.891)**
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(102.525)	(102.525)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(138.366)	(138.366)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	**301.534**	**301.534**
Ajuste de risco não financeiro	**(4.616)**	**(4.616)**
CSM	**(56.027)**	**(56.027)**
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	**–**	**–**

6.2. Modelo de taxa variável (VFA)

6.2.1. Movimentação de contratos de seguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do passivo de cobertura remanescente e do passivo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo VFA:

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Passivo de cobertura remanescente		
	Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	**5.470.808**	**–**	**5.470.808**
Circulante	**1.129.256**	**–**	**1.129.256**
Não circulante	**4.341.552**	**–**	**4.341.552**
Receita de seguros:	**(24.272)**	**–**	**(24.272)**
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(9.190)	–	(9.190)
Outros contratos	(15.082)	–	(15.082)
Despesas de contratos de seguro:	**3.383**	**9.040**	**12.423**
Sinistros e outras despesas incorridas	–	754.798	754.798
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	3.383	–	3.383
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	(745.758)	(745.758)
Componentes de investimento	**(745.758)**	**745.758**	**–**
Resultado de contratos de seguro	**(766.647)**	**754.798**	**(11.849)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**569.661**	**–**	**569.661**
Total das variações na demonstração de resultado	**(196.986)**	**754.798**	**557.812**
Fluxos de caixa:	**1.063.834**	**(754.798)**	**309.036**
Prêmios recebidos	1.076.852	–	1.076.852
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(13.018)	–	(13.018)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(754.798)	(754.798)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2024	**6.337.656**	**–**	**6.337.656**
Circulante	**1.184.035**	**–**	**1.184.035**
Não circulante	**5.153.621**	**–**	**5.153.621**

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Passivo de cobertura remanescente		
	Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	**3.445.124**	**–**	**3.445.124**
Circulante	**806.385**	**–**	**806.385**
Não circulante	**2.638.739**	**–**	**2.638.739**
Receita de seguros:	**(33.198)**	**–**	**(33.198)**
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(14.394)	–	(14.394)
Outros contratos	(18.804)	–	(18.804)
Despesas de contratos de seguro:	**8.966**	**6.799**	**15.765**
Sinistros e outras despesas incorridas	–	619.985	619.985
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	8.966	–	8.966
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	(613.186)	(613.186)
Componentes de investimento	**(613.186)**	**613.186**	**–**
Resultado de contratos de seguro	**(637.418)**	**619.985**	**(17.433)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**569.391**	**–**	**569.391**
Total das variações na demonstração de resultado	**(68.027)**	**619.985**	**551.958**
Fluxos de caixa:	**2.093.711**	**(619.985)**	**1.473.726**
Prêmios recebidos	2.103.370	–	2.103.370
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(9.659)	–	(9.659)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(619.985)	(619.985)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2023	**5.470.808**	**–**	**5.470.808**
Circulante	**1.129.256**	**–**	**1.129.256**
Não circulante	**4.341.552**	**–**	**4.341.552**

6.2.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo VFA por componente de mensuração:

	Consolidado				
	31/12/2024				
			CSM		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	**5.367.943**	**2.340**	**39.375**	**61.150**	**5.470.808**
Circulante	**1.108.023**	**483**	**8.128**	**12.622**	**1.129.256**
Não circulante	**4.259.920**	**1.857**	**31.247**	**48.528**	**4.341.552**
Variações relacionadas aos serviços atuais:	**746.055**	**(96)**	**(4.556)**	**(7.494)**	**733.909**
CSM reconhecida	–	–	(4.556)	(7.494)	(12.050)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(96)	–	–	(96)
Ajustes de experiência	746.055	–	–	–	746.055
Variações relacionadas aos serviços futuros:	**(161.376)**	**3.461**	**53.314**	**104.601**	**–**
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(119.808)	2.740	53.314	63.754	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(41.568)	721	–	40.847	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	**(745.758)**	**–**	**–**	**–**	**(745.758)**
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(745.758)	–	–	–	(745.758)
Resultado de contratos de seguro	**(161.079)**	**3.365**	**48.758**	**97.107**	**(11.849)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**569.661**	**–**	**–**	**–**	**569.661**
Total das variações na demonstração de resultado	**408.582**	**3.365**	**48.758**	**97.107**	**557.812**
Fluxos de caixa:	**309.036**	**–**	**–**	**–**	**309.036**
Prêmios recebidos	1.076.852	–	–	–	1.076.852
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(13.018)	–	–	–	(13.018)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(754.798)	–	–	–	(754.798)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2024	**6.085.561**	**5.705**	**88.133**	**158.257**	**6.337.656**
Circulante	**1.136.938**	**1.066**	**16.465**	**29.566**	**1.184.035**
Não circulante	**4.948.623**	**4.639**	**71.668**	**128.691**	**5.153.621**

	Consolidado				
	31/12/2023				
			CSM		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	**3.419.353**	**3.969**	**8.114**	**13.688**	**3.445.124**
Circulante	**800.353**	**929**	**1.899**	**3.204**	**806.385**
Não circulante	**2.619.000**	**3.040**	**6.215**	**10.484**	**2.638.739**
Variações relacionadas aos serviços atuais:	**614.411**	**(71)**	**(7.330)**	**(11.257)**	**595.753**
CSM reconhecida	–	–	(7.330)	(11.257)	(18.587)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(71)	–	–	(71)
Ajustes de experiência	614.411	–	–	–	614.411
Variações relacionadas aos serviços futuros:	**(95.752)**	**(1.558)**	**38.591**	**58.719**	**–**
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(63.308)	(2.240)	38.591	26.957	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(32.444)	682	–	31.762	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	**(613.186)**	**–**	**–**	**–**	**(613.186)**
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(613.186)	–	–	–	(613.186)
Resultado de contratos de seguro	**(94.527)**	**(1.629)**	**31.261**	**47.462**	**(17.433)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**569.391**	**–**	**–**	**–**	**569.391**
Total das variações na demonstração de resultado	**474.864**	**(1.629)**	**31.261**	**47.462**	**551.958**
Fluxos de caixa:	**1.473.726**	**–**	**–**	**–**	**1.473.726**
Prêmios recebidos	2.103.370	–	–	–	2.103.370
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(9.659)	–	–	–	(9.659)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(619.985)	–	–	–	(619.985)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2023	**5.367.943**	**2.340**	**39.375**	**61.150**	**5.470.808**
Circulante	**1.108.023**	**483**	**8.128**	**12.622**	**1.129.256**
Não circulante	**4.259.920**	**1.857**	**31.247**	**48.528**	**4.341.552**

6.2.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo VFA:

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	**(1.232.196)**	**(1.232.196)**
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(15.985)	(15.985)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(1.216.211)	(1.216.211)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	**1.273.764**	**1.273.764**
Ajuste de risco não financeiro	**(721)**	**(721)**
CSM	**(40.847)**	**(40.847)**
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	**–**	**–**

	Consolidado	
	31/12/2023	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	**(2.157.231)**	**(2.157.231)**
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(17.747)	(17.747)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(2.139.484)	(2.139.484)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	**2.189.675**	**2.189.675**
Ajuste de risco não financeiro	**(682)**	**(682)**
CSM	**(31.762)**	**(31.762)**
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	**–**	**–**

6.3. Margem de serviço contratual (CSM) remanescente

As tabelas a seguir, demonstram o momento em que se espera que a CSM remanescente seja reconhecida no resultado em períodos futuros:

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	126.583	61.805	17.137	16.222	13.690	235.437
Modelo de taxa variável (VFA)	3.948	7.070	7.001	17.547	210.824	246.390
Total	**130.531**	**68.875**	**24.138**	**33.769**	**224.514**	**481.827**

	Consolidado					
	31/12/2023					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	66.224	25.171	2.981	5.030	4.687	104.093
Modelo de taxa variável (VFA)	25.798	31.537	18.474	18.875	5.841	100.525
Total	**92.022**	**56.708**	**21.455**	**23.905**	**10.528**	**204.618**

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

7. Ativos de contratos de resseguro

7.1. Modelo de alocação de prêmio (PAA)

7.1.1. Movimentação de contratos de resseguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do ativo de cobertura remanescente e do ativo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo PAA:

	Consolidado			
	31/12/2024			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		
	Excluindo componente de recuperação de perda	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixas futuros	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2024	**(1.941)**	**16.049**	**576**	**14.684**
Alocação de prêmios de resseguro pagos	**(15.182)**	**–**	**–**	**(15.182)**
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	**–**	**19.749**	**339**	**20.088**
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	–	19.749	339	20.088
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	**(15.182)**	**19.749**	**339**	**4.906**
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	**–**	**(415)**	**–**	**(415)**
Total das variações na demonstração de resultado	**(15.182)**	**19.334**	**339**	**4.491**
Fluxos de caixa:	**15.063**	**(18.867)**	**–**	**(3.804)**
Prêmios pagos	15.063	–	–	15.063
Valores recuperados de resseguradoras	–	(18.867)	–	(18.867)
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2024	**(2.060)**	**16.516**	**915**	**15.371**

	Consolidado			
	31/12/2023			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		
	Excluindo componente de recuperação de perda	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixas futuros	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2023	**(4.571)**	**20.865**	**902**	**17.196**
Alocação de prêmios de resseguro pagos	**(14.867)**	**–**	**–**	**(14.867)**
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	**–**	**11.028**	**(355)**	**10.673**
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	–	11.028	(355)	10.673
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	**(14.867)**	**11.028**	**(355)**	**(4.194)**
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	**–**	**(2.904)**	**–**	**(2.904)**
Total das variações na demonstração de resultado	**(14.867)**	**8.124**	**(355)**	**(7.098)**
Fluxos de caixa:	**17.497**	**(12.911)**	**–**	**4.586**
Prêmios pagos	17.497	–	–	17.497
Valores recuperados de resseguradoras	–	(12.911)	–	(12.911)
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2023	**(1.941)**	**16.078**	**547**	**14.684**

8. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir, ilustram como as estimativas de sinistros acumulados se desenvolveram ao longo do tempo, bruto e líquido de resseguro:

	Consolidado										
	Bruto de resseguro										
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	158.997	131.848	117.088	158.802	973.929
Um ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	101.647	179.205	140.878	125.699	–	836.385
Dois anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	100.576	101.469	181.100	141.131	–	–	709.045
Três anos após o aviso	6.515	46.930	56.728	74.824	98.964	102.221	180.791	–	–	–	566.973
Quatro anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	74.760	96.812	101.401	–	–	–	–	383.280
Cinco anos após o aviso	6.434	47.530	56.840	74.639	97.358	–	–	–	–	–	282.801
Seis anos após o aviso	6.431	47.674	56.537	74.322	–	–	–	–	–	–	184.964
Sete anos após o aviso	6.432	47.384	56.794	–	–	–	–	–	–	–	110.610
Oito anos após o aviso	6.426	48.453	–	–	–	–	–	–	–	–	54.879
Nove anos após o aviso	6.419	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.419
Estimativa em 31 de dezembro 2024 (a)	6.419	48.453	56.794	74.322	97.358	101.401	180.791	141.131	125.699	158.802	991.170
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.637	56.280	73.117	93.287	99.087	178.395	137.959	121.182	123.483	935.846
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	–	1.816	514	1.205	4.071	2.314	2.396	3.172	4.517	35.319	55.324
Total											**55.324**
Provisões atuariais complementares											45.977
Ajuste ao risco para risco não financeiro											4.337
Efeito financeiro na taxa de desconto											(5.975)
Passivos brutos de sinistros incorridos (Nota 6.1.1.)											**99.663**

	Consolidado										
	Líquido de resseguro										
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.520	145.180	124.516	108.506	140.028	912.505
Um ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.347	96.353	168.801	133.785	116.058	–	798.198
Dois anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	93.259	96.026	170.197	133.656	–	–	675.846
Três anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.661	92.519	96.584	169.775	–	–	–	540.761
Quatro anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.583	90.826	95.663	–	–	–	–	368.756
Cinco anos após o aviso	6.420	47.349	56.325	73.462	90.948	–	–	–	–	–	274.504
Seis anos após o aviso	6.417	47.428	56.018	72.479	–	–	–	–	–	–	182.342
Sete anos após o aviso	6.418	47.148	56.004	–	–	–	–	–	–	–	109.570
Oito anos após o aviso	6.416	47.384	–	–	–	–	–	–	–	–	53.800
Nove anos após o aviso	6.410	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.410
Estimativa em 31 de dezembro 2024 (a)	6.410	47.384	56.004	72.479	90.948	95.663	169.775	133.656	116.058	140.028	928.405
Pagamentos efetuados (b)	6.410	46.508	55.669	71.637	88.738	93.818	167.379	130.802	111.643	107.498	880.102
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	–	876	335	842	2.210	1.845	2.396	2.854	4.415	32.530	48.303
Total											**48.303**
Créditos com resseguradoras											(7.370)
Provisões atuariais complementares											42.894
Ajuste ao risco para risco não financeiro											3.422
Efeito financeiro na taxa de desconto											(5.013)
Passivos brutos de sinistros incorridos											**82.236**

9. Outros créditos operacionais

Em 31 de dezembro de 2024, essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R$ 41.365 (R$ 36.599 em 31 de dezembro de 2023). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante a retorno bancário.

10. Títulos e créditos a receber

A seguir, a composição e os saldos dos títulos e créditos a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a receber	946	–	–	–
Contas a receber – fundos exclusivos	–	–	1.546	1.109
Outros créditos a receber	–	–	3.211	3.829
Total	**946**	**–**	**4.757**	**4.938**

11. Tributos

11.1 Impostos e contribuições a recuperar

A seguir, a composição dos impostos e contribuição a recuperar classificados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" no ativo circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	906	730	1.466	1.240
CSLL	42	23	700	562
Outros	15	11	213	185
Total	**963**	**764**	**2.379**	**1.987**

11.2 Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2024, não há valor de impostos e contribuições da Companhia (R$ 1 em 31 de dezembro de 2023). No Grupo, observa-se a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	4.541	3.763
CSLL	3.806	3.760
PIS	92	94
COFINS	570	585
Total	**9.009**	**8.202**

11.3. Tributos diferidos

11.3.1. Ativo

A seguir, as tabelas com os créditos tributários divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" no ativo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ diferido:	**10.343**	**3.577**
Diferenças temporárias	2.022	1.841
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	8.321	1.736
CSLL diferido:	**6.207**	**2.147**
Diferenças temporárias	1.214	1.104
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	4.993	1.043
PIS e COFINS diferidos	**4.581**	**4.522**
Total	**21.131**	**10.246**

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias são compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, atualização monetária de depósitos judiciais e provisão de fundo de *marketing*.

	Diferenças temporárias	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para contingências fiscais	29	72
Fundo de *marketing*	579	795
PIS exigibilidade suspensa	1.793	1.673
COFINS exigibilidade suspensa	11.033	10.298
Outras provisões	4.531	3.457
Outras receitas	(5.294)	(4.409)
PIS e COFINS diferidos	(4.581)	(4.522)
Total	**8.090**	**7.364**
Alíquota aplicada para IRPJ – 25%	**2.022**	**1.841**
Alíquota aplicada para CSLL – 9% e 15%	**1.214**	**1.104**

O Grupo realizou estudo indicando projeção de resultados para apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributáveis diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e/ou diferenças temporárias contabilizados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e/ou diferenças temporárias:

	Valor	%
2024 (*)	273	–
2025	236	7,29
2026	245	7,57
2027	264	8,16
2028	222	6,86
2029 a 2034	2.269	70,12
Total	**3.236**	**100,00**

(*) 2024 não compõe o total das diferenças temporárias

11.3.2. Passivo

A seguir, as tabelas com os tributos diferidos registrado no passivo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ diferido:	**23.186**	**25.517**
Diferenças temporárias	23.186	25.517
CSLL diferido:	**13.912**	**15.311**
Diferenças temporárias	13.912	15.311
Total	**37.098**	**40.828**

12. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" classificada no ativo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	231	309
Fiscais	14.304	13.415
Total	**14.535**	**13.724**

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**13.415**	**12.381**
Baixas	(45)	–
Atualização monetária	934	1.034
Saldo final	**14.304**	**13.415**

13. Investimentos

A seguir, a posição dos investimentos da Companhia:

	Controladora									
	Total de ativos	Total de passivos líquidos de provisões judiciais	Provisões judiciais	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Investimento		Resultado patrimonial	
							31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	6.825.164	6.595.759	14.545	72.188	214.860	107.380	214.860	230.831	107.380	117.690
Rio Grande Capitalização S.A.	1.518.071	1.396.369	1.118	90.000	120.584	44.096	120.584	113.116	44.096	49.385
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	–	–	–	–	–	–	4	4	–	–
Total	**8.343.235**	**7.992.128**	**15.663**	**162.188**	**335.444**	**151.476**	**335.448**	**343.951**	**151.476**	**167.075**

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

A movimentação dos investimentos é a seguinte:

							Controladora
	Saldo em 31/12/2023	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/CPC 50	Efeito da mudança de prática contábil	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	230.831	(115.002)	29	(8.378)	–	107.380	214.860
Rio Grande Capitalização S.A.	113.116	(20.944)	(15.833)	–	149	44.096	120.584
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	4	–	–	–	–	–	4
Total	**343.951**	**(135.946)**	**(15.804)**	**(8.378)**	**149**	**151.476**	**335.448**

						Controladora
	Saldo em 01/01/2023	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/ CPC 50	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	201.131	(90.707)	1.368	1.349	117.690	230.831
Rio Grande Capitalização S.A.	100.450	(45.099)	8.380	–	49.385	113.116
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	4	–	–	–	–	4
Total	**301.585**	**(135.806)**	**9.748**	**1.349**	**167.075**	**343.951**

14. Obrigações a pagar

A composição das obrigações a pagar do Grupo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	–	–	7.351	17.452
Fundos de investimentos	–	–	11.224	8.395
Pagamentos a realizar (*)	–	–	24.653	21.632
Provisão para fundo de *marketing*	–	–	579	795
Outras contas a pagar	83	63	639	389
Total	**83**	**63**	**44.446**	**48.663**

(*) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.

15. Passivos financeiros - capitalização

Registra-se as obrigações operacionais com vencimentos dentro dos dois meses seguintes à data das demonstrações financeiras. Essas obrigações são compostas de pró-labore e comissões no valor de R$ 2.387 (R$ 2.147 em 31 de dezembro de 2023).

16. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para o Grupo, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
1 até 30 dias	3	–
31 até 60 dias	2	–
61 até 120 dias	2	–
121 até 180 dias	–	11
181 até 365 dias	1	162
Acima de 365 dias	1	–
Total	**9**	**173**

17. Passivos financeiros atuariais - capitalização

Os passivos financeiros atuariais de capitalização estão classificados no passivo circulante, quando são esperadas exigibilidades dentro dos doze meses seguintes a data das demonstrações financeiras. A seguir, verifica-se a composição e a movimentação desses:

					Consolidado
	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Provisão para resgates:	**1.140.258**	**1.231.728**	**(1.082.424)**	**77.991**	**1.367.553**
Provisão matemática para capitalização	992.589	685.120	(528.574)	75.058	1.224.193
Provisão para resgate de títulos antecipados	63.230	248.272	(241.076)	578	71.004
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.076	293.344	(295.629)	283	30.074
Provisões para distribuição de bônus	52.363	4.992	(17.145)	2.072	42.282
Provisão para sorteios:	**13.196**	**40.613**	**(41.462)**	**(158)**	**12.189**
Provisão para sorteios a realizar	7.350	22.108	(19.871)	(188)	9.399
Provisão de sorteios a pagar	5.846	18.505	(21.591)	30	2.790
Outras provisões:	**149**	**144**	**(276)**	**–**	**17**
Provisão para receitas diferidas	–	144	(127)	–	17
Provisão para despesas administrativas	149	–	(149)	–	–
Total	**1.153.603**	**1.272.485**	**(1.124.162)**	**77.833**	**1.379.759**

					Consolidado
	Saldo em 01/01/2023	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Provisão para resgates:	**1.039.252**	**1.149.187**	**(1.125.170)**	**76.989**	**1.140.258**
Provisão matemática para capitalização	888.286	576.140	(544.238)	72.401	992.589
Provisão para resgate de títulos antecipados	56.507	272.353	(266.693)	1.063	63.230
Provisão para resgate de títulos vencidos	36.017	287.677	(292.333)	715	32.076
Provisões para distribuição de bônus	58.442	13.017	(21.906)	2.810	52.363
Provisão para sorteios:	**12.936**	**41.071**	**(40.498)**	**(313)**	**13.196**
Provisão para sorteios a realizar	8.272	21.239	(21.758)	(403)	7.350
Provisão de sorteios a pagar	4.664	19.832	(18.740)	90	5.846
Outras provisões:	**34**	**127**	**(12)**	**–**	**149**
Provisão para despesas administrativas	34	127	(12)	–	149
Total	**1.052.222**	**1.190.385**	**(1.165.680)**	**76.676**	**1.153.603**

18. Provisões judiciais

18.1. Passivo de sinistros incorridos - judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas no "Passivo de contratos de seguros", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização. Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, a composição dos processos relacionados aos sinistros judiciais por probabilidade de perda:

			Consolidado
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	74	5.396	5.396
Possível	152	17.617	–
Remota	6	287	–
Total	**232**	**23.300**	**5.396**

			Consolidado
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	61	4.270	4.270
Possível	159	16.396	–
Remota	6	212	–
Total	**226**	**20.878**	**4.270**

Abaixo, as movimentações das provisões judiciais vinculadas a contratos de seguro:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**4.270**	**6.505**
Adições	4.027	2.677
Baixas	(3.019)	(3.698)
Atualização monetária e juros	118	(1.214)
Saldo final	**5.396**	**4.270**

18.2. Outras provisões judiciais e obrigações fiscais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas causas cíveis, fiscais e previdenciárias e relacionadas as obrigações fiscais.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	2.334	1.786
Fiscais e previdenciárias	–	48
Obrigações ficais	12.826	11.971
Total	**15.160**	**13.805**

A seguir, a composição da rubrica "Provisões judiciais" por probabilidade de perda:

			Consolidado
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	49	2.334	2.334
Possível	293	13.140	–
Remota	12	200	–
Total	**354**	**15.674**	**2.334**

			Consolidado
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	37	1.786	1.786
Possível	242	9.586	–
Remota	5	64	–
Total	**284**	**11.436**	**1.786**

			Consolidado
	Contingências fiscais		
	31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	9	2.177	–
Total	**9**	**2.177**	**–**

			Consolidado
	Contingências fiscais		
	31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	1	48	48
Possível	8	2.051	–
Total	**9**	**2.099**	**48**

Abaixo, as movimentações das provisões judiciais não vinculadas a contratos de seguro, registradas como "Provisões judiciais":

	Consolidado	
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**1.786**	**335**
Adições	1.464	2.104
Baixas	(774)	(1.232)
Atualização monetária e juros	(142)	579
Saldo final	**2.334**	**1.786**

	Consolidado	
	Contingências fiscais	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**48**	**43**
Baixas	(50)	–
Atualização monetária e juros	2	5
Saldo final	**–**	**48**

No grupo "Provisões judiciais" também são registrados o valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde o Grupo depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

A seguir, as obrigações fiscais em discussão judicial conforme a composição:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
PIS - exigibilidade suspensa	1.793	1.673
COFINS - exigibilidade suspensa	11.033	10.298
Total	**12.826**	**11.971**

A seguir, verifica-se o resumo dos principais questionamentos oriundos das obrigações fiscais:

							Consolidado
		31/12/2024					
		PIS		COFINS		Total	
Controladas	**Tese**	**Depósito judicial**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisão**
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (a)	146	152	901	937	1.047	1.089
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (b)	1.847	1.641	11.638	10.096	13.485	11.737
Total		**1.993**	**1.793**	**12.539**	**11.033**	**14.532**	**12.826**

							Consolidado
		31/12/2023					
		PIS		COFINS		Total	
Controladas	**Tese**	**Depósito judicial**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisão**
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (a)	141	141	865	865	1.006	1.006
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (b)	1.728	1.532	10.637	9.433	12.365	10.965
Total		**1.869**	**1.673**	**11.502**	**10.298**	**13.371**	**11.971**

Há as seguintes discussões de PIS/COFINS:

a) Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

b) Lei nº 9.718/98 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras em geral e sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livre e garantidores) - Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livres) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado de R$ 118.334 é representado por 88.877.773 ações ordinárias nominativas.

19.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros de R$ 246.737 (R$ 230.854 em 31 de dezembro de 2023) eram compostas por:

a) Reserva legal de R$ 23.667, constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei n.º 6.404/1976;

b) Reserva estatutária de R$ 168.473 (R$ 146.995 em 31 de dezembro de 2023), constituída ao final do exercício social, após as destinações legais compulsórias, conforme estatuto social; e

c) Outras reservas de R$ 54.597 (R$ 60.192 em 31 de dezembro de 2023), esta reserva foi constituída inicialmente em 2021 em função do impacto de adoção do IFRS 17/CPC 50 na data de transição.

19.3. Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. O estatuto social também prevê a possibilidade de serem declarados e pagos dividendos intermediários à conta de Lucros acumulados ou de Reservas de lucros existentes.

	2024	2023
Lucro líquido do ano	**150.734**	**166.047**
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	5.595	4.641
Base para a distribuição de dividendos	**156.329**	**170.688**
Dividendos pagos e propostos decorrentes do lucro do exercício	135.000	100.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	86,36%	58,59%
Destinação à reserva de lucros	**156.329**	**95.486**

A Companhia é uma *holding* de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS 17/CPC 50, a SUSEP ainda não aprovou seu uso. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados.

Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

19.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados ao VJORA, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" e outros resultados abrangentes relativos aos efeitos de taxas de juros dos fluxos do IFRS17/CPC 50. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era uma perda de R$ 27.001 líquidos de tributos (perda de R$ 2.819, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2023).

20. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

				Controladora
	Ativo		Passivo	
Partes relacionadas	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a) (b)	6	30	–	–
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (b)	946	–	–	–
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (b)	–	–	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora) (b)	–	–	–	–
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	–	–	–	–
Total	**952**	**30**	**–**	**–**

									Consolidado
	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas		
Partes relacionadas	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a)	7.213	4.795	–	–	–	–	(7.034)	(6.787)	
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (c) (*)	–	–	(17.063)	(15.451)	–	–	(203.508)	(187.923)	
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (e)	8.835	9.295	(5.751)	(6.849)	105.696	113.082	(46.202)	(48.060)	
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	–	–	(1)	–	–	–	(15)	(67)	
Icatu Capitalização S.A (Ligada) (f)	191	–	–	–	–		(949)	–	
Total	**16.239**	**14.090**	**(22.815)**	**(22.300)**	**105.696**	**113.082**	**(257.708)**	**(242.837)**	

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:
(a) Saldos em conta corrente e despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação;
(b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;
(c) Valores referentes a acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmados com a Icatu Assessoria S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
(d) Valores referentes a taxas de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.;
(e) Valores referentes a acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes; e
(f) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia.
(*) Para fins de restruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria S.A. foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024. A operação foi feita a valores contábeis e o acervo líquido da operação é de R$ 47.798, cujo montante representou um acréscimo patrimonial para a incorporadora.

21. Informações por linhas de negócio operacionais

As atividades do Grupo são organizadas da seguinte forma:

					Consolidado	
	Vida	Previdência complementar	Capitalização	Outros (*)	31/12/2024	31/12/2023
Receita de contratos de seguro	630.481	27.943	–	–	658.424	643.380
Despesas de contratos de seguro	(412.321)	(14.179)	–	–	(426.500)	(379.351)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	4.906	–	–	–	4.906	(4.194)
Resultado de contratos de seguro e resseguro	**223.066**	**13.764**	**–**	**–**	**236.830**	**259.835**
Receita líquida com títulos de capitalização	–	–	144.105	–	144.105	140.161
Resultado com sorteios	–	–	(19.238)	–	(19.238)	(19.313)
Custo de aquisição	–	–	(30.838)	–	(30.838)	(30.766)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	–	–	21.292	–	21.292	19.332
Resultado com operações de capitalização	**–**	**–**	**115.321**	**–**	**115.321**	**109.414**
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	2.128	(14.368)	–	–	(12.240)	(30.107)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	(415)	–	–	–	(415)	(2.904)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	–	–	53.756	16.447	70.203	87.509
Resultado financeiro líquido	**1.713**	**(14.368)**	**53.756**	**16.447**	**57.548**	**54.498**
Despesas administrativas	(44.455)	(2.742)	(96.373)	(1.458)	(145.028)	(133.935)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(15.296)	(944)	–	–	(16.240)	(15.244)
Resultado antes dos tributos	**165.028**	**(4.290)**	**72.704**	**14.989**	**248.431**	**274.568**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(68.589)	(4.232)	(28.606)	–	(101.427)	(111.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.513	217	–	–	3.730	3.095
Lucro líquido do exercício	**99.952**	**(8.305)**	**44.098**	**14.989**	**150.734**	**166.047**

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

					Consolidado	
	Vida	Previdência complementar	Capitalização	Outros (*)	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo	**479.688**	**6.356.701**	**1.518.069**	**1.782**	**8.356.240**	**7.210.711**
Investimentos em coligadas e controladas	42.449	172.411	120.588	–	335.448	343.951
Total do passivo	**185.763**	**6.435.765**	**1.396.540**	**102**	**8.018.170**	**6.864.342**

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização

22. Receita e despesas de contratos de seguro

22.1. Receita de contratos de seguro

A seguir, a análise da receita de contratos de seguro reconhecida no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contratos de seguro mensurados pelo BBA	**634.152**	**610.182**
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	**522.325**	**483.761**
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	357.275	344.370
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	11.478	12.183
CSM reconhecida	153.572	127.208
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	**111.827**	**126.421**
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	**24.272**	**33.198**
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	**20.889**	**24.232**
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	8.743	5.574
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	96	71
CSM reconhecida	12.050	18.587
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	**3.383**	**8.966**
Total de receita de contratos de seguro	**658.424**	**643.380**

22.2. Despesas de contratos de seguro

A seguir, a análise das despesas de contratos de seguro reconhecidas no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contratos de seguro mensurados pelo BBA	**(414.077)**	**(363.586)**
Sinistros e outras despesas incorridas	(181.466)	(129.643)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(111.827)	(126.421)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	(120.784)	(107.522)
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	**(12.423)**	**(15.765)**
Sinistros e outras despesas incorridas	(754.798)	(619.985)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(3.383)	(8.966)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	745.758	613.186
Total de despesas de contratos de seguro	**(426.500)**	**(379.351)**

23. Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro

A seguir, a análise do resultado líquido de contratos de resseguro:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contratos de resseguro mensurados pelo PAA	**4.906**	**(4.194)**
Receita de contratos de resseguro	20.088	10.673
Despesas de contratos de resseguro	(15.182)	(14.867)
Total	**4.906**	**(4.194)**

24. Resultado com operações de capitalização

A seguir, a análise do resultado com operações de capitalização reconhecido no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida com títulos de capitalização:	**144.105**	**140.161**
Resultado com sorteios:	**(19.238)**	**(19.313)**
Reversão das provisões para sorteios	21.374	21.758
Constituição para provisões para sorteios	(22.107)	(21.239)
Despesas com títulos de capitalização sorteados	(18.505)	(19.832)
Custo de aquisição diferido:	**(30.838)**	**(30.766)**
Despesas de corretagens	(30.688)	(30.587)
Despesas de custeamentos de vendas	(150)	(179)
Outras receitas/(despesas) operacionais:	**21.292**	**19.332**
Receita com resgastes de títulos de capitalização	8.921	9.363
Receita com prescrições de títulos de capitalização	14.665	12.543
Despesas com provisões	(2.300)	(2.574)
Outras receitas operacionais	6	–
Total	**115.321**	**109.414**

25. Resultado financeiro líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado financeiro líquido da Companhia era de R$ 714 (R$ 361 em 31 de dezembro de 2023). No Grupo era o seguinte:

					Consolidado 31/12/2024
	Contratos de seguro			Não relacionado a	
	BBA	VFA	PAA	contratos de seguro	Total
Receitas financeiras:	**20.001**	**557.266**	**–**	**149.815**	**727.082**
Ao custo amortizado:	**–**	**–**	**–**	**14.469**	**14.469**
Fundos exclusivos	–	–	–	14.469	14.469
Ao VJORA:	**–**	**–**	**–**	**67.864**	**67.864**
Fundos exclusivos	–	–	–	67.864	67.864
Ao VJR:	**20.001**	**557.266**	**–**	**66.367**	**643.634**
Fundos exclusivos	20.001	557.266	–	66.367	643.634
Outras receitas financeiras	**–**	**–**	**–**	**1.115**	**1.115**
Despesas financeiras:	**(19.846)**	**(569.661)**	**(415)**	**(79.612)**	**(669.534)**
Ao VJR:	**(666)**	**–**	**–**	**(8)**	**(674)**
Fundos exclusivos	(666)	–	–	(8)	(674)
Passivos financeiros atuariais – capitalização	**–**	**–**	**–**	**(77.833)**	**(77.833)**
Contratos de seguro emitidos	**(19.180)**	**(569.661)**	**–**	**–**	**(588.841)**
Contratos de resseguro	**–**	**–**	**(415)**	**–**	**(415)**
Outras despesas financeiras	**–**	**–**	**–**	**(1.771)**	**(1.771)**
Total	**155**	**(12.395)**	**(415)**	**70.203**	**57.548**

					Consolidado 31/12/2023
	Contratos de seguro			Não relacionado a	
	BBA	VFA	PAA	contratos de seguro	Total
Receitas financeiras:	**19.709**	**536.328**	**–**	**166.927**	**722.964**
Ao custo amortizado:	**–**	**–**	**–**	**14.662**	**14.662**
Fundos exclusivos	–	–	–	14.662	14.662
Ao VJORA:	**–**	**–**	**–**	**22.746**	**22.746**
Fundos exclusivos	–	–	–	22.746	22.746
Ao VJR:	**19.709**	**536.328**	**–**	**99.155**	**655.192**
Fundos exclusivos	19.709	536.328	–	99.155	655.192
Rendas com taxas de gestão	**–**	**–**	**–**	**28.784**	**28.784**
Outras receitas financeiras	**–**	**–**	**–**	**1.580**	**1.580**
Despesas financeiras:	**(16.753)**	**(569.391)**	**(2.904)**	**(79.418)**	**(668.466)**
Ao VJR:	**(149)**	**–**	**–**	**(10)**	**(159)**
Fundos exclusivos	(149)	–	–	(10)	(159)
Passivos financeiros atuariais – capitalização	**–**	**–**	**–**	**(76.676)**	**(76.676)**
Contratos de seguro emitidos	**(16.604)**	**(569.391)**	**–**	**–**	**(585.995)**
Contratos de resseguro	**–**	**–**	**(2.904)**	**–**	**(2.904)**
Outras despesas financeiras	**–**	**–**	**–**	**(2.732)**	**(2.732)**
Total	**2.956**	**(33.063)**	**(2.904)**	**87.509**	**54.498**

26. Despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de despesas administrativas da Companhia era de R$ 1.456 (R$ 1.389 em 31 de dezembro de 2023). No Grupo era o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(1.424)	(1.347)
Serviços de terceiros	(113.642)	(103.328)
Localização e funcionamento	(619)	(650)
Publicidade e propaganda	(11.075)	(7.630)
Publicações	(390)	(822)
Donativos e contribuições	(3.346)	(3.730)
Despesas administrativas diversas	(197)	(536)
Impostos	(1.130)	(1.771)
PIS	(1.223)	(1.502)
COFINS	(7.515)	(9.230)
Taxa de fiscalização	(4.377)	(3.299)
Outras despesas com tributos	(90)	(90)
Total	**(145.028)**	**(133.935)**

27. Outras receitas/(despesas) operacionais

A seguir, a composição de outras receitas e despesas operacionais para o Grupo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com cobrança	(8.241)	(7.688)
Reversão/(provisão) para contingências cíveis	(822)	(949)
Reversão/(constituição) de provisão para riscos de créditos	379	(267)
Demais receitas/(despesas) operacionais	(7.556)	(6.340)
Total	**(16.240)**	**(15.244)**

28. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	**150.734**	**150.734**	**166.047**	**166.047**	**248.431**	**248.431**	**274.568**	**274.568**
Adições:	**–**	**–**	**–**	**–**	**10.253**	**10.253**	**12.999**	**12.999**
Adição permanente	–	–	–	–	711	711	1.672	1.672
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	–	–	–	–	500	500	1.431	1.431
Doação e patrocínios indedutíveis	–	–	–	–	2.471	2.471	2.551	2.551
Outras provisões	–	–	–	–	995	995	997	997
PIS e COFINS diferido	–	–	–	–	4.522	4.522	5.203	5.203
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	–	–	–	–	854	854	1.037	1.037
Tributos e contribuições em questionamento judicial	–	–	–	–	200	200	108	108
Exclusões:	**(151.476)**	**(151.476)**	**(167.075)**	**(167.075)**	**(6.446)**	**(6.446)**	**(7.200)**	**(7.200)**
Equivalência patrimonial	(151.476)	(151.476)	(167.075)	(167.075)	–	–	–	–
Outras provisões	–	–	–	–	(781)	(781)	(1.664)	(1.664)
PIS e COFINS diferidos	–	–	–	–	(4.581)	(4.581)	(4.522)	(4.522)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	–	–	–	–	(1.084)	(1.084)	(1.014)	(1.014)
Resultado ajustado	**(742)**	**(742)**	**(1.028)**	**(1.028)**	**252.238**	**252.238**	**280.367**	**280.367**
Compensação prejuízos fiscais e bases negativas	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Lucro após as compensações	**(742)**	**(742)**	**(1.028)**	**(1.028)**	**252.238**	**252.238**	**280.367**	**280.367**
Alíquotas oficiais	**15% – 10%**	**15%**	**15% – 10%**	**15%**	**15% – 10%**	**15%**	**15% – 10%**	**15%**
Despesas com IRPJ e CSLL	**–**	**–**	**–**	**–**	**(62.482)**	**(37.947)**	**(71.327)**	**(43.370)**
Incentivos fiscais	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.442**	**–**	**2.413**	**–**
Constituição/(reversão) de créditos tributários	**–**	**–**	**–**	**–**	**181**	**109**	**2.352**	**1.411**
Despesas com IRPJ e CSLL	**–**	**–**	**–**	**–**	**(59.859)**	**(37.838)**	**(66.562)**	**(41.959)**
Alíquota efetiva	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**24,09%**	**15,23%**	**24,24%**	**15,28%**

29. Lucro por ação

A Companhia tem uma estrutura societária simples e não possui diluidores, logo, seus lucros básicos e diluídos são iguais.

29.1. Básico e diluído

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**150.734**	**166.047**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em unidades)	88.877.773	88.877.773
Lucro básico e diluído por ações (em R$)	**1,70**	**1,87**

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo revisado e analisado o Relatório da Administração, as Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, deliberaram, por unanimidade e sem reservas, emitir o presente parecer sem ressalvas, a fim de opinar favoravelmente à aprovação dos referidos documentos em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada. Porto Alegre, 26 de março de 2025. Agomar Aliatti - Presidente; **Márcio Santiago Câmara -** Conselheiro Vice-Presidente; **Luiz Alcides Capoani -** Conselheiro; **Marcelo Eboli Botelho Benjamim -** Conselheiro.

Conselho de administração

Presidente:
Fernando Guerreiro de Lemos

Demais conselheiros:
Ademar Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Edson Georges Nassar; Luciano Soares; Luiz Carlos Caio Tomazeli

Diretoria

Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretor: Marcio de Moraes Palmeira

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7 **Atuária:** Lígia Guedes de Abreu - MIBA nº 1394

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Banrisul Icatu Participações S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Claudio Costa
Contador - CRC 1SP167720/O-1

PUBLICIDADE LEGAL

Alibem Alimentos S.A. Companhia Fechada - CNPJ/ME 03.941.052/0001-50 - NIRE 43 3 0005793 3

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 24 DE FEVEREIRO DE 2025

Data, hora e local: 24 de fevereiro de 2025, às 14h, na forma virtual pela plataforma Zoom. **Presenças:** Presentes todos os membros do conselho de administração da Alibem Alimentos S.A. ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do conselho de administração. **Ordem do Dia:** (i) aprovar o Regimento Interno dos Comitês; (ii) aprovar a realização da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, da Companhia ("Notas Comerciais Escriturais"), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo, na data de emissão das Notas Comerciais Escriturais a ser prevista no Termo de Emissão (conforme definido abaixo) ("Data de Emissão"), o valor total de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) representativo de 1.000 (mil) notas comerciais escriturais ("Emissão"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 ("Lei 14.195"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), com prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, as quais não serão atualizadas monetariamente, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, *("over extra-grupo"*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de *spread* equivalente a 1,77% (um inteiro e setenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e, ainda, com todos os demais termos, prazos e condições da Emissão e da Oferta, incluindo as condições de amortização, subscrição e colocação das Notas Comerciais Escriturais, a serem acordados no *("Termo Da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da Alibem Alimentos S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia, os Avalistas (conforme definidos no Termo de Emissão) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88, ("Agente Fiduciário" e ("Termo de Emissão", respectivamente); (iii) autorizar expressamente a diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações da Ordem do Dia, assinar todos e quaisquer documentos relacionados à Emissão e à Oferta, incluindo o Termo de Emissão, o *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da Alibem Alimentos S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia, os Avalistas e a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder" e "Contrato de Distribuição", respectivamente) e quaisquer aditamentos a tais instrumentos, se aplicável, bem como contratar o Coordenador Líder, o Agente Fiduciário, o escriturador, o banco liquidante, os assessores legais e quaisquer outros prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão e da Oferta; e (iv) ratificar todos os atos eventualmente já praticados pela Companhia e/ou seus representantes legais, relacionados às matérias acima. **Mesa:** Sr. Maximiliano Chang Lee - Presidente e Sr. Felipe Shen Pacheco da Silva - Secretário. **Deliberações:** Os conselheiros decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) aprovar o Regimento Interno dos Comitês de (a) Auditoria, Compliance e Riscos; (b) Cultura e Gestão de Pessoas; e, (c) Inovação, Planejamento e Estratégia; (ii) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, as quais não serão atualizadas monetariamente, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, *("over extra-grupo"*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de spread equivalente a 1,77% (um inteiro e setenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e, ainda, com todos os demais termos, prazos e condições da Emissão e da Oferta, incluindo as condições de amortização, subscrição e colocação das Notas Comerciais Escriturais, a serem acordados no Termo de Emissão; (iii) autorizar expressamente a diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações da Ordem do Dia, assinar todos e quaisquer documentos relacionados à Emissão e à Oferta, incluindo o Termo de Emissão, o Contrato de Distribuição, e quaisquer aditamentos a tais instrumentos, se aplicável, bem como contratar o Coordenador Líder, o Agente Fiduciário, o escriturador, o banco liquidante, os assessores legais e quaisquer outros prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão e da Oferta; e (iv) ratificar todos os atos eventualmente já praticados pela Companhia e/ou seus representantes legais, relacionados às matérias acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Presenças: Mesa: Maximiliano Chang Lee - Presidente; Felipe Shen Pacheco da Silva - Secretário. Conselheiros: Maximiliano Chang Lee, Michele Shen Lee, Lee Shing Wen, Juscelino Francisco Gonçalves e Francisco Olinto Velo Schmitt. Porto Alegre - RS, 24 de fevereiro de 2025. Cópia transcrita do Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Confere com o original. Maximiliano Chang Lee - Presidente. Felipe Shen Pacheco da Silva - Secretário. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 10967072 em 19/03/2025 da Empresa ALIBEM ALIMENTOS S.A., CNPJ 03941052000150 e protocolo 250902508 - 12/03/2025. Autenticação: B9EE355864EC6D17E61FB399ACF35ACCDF0FBE8. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

METALÚRGICA HASSMANN S.A.

CNPJ nº 89.772.065/0001-69 – NIRE nº 43 3 0001921 7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da METALÚRGICA HASSMANN S/A. tem a satisfação de apresenta-lhes a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2024. As vendas atingiram 17,5 mil toneladas de produtos no exercício de 2024. A receita operacional líquida alcançou R$ 408,0 milhões no período. A margem bruta (lucro bruto dividido pela receita operacional líquida de vendas ficou em 31,96% no ano de 2024. A Companhia apurou um lucro líquido de R$ 73,885 milhões neste período, representando R$ 1.283,08 por ação. Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R$ 408,053 milhões, representando um valor patrimonial de R$ 7.086,22 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R$ 25,673 milhões no exercício. Na dívida bruta da Companhia não existe qualquer tipo de financiamento bancário, composta unicamente por débitos de funcionamento: fornecedores, provisão de tributos, salários, encargos e acionistas. Sugere a administração a distribuição do dividendo estatutário e remuneração de juros sobre o Capital Próprio o valor de 23,680 milhões. Os administradores por unanimidade de votos deliberaram sobre a concordância com as Demonstrações Financeiras relativas a este exercício social. A Administração da METALÚRGICA HASSMANN S.A. reafirma seu objetivo de manter o crescimento sustentável da Companhia, trabalhar pela sua constante afirmação no mercado como uma empresa socialmente responsável, de excelência, e governança. Aproveita ainda para agradecer aos Clientes, Fornecedores e Colaboradores pela dedicação, comprometimento e escolha no relacionamento. Reconhece aos Acionistas e externa os mais sinceros agradecimentos pela confiança depositada no agora e no futuro. Outrossim e finalmente, em cumprimento aos dispositivos legais e do Estatuto Social, nós membros da administração, divulgamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da METALÚRGICA HASSMANN S.A., de qualquer forma, continuamos à disposição dos(as) senhores(as), para esclarecer dúvidas que eventualmente decorram da interpretação dos instrumentos contábeis ora apresentados.

Imigrante/RS, 25 de março de 2025. CARLOS HASSMANN - Diretor Presidente da Companhia e Presidente do Conselho de Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais - R$ mil)

ATIVO	NE	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
CIRCULANTE		**343.507**	**297.942**	**345.260**	**298.986**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	90.908	80.714	**96.934**	**88.015**
Clientes	5a	73.875	62.967	62.264	52.105
Adiantamentos		1.064	794	1.064	794
Estoques	6	174.686	151.081	181.741	155.128
Impostos a Recuperar	7	2.104	1.722	2.247	2.202
Despesas Antecipadas		870	664	1.010	742
NÃO CIRCULANTE		**138.501**	**112.116**	**136.748**	**111.336**
Ativos Financeiros ao Valor Justo	17	29.726	18.621	29.726	18.621
Impostos a Recuperar	7	948	1.367	948	1.367
Outros Créditos		68	134	239	267
Investimentos	8	2.521	1.508	123	118
Imobilizado	9	105.238	90.486	105.712	90.963
TOTAL DO ATIVO		**482.008**	**410.058**	**482.008**	**410.322**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
CIRCULANTE		**66.091**	**49.320**	**66.091**	**49.584**
Fornecedores	10	24.620	14.931	24.570	15.179
Salários, Ordenados e Encargos		5.467	4.704	5.467	4.704
Impostos e contribuições a recolher	11	3.143	1.881	3.143	1.881
Outras Contas a Pagar		1.030	708	1.030	708
Participações no Resultado a Pagar	12d	7.944	8.477	7.944	8.477
JCP e Dividendos a Pagar	12e	23.680	18.295	23.680	18.295
Adiantamentos de Clientes		207	324	257	340
NÃO CIRCULANTE		**7.864**	**4.088**	**7.864**	**4.088**
Impostos Diferidos	16a	7.864	4.088	7.864	4.088
Provisões e outras Contas a Pagar	18	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**408.053**	**356.650**	**408.053**	**356.650**
Capital Social	12a	260.000	220.000	260.000	220.000
Reserva Legal	12b	25.430	21.735	25.430	21.735
Ajuste Avaliação Patrimonial	12c	15.697	7.793	15.697	7.793
Reserva de Lucros		106.926	107.122	106.926	107.122
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**482.008**	**410.058**	**482.008**	**410.322**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em reais - R$ mil)

	NE	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita Líquida de Vendas	13	**401.546**	**405.836**	**408.686**	**417.869**
Custo dos Produtos Vendidos	14	(275.802)	(290.982)	(278.077)	(298.914)
Resultado Bruto		**125.744**	**114.854**	**130.609**	**118.955**
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com Vendas	14	(16.826)	(15.975)	(18.538)	(18.337)
Despesas Gerais e Administrativas	14	(30.348)	(27.016)	(33.361)	(29.762)
Outras Receitas (Despesas)	14	2.885	1.092	2.885	1.102
Resultado Equivalência Patrimonial	8	138	(1.001)	-	-
		(44.151)	**(42.900)**	**(49.014)**	**(46.997)**
Resultado Antes do Resultado Financeiro		**81.593**	**71.954**	**81.595**	**71.958**
Resultado Financeiro					
Receitas Financeiras	15a	18.360	10.475	18.360	10.475
Despesas Financeiras	15b	(1.671)	(5.844)	(1.673)	(5.848)
		16.689	**4.631**	**16.687**	**4.627**
Resultado Antes do IRPJ e CSLL		**98.282**	**76.585**	**98.282**	**76.585**
IRPJ e CSLL correntes	16	(24.397)	(20.615)	(24.397)	(20.615)
Lucro líquido do exercício		**73.885**	**55.970**	**73.885**	**55.970**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em reais - R$ mil)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/dezembro/2022	**180.000**	**18.937**	**112.901**	**8.004**	**-**	**319.842**
Incorporação de reservas	40.000	-	(40.000)	-	-	-
Reconhecimento de valor justo	-	-	-	(12)	-	(12)
Ajuste de conversão cambial	-	-	9	(199)	-	(190)
Destinação do resultado:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	55.970	55.970
Reserva legal	-	2.798	-	-	(2.798)	-
JSCP e dividendos	-	-	-	-	(18.295)	(18.295)
JSCP e dividendos adicionais	-	-	(665)	-	-	(665)
Reserva de lucros	-	-	34.877	-	(34.877)	-
Saldo em 31/dezembro/2023	**220.000**	**21.735**	**107.122**	**7.793**	**-**	**356.650**
Incorporação de reservas	40.000	-	(40.000)	-	-	-
Reconhecimento de valor justo	-	-	-	7.330	-	7.330
Ajuste de conversão cambial	-	-	-	574	-	574
Destinação do resultado:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	73.885	73.885
Reserva legal	-	3.695	-	-	(3.695)	-
JSCP e dividendos	-	-	-	-	(23.680)	(23.680)
JSCP e dividendos adicionais	-	-	(6.706)	-	-	(6.706)
Reserva de lucros	-	-	46.510	-	(46.510)	-
Saldo em 31/dezembro/2024	**260.000**	**25.430**	**106.926**	**15.697**	**-**	**408.053**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em reais - R$ mil)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	**73.885**	**55.970**	**73.885**	**55.970**
Outros Componentes do Resultado Abrangente	7.904	(211)	7.904	(211)
Resultado abrangente do exercício	**81.789**	**55.759**	**81.789**	**55.759**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em reais - R$ mil)

	NE	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**98.282**	**76.585**	**98.282**	**76.585**
Ajustes p/reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciações	9	11.268	9.805	11.420	9.862
Resultado de equivalência patrimonial	8	(138)	1.001	-	-
Provisão para obsolescência	6	(146)	(418)	(146)	(418)
Lucro do Exercício Ajustado		**109.266**	**86.973**	**109.556**	**86.029**
(Aumento) redução nos ativos/passivos operacionais:					
(Aumentos) Redução Contas a Receber		(6.989)	13.459	(10.158)	12.673
(Aumentos) Redução Contas a Receber Parte Relacionada		(3.919)	1.715	-	1.715
(Aumentos) Redução Estoques		(23.459)	12.353	(26.170)	17.342
(Aumentos) Redução Outros Ativos		1.105	(1.564)	1.343	(1.915)
Aumento (Redução) Fornecedores		9.689	(13.193)	9.390	(14.879)
Aumento (Redução) Impostos e Contribuições		1.262	(2.140)	1.262	(2.140)
Imposto de Renda e Contribuições Social pagos		(24.935)	(21.153)	(24.935)	(21.153)
Aumento (Redução) Outros Passivos		435	(420)	467	(417)
Caixa líquido gerados pelas ativ. operacionais		**62.455**	**76.030**	**60.755**	**77.255**
Aquisições de Imobilizado		(25.673)	(21.640)	(25.822)	(22.174)
Participações Sociais/Controladas		(1.587)	1.254	(1.587)	1.254
Caixa líquido cons. nas ativ. de investimentos		**(27.260)**	**(20.386)**	**(27.409)**	**(20.920)**
Dividendos e Juros sobre o Capital pagos		(25.001)	(23.034)	(25.001)	(23.034)
Caixa líquido cons. nas ativ. de financiamento		**(25.001)**	**(23.034)**	**(25.001)**	**(23.034)**
Variação cambial s/caixa e equivalentes de caixa		-	-	574	-
Aumento (redução) líq. no caixa e equiv. de caixa		**10.194**	**32.610**	**8.919**	**33.301**
Caixa e equiv. de caixa no início do período		**80.714**	**48.104**	**88.015**	**54.714**
Caixa e equiv. de caixa no fim do período		**90.908**	**80.714**	**96.934**	**88.015**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em reais - R$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Metalúrgica Hassmann S.A. com sede e foro na cidade de Imigrante/RS tem por atividade principal a industrialização e comercialização de artefatos metalúrgicos de fixação, como parafusos, porcas, tirantes, inclusive especiais e de alta resistência. A Companhia foi constituída 01/10/1955 na forma de sociedade Ltda. e transformada e Sociedade Anônima em 1971. A Companhia atende o mercado automotivo, agrícola, caminhões, e máquinas pesadas e possui fixadores na linha Standard e Especial.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 25 de março de 2025. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais - moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro 2024. As contas de Receitas e Despesas foram apropriadas no resultado pelo regime de competência. As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com a sua controlada. **3.1. Receita:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. As devoluções e descontos incondicionais são reconhecidos e deduzidos das receitas de vendas brutas já registradas. As receitas são reconhecidas em conformidade com a NBC TG 47. **3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem os saldos bancários, aplicações financeiras e fundo fixo em moeda nacional. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. **3.3. Títulos a Receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As contas a receber de clientes de mercado externo são reconvertidas à taxa do câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. A redução ao valor recuperável "modelo de perdas em crédito esperadas", através do NBC TG 48, exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida da carteira de clientes e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. **3.4. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável em conformidade com a NBC TG 16. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques obsoletos ou para realização são avaliadas a cada data do balanço patrimonial e constituídas quando consideradas necessárias pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos estoques. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio, custos logísticos e de importação. Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos, mão-de-obra direta e outros custos diretos. **3.5. Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial em conformidade com a NBC TG 18. Nesse método, a participação proporcional da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado operacional. As práticas contábeis adotadas pela sociedade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial, e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado. **3.6. Imobilizado:** O Imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou construção em conformidade com a NBC TG 27. A depreciação é reconhecida pelo método linear que leva em consideração o tempo da vida útil estimada desses bens, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Companhia mantém seu parque fabril em constante modernização e renovação, assim avaliou seu ativo e não há sinal de desvalorização. **3.7. Recuperabilidade de Ativos não Monetários:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme a NBC TG 01. Em 31 de dezembro 2024 e 2023, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária. **3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os impostos de Renda e a Contribuição Social quando incidentes são apurados com base no Lucro Real Anual, pelas alíquotas vigentes no exercício, com recolhimentos antecipados mensais com base no balancete de suspensão e redução. **3.8.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório. **3.9. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativos financeiros não circulantes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ajuste de avaliação patrimonial conforme demonstrado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. **3.10. Julgamentos e Estimativas Contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e as estimativas poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.11. Ativos e Passivos contingentes:** A Companhia avalia a provisão para litígios envolvendo causas cíveis, tributárias e trabalhistas em conformidade com a NBC TG 25. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências, bem como, avaliação do jurídico interno e externo. Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. **3.12. Procedimento de consolidação:** Saldos e transações entre as Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com a companhia investida registrados por equivalência patrimonial são eliminados integralmente contra o investimento na Companhia controladora, bem como o saldo de investimento é eliminado contra o patrimônio líquido da controladora. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não apresente evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Caixa e equivalentes de caixa assim são compostos:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa	1	2	1	2
Banco conta movimento	605	2.092	6.632	9.393
Aplicações Financeiras (a)	90.302	78.620	90.301	78.620
	90.908	**80.714**	**96.934**	**88.015**

(a) Aplicações financeiras na controladora e consolidado, remuneradas em média 102% a 108% em 2024 e a 99% a 104,00% do CDI (Certificado depósito Interbancário) em 2023 com possibilidade de resgate imediato sem alteração significativa dos valores de resgate.

5. CLIENTES:

a) Contas a Receber:

Contas a receber de clientes	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Clientes no País	46.595	41.230	46.595	41.230
Clientes no Exterior	9.211	7.587	15.669	10.875
Clientes no Exterior Partes Relacionadas (b)	18.069	14.150	-	-
TOTAL	**73.875**	**62.967**	**62.264**	**52.105**

O saldo da conta "Clientes" inclui valores vencidos no final do exercício e representa 0,14% do valor a receber, para os quais a Companhia não constituiu uma provisão para perdas esperadas, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são considerados recuperáveis. O período médio de crédito na venda de produtos na controladora é de 50 dias (49 dias em 2023). A Companhia tem política de constituir uma provisão para os créditos duvidosos quando identificar indicativos de não realização dos saldos ativos.

b) Transações com Partes Relacionadas:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Balanço Patrimonial				
Contas a receber	18.069	14.150	-	-
Demonstração do Resultado	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Vendas de mercadorias	33.514	32.350	-	-

As transações comerciais praticadas com a parte relacionada Hassmann Fasteners International LLC seguem políticas de preços e prazos específicos que consideram o volume das transações e inexistência de riscos de crédito. As contas a receber referem-se à exportação de produtos industrializados para revenda, não havendo contratos entre mútuos.

6. ESTOQUES: Os estoques estão assim compostos:

Estoques	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Matéria Prima	72.614	71.184	72.614	71.184
Produtos Acabados	42.718	30.326	49.773	34.373
Produtos em Elaboração	17.886	15.747	17.886	15.747
Ferramentas e Peças Manutenção	39.922	30.812	39.922	30.812
Adiantamento Fornecedores	867	2.303	867	2.303
Outros Materiais	1.338	1.222	1.338	1.222
(-) Prov. Perda Estoques	(659)	(513)	(659)	(513)
TOTAL	**174.686**	**151.081**	**181.741**	**155.128**

As provisões revertidas referem-se a produtos acabados com movimentação de ajuste efetivado por perda definitiva pela baixa, venda ou transformação.

	Controladora e Consolidado 2024	Controladora e Consolidado 2023
Saldo no início do exercício	(513)	(94)
Variação no período	(146)	(419)
Adições	(146)	(419)
Reversões	-	-
Saldo no final do Exercício	(659)	(513)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR: Os impostos a recuperar estão assim compostos:

Impostos	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
ICMS a Recuperar	1.221	986	1.221	986
IRPJ a Recuperar	147	597	147	597
CSLL a Recuperar	1	89	1	89
PIS e COFINS Parcel. a Recuperar	-	43	-	43
Outros Impostos a Recuperar	3	6	146	486
IPI Ação Judicial	732	-	732	-
IRPJ e CSLL Diferido	272	376	272	376
ICMS a Recuperar - CIAP	676	992	676	992
TOTAL	**3.052**	**3.089**	**3.195**	**3.569**
Ativo Circulante	**2.104**	**1.722**	**2.247**	**2.201**
Ativo Não Circulante	**948**	**1.367**	**948**	**1.368**

8. INVESTIMENTOS: Os investimentos são demonstrados a seguir:

Investimentos	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Participações p/Incentivos Fiscais	22	22	22	22
Participações Sociais	101	96	101	96
Participações Controladas Exterior	2.398	1.390	-	-
Total	**2.521**	**1.508**	**123**	**118**

A movimentação dos investimentos da Controlada do Exterior com participação de 100% pode ser assim demonstrada:

Hassmann Fasteners International LLC. Descrição	2024	2023
Patrimônio Líquido	2.694	1.983
Lucro Líquido	138	(1.001)

	Controladora 2024	Controladora 2023
Saldos no início do exercício	1.390	2.450
Lucro líquido	138	(1.001)
Ajuste Conversão Cambial	574	(188)
Lucro não realizado	296	129
Saldos no fim do exercício	**2.398**	**1.390**

9. IMOBILIZADO: O imobilizado da controladora está assim composto:

Custo do Imobilizado	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Terrenos e Prédios	Veíc., Equip. Informática e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento	Total do Imobilizado
Saldos 31/12/2022	167.355	17.923	4.525	4.218	2.931	196.952
Aquisições	11.467	582	933	158	8.697	21.837
Baixas	(180)	-	(17)	-	-	(197)
Transferências	2.931	-	-	-	(2.931)	-
Saldos 31/12/2023	181.573	18.505	5.441	4.376	8.697	218.592
Aquisições	12.122	17	561	226	13.227	26.153
Baixas	(455)	(12)	(9)	(4)	-	(480)
Transferências	8.697	-	-	-	(8.697)	-
Saldos 31/12/2024	201.937	18.510	5.993	4.598	13.227	244.265

Depreciação Acumulada	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Terrenos e Prédios	Veíc., Equip. Informática e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento	Total do Imobilizado
Saldo 31/12/2022	(111.536)	(2.789)	(2.713)	(1.459)	-	(118.497)
Depreciação	(8.198)	(624)	(684)	(299)	-	(9.805)
Baixas	180	-	16	-	-	196
Saldo 31/12/2023	(119.554)	(3.413)	(3.381)	(1.758)	-	(128.106)
Depreciação	(9.496)	(633)	(825)	(314)	-	(11.268)
Baixas	336	2	5	4	-	347
Saldo 31/12/2024	(128.714)	(4.044)	(4.201)	(2.068)	-	(139.027)
Saldos 31/12/2023	**62.019**	**15.092**	**2.060**	**2.618**	**8.697**	**90.486**
Saldos 31/12/2024	**73.223**	**14.466**	**1.792**	**2.530**	**13.227**	**105.238**

O imobilizado consolidado está assim composto:

Custo do Imobilizado	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Terrenos e Prédios	Veíc., Equip. Informática e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento	Total do Imobilizado
Saldos 31/12/2022.	167.355	17.923	4.525	4.218	2. 931	196.952
Aquisições	12.001	582	933	158	8.697	22.371
Baixas	(180)	-	(17)	-	-	(197)
Transferências	2.931	-	-	-	(2.931)	-
Saldos 31/12/2023.	182.107	18.505	5.441	4.376	8.697	219.126
Aquisições	12.271	17	561	226	13.227	26.302
Baixas	(455)	(12)	(9)	(4)	-	(480)
Transferências	8.697	-	-	-	(8.697)	-
Saldos 31/12/2024.	202.620	18.510	5.993	4.598	13.227	244.948

Depreciação Acumulada	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Terrenos e Prédios	Veíc., Equip. Informática e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento	Total do Imobilizado
Saldo 31/12/2022	(111.536)	(2.789)	(2.713)	(1.459)	-	(118.497)
Depreciação	(8.255)	(624)	(684)	(299)	-	(9.862)
Baixas	180	-	16	-	-	196
Saldo 31/12/2023	(119.611)	(3.413)	(3.381)	(1.758)	-	(128.163)
Depreciação	(9.648)	(633)	(825)	(314)	-	(11.420)
Baixas	336	2	5	4	-	347
Saldo 31/12/2024	(128.923)	(4.044)	(4.201)	(2.068)	-	(139.236)
Saldos 31/12/2023	**62.496**	**15.092**	**2.060**	**2.618**	**8.697**	**90.963**
Saldos 31/12/2024	**73.697**	**14.466**	**1.792**	**2.530**	**13.227**	**105.712**

Estão assim demonstradas as taxas médias de depreciação de cada grupo do ativo imobilizado:

	Taxa média de depreciação (% ao ano)
Máquinas e equipamentos, Instalações e Móveis e utensílios	10%
Prédios	4%
Veículos, Equipamentos de TI	20%

10. FORNECEDORES:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores no País	22.928	14.928	22.928	14.928
Fornecedores no Exterior	1.692	3	1.642	251
TOTAL	**24.620**	**14.931**	**24.570**	**15.179**

O prazo médio de pagamento de fornecedores em 31 de dezembro 2024 na controladora é de 58 dias (46 dias em 2023).

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER: Os impostos e contribuições a recolher saldo com vencimento no exercício de 2024 apresentam a seguinte composição:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
IPI a Recolher	182	112	182	112
ICMS a Recolher	1.737	1.197	1.737	1.197
IRRF a Recolher	648	536	648	536
IRPJ e CSLL	546	-	546	-
Outros impostos a recolher	30	36	30	36
TOTAL	**3.143**	**1.881**	**3.143**	**1.881**

Continua »»»

»»» Continuação Hassmann S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em reais - R$ mil)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 12.a. Capital Social: O Capital Social é de R$ 260.000 totalmente integralizado, representado por 57.584 Ações Nominativas, sem valor nominal, sendo 47.250 Ações Ordinárias e 10.334 Ações Preferenciais. **12.b. Reserva Legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **12.c. Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Constituído em decorrência de avaliação ao valor justo dos ativos financeiros em certificados, vinculado a instituição financeira em aplicação atrelada a commodities do metal que totaliza R$ 15.697 (R$ 7.793 em 2023) líquido dos efeitos dos impostos diferidos como também ajuste de conversão cambial de participação societária na Hassmann Fasteners International no valor de R$ 431 mil. **12.d. Participações nos resultados:** O saldo a ser distribuído de R$ 7,944 milhões, sendo R$ 3,856 milhões, na participação de empregados e R$ 4,088 milhão para administradores. Apuração segue os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados – PLR 2024 com acordo homologado no MTE, e regulamentada pela Lei nº 10.101/2000. A participação dos administradores prevista no estatuto social e de acordo com a Lei 6.404/76. **12.e. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, ou em períodos menores. De acordo com o Estatuto Social é garantido aos acionistas no mínimo 25% de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, na forma da Lei 9.249/95, imputados aos dividendos e obedecendo aos termos do art. 202 da Lei 6.404/76. Na AGO de 29/04/2024 foram aprovados além dos juros e dividendos provisionados um complemento de dividendos totalizando R$ 132 mil com origem da reserva de lucros. Os juros sobre o capital foram contabilizados como despesa financeira para fins fiscais e para atendimento a norma contábil foram apresentados considerados como distribuição de lucro do exercício. Com base no resultado do exercício de 2024 foi apropriado para pagamento aos acionistas o montante de R$ 23.680 (18.925 em 2023) a título de Juros de capital próprio, apurado de acordo com o artigo 355 do decreto 9.580/2018. Dado que o montante supera o mínimo requerido pela legislação, não houve complemento a título de dividendos.

	Controladora 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	73.885	55.970
Reserva legal - 5%	(3.695)	(2.798)
Base de cálculo dos dividendos	70.190	53.172
Dividendo Mínimo Obrigatórios (25%)	(17.548)	(13.293)

13. RECEITA LÍQUIDA: A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

Composição da Receita Líquida	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Vendas Mercado Interno	429.670	428.642	429.670	428.642
Vendas Mercado Externo	28.023	34.423	61.537	66.773
Vendas Parte Relacionada	26.368	20.317	-	-
(-) Impostos sobre vendas	(76.793)	(74.697)	(76.793)	(74.697)
(-) Devoluções e abatimentos	(5.722)	(2.849)	(5.728)	(2.849)
(=) Receita Operacional Líquida	**401.546**	**405.836**	**408.686**	**417.869**

14. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses gastos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Custos das mercadorias vendidas	(250.068)	(250.068)	(229.540)	(257.382)
Despesas e Custos com Pessoal	(45.223)	(45.223)	(53.577)	(45.842)
Despesas com Transporte/Exportação	(7.841)	(7.841)	(11.076)	(10.203)
Participação dos adm. e empregados	(8.477)	(8.477)	(7.944)	(8.477)
Despesa e Custo Depreciação	(9.805)	(9.805)	(11.420)	(9.862)
Serviços Contratados	(12.131)	(12.131)	(16.185)	(14.819)
Publicidade e propaganda	(403)	(403)	(499)	(403)
Outras despesas	(2.149)	(2.149)	(744)	(2.139)
Outras Receitas/Processos PIS e COFINS	3.216	3.216	3.894	3.216
Total	**(332.881)**	**(332.881)**	**(327.091)**	**(345.911)**

Estas despesas foram classificadas da seguinte forma na demonstração de resultados (apresentada por função):

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Custo dos Produtos Vendidos	(275.802)	(290.982)	(278.077)	(298.914)
Despesas com Vendas	(16.826)	(15.975)	(18.538)	(18.337)
Despesas Gerais e Administrativas	(30.348)	(27.016)	(33.361)	(29.762)
Outras Receitas (Despesas)	2.885	1.092	2.885	1.102
Total	**(320.091)**	**(332.881)**	**(327.091)**	**(345.911)**

15. RESULTADO FINANCEIRO:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
a) Receitas Financeiras				
Juros/Descontos recebidos	148	1.436	148	1.436
Rendimento de aplicações financeiras	9.132	6.095	9.132	6.095
Selic Recuperação Impostos	811	4	811	4
Variação cambial ativa	8.269	2.940	8.269	2.940
Total	**18.360**	**10.475**	**18.360**	**10.475**
b) Despesas Financeiras				
Variação cambial passiva	(1.597)	(5.517)	(1.597)	(5.517)
Despesas bancárias	(61)	(84)	(63)	(88)
Outras despesas	(13)	(243)	(13)	(243)
Total	**(1.671)**	**(5.844)**	**(1.673)**	**(5.848)**

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pode ser assim demonstrada bem como a alíquota efetiva:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro antes dos impostos	98.282	76.585	98.282	76.585
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à taxa nominal	**(33.416)**	**(26.039)**	**(33.416)**	**(26.039)**
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Equivalência Patrimonial	47	(340)	47	(340)
Juros sobre Capital Próprio	8.051	6.220	8.051	6.220
Incentivos fiscais (a)	501	225	501	225
Benefícios fiscais (PAT)	762	383	762	383
Participação Result. Admin.	(1.022)	(1.000)	(1.022)	(1.000)
Outras exclusões/adições	(202)	(65)	(202)	(65)
Atualização SELIC	882	1	882	1
Total IRPJ e CSLL	**(24.397)**	**(20.615)**	**(24.397)**	**(20.615)**
Alíquota efetiva	**25%**	**27%**	**25%**	**27%**

a) Diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Diferenças temporárias sobre ativos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.864	4.088	7.864	4.088
Diferido Passivo	**7.864**	**4.088**	**7.864**	**4.088**

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os valores dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam do valor de mercado. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Custo Amortizado				
Clientes (nota 5)	73.875	62.967	62.264	52.105
Fornecedores (nota 10)	(24.620)	(14.931)	(24.570)	(15.179)
Valor Justo				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	90.908	80.714	96.934	88.015
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ativos financeiros ao valor justo	29.726	18.621	29.726	18.621

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos associados à sua operação: a) Valor de mercado: considerando a natureza, o prazo e as características dos instrumentos financeiros os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. b) Fatores de risco que podem afetar os negócios: Risco cambial: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação na cotação das moedas externas, nas quais a companhia realiza operações de compras e vendas, principalmente dólar. A companhia apresenta saldos ativos e passivos em moeda externa o que minimiza potenciais impactos provenientes dessas oscilações. Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

18. PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS: A Companhia está sujeita a processos decorrentes do curso normal dos negócios, e efetua provisão quando considera as perdas prováveis e razoavelmente quantificáveis. Em 31 de dezembro de 2023, não havia processos judiciais movidos contra a Companhia com saldo de classificação de perda provável que totaliza, em 2024 não foi constituída novas provisão para perdas.

19. SEGUROS: Face a natureza de suas atividades e Instalações a Companhia adota política de contratar cobertura de seguro. Em 31 de dezembro de 2024 a Metalúrgica Hassmann S/A. disponha das seguintes modalidades de Seguros. Seguro contra incêndio e outros riscos no valor de R$ 340.000, com cobertura sobre Prédios, Máquinas, Móveis e Utensílios, Instalações, Mercadorias e Matérias Primas e com cobertura de R$ 650.000 de Lucros Cessantes pela Apólice nº 25.96.0010057.12 Chubb Seguros Brasil S.A., com vigência até 25/01/2025. A Companhia possui um Seguro de Responsabilidade Civil dos Produtos no valor de R$ 650.000, pela Apólice nº 02852.2023.0051.0351.0011187 de Axa Seguros S.A. com vigência até 10/10/2025. Seguro contra incêndios e outros riscos com vencimento em 25/01/2025 foi renovado em janeiro de 2025 por mais um ano.

Imigrante, 25 de março de 2025.

CARLOS HASSMANN	ELKA HASSMANN	PETER HASSMANN	JUNIOR ALEX TONINI
Diretor Presidente	Diretora Vice-Presidente	Diretor Administrativo e Industrial	Contador - CRC/RS 084392/O-5
CPF 297.702.700-91	CPF 008.954.740-34	CPF 403.151.850-15	CPF 013.866.330-03

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. **Acionistas e Diretores METALÚRGICA HASSMANN S/A** Imigrante - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **METALÚRGICA HASSMANN S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **METALÚRGICA HASSMANN S/A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixas individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, RS, 25 de março de 2025.

bakertilly

Sérgio Laurimar Fioravanti - Contador - CRCRS nº 48.601
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O CVM 12.360 CNAIPJ 000023
Viviane Barcelos Cangussu Machado
Contadora - CRCRS nº 68.068

RECRUSUL – CONFIANÇA É A NOSSA MARCA

Companhia Aberta
C.N.P.J.: 91.333.666/0001-17
NIRE 43.300.005.003

RCSL – B3 LISTED

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições de ordem legal e estatutária, é com grande prazer que esta diretoria submete à apreciação de V.S.ª o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados e as demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Nesta oportunidade, externamos o nosso reconhecimento aos senhores acionistas e aos colaboradores pelo apoio que têm prestado a nossa administração. Para qualquer esclarecimento colocamo-nos ao inteiro dispor de V.S.ª. Relacionamento com Auditores Independentes. Em conformidade com a Instrução CVM no. 381 informamos que os auditores independentes da Companhia, não prestaram durante o exercício de 2024 e 2023 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. Sapucaia do Sul – RS, 26 de março 2025. Os Administradores

Balanços Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

ATIVO	Notas	CONTROLADORA 2024	CONTROLADORA 2023	CONSOLIDADO 2024	CONSOLIDADO 2023
CIRCULANTE		**13.299**	**26.573**	**14.710**	**27.981**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2	529	5	531
Clientes	5	901	7.171	1.146	7.417
Estoques	6	8.936	13.541	9.762	14.367
Impostos a Recuperar		1.181	775	1.316	910
Adiantamentos a Fornecedores		1.077	3.863	1.077	3.863
Outros Adiantamentos		110	240	110	240
Despesas Antecipadas		-	454	202	653
Outros		1.092	-	1.092	-
NÃO CIRCULANTE		**30.771**	**31.174**	**32.157**	**32.645**
Realizável A Longo Prazo		**10.522**	**11.238**	**10.968**	**11.592**
Partes Relacionadas		81	77	97	-
Depósitos Judiciais		4.155	4.097	4.585	4.528
Crédito de Alienação Imobiliária	7	6.286	7.064	6.286	7.064
Investimentos	8	**7.142**	**8.466**	**5.579**	**5.579**
Imobilizado	9	**12.966**	**11.259**	**13.217**	**11.509**
Intangível	9	**141**	**211**	**2.393**	**3.965**
TOTAL DO ATIVO		**44.070**	**57.747**	**46.867**	**60.626**

PASSIVO	Notas	CONTROLADORA 2024	CONTROLADORA 2023	CONSOLIDADO 2024	CONSOLIDADO 2023
CIRCULANTE		**20.127**	**17.823**	**23.137**	**20.828**
Fornecedores	10	2.145	2.781	2.438	3.074
Impostos e Contribuições a Recolher	11	14.879	12.569	16.727	15.275
Adiantamento de Clientes	12	1.150	698	1.150	698
Obrigações Trabalhistas		1.343	191	1.436	256
Credores Plano de Parcelamento		-	-	2	2
Honorários Administradores		-	-	1	3
Parcelamento Tributarios		527	601	583	601
Provisões Previdenciárias Trabalhistas		-	892	669	784
Outras Contas a Pagar		83	91	131	137
NÃO CIRCULANTE		**41.147**	**39.448**	**41.207**	**39.325**
Credores Plano de Parcelamento	13	290	4.225	295	4.230
Partes Relacionadas	15	5.221	1.606	5.221	1.606
Transação Tributária PGFN	14	34.397	31.636	34.489	31.710
Parcelamentos Tribt. Municipais Refis 2023	14	993	838	993	838
Outros Parcelamentos Tributarios	14	209	941	209	941
Provisão para Perdas em Investimentos		37	202	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16**	**(17.204)**	**476**	**(17.477)**	**473**
Patrimônio Líquido dos Acionistas Control.		**(17.204)**	**476**	**(17.477)**	**473**
Capital Social	16.1	350.000	350.000	350.000	350.000
Capital Social a Integralizar	16.1	(72.673)	(74.527)	(72.673)	(74.527)
Reservas de Capital		543	543	543	543
Prejuízos Acumulados		(295.074)	(275.540)	(295.341)	(275.540)
Participação de Acionistas Não Controladores		**-**	**-**	**(6)**	**(3)**
TOTAL DO PASSIVO		**44.070**	**57.747**	**46.867**	**60.626**

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	TOTAL CONSOLIDADO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**264.287**	**543**	**(270.363)**	**(5.533)**	**(145)**	**(5.678)**
Aporte de Capital	11.186	-	-	11.186	11.186	
Prejuízo do Exercício	-	-	(5.177)	(5.177)	-	(5.177)
Lucro do Exercício	-	-	-	-	142	142
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**275.473**	**543**	**(275.540)**	**476**	**(3)**	**473**
Aporte de Capital	1.853	-	-	1.853	-	1.853
Prejuízo do Exercício	-	-	(19.716)	(19.716)	(3)	(19.719)
Variação de Participação em Controladas	-	-	-	-	-	3.328
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**277.326**	**543**	**(295.256)**	**(17.387)**	**(6)**	**(17.393)**

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: Informações sobre a Companhia: A Recrusul S/A (B3 Brasil: RCSL3, RCSL4) é uma *holding* operacional de negócios industriais no segmento de implementos rodoviários, refrigeração de transportes/industrial e fabricação e montagem de tratores situada na cidade de Sapucaia do Sul – RS. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2025. **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas: • Refrima S/A; • Refrisa S/A; • Recrusul Turismo Ltda.; • MaxxiBrasil Industria de Tratores Ltda. **NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: 3.1 Consolidação da Demonstrações Financeiras: a) Demonstrações Financeiras Individuais**: Nas Demonstrações Financeiras Individuais, os efeitos das Controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa no. 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 – Demonstrações Consolidadas, em conformidade com os seguintes aspectos: • A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação de elementos patrimoniais. • Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores. • A participação de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2022: **• Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: proibiu a dedução dos valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido do custo do imobilizado, passando estas receitas e custos relacionados a serem registrados diretamente no resultado do exercício. **• Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: a alteração esclareceu que na avaliação se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento deste deve incluir os seus custos incrementais de cumprimento, além da alocação de todos 0s outros custos que se relacionam diretamente ao seu cumprimento. **• Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: a alteração somente substituiu as referências da versão antiga da estrutura conceitual básica pela mais atual, emitida em 2018. A empresa avaliou as alterações acima mencionadas e concluiu que as mesmas não tiveram impactos materiais em suas demonstrações financeiras. **3.2 Estimativas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requerem da Administração um maior grau de julgamento e uso de estimativas que podem afetar os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem (a) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (b) vida útil, *impairment*: e valor residual de ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes os estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas, pelo menos, trimestralmente. **3.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis:** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. **3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa:** O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa. **3.5 Clientes:** As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas. **3.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio de realização ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. **3.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **3.8 Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo. **3.9 Imobilizado:** De acordo com a Deliberação CVM n° 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. **3.10 Intangível:** Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM n° 644/10. **3.11 Passivo Circulante e Não Circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **3.11.1 Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. **3.11.2 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. **3.12 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos:** Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis em consonância com Deliberação CVM n° 564/08. **3.13 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **3.14 Reconhecimento das Receitas de Vendas:** A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. **3.15 Demonstração do Valor Adicionado – DVA:** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 04 – EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Bancos Conta Corrente	2	529	5	531
Total Equivalentes de Caixa	**2**	**529**	**5**	**531**

NOTA 05 – CLIENTES

Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Clientes Nacionais	4.189	8.749	4.434	8.995
(-)Prov.Créditos Liquid. Duvidosas	(3.288)	(1.578)	(3.288)	(1.578)
Total Líquido a Receber	**901**	**7.171**	**1.146**	**7.417**

NOTA 06 – ESTOQUES

Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Produtos Prontos	3.037	5.586	3.863	6.412
Produtos em Processo	2.246	2.215	2.246	2.215
Matéria-Prima	3.653	5.740	3.653	5.740
Total Líquido a Receber	**8.936**	**13.541**	**9.762**	**14.367**

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Credito Alienação Imobiliaria	6.286	7.064	6.286	7.064
Total Líquido a Receber	**7.530**	**7.064**	**6.286**	**7.064**

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo Ltda	Maxxi Indústria de Tratores Agrícolas Ltda.	2024	2023
Capital Social	6.000	28.200	352	1.500	36.373	36.373
Patrimônio Líquido	(181)	(187)	(38)	1.662	1.170	2.740
% de Participação No Capital Votante	98,06	99,84	95	100	-	-
% de Participação No Capital Total	98,06	99,84	95	100	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	(1.506)	-	(6)	(1.512)	13.538
Equivalência Patrimonial	-	(1.505)	-	168	(1.337)	13.400
Provisão p/ Perda em Investimentos	-	-	(37)		(37)	(202)
Participação de Controladas	-	-	-		1.579	2.903
Saldo de Outros Investimentos					5.563	5.563
Saldo Total de Investimentos					7.142	8.466

NOTA 09 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora

Descrição	2023	Aquis.	Baixas	Transf.	Deprec.	2024
Máquinas e Equipamentos	6.946	2.378	-	-	(794)	8.530
(-)Provisão perdas Maquinas e Motores	(942)	-	-	-	-	(942)
Veículos	50	-	-	-	(16)	34
Móveis e Utensílios	36	3	-	-	(5)	34
Processamento de Dados	106	-	-	-	(42)	64
Instalações/Ferramentas	304	443	-	-	(50)	697
Direito de Uso K1	210		-	-	(210)	-
Imobilizado em Andamento	4.550	-			-	4.550
TOTAL sem Intangível	**11.259**	**2.824**	**-**	**-**	**(1.117)**	**12.966**
Intangível	211	-	-	-	(71)	141
TOTAL com Intangível	**11.470**	**2.824**	**-**	**-**	**(1.188)**	**13.107**

Consolidado

Descrição	2023	Aquis.	Baixas	Transf.	Deprec.	2024
Máquinas e Equipamentos	7.185	2.378	-	-	(794)	8.769
(-)Provisão perdas Maquinas e Motores	(942)	-	-	-	-	(942)
Veículos	50	-	-	-	(16)	34
Móveis e Utensílios	42	3	-	-	(5)	40
Processamento de Dados	111	-	-	-	(42)	69
Instalações/Ferramentas	304	443	-	-	(50)	697
Direito de Uso K1	210	-	-	-	(210)	-
Imobilizado em Andamento	4.550	-	-	-	-	4.550
TOTAL sem Intangível	**11.510**	**2.824**	**-**	**-**	**(1.117)**	**13.217**
Intangível	3.965		-	-	(1.572)	2.393
TOTAL com Intangível	**15.475**	**2.824**	**-**	**-**	**(2.689)**	**15.610**

A vida útil estimada para cada bem do ativo, para o exercício corrente, nas contas Máquinas e Equipamentos, Máquinas e Motores, Móveis e Utensílios e Instalações e Ferramentas é de 10 anos e a conta Processamento de Dados e Intangíveis é de 5 anos, a conta Veículos é de 20 anos.

NOTA 10 – FORNECEDORES

Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores	2.145	2.781	2.438	3.074
Total Fornecedores	**2.145**	**2.781**	**2.438**	**3.074**

NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER NO PASSIVO CIRCULANTE

Impostos, Taxas e Contribuições

Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Obrigações Fiscais Federais	3.952	1.808	4.203	2.189
Obrigações Fiscais Estaduais	11.031	11.021	13351	13.343
Obrigaçoes Fiscais Municipais	423	341	426	344

A maior parte dos passivos tributários da CONTROLADORA e CONSOLIDADO no curto prazo envolvem ICMS. A administração da Companhia está buscando alternativas para o equacionamento destes passivos, ao mesmo tempo em que procura melhorar os resultados operacionais da Companhia. **NOTA 12 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES:** Os montantes de R$ 1.150 em 31/12/2024 e R$ 698 em 31/12/2023 são referentes a contratos comerciais da linha de implementos rodoviários recebidos, parcialmente, de forma antecipada na Controladora. **NOTA 13 – CREDORES PLANO DE PARCELAMENTO (Circulante e Não Circulante):** Os saldos do Plano de Recuperação Judicial de 2006 (processo n.º 035/1.06.0000410-0), são os seguintes:

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONTROLADORA

Descrição	2024 Circulante	2024 Não Circulante	2024 Total	2023 Circulante	2023 Não Circulante	2023 Total
Quirografários	-	290	290	-	2.030	2.030
Credores Extra concursais	-	-	-	-	2.195	2.195
TOTAL	**-**	**290**	**290**	**-**	**4.225**	**4.225**

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONSOLIDADO

Descrição	2024 Circulante	2024 Não Circulante	2024 Total	2023 Circulante	2023 Não Circulante	2023 Total
Quirografários	-	295	295		2.030	2.030
Credores Extra concursais	-	-	-		2.200	2.200
TOTAL	**-**	**295**	**295**	**-**	**4.230**	**4.230**

NOTA 14- PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS A LONGO PRAZO

Parcelamentos de Impostos a Longo Prazo

Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Acordo Transação Tributaria PGFN (a)	34.397	31.636	34.489	31.710
Refis 2023 Sapucaia do Sul (b)	933	838	993	838
Outros Parcelamentos Tributarios	209	941	209	941
TOTAL IMPOSTOS	**35.599**	**33.415**	**35.691**	**33.489**

(a) Em 02/03/2023, a Companhia e suas controladas assinaram Acordo de Transação Tributária, através do pagamento da primeira parcela, com a PGFN – Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme Lei n° 13.988/2020 e Portaria PGFN n° 6.757/2022 englobando a totalidade de seus débitos tributários federais. O prazo de pagamento destes débitos tributários será de até 120 meses, acrescido da variação da SELIC. Os pagamentos serão feitos de forma escalonada com objetivo de adequar o saldo do passivo tributário federal a real capacidade de pagamento da Companhia. **(b)** Em 29/09/2023, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Fiscal Municipal – REFIS 2023 da cidade de Sapucaia do Sul através da Lei nº 4.280/2023. O montante do débito, envolvendo as dívidas municipais tais como IPTU e ISS foram parcelados em 48 parcelas, sendo a última parcela em 10/08/2027. **NOTA 15- PARTES RELACIONADAS:** Referem-se a transferência de recursos efetuadas com os acionistas, as quais apresentavam saldo R$ 5.221 em 31/12/24 e R$ 1.606 em 31/12/2023. **NOTA 16- PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 16.1 Capital Social e Direito das Ações:** Em 07/06/23, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o grupamento de ações na proporção 2 (duas) ações existentes para 1 (uma) ação da mesma espécie. O Capital Social da Companhia permanecerá no valor de R$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões) passando, após a conclusão do Grupamento, a ser dividido em 127.289.176 (cento e vinte e sete milhões duzentos e oitenta e nove mil e cento e setenta e seis) ações sendo, 42.655.505 (quarenta e dois milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e cinco) ações ordinárias e 84.633.671 (oitenta e quatro milhões seiscentos e trinta e três mil seiscentos e setenta a um) ações preferenciais. **16.2 Efeito Decorrente de Investimentos em Controladas:** Corresponde ao reconhecimento do resultado no exercício do efeito de ajustamento de investimento em controladas pelo método de equivalência patrimonial. **16.3 Aporte e Integralizado do Capital:** A conta Capital Social a Integralizar teve a integralização de R$ 1.853, passando seu saldo de R$74.527 em 31/12/2023 para R$ 72.673 em 31/12/2024. **NOTA 17 - CONTRATOS DE SEGUROS:** Atualmente a Companhia não possui contratos de seguros vigentes. **NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS:** A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024.

NOTA 19 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: A Receita Operacional Líquida é composta como segue:

Tipo	Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita	Receita Bruta das Vendas	25.510	73.539	25.510	73.539
Receita	Devoluções de Vendas	(1.340)	(4.081)	(1.340)	(4.081)
Receita	Impostos sobre as Vendas	(4.316)	(12.711)	(4.316)	(12.711)
	Receita Operacional Líquida	**19.854**	**56.747**	**19.854**	**56.747**

NOTA 20 - DESPESAS POR NATUREZA

Tipo	Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Custo	Remuneração Direta	(1.845)	(5.281)	(1.845)	(5.281)
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(13.988)	(39.529)	(13.988)	(39.529)
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(1.324)	(4.429)	(1.324)	(4.429)
Custo	Custos com Depreciação/Amortização	(1.006)	(1.175)	(1.006)	(1.175)
	Custo Total de Produção	**(18.163)**	**(50.414)**	**(18.163)**	**(50.414)**
Despesa	Remuneração Direta	(1.002)	(1.118)	(1.002)	(1.118)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(117)	(208)	(117)	(250)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(498)	(811)	(498)	(811)
Despesa	Honorários Advogados/Auditores/Consultores	(419)	(1.013)	(419)	(1.013)
Despesa	Outras Despesas	(1.316)	(2.520)	(1.316)	(2.520)
	Total das Despesas Administrativas	**(3.352)**	**(5.670)**	**(3.352)**	**(5.712)**
Receita	Outras Receitas Operacionais	842	804	842	804
	Total Outras Receitas Operacionais	**842**	**804**	**842**	**804**
Despesa	Outras Despesas Operacionais	(10.873)	(72)	(12.379)	(72)
	Outras Despesas Operacionais	**(10.873)**	**(72)**	**(12.379)**	**(72)**
	Total Custos e Despesas	**(31.546)**	**(55.352)**	**(33.052)**	**(55.352)**

Demonstração de Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	Notas	CONTROLADORA 2024	CONTROLADORA 2023	CONSOLIDADO 2024	CONSOLIDADO 2023
RECEITA LÍQUIDA	**19**	**19.854**	**56.747**	**19.854**	**56.747**
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	20	(18.163)	(50.414)	(18.163)	(50.414)
LUCRO BRUTO		**1.691**	**6.333**	**1.691**	**(6.333)**
Despesas com Vendas		(1.658)	(3.650)	(1.658)	(3.650)
Despesas Administrativas	20	(3.352)	(5.462)	(3.357)	(5.462)
Honorários dos Administradores	20	-	(208)	-	(250)
Resultado Equivalência Patrimonial		(1.327)	(56)		-
Outras Receitas Operacionais	20	842	804	842	804
Outras Despesas Operacionais	20	(10.873)	(72)	(12.379)	(72)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**(14.677)**	**(2.311)**	**(14.861)**	**(2.297)**
Receitas Financeiras		-		-	6
Despesas Financeiras		(4.395)	(2.866)	(3.734)	(2.883)
RESULTADO FINANCEIRO	**22**	**(4.858)**	**(2.866)**	**(4.858)**	**(2.877)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		**(19.535)**	**(5.177)**	**(19.719)**	**(5.177)**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**23**	**(19.535)**	**(5.177)**	**(19.719)**	**(5.177)**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	(1.351)	(3)
Participação dos Acionistas Controladores		-	-	(18.368)	(5.174)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R$	**24.b**	**(0,61390)**	**(0,04067)**	**(0,61969)**	**(0,04065)**
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial - R$	**24.b**	**(0,61390)**	**(0,04067)**	**(0,61969)**	**(0,04065)**

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado Abrangente dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	CONTROLADORA 2024	CONTROLADORA 2023	CONSOLIDADO 2024	CONSOLIDADO 2023
Resultado Abrangente	(19.535)	(5.177)	(18.368)	(5.174)
Atribuido a Sócios Não Controladores	-	-	(1.351)	(3)
Prejuízo Liquido do Período	**(19.535)**	**(5.177)**	**(19.719)**	**(5.177)**

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	CONTROLADORA 2024	CONTROLADORA 2023	CONSOLIDADO 2024	CONSOLIDADO 2023
Prejuízo Líquido do Exercício	**(19.535)**	**(5.177)**	**(15.925)**	**(5.177)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	**(17.021)**	**(3.791)**	**(2.269)**	**(3.791)**
Depreciação e Amortização	1.187	1.330	1.187	1.330
Equivalência Patrimonial	1.327	56	1.511	(56)
Variações nos ativos e passivos	**14.015**	**(4.972)**	**10.056**	**(5.003)**
Aumento (Redução) de Clientes	6.271	925	6.060	938
Aumento (Redução) de Estoques	4.605	(3.762)	3.535	(1.306)
(Aumento) Redução de Impostos a Recuperar	(406)	2.118	69	2.117
(Aumento) Redução de Outras Ativos Circulantes	(640)	(324)	(851)	(409)
Aumento (Redução) de Outras Ativos Não Circulantes	778	(2.671)	(466)	(2.672)
(Aumento) Redução de Depósitos Judiciais	(58)	(212)	(58)	(213)
Aumento (Redução) de Adiantamentos a Empregados	129	(239)	129	(239)
Aumento (Redução) Débitos de Controladas	(4)	(77)	(297)	(77)
Aumento (Redução) Adiantamento a Fornecedores	2.787	(707)	2.518	(671)
Aumento (Redução) Credores Plano de Parcelamento	(3.935)	(550)	(3.934)	(551)
Aumento (Redução) de Fornecedores	(636)	472	(636)	473
(Aumento) Redução Impostos e Contribuições	2.250	662	1.917	69
Aumento (Redução) Adiantamento de Clientes	452	(2.929)	104	(2.929)
Aumento (Redução) Débitos Trabalhistas e Cíveis	260	404	(194)	411
Aumento (Redução) de Honorários Administradores	-	(14)	-	(14)
Aumento (Redução) Parcelamento Federal Circulante	(14)	(68)	(14)	586
(Aumento) Redução Outros Passivos Circulante	(8)	(166)	(8)	(152)
(Aumento) Redução Parcelamentos Federais Não Circulante	2.184	(349)	2.182	(364)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(3.006)**	**(8.763)**	**(3.171)**	**(8.906)**
Investimentos	-	-	-	66
Variação de Ativo Imobilizado	(2.989)	(2.292)	(2.822)	(2.292)
Aquisição de Intangiveis	-	(80)	-	(80)
Caixa líquido consumidos pelas atividades de investimentos	**(2.989)**	**(2.372)**	**(2.822)**	**(2.306)**
Adiantamento para Aumento de Capital	1.853	11.186	1.853	11.186
Aumento (Redução) Débito de Partes Relacionadas	3.615	(1.075)	3.614	(1.075)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**5.468**	**10.111**	**5.467**	**10.111**
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**(527)**	**(1.024)**	**(526)**	**(1.022)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	529	1.553	531	1.553
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2	529	5	531

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	CONTROLADORA 2024	CONTROLADORA 2023	CONSOLIDADO 2024	CONSOLIDADO 2023
Receitas	**20.696**	**57.551**	**20.696**	**57.551**
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.854	56.747	19.854	56.747
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(18.163)**	**(22.798)**	**(18.163)**	**(50.414)**
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(18.163)	(50.414)	(18.163)	(50.414)
Valor Adicionado Bruto	2.533	7.137	2.533	7.137
Retenções	(1.187)	(1.330)	(1.187)	(1.330)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.187)	(1.330)	(1.187)	(1.330)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**1.346**	**5.807**	**1.346**	**5.807**
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	**(1.790)**	**(50)**	**(1.984)**	**(56)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.327)	(56)	(1.521)	(56)
Receitas Financeiras	-	6	-	-
Outros	(463)	-	(463)	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	**(444)**	**5.757**	**(638)**	**5.751**
Distribuição do Valor Adicionado	**(444)**	**5.757**	**(638)**	**5.751**
Pessoal	**4.537**	**3.457**	**4.527**	**3.457**
Remuneração Direta	4.034	2.838	4.024	2.838
F.G.T.S.	503	619	503	619
Impostos, Taxas e Contribuições	**807**	**1.725**	**807**	**1.725**
Federais	807	1.725	807	1.725
Remuneração de Capitais de Terceiros	**13.747**	**5.752**	**13.747**	**5.746**
Juros	4.395	2.872	4.395	2.866
Aluguéis	129	348	129	348
Outras	9.223	2.532	9.223	2.532
Remuneração de Capitais Próprios	**(19.535)**	**(5.177)**	**(19.719)**	**(5.177)**
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	(19.535)	(5.177)	(19.719)	(5.121)
Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	(56)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 21 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS: A Prefeitura de Sapucaia de Sul, através da Lei Municipal nº 4.314 de 30 de junho de 2023, prorrogou o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Município para 30 de setembro de 2023. A Companhia está nas tratativas para aderir ao parcelamento, com isso já realizou a provisão desta receita no valor de R$ 802.

NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO

Tipo	Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita	Receitas Financeiras	-	6	-	6
	Total Receitas Financeiras	**-**	**6**	**-**	**6**
Despesa	Despesas Financeiras	(4.858)	(2.872)	(4.858)	(2.883)
	Total de Despesas Financeiras	**(4.858)**	**(2.872)**	**(4.858)**	**(2.883)**
	Total Resultado Financeiro	**(4.858)**	**(2.866)**	**(4.858)**	**(2.877)**

NOTA 23 – CONCILIAÇÃO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício 2024	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício 2023	Patrimônio Líquido 2024	Patrimônio Líquido 2023
Controladora	(18.368)	(5.174)	(17.204)	476
Participação dos Não Controladores	(1.351)	(3)	(273)	(3)
Consolidado	**(19.719)**	**(5.177)**	**(17.477)**	**473**

NOTA 24 – LUCRO POR AÇÃO: Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 113/22 – Resultado por ação, a Companhia apresenta as seguintes informações:

a) Movimentação do número de ações:

Ações Emitidas	2024	2023
Ações Ordinárias	10.664	42.655
Ações Preferencias	21.158	84.634
Total Ações Emitidas	**31.822**	**127.289**

b) Resultado por ação:

Ações Emitidas	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	(19.535)	(5.177)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação Ordinária e Preferencial	(0,61388)	(0,04067)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação Preferencial	(0,61388)	(0,04067)

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO: As Demonstrações de Resultado do Exercício já estão adequadas aos princípios necessários determinados pela deliberação CVM nº 582/09 visto o faturamento do 4TRI 2023 ter sido exclusivamente no segmento de implementos rodoviários. **NOTA 26 – ARRENDAMENTO MERCANTIL:** A Companhia reconheceu, prospectivamente, 01 (um) ativo relacionado a contratos de arrendamento no contexto de arrendamento mercantil operacional, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16. A natureza das despesas relacionadas a esse contrato de arrendamento mudou, uma vez que a Companhia passou a registrar o direito de uso do ativo como depreciação/amortização, em substituição a despesa operacional (aluguel) utilizada em exercícios anteriores. O registro no ativo foi efetuado pelos valores líquidos, já que o contrato foi pago integralmente, de forma antecipada. **NOTA 27 – REMODELAÇÃO FABRIL:** Conforme já informado nas demonstrações financeiras trimestrais e anuais a partir de 2017, a Companhia alienou seu parque fabril em setembro daquele ano e, a partir de dezembro de 2024, iniciará o processo de estudo de transição da instalação de sua planta operacional na cidade de Sapucaia do Sul – RS para um novo local ainda a ser designado. A Companhia possui algumas alternativas de realocação e dentro de um prazo entre três a cinco meses terá a definição da nova localização de sua planta operacional.

Continua

Continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bernardo Flores – Presidente
Ricardo Mottin Jr. - Vice- Presidente
Carlos Alberto Baldisserotto – Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente
Bernardo Flores – Diretor Vice-Presidente
Luiz Alcemar Baumart - Diretor de Relações com os Investidores
Ari Matos da Silva - Contador CRC-RS 31.886

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Recrusul S.A.**
Sapucaia do Sul - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Recrusul S.A. – ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Recrusul S.A. – ("Companhia")** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: incerteza relevante sobre a continuidade das atividades operacionais:** As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, a qual vem apresentando contínuos prejuízos operacionais, patrimônio líquido a descoberto, deterioração dos índices econômico-financeiros e deficiências de capital de giro, fatores esses que geram dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuar em operação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Pagamento do Acordo de Transação Individual:** Conforme descrito na nota explicativa 14, em 02 de março de 2023 a Companhia e suas controladas optaram por incluir seu passivo tributário federal no Acordo de Transação Individual previsto na lei nº 13.988/2020 e Portaria PGFN nº 6.757/2022. O passivo deverá ser pago em 120 parcelas mensais e escalonadas, sendo assim a capacidade de pagamento do parcelamento depende da geração de caixa futura da Companhia e suas controladas, o não cumprimento das regras estabelecidas na Transação pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Acordo de Transação Individual: Porque é um PAA:** Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas firmaram acordo em 02 de março de 2023, de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais relacionados no Acordo, os quais totalizam o montante de R$ 30.134 mil. Para registro, a Companhia reabriu seu balanço em 31 de dezembro de 2022 em conformidade com o CPC 24 – Eventos Subsequentes e demonstrou os impactos da adesão, bem como vem cumprindo com as obrigações estabelecidas na referida Transação. O não cumprimento das regras estabelecidas na Transação, pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como dos possíveis efeitos que poderiam advir do não cumprimento das regras estabelecidas e impactar às demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?** Avaliamos as bases tributárias utilizadas e a documentação comprobatória referente aos lançamentos efetuados, bem como a adequação dos lançamentos com as normas contábeis vigentes no Brasil, incluindo o respaldo do registro antecipado no CPC 24 – Eventos subsequentes, observado a época da auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Verificamos a confirmação do acordo da transação junto a PGFN, e validamos os valores registrados conforme dívida pactuada com o órgão. Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Desta forma, para a manutenção dos registros e controles contábeis, revalidamos no exercício as composições e o valor justo da dívida em 31 de dezembro de 2024. Baseados nos procedimentos, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias parceladas. **Outros Assuntos: Remodelação Fabril:** Conforme descrito na nota explicativa no 27 e fato relevante divulgado em 13 de dezembro de 2024, em setembro de 2017 a Companhia alienou seu parque fabril e encontra-se em processo de estudo de transição da instalação de sua planta industrial em Sapucaia do Sul – RS. A Companhia estuda algumas alternativas de realocação e definição da localização de sua nova planta operacional em curto prazo. **Auditoria do exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Recrusul S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram por nós examinadas cujo relatório foi emitido em 15 de março de 2024, sem ressalvas e contendo e parágrafos de ênfase sobre a retomada das atividades operacionais das atividades operacionais e incerteza sobre essa continuidade, sobre o pagamento do acordo de transação individual. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto alegre, RS, 26 de março de 2025.

Luiz Fernando Silva Soares - Contador – CRCSC no 033.964-O - Taticca Auditores Independentes S/S - CRCRS 093008 – F - CVM 12.220

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Os Sr. Ricardo Mottin Jr., Sr. Bernardo Flores e o Sr. Luiz Alcemar Baumart na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Sapucaia do Sul, março de 2025.

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente **Bernardo Flores -** Diretor Vice-Presidente **Luiz Alcemar Baumart -** Diretor de Relações com os Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Os Srs. Ricardo Mottin Jr., Bernardo Flores e Luiz Alcemar Baumart declaram, na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, sobre as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Sapucaia do Sul, março de 2025.

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente **Bernardo Flores -** Diretor Vice-Presidente **Luiz Alcemar Baumart -** Diretor de Relações com os Investidores

grupo panvel

Sociedade de Capital Aberto - CNPJ Nº 92.665.611/0001-77

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 4T24 / 2024

Dados Operacionais	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	2023	2024
Nº de Lojas	600	606	601	612	631	600	631
Nº de funcionários	10.284	9.944	9.921	10.145	11.108	10.284	11.108
Dados Financeiros (R$ mm)	**4T23**	**1T24**	**2T24**	**3T24**	**4T24**	**2023**	**2024**
Receita Bruta Grupo	1.315.106	1.322.900	1.223.685	1.327.869	1.448.450	4.803.912	5.322.904
Lucro Bruto Grupo	376.901	394.010	363.411	390.041	423.803	1.327.207	1.571.265
% da Receita Bruta	28,7%	29.8%	29,7%	29,4%	29,3%	28,7%	29,5%
Receita Bruta Varejo	1.205.413	1.166.528	1.177.913	1.289.157	1.419.458	4.366.566	5.053.056
Lucro Bruto Varejo	359.203	344.592	354.717	385.988	418.840	1.317.772	1.502.864
% da Receita Bruta Varejo	29,8%	29,4%	30,1%	29,9%	29,5%	30,2%	29,7%
EBITDA Ajustado TT	68.657	60.317	49.044	71.778	81.895	233.018	263.056
% da Receita Bruta	5,2%	4,6%	4,0%	5,4%	5,7%	4,9%	4,9%
Lucro Líquido Ajustado TT	33.047	26.558	20.063	37.261	33.465	109.695	117.347
% da Receita Bruta	2,5%	2,0%	1,6%	2,8%	2,3%	2,3%	2,2%
Fluxo de Caixa Livre	38.514	(58.830)	13.159	(72.478)			
Endividamento	0,6x	0,9x	0,9x	1,1x	1,2x		

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi **desafiador e transformador** para o Grupo Panvel. Se por um lado nos consolidamos como referência em digitalização, crescimento sustentável e inovação no varejo farmacêutico, por outro, enfrentamos um dos momentos mais críticos da nossa história com a maior catástrofe climática do Rio Grande do Sul.

Entre abril e maio, o Estado foi severamente atingido por enchentes históricas, impactando 479 dos 497 municípios gaúchos. As consequências foram devastadoras para a população e para a economia da região. Como uma empresa de origem gaúcha, sentimos esse impacto de maneira profunda. Nossa sede, localizada em Eldorado do Sul - uma das cidades mais afetadas, teve sua operação severamente prejudicada. Mais de 80 lojas foram atingidas direta e indiretamente, nosso principal centro de distribuição ficou inacessível e o laboratório Lifar, responsável pela produção dos itens da nossa marca própria, permaneceu submerso por mais de 40 dias.

Foi um período de grandes desafios, que também nos levaram a tomar decisões importantes para o futuro da companhia. Uma dessas decisões foi pela redução e ao final do ano encerramento da nossa operação de atacado. Essa decisão foi baseada em dois pilares: a liberação de capacidade logística para as lojas da Panvel no período pós enchente; e aumentar nosso foco em um negócio mais rentável e escalável. Dessa forma estamos melhorando a nossa alocação de capital, a nossa margem, e iremos capturamos um maior retorno no segundo semestre de 2024.

Mesmo diante de todo esse cenário, 2024 foi um ano de forte crescimento. **Atingimos no varejo a maior receita bruta anual da história da Panvel, totalizando R$ 5,05 bilhões, um crescimento de 15,7% sobre 2023**. O segundo semestre do ano foi de uma aceleração ainda maior, com a Panvel crescendo 17,4%. No quarto trimestre atingimos o faturamento de R$ 1,42 bilhões, com alta de 17,8% sobre o 4T23. Esse excelente desempenho de vendas é reforçado quando analisamos o crescimento das vendas das nossas mesmas lojas (14,8%) e das nossas lojas maduras (12,0%) no quarto trimestre.

Quando analisamos o desempenho da nossa estratégia de expansão, terminamos o ano com **631 lojas e com uma abertura bruta de 55 lojas nos últimos 12 meses**. A rápida maturação das safras de lojas abertas desde 2020, aliado ao desempenho de nossa base madura de lojas, permitiu atingirmos no quarto trimestre nossa **maior venda média da história (R$ 750 mil/mês)**.

Todos os elementos acima mencionados consolidaram ainda mais nossa participação no mercado da Região Sul. No 4T24, atingimos um ***market share* histórico de 13,2%**, um crescimento de 0,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

No digital, um dos principais diferenciais competitivos da Panvel, atingimos mais uma vez nosso recorde histórico de participação, com 21,9% das vendas da Panvel no 4T24, sendo que no ano a participação chegou a 20,5% vendas da Panvel em 2024. Esses números refletem a consolidação da nossa estratégia omnichannel, que, aliada à entrega mais rápida do varejo farmacêutico brasileiro, reforça a Panvel como referência em experiência digital no setor. Com canais modernos e personalizados, mantivemos o foco no atendimento, conveniência e personalização da jornada do cliente, resultado visto no forte crescimento das vendas por aplicativo, que avançaram 36,2% no ano. A digitalização dos nossos clientes e colaboradores segue em evolução contínua, sendo um dos principais pilares da nossa estratégia de fidelização e recorrência.

Todo crescimento observado nas vendas também foi acompanhado por um forte crescimento no resultado, em especial no segundo semestre do ano. Nosso EBITDA Ajustado atingiu R$ 263,1 milhões em 2024, um crescimento de 12,9%. No segundo semestre do ano o EBITDA atingiu R$ 153,7 milhões com crescimento de 22,7% em relação ao mesmo período de 2023. No 4T24, o EBITDA Ajustado cresceu 19,3%, chegando a R$ 81,9 milhões e consolidando **o maior EBITDA nominal trimestral da nossa história. Com isso, a Companhia ingressa de fato em um novo patamar de rentabilidade.**

Um dos principais pilares deste resultado foi a performance das lojas, medida através do EBITDA do varejo. Observamos ganhos expressivos na produtividade de nossa base de lojas, que elevaram essa margem para 11,4% da Receita Bruta da Panvel no 4T24, um crescimento de 0,8 p.p. sobre a margem do 4T23. **O ótimo resultado obtido nos nossas lojas neste trimestre e no ano de 2024, coloca a Panvel novamente no mesmo patamar de margem de antes da aceleração da expansão de lojas iniciado em 2020**. Neste período, de 2020 a 2024, em que abrimos 276 lojas novas (quantidade bruta de aberturas) conseguimos melhorar muito a produtividade das lojas maduras e garantir que as safras de lojas novas tivessem um forte ritmo de maturação.

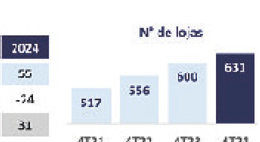
O Lucro Líquido Ajustado do ano atingiu R$ 117,4 milhões em 2024, equivalente a uma margem líquida de 2,2%. No segundo semestre o Lucro Líquido apresentou uma forte aceleração, crescendo 17,4% em relação ao mesmo período de 2023. No quarto trimestre, alcançamos um Lucro Líquido de R$ 33,5 milhões, uma evolução mais tímida devido aos impactos da tributação do IRPJ/CSLL. **Quando analisamos o resultado descartando os efeitos dos impostos, temos um LAIR de R$ 38,8 milhões, um crescimento de 25,6% em relação ao LAIR do 4T23.**

Cabe destacar que, conforme mencionado anteriormente, observamos ao longo do ano impactos diretos e indiretos no resultado em decorrência das enchentes. Neste contexto, é importante trazer as projeções dos indicadores em uma perspectiva que exclui os efeitos mapeados. **Em relação ao EBITDA Ajustado estimamos que teríamos atingido R$ 277,7 milhões no ano normalizado, uma margem de 5,1% e um crescimento estimado de 19,2% em comparação com 2023. Da mesma forma, o Lucro Líquido Ajustado, sem estes efeitos, atingiria R$ 131,5 milhões, com uma margem líquida de 2,4%, representando um crescimento de 19,9% contra 2023.**

Todas essas importantes entregas reforçam nossa consistência e confiança para os próximos anos. Nos vemos cada vez mais colhendo os frutos da assertividade de nossos investimentos passados, e seguimos com a perspectiva de crescimento em nosso negócio. Temos plena consciência de que os ótimos resultados deste ano, mesmo com as adversidades, só foram possíveis através do trabalho de nossas pessoas, e dessa forma seguiremos para alcançar nossos objetivos de longo prazo. Com isso, gostaríamos de agradecer todos os *stakeholders* que contribuem para a contínua superação de resultados em cada ano.

PORTFÓLIO DE LOJAS

	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	2023	2024
Aberturas	20	12	8	14	21	57	55
Encerramentos	-5	-6	-13	-3	-2	-13	-24
Líquido	15	6	-5	11	19	44	31



MARKET SHARE

No 4T24 a Panvel registrou um crescimento acima do mercado, **alcançando um market share histórico de 13,2% na Região Sul**, uma evolução de 0,5 p.p. sobre o mesmo período do ano anterior, com ganhos em todos os Estados. O destaque fica para o Estado de Santa Catarina onde ganhamos +0,8 p.p. vs 4T23 e atingimos a marca de 7,5% de participação. No Paraná e no Rio Grande do Sul obtivemos um ganho de +0,4 p.p. em cada Estado, atingindo a marca de 6,8% e 22,2% de participação respectivamente.

E-COMMERCE E INICIATIVAS DIGITAIS

Finalizamos o período com um crescimento contínuo, e batendo novamente uma participação **recorde de 21,9%** das vendas do varejo no 4T24, com um crescimento de 26,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, consolidando nossa posição como referência no varejo farmacêutico brasileiro com a maior participação de canais digitais nas transações do setor.

No período acumulado de 2024, batemos o **marco histórico de mais de R$ 1 bilhão em vendas** em canais digitais, com uma participação de 20,5%, e evolução de mais de 20% em relação a 2023.

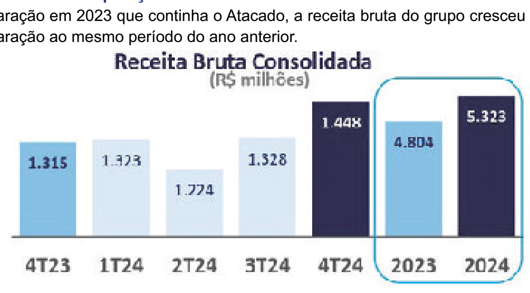
O principal destaque do ano foi o desempenho do App, que manteve um ritmo de vendas acelerado, crescendo 36,2% em relação ao acumulado do ano de 2023. Estamos evoluindo cada vez mais na personalização, entregando ferramentas em todos os canais para uma abordagem mais assertiva.

Em relação à nossa estratégia regional para os canais digitais, no 4T24 obtivemos mais um trimestre com equilíbrio na participação do Digital entre os Estados da Região Sul, com crescimento de participação em todos os Estados. A venda dos canais digitais de **Santa Catarina e Paraná que cresceram 43,2% e 33,6% respectivamente** comparado ao ano anterior. Com relação ao município de São Paulo, a Panvel segue o objetivo de fornecer a melhor experiência online para região, assim, vimos a **venda dos canais digitais cresceram 48,2% na cidade de São Paulo no ano.**

A Panvel também se destaca como a entrega mais rápida do Brasil, no ano de 2024, 58,7% de nossas entregas foram feitas ao cliente em até 60min, sendo 3,5% feitas em até 30min. Lembramos que nesta entrega não está incluído a modalidade "Click e Retire", que representou 50% das entregas no ano.

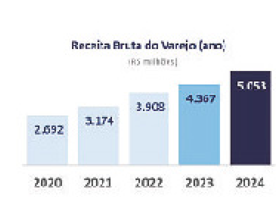
RECEITA BRUTA CONSOLIDADA

A receita bruta consolidada (que contempla todas as unidades de negócio da Companhia) foi de R$ 1.448,5 milhões no 4T24. Cabe destacar que o quarto trimestre foi **marcado pelo encerramento da operação do Atacado no mês de Dez/24**. Mesmo com uma base de comparação em 2023 que continha o Atacado, a receita bruta do grupo cresceu 10,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior.



VAREJO

No 4T24, a Panvel cresceu 17,8% em vendas ante o 4T23. No ano, a Receita Bruta atingiu R$ 5,05 bilhões, avanço de 15,7%, apesar dos desafios do 2T24. Sem esse impacto, a receita teria alcançado R$ 5,09 bilhões (+16,6%). No 2º semestre, o crescimento acelerado foi de 17,4% frente ao mesmo período de 2023.



Ao longo do quarto trimestre, vimos a venda acelerar e bater recordes mês a mês, com destaque para o desempenho notável observado no mês de novembro onde atingimos a **marca de meio bilhão de reais de vendas no mês**. Além das fortes campanhas de vendas deste período, que a Panvel aprimora ano a ano, aquecendo vendas e estreitando laços com os clientes, esse desempenho também está diretamente relacionado com a estratégia da Companhia ao focar na venda de medicamentos, em especial de uso crônico e contínuo. **A venda de mesmas lojas (*Same Store Sales* ou SSS) apresentou crescimento robusto de 14,8% no 4T24 em comparação ao 4T23. No mesmo sentido, o desempenho das Lojas Maduras (*Mature Same Store Sales* ou MSSS) apresentou um forte crescimento de 12,0% em relação ao 4T23**, 7,2 p.p. acima da taxa de inflação do período (4,83% - IPCA acumulado de 2024). Na visão ano, esse crescimento fica ainda mais expressivo, uma vez que os eventos do 2T24 interromperam temporariamente a venda de muitas lojas. Mesmo assim o varejo registrou a média de 12,2% de crescimento de venda nas mesmas lojas e de 9,1% nas lojas maduras em 2024.

No 4T24, a Panvel registrou a maior venda média da história, alcançando R$ 750 mil/loja (+12,0% vs. 4T23), reforçando a produtividade como principal métrica de desempenho. Com muitas lojas em maturação, sobretudo em SC e PR, os resultados evidenciam a eficiência da expansão e o ganho de produtividade na rede. O percentual de lojas com vendas acima de R$ 700 mil/mês subiu de 34% para 44%, enquanto aquelas abaixo de R$ 500 mil reduziram significativamente.

LUCRO BRUTO

A Companhia apurou um Lucro Bruto Consolidado (incluindo operações de varejo, atacado e outras unidades de negócio) de R$ 423,8 milhões no 4T24 (+12,4% vs 4T23), o que representa 29,3% da receita bruta do período, um crescimento de 0,6 p.p. No ano de 2024, o crescimento foi de 14,1% vs 2023, alcançando a marca histórica de 29,5% de Margem Bruta no ano (+ 0,8 p.p. vs 2023). Este crescimento da Margem Bruta do Grupo é reflexo direto da redução da venda do Atacado no total da Companhia.

O Lucro Bruto do Varejo foi de R$ 418,8 milhões, o que equivale a 29,5% da Receita Bruta no 4T24, um crescimento de 16,0%. No ano, o Lucro Bruto do Varejo foi de R$ 1,5 bilhões, representando 29,7% da Receita Bruta, apresentando uma pressão de 0,5 p.p. contra 2023, mas ainda demonstrando uma margem saudável quando comparado ao mercado. O desempenho deste indicador está diretamente relacionado ao crescimento mais forte de medicamentos dentro do mix, em especial os medicamentos de marca, assim como com o aumento da penetração dos canais digitais na venda.

Despesas com Vendas

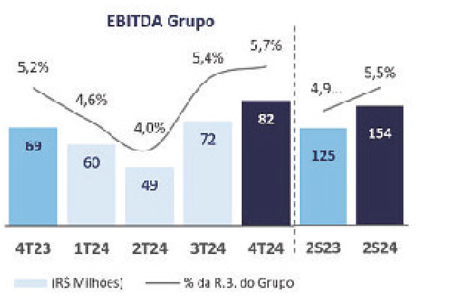
No 4T24 o total de Despesas com Vendas somou R$ 309,2 milhões, o que representou 21,3% da Receita Bruta. As despesas com vendas cresceram 12,5% no trimestre, abaixo do crescimento da venda do Varejo (17,8%). Destaca-se a melhora sequencial na diluição das despesas sobre receita em relação aos trimestres anteriores, reflexo do aumento de produtividade das lojas. No ano de 2024, o total de Despesas com Vendas representou 22,1% da Receita Bruta, um crescimento de 0,7 p.p. sobre 2023, também reflexo da perda de alavancagem operacional mencionada anteriormente.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R$ 32,7 milhões no 4T24, representando 2,3% da Receita Bruta, uma diluição de 0,2 p.p vs 4T23. No ano as Despesas Gerais de Administrativas totalizaram R$ 130,8 milhões, representando 2,5% da Receita Bruta e crescendo 0,1 p.p. vs 2023, devido aos fatores de alavancagem operacional mencionados anteriormente.

EBITDA

No 4T24 apuramos um EBITDA ajustado de R$ 81,9 milhões, um crescimento de 19,2% em relação ao 4T23, com uma margem equivalente a 5,7% da Receita Bruta (+0,5 p.p. vs 4T23), batendo, pelo segundo trimestre consecutivo, **o recorde de maior EBITDA nominal da Companhia para um trimestre na nossa série histórica**. Quando analisamos o desempenho do segundo semestre do ano, que performou 0,6 p.p. acima do segundo semestre de 2023, fica claro que no período após a enchente no RS encontramos um novo patamar de margem para o Grupo, fruto dos ganhos de produtividade observados em nossas lojas.



No acumulado do ano, atingimos um EBITDA ajustado de R$ 263,1 milhões, um crescimento de 12,9% contra 2023, mantendo uma margem de 4,9% da Receita Bruta. Ao olharmos para nossa série histórica, desde o ano de 2020, o EBITDA da Companhia vem crescendo a uma taxa composta de 19,6% ao ano, ritmo superior ao crescimento composto da venda do varejo para o mesmo período (17,0%). Isso reforça a assertividade da estratégia de crescimento adotada pela Panvel desde o seu *follow on* em 2020.

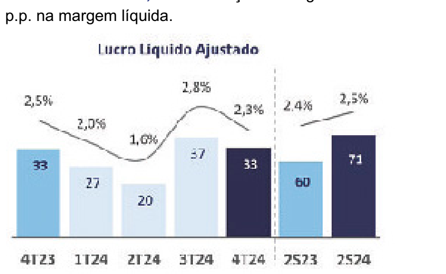
Cabe lembrar que o resultado anual foi negativamente afetado no segundo trimestre pelos impactos já mencionados. **Considerando os impactos diretos e as estimativas de impactos indiretos dos eventos climáticos, estimamos que o EBITDA Ajustado no ano de 2024 seria de R$ 277,7 milhões, atingindo a margem de 5,1%, e entregando um crescimento de 19,2% vs. 2023.**

EBITDA VAREJO

No 4T24, o EBITDA do varejo foi de R$ 161,9 milhões (+27,0% vs 4T23), com uma forte expansão de 0,8 p.p. em relação ao 4T23. **Já o segundo semestre apresentou um resultado de R$ 312,9 milhões e uma margem de 11,6%**, um crescimento de 0,9 p.p. comparado ao segundo semestre de 2023. No ano, mesmo com a penalização do segundo trimestre, o EBITDA do varejo foi de R$ 550,7 milhões, uma margem de 10,9% com um crescimento de 0,3 p.p. vs 2023.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido Ajustado no 4T24 foi de R$ 33,5 milhões, equivalente a uma margem líquida de 2,3%. O aumento das despesas com IR/CSLL, conforme mencionado anteriormente, pressionou o resultado trimestral. Porém, excluindo este efeito, o forte resultado operacional fica evidente no crescimento do LAIR, que evoluiu 25,6% no período. Cabe também destacar que, na análise semestral, o **Lucro Líquido Ajustado do segundo semestre apresentou um crescimento de 17,5%** em relação ao segundo semestre de 2023, uma expansão de 0,1 p.p. na margem líquida.



ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida (em R$ milhões)	1T24	2T24	3T24	4T24
Dívida de Curto Prazo	188,9	227,4	171,0	162,9
Dívida de Longo Prazo	280,0	250,0	316,4	391,7
Dívida Bruta	**468,9**	**477,4**	**487,3**	**554,7**
(-) Caixa, equivalentes e Aplicações Financeiras	262,3	270,6	200,9	213,4
(-) Instrumentos Financeiros	(0,2)	9,5	6,4	19,7
Dívida / Caixa Líquida	**206,8**	**197,3**	**280,1**	**321,6**
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM	**0,9x**	**0,9x**	**1,1x**	**1,2x**
Custo CDI+	**1,3%**	**1,3%**	**0,3%**	**-0,5%**

INVESTIMENTOS

Realizamos no 4T24 investimentos que totalizaram R$ 48,9 milhões, um crescimento de 17,1% em relação ao 4T23. Esse aumento foi impulsionado, principalmente, pelo ritmo acelerado de abertura de lojas, especialmente no segundo semestre de 2024, refletindo o compromisso de expansão da Companhia mesmo após os impactos do 2T24.

(em R$ milhões)	4T23	4T24	Δ	2023	2024	Δ
Abertura de Lojas	26,8	33,8	26,2%	80,0	89,5	11,9%
Reforma de Lojas	2,2	2,4	8,7%	13,5	11,1	-17,9%
TI	7,4	6,7	-8,6%	25,6	32,4	26,9%
Lojistica e Outros	5,40	6,0	10,2%	20,0	23,0	15,3%
Total	**41,8**	**48,9**	**17,1%**	**139,1**	**156,1**	**12,2**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	NE	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	**78.903**	27.921	**79.995**	27.953
Aplicações financeiras	6.2	**73.440**	167.775	**133.413**	217.436
Contas a receber de clientes	7	**440.573**	446.017	**444.702**	452.013
Outras contas a receber		**132.316**	107.442	**133.302**	108.340
Estoques	8	**1.129.051**	982.972	**1.151.516**	999.405
IRPJ e CSLL a recuperar	9	**11.130**	8.813	**11.328**	9.293
Impostos a recuperar	10	**36.510**	24.351	**38.250**	24.500
Propriedades disponíveis p/venda		**-**	-	**414**	1.124
Instrumentos financeiros derivativos	4.1	**19.661**	-	**19.661**	-
Total do ativo circulante		**1.921.584**	1.765.291	**2.012.581**	1.840.064
Não circulante					
IRPJ e CSLL diferidos	14	**53.675**	49.356	**61.617**	52.885
Despesas antecipadas		**5.321**	4.387	**5.321**	4.387
Créditos com acionistas	31	**11.402**	1.330	**-**	1.330
Impostos a recuperar	10	**12.975**	12.366	**12.975**	12.366
Depósitos judiciais	21	**4.713**	2.048	**4.729**	2.064
Outros ativos		**208**	265	**205**	263
Participações societárias	11	**82.142**	83.620	**-**	-
Outros investimentos		**9.288**	-	**9.288**	-
Imobilizado	12	**1.160.941**	1.070.879	**1.174.066**	1.080.794
Intangível	13	**95.775**	82.515	**96.671**	83.317
Total do ativo não circulante		**1.436.440**	1.306.766	**1.364.872**	1.237.406
Total do ativo		**3.358.024**	3.072.057	**3.377.453**	3.077.470

Passivo	NE	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Salários e encargos		**83.866**	66.517	**84.852**	67.443
Fornecedores	16	**641.339**	684.780	**630.823**	679.763
Obrigações fiscais	18	**47.569**	29.394	**51.779**	32.299
Empréstimos e financiamentos	17	**162.656**	102.535	**162.925**	102.535
Arrendamentos a pagar	20	**129.803**	164.361	**129.803**	164.361
Juros sobre capital próprio	17	**13.953**	6.406	**13.953**	6.406
Participações a pagar	19	**12.907**	10.877	**13.004**	11.247
Outros passivos		**83.323**	61.721	**86.053**	66.553
Provisões		**11.280**	3.507	**11.468**	3.805
Total do passivo circulante		**1.186.696**	1.130.098	**1.184.660**	1.134.412
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	**371.287**	280.000	**391.732**	280.000
Arrendamentos a pagar	20	**551.345**	475.791	**551.345**	475.791
Outras Obrigações		**7.634**	7.220	**7.634**	7.220
Provisões	21	**6.348**	5.532	**7.368**	6.631
Total do passivo não circulante		**936.614**	768.543	**958.079**	769.642
Patrimônio líquido					
Capital Social	23	**981.773**	955.668	**981.773**	955.668
Ações em Tesouraria	23	**(23.993)**	(28.582)	**(23.993)**	(28.582)
Reserva de Ágio	23	**(4.938)**	(2.064)	**(4.938)**	(2.064)
Reserva de ILP	23	**7.394**	7.489	**7.394**	7.489
Reserva de lucros	23	**273.683**	240.905	**273.683**	240.905
Outros Resultados Abrangentes	23	**795**	-	**795**	-
Total do patrimônio líquido		**1.234.714**	1.173.416	**1.234.714**	1.173.416
Total do passivo		**3.358.024**	3.072.057	**3.377.453**	3.077.470

Demonstrações dos resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)*

	NE	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Vendas brutas de prod. e serviços	26	**5.268.012**	4.786.392	**5.322.904**	4.803.912
Impostos sobre vendas	26	**(311.912)**	(284.855)	**(317.377)**	(288.921)
Devoluções e desc. incondicionais	26	**(60.203)**	(53.577)	**(63.065)**	(53.974)
Receita líq. de vendas e serviços	26	**4.895.897**	4.447.960	**4.942.462**	4.461.017
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	27	**(3.371.702)**	(3.085.135)	**(3.371.196)**	(3.083.809)
Lucro bruto		**1.524.195**	1.362.825	**1.571.266**	1.377.208
Despesas com vendas	28	**(1.222.572)**	(1.097.575)	**(1.234.979)**	(1.102.691)
Despesas gerais e administrativas	28	**(155.631)**	(129.575)	**(159.860)**	(132.908)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	**16.968**	24.955	**18.852**	24.964
Resultado de equiv. patrimonial	11	**35.653**	8.142	**-**	-
		(1.325.582)	(1.194.053)	**(1.375.987)**	(1.210.635)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**198.613**	168.772	**195.279**	166.573
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	30	**55.803**	30.762	61.501	37.621
Despesas financeiras	30	**(143.345)**	(111.986)	**(144.216)**	(112.610)
		(87.542)	(81.224)	**(82.715)**	(74.989)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**111.071**	87.548	**112.564**	91.584
Imposto de renda e contrib. social					
Corrente	15	**(9.880)**	1.263	**(15.787)**	(2.966)
Diferido	15	**4.318**	4.094	**8.732**	4.287
		(5.562)	5.357	**(7.055)**	1.321
Lucro líquido do exercício		**105.509**	92.905	**105.509**	92.905
Lucro básico por ação ordinária		**0,71**	0,62	**0,71**	0,62
Lucro diluído por ação ordinária		**0,70**	0,62	**0,70**	0,62

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	105.509	92.905	105.509	92.905
Outros resultados abrangentes	795	-	795	-
Total do resultado abrang. do exercício	**106.304**	92.905	**106.304**	92.905

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas	**5.628.161**	5.111.625	**5.822.258**	5.261.819
Vendas de mercadorias, prod. e serviços	**5.207.809**	4.732.815	**5.402.230**	4.883.032
Outras receitas	**421.725**	378.921	**421.401**	378.898
Provisão/reversão de perda com créditos de liquidação duvidosa	**(1.373)**	(111)	**(1.373)**	(111)
Insumos adquiridos de terceiros	**(4.086.817)**	(3.705.586)	**(4.239.005)**	(3.842.463)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(3.671.904)**	(3.368.034)	**(3.813.093)**	(3.500.058)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(429.124)**	(353.595)	**(442.294)**	(358.519)
Perda/recuperação de valores ativos	**14.211**	16.043	**16.382**	16.114
Valor adicionado bruto	**1.541.344**	1.406.039	**1.583.253**	1.419.356
Depreciação e amortização	**(208.781)**	(198.926)	**(210.164)**	(200.154)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.332.563**	1.207.113	**1.373.089**	1.219.202
Valor Adicionado recebido em transferências	**92.771**	40.219	**66.139**	38.990
Resultado de equivalência patrimonial	**35.656**	8.142	**-**	-
Receitas financeiras	**57.115**	32.077	**66.139**	38.990
Valor adicionado total a distribuir	**1.425.334**	1.247.332	**1.439.228**	1.258.192
Distribuição do valor adicionado	**1.425.334**	1.247.332	**1.439.228**	1.258.192
Pessoal	**594.952**	546.291	**597.372**	549.476
Remuneração direta	**494.718**	458.267	**496.643**	461.090
Benefícios	**59.349**	50.798	**59.644**	50.990
FGTS	**40.885**	37.226	**41.085**	37.396
Tributos, taxas e contribuições	**544.791**	462.669	**552.752**	470.718
Federais	**167.614**	138.446	**174.444**	144.716
Estaduais	**366.036**	313.895	**366.805**	315.248
Municipais	**11.141**	10.328	**11.503**	10.754
Remuneração de capitais de terceiros	**180.082**	145.467	**183.595**	145.093
Juros	**144.691**	113.324	**148.836**	113.965
Aluguéis	**35.391**	32.143	**34.759**	31.128
Remuneração de capitais próprios	**105.509**	92.905	**105.509**	92.905
Juros sobre capital próprio	**49.996**	37.459	**49.996**	37.459
Lucros retidos	**55.513**	55.446	**55.513**	55.446

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de Capital Plano de Opção de Compra de ações	Reserva de Lucros: Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Para aumento de capital social	Divid. e juros sobre capital próprio adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	928.552	(35.139)	5.771	154.690	9.201	27.116	17.971	-	-	1.108.162
Aumento de capital	27.116	-	-	-	-	(27.116)	-	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	-	4.053	(1.978)	-	-	-	-	-	-	2.075
Gastos com emissão de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações próprias	-	(715)	-	-	-	-	-	-	-	(715)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(17.971)	-	-	(17.971)
Juros sobre capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	(15.891)	-	(15.891)
Juros sobre capital próprio excedente	-	-	-	-	-	-	21.568	(21.568)	-	-
Alienação/Transferência de ações	-	3.219	(3.983)	-	-	-	-	-	-	(764)
Valor justo plano de *Matching Shares*	-	-	5.615	-	-	-	-	-	-	5.615
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	92.905	-	92.905
Reserva legal	-	-	-	-	3.347	-	-	(3.347)	-	-
Reserva para incentivo fiscal	-	-	-	25.994	-	-	-	(25.994)	-	-
Reserva para aumento de capital	-	-	-	-	-	26.105	-	(26.105)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	955.668	(28.582)	5.425	180.684	12.548	26.105	21.568	-	-	1.173.416
Aumento de capital	**26.105**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(26.105)**	**(21.568)**	**-**	**-**	**(21.568)**
Opções outorgadas reconhecidas	**-**	**3.463**	**(1.531)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.932**
Aquisição de ações próprias	**-**	**(4.929)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.929)**
Dividendos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.938**	**(24.938)**	**-**	**-**
Juros sobre capital próprio propostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(25.058)**	**-**	**(25.058)**
Alienação/Transferência de ações	**-**	**6.055**	**(7.463)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.408)**
Valor justo plano de *Matching Shares*	**-**	**-**	**6.025**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.025**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**105.509**	**-**	**105.509**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**795**	**795**
Reserva legal	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.275**	**-**	**-**	**(5.275)**	**-**	**-**
Reserva para aumento de capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**50.238**	**-**	**(50.238)**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**981.773**	**(23.993)**	**2.456**	**180.684**	**17.823**	**50.238**	**24.938**	**-**	**795**	**1.234.714**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	NE	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**105.509**	92.905	**105.509**	92.905
Ajustes por:					
Depreciação/amortização do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	**208.790**	198.926	**210.203**	200.154
Provisão p/passivos contingentes		**816**	(1.845)	**737**	(2.382)
Resultado da equiv. patrimonial	11	**1.478**	(8.142)	**-**	-
Custo do imobilizado e intangível baixado		**6.095**	5.281	**6.556**	6.407
Provisão p/devedores duvidosos	7	**1.373**	111	**1.373**	111
Provisão para perdas de estoque	8	**(865)**	160	**(925)**	140
Opção de compra ou subscrição de ações		**6.025**	5.614	**6.025**	5.614
IR. e contribuição social diferidos	15	**(4.318)**	(4.094)	**(8.732)**	(4.287)
Despesa de juros de empréstimos e financiamentos	17	**127.842**	101.554	**128.112**	101.554
IR. e contribuição social correntes	15	**9.880**	1.263	**15.786**	(2.966)
Receita de juros de aplicações financeiras	30	**(19.742)**	(22.059)	**(25.718)**	(28.680)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	7	**4.071**	(48.694)	**5.938**	(52.951)
Estoques	8	**(145.214)**	(100.693)	**(151.186)**	(103.010)
Fornecedores	16	**(43.441)**	122.458	**(48.940)**	124.311
Impostos e contribuições sociais a pagar		**41.184**	9.588	**47.196**	12.613
Depósitos judiciais	21	**(2.665)**	606	**(2.665)**	1.060
Impostos a recuperar		**(24.966)**	(106)	**(32.180)**	6.360
Demais grupos do ativo		**(57.164)**	(45.941)	**(45.139)**	(47.827)
Demais grupos do passivo		**25.292**	(9.669)	**22.806**	(8.946)
IR. e contribuição social pagos		**(5.660)**	(114)	**(10.307)**	(3.559)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**234.320**	297.109	**224.449**	296.621
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	12	**(117.875)**	(112.500)	**(122.724)**	(114.419)
Aquisição de ativo intangível	13	**(34.773)**	(24.631)	**(35.102)**	(25.023)
Aplicações financeiras		**114.077**	(57.749)	**109.741**	(57.116)
Outros investimentos		**(7.608)**	-	**(7.608)**	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(46.179)**	(194.880)	**(55.693)**	(196.558)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	17	**(33.165)**	(28.721)	**(33.165)**	(28.721)
Aquisição de ações próprias		**(4.929)**	(715)	**(4.929)**	(715)
Captações de empréstimos /financiamentos (principal)	17	**261.287**	425.000	**281.732**	425.000
Pagamento de arrendamentos mercantis	17	**(181.899)**	(166.102)	**(181.899)**	(166.102)
Amortização de principal de financiamento	17	**(136.492)**	(287.836)	**(136.492)**	(287.836)
Amortização de juros de financiamento	17	**(43.893)**	(41.526)	**(43.893)**	(41.526)
Ações outorgadas plano de *Matching Shares*		**1.932**	2.075	**1.932**	2.075
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(137.159)**	(97.825)	**(116.714)**	(97.825)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**50.982**	4.404	**52.042**	2.238
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**27.921**	23.517	**27.953**	25.715
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**78.903**	27.921	**79.995**	27.953
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**50.982**	4.404	**52.042**	2.238

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

1.1 Contexto Operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou "Dimed" e suas controladas (conjuntamente a "Companhia"), sediada em Eldorado do Sul/RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas no varejo e atender o segmento do atacado, a Companhia conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo. Além disso, dispõe de 631 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul (409 lojas), Santa Catarina (98 lojas), Paraná (112 lojas) e São Paulo (12 lojas). No período de 12 meses, inauguramos um total de 47 lojas, sendo 20 lojas no quarto trimestre de 2024. Neste trimestre também ocorreu 1 encerramento de loja. A controladora é uma sociedade anônima listada na B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO ("PNVL3"). O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. É responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Companhia e controladora da Empresa Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda., que opera na distribuição dos produtos produzidos. A controlada Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia.

1.2 Evento climático extremo

Em observância ao Ofício-Circular nº 1/2024 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que trata da divulgação dos impactos relacionados ao evento climático ocorrido no estado do Rio Grande do Sul no segundo trimestre de 2024, com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos relevantes a partir do terceiro trimestre de 2024.

1.3 Autorização para emissão das informações anuais

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2025.

2. Políticas contábeis

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras é com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros avaliados por valor justo, conforme nota explicativa 5, e requerem o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na nota explicativa 3. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas:

Empresa	Atividade	Participação direta 2024	Participação direta 2023
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	Gestão e administração de imóveis próprios e/ou de terceiros e operacionalização da atividade de *marketplace*	**99,99%**	99,99%
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	Produção de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção.	**99,99%**	99,99%

Empresa	Atividade	Participação indireta 2024	Participação indireta 2023
Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Distribuidora de produtos farmacêuticos.	**99,97%**	99,97%

Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. As práticas contábeis adotadas pelas Controladas foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. O período das demonstrações financeiras das Controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores, uma vez que a participação dos não controladores representa 0,01% do consolidado.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas Controladas.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia mensura seus ativos financeiros ou passivos financeiros inicialmente ao valor justo acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

2.5.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, não sendo reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, exceto em caso de mudanças no modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no "resultado financeiro". A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa 2.5.4.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço patrimonial quando há um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de fornecedores registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas por meio de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os fornecedores, o valor líquido foi registrado no ativo na linha "Outras contas a receber".

2.5.4 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias;
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para gestão de riscos financeiros. Esses instrumentos são mensurados a valor justo, com variações reconhecidas no resultado. A mensuração ocorre mensalmente com base na posição de marcação a mercado.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*), pela provisão de descontos financeiros.

2.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, líquido das bonificações, e o valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados para concretizar a venda.

2.8 Verbas contratuais

A Companhia possui transações relacionadas a negociações na compra de mercadorias

Continua

Continuação

grupo panvel

Sociedade de Capital Aberto - CNPJ Nº 92.665.611/0001-77

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)

representadas por acordos comerciais, nas quais produtos podem ser comercializados em conjunto com outras mercadorias ou com descontos, dos quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas. Tais transações referem-se a descontos financeiros concedidos por laboratórios, abatimentos sobre volume, verbas de *marketing* e publicidade, divulgação de ofertas em catálogo próprio, possuindo uma gama de condições e características individuais, como bonificações em mercadorias, aportes financeiros, redução dos valores de compra, descontos comerciais, entre outros. A Companhia reconhece os aportes recebidos a partir das vendas efetivadas, sendo as bonificações em mercadoria lançadas na linha de custo. Esse tratamento contábil ocorre após a aquisição dos produtos, que recebem desconto em nota fiscal de acordo com a negociação com o fornecedor e são lançados no estoque pelo mesmo valor.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados a valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa 12. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de *softwares*. Os valores registrados como ponto comercial são os desembolsos iniciais realizados pela Companhia para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na nota explicativa 13.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto os estoques e impostos diferidos que possuem normas especificas para divulgação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as jurisprudências vigentes, as evidências disponíveis, bem como as estimativas de risco envolvidas e sua natureza, atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritos na nota explicativa 21. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia e que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.15 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Controladora é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da Companhia, sendo que estes preveem que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio excedente" no Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na nota explicativa 23.

2.17 Arrendamentos

A Companhia reconheceu na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" conforme o IAS 17. A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de lojas. Como o Grupo não tem condições de determinar a taxa exata de desconto a ser aplicada nos contratos, utiliza-se a taxa de juros que a Companhia teria que pagar, em caso de tomada de recursos de terceiros, num ambiente econômico similar. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental de juros conforme nota explicativa 20. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. As remensurações dos passivos de arrendamentos foram reconhecidas como ajustes nos respectivos ativos de direito de uso, imediatamente após a data da aplicação inicial. Abaixo seguem as principais premissas utilizadas pela Companhia para avaliar se um contrato é ou contém um arrendamento:

- O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento;
- A Companhia tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e a Companhia operar o ativo durante todo o período de contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento.

2.18 Normas e interpretações contábeis não vigentes

2.18.1 Normas IFRS S1/CBPS 01 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS S2/CBPS 02 - Divulgações relacionadas ao clima

Com adoção obrigatória para 2026 e voluntária a partir de 2024, as normas exigem que a entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade e ao clima, que sejam úteis aos usuários das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os impactos das referidas normas.

2.18.2 Norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

A norma entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 2027, e substituirá a IAS 1, com alteração significativa na estrutura da DRE, introduzindo novas categorias e subtotais na classificação das receitas e despesas. A Companhia está avaliando os impactos para garantir uma transição em conformidade com as novas diretrizes.

2.18.3 Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, com objetivo de simplificar o processo de consolidação das demonstrações financeiras, permitindo adoção de políticas contábeis uniformes entre a empresa controladora e controlada, a norma facilita a apresentação dos relatórios financeiros dentro de grupos empresariais tornando-as mais consistentes e compatíveis. A Companhia está avaliando os impactos.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

3.1 Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques. Os valores estão representados na nota explicativa 8. Mensalmente a Companhia avalia e realiza a baixa de itens que já estão vencidos e com avarias.

3.2 Provisão para perda de crédito esperada nas contas a receber

A provisão para perda de crédito esperada é baseada em certas premissas e envolve o julgamento da Administração, consistente com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa 2.5.4 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024. Os valores podem ser verificados na nota explicativa 7.

3.3 Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

3.4 Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. Informações adicionais sobre os instrumentos financeiros podem ser encontradas na nota explicativa 4.

3.5 Verbas contratuais

As estimativas para o reconhecimento contábil das negociações para verbas são baseadas nas transações com fornecedores, consistente com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa 2.8 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024. Os valores podem ser verificados na nota explicativa 27, na rubrica "ressarcimento de custos com aportes".

3.6 Tributos sobre o lucro

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.7 Taxa de desconto do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

As estimativas para a determinação da taxa de desconto são baseadas em premissas, conforme descrito na nota explicativa 20.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Controladoria da Companhia que identifica e avalia eventuais riscos financeiros, adotando medidas para resguardar a Companhia em cooperação com as unidades operacionais. A Administração estabelece os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.1.1 Risco de mercado

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e investimentos da Companhia às taxas variáveis e fixas e estavam registrados em Reais. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Risco cambial

Como parte de sua estratégia de gestão financeira, a Companhia contratou uma operação de captação externa no formato de crédito 4131, lastreada por um contrato de *swap* que cobre integralmente a exposição cambial. Esta captação foi realizada para suprir necessidades de caixa da Companhia, proporcionando maior flexibilidade financeira e otimizando o custo de captação. Para mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial dessa operação, a Companhia contratou um instrumento derivativo na modalidade *swap*, no qual a variação cambial da dívida é integralmente compensada. Nos termos do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, a Companhia reconhece os instrumentos financeiros em seu balanço patrimonial conforme a mensuração pelo valor justo. Durante a vigência da operação, são reconhecidos derivativos ativos ou passivos de acordo com a variação do valor justo do *swap*. Ao término do contrato, os efeitos da variação cambial da dívida captada e do derivativo são compensados financeiramente, resultando em uma exposição neutra ao risco cambial.

Análise de sensibilidade

A seguir consta o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas Controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) conforme avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses. Também constam outros dois cenários, em que ocorre o aumento (cenário II) e a redução de juros (cenário III), cada um com possível variação de 25% e de 50% nas taxas de juros.

		Aumento dos Juros Cenário II		Redução do Juros Cenário III	
Índice/Operação	**Cenário I Provável**	**Possível +25%**	**Remoto +50%**	**Possível -25%**	**Remoto -50%**
CDI Média	10,83%	13,54%	16,25%	8,12%	5,42%
Aplicações financeiras	29.029	35.854	42.665	22.188	15.330
Debêntures	(51.849)	(61.908)	(71.776)	(41.587)	(32.128)

O quadro abaixo demonstra a análise de sensibilidade sobre a os passivos sujeitos a variação cambial da Companhia, cujo valor projetado é apresentado nos cenários provável, possível e remoto, subtraindo o valor de fechamento do câmbio no período e multiplicando pela dívida em dólar.

	Nacional (R$) 31/12/2024	Cenário I Estável	Aumento do câmbio Cenário II Possível +25%	Remoto +50%	Redução do câmbio Cenário III Possível -25%	Remoto -50%
Dólar (USD)	-	6,19	7,74	9,29	4,64	3,10
Empréstimo 4131	118.489	-	(29.622)	(59.244)	29.622	59.244
Swap	-	-	29.622	59.244	(29.622)	(59.244)
Exposição líquida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

4.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente pela Administração. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em moeda corrente, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito. A previsão de fluxo de caixa é realizada com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo departamento de compras. A área de tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

4.1.3 Risco de liquidez

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do valor exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões mencionadas anteriormente. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R$73.440 na controladora e R$133.413 no consolidado, que geraram entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2024	**Fluxo de caixa contratual**	**Menos de um ano**	**De um a dois anos**	**De três a cinco anos**	**Mais de cinco anos**
Fornecedores	**630.823**	**630.823**	**-**	**-**	**-**
Arrendamento mercantil	**681.148**	**129.803**	**162.816**	**242.315**	**146.214**
Empréstimos e financiamentos	**699.932**	**196.319**	**267.213**	**173.388**	**63.012**
Total	**2.011.903**	**956.945**	**430.029**	**415.703**	**209.226**

	Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2023	**Fluxo de caixa contratual**	**Menos de um ano**	**De um a dois anos**	**De três a cinco anos**	**Mais de cinco anos**
Fornecedores	679.763	679.763	-	-	-
Arrendamento mercantil	640.152	164.361	140.504	209.110	126.177
Empréstimos e financiamentos	481.913	127.258	130.842	223.813	-
Total	1.801.828	971.382	271.346	432.923	126.177

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A Companhia tem como estratégia de negócio manter seu endividamento financeiro líquido comparado à soma da dívida líquida financeira e patrimônio líquido em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Total dos empréstimos (Nota 17)	**533.943**	382.535	**554.657**	382.535
Menos:				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(78.903)**	(27.921)	**(79.995)**	(27.953)
Aplicações financeiras (Nota 6)	**(73.440)**	(167.775)	**(133.413)**	(217.436)
Dívida líquida - A	**381.600**	186.839	**341.249**	137.146
Total do patrimônio líquido	**1.234.714**	1.173.416	**1.234.714**	1.173.416
Total do capital - B	**1.591.376**	1.360.255	**1.575.963**	1.310.562
Índice - % - A/B	**23,98**	13,74	**21,65**	10,46

5. Instrumentos financeiros por categoria

5.1 Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme a tabela abaixo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	2024			
	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	**Vlr. justo p/meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Vlr. justo p/meio do resultado**
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	**78.903**	**-**	**79.995**
Aplicações financeiras	**-**	**73.440**	**-**	**133.413**
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	**572.889**	**-**	**578.004**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	**19.661**	**-**	**19.661**
Total	**572.889**	**172.004**	**578.004**	**233.069**

	2023			
	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	**Vlr. justo p/meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Vlr. justo p/meio do resultado**
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.921	-	27.953
Aplicações financeiras	-	167.775	-	217.436
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	553.459	-	560.353	-
Total	553.459	195.696	560.353	245.389

5.2 Classificação dos passivos financeiros

	2024			
	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	**Vlr. justo p/meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Vlr. justo p/meio do resultado**
Fornecedores	641.339	-	630.823	-
Empréstimos e financiamentos	533.943	-	554.657	-
Obrigações p/arrendamento mercantil	681.148	-	681.148	-
Total	1.856.430	-	1.866.628	-

	2023			
	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	**Vlr. justo p/meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Vlr. justo p/meio do resultado**
Fornecedores	684.780	-	679.763	-
Empréstimos e financiamentos	382.535	-	382.535	-
Obrigações p/arrendamento mercantil	640.152	-	640.152	-
Total	1.707.467	-	1.702.450	-

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes e outras contas a receber, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos da Controladora, em 31 de dezembro de 2024 era de R$496.592 e R$513.590 no consolidado, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos e pode ser comparado com o valor contábil de R$533.943 na controladora e R$554.657 no consolidado.

5.3 Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 até 31 de dezembro de 2024.

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média (a.a.%)	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Recursos em caixa (filiais do varejo)	-	**5.813**	7.912	**5.813**	7.912
Depósitos bancários de curto prazo	-	**13.848**	12.863	**14.673**	12.896
Aplicações financeiras - renda fixa (*)	88,5% do CDI	**59.242**	7.146	**59.509**	7.146
Total		**78.903**	**27.921**	**79.995**	27.953

(*) As aplicações financeiras, em sua maioria, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, remuneradas a um percentual do CDI. As informações sobre a liquidez das aplicações estão detalhadas na Nota 4.

6.2 Títulos e valores mobiliários

	Taxa média (a.a.%)	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Fundo de investimento exclusivo	112,7% do CDI	**73.440**	167.775	**123.223**	215.882
Fundo Bradesco referenciado	108,5% do CDI	**-**	-	**10.190**	1.554
Total		**73.440**	167.775	**133.413**	217.436

A composição das aplicações financeiras por modalidade está descrita no quadro a seguir:

	Consolidado	
Modalidade	**2024**	**2023**
Fundos de investimentos	**113.126**	192.757
Debêntures	**6.449**	11.426
LF	**3.732**	4.078
LFT	**9.281**	8.349
NC	**825**	826
Total	**133.413**	217.436

O fundo de investimento GD FIM Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia da BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas, apenas se limitam às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas. O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e, desta forma, a aplicação financeira no fundo de investimento, no qual, a Companhia tem participação exclusiva, foi consolidada.

7. Contas a receber de clientes

7.1 Composição de contas a receber

As contas a receber de clientes contemplam os recebíveis de vendas de mercadorias:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Contas a receber de clientes	**448.583**	454.146	**452.712**	460.142
Provisão para encargos financeiros	**(54)**	(1.546)	**(54)**	(1.546)
Provisão para PCLD de contas a receber de clientes	**(7.956)**	(6.583)	**(7.956)**	(6.583)
Total	**440.573**	446.017	**444.702**	452.013

7.2 Decomposição de contas a receber por vencimento

A Vencer	**2024**	**2023**
Até 30 dias	**247.784**	250.820
31 a 60 dias	**99.179**	89.839
61 a 90 dias	**41.925**	56.263
91 a 120 dias	**18.580**	27.464
121 a 150 dias	**9.988**	9.382
151 a 180 dias	**4.866**	3.033
Mais de 180 dias	**3.174**	3.027
	425.496	439.828
Vencidos		
Até 30 dias	**7.325**	6.358
31 a 90 dias	**2.094**	1.377
Acima de 90 dias	**13.667**	6.583
	23.086	14.318
Provisão para encargos financeiros	**(54)**	(1.546)
Provisão para crédito de devedores duvidosos	**(7.956)**	(6.583)
Total Controladora	**440.573**	446.017
Contas a receber clientes (Lifar) - A vencer	**2.574**	5.738
Contas a receber clientes (Lifar) - Vencidos	**1.555**	258
Total Consolidado	**444.702**	452.013

7.3 Perdas em crédito estimadas

A provisão para perdas dos créditos a receber é constituída com base na metodologia do CPC48/IFRS 9. Estima-se a perda esperada a partir da análise da performance da carteira, levando em conta a probabilidade de inadimplência e perda que cada faixa de atraso apresenta. As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo do início do período	**(6.583)**	(6.472)	**(6.583)**	(6.472)
Complemento de provisão	**(8.378)**	(3.722)	**(8.378)**	(3.722)
Valores baixados da provisão	**7.005**	3.611	**7.005**	3.611
Total	**(7.956)**	(6.583)	**(7.956)**	(6.583)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como "Perdas em Crédito Líquidas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

8. Estoques

8.1 Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Mercadorias para revenda	**1.121.442**	976.056	**1.122.681**	976.243
Mercadorias em poder de terceiros	**-**	-	**-**	107
Produtos prontos	**-**	-	**6.632**	3.430
Matérias primas	**-**	-	**5.580**	6.007
Materiais de consumo/almoxarifado	**7.616**	7.789	**16.630**	14.551
(-) Provisão para perdas nos estoques	**(7)**	(873)	**(7)**	(933)
Total	**1.129.051**	982.972	**1.151.516**	999.405

8.2 Perdas estimadas nos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo inicial	**(873)**	(713)	**(933)**	(793)
Complemento de provisão	**(7.361)**	(3.411)	**(7.361)**	(3.496)
Valores baixados da provisão	**8.227**	3.251	**8.287**	3.356
Saldo final do exercício	**(7)**	(873)	**(7)**	(933)

9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ	**10.800**	8.516	**10.981**	8.923
Contribuição social s/lucro líquido - CSLL	**330**	297	**347**	370
Total	**11.130**	8.813	**11.328**	9.293

Em 22 de junho de 2023 transitou em julgado o mandado de segurança que discutia a inexigibilidade da incidência de IRPJ e CSLL de valores referente a Selic (juros e correção monetária) incidentes sobre tributos restituídos ou compensados com direito à compensação do indébito, do período de 2016 a 2023. Em 2023 a Companhia contabilizou o crédito no montante de R$7.850, sendo R$6.141 de IRPJ e CSLL corrente (R$4.920 de principal e R$1.221 de atualização monetária), já compensado no exercício de 2023 e R$1.709 ede IRPJ e CSLL diferido a ser compensado nos próximos exercícios.

10. Impostos a recuperar

10.1 Composição dos impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Imposto s/ circularização de mercadorias e serviços - ICMS	**25.659**	21.661	**26.815**	21.807
Programa de Integração Social - PIS	**1.767**	159	**1.767**	160
Contribuição p/ financiamento da seguridade social - COFINS	**8.432**	733	**8.432**	733
Crédito Exclusão Pis e Cofins s/Base ICMS	**-**	1.450	**-**	1.450
Outros	**652**	349	**1.236**	349
Total	**36.510**	24.351	**38.250**	24.500
Não Circulante				
Imposto s/ circularização de mercadorias e serviços - ICMS	**12.975**	12.366	**12.975**	12.366
Total	**12.975**	12.366	**12.975**	12.366

10.2 ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins

No terceiro trimestre de 2023 apurou-se um crédito complementar referente ao trânsito em julgado das ações que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins em janeiro de 2021, no total de R$4.115, sendo R$3.106 de valor principal e R$1.009 de juros. Ao longo do quarto trimestre de 2023 ocorreram compensações, remanescendo um saldo de R$1.450, o qual foi compensado no primeiro trimestre de 2024. No segundo trimestre de 2024, apurou-se um crédito complementar sobre este mesmo tema, cujo montante foi de R$692, compensado no terceiro trimestre de 2024. A partir deste período a Companhia passou a escriturar o referido crédito mensalmente.

10.3 ICMS-ST no estado de Santa Catarina

Em 31 de maio de 2023, transitou em julgado, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a decisão que permite a recuperação dos valores de ICMS-ST, que foram recolhidos em montante superior aos valores efetivamente praticados nas vendas, em virtude da metodologia de apuração do ICMS-ST no Estado de Santa Catarina, cuja base de cálculo presumida (Preço Máximo de Venda ao Consumidor - "PMC"), é muitas vezes superior ao preço da mercadoria praticado no varejo ao consumidor final, o que evidencia o pagamento a maior do tributo e justificou o direito de reaver as diferenças recolhidas a maior, no período de 21/10/2011 a 31/12/2020. A recuperação dos valores está condicionada a preparação, entrega e validação da obrigação acessória denominada DRCST (Demonstrativo para Apuração Mensal do Ressarcimento da Restituição e Complementação do ICMS Substituição Tributária) conforme prevê o Artigo 25-C do RICMS/SC. Em 2023,a Companhia apurou e contabilizou o crédito parcial (dos períodos de 2011 a 2017) de R$12.585, sendo valor principal de R$9.697 e atualização de R$2.888. No exercício de 2024, a Companhia seguiu com o levantamento das informações e apuração do saldo remanescente, ocasionando em um reconhecimento adicional no valor de R$2.365, sendo R$1.122 de valor principal e R$1.243 de atualização no primeiro trimestre de 2024. Este processo, segue em validação final e havendo créditos complementares, serão contabilizados após a sua conclusão. Foi protocolado, em 18/04/2024, junto a Secretaria de Estado da Fazenda de SC um processo com o pedido parcial de compensação, cuja análise segue em tramitação. A compensação destes valores está condicionada ao despacho deste pedido.

10.4 Exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do Pis e Cofins

Em 13 de setembro de 2024, transitou em julgado, junto ao Superior Tribunal de Justiça (TRF-4), a decisão que permite a recuperação dos valores de Pis e Cofins, referente a exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do Pis e da Cofins devido pelos contribuintes substituídos, dando direito a créditos de setembro de 2018 a dezembro de 2024. Até dezembro de 2024 foi contabilizado o valor de R$12.544, sendo R$9.822 valor principal e R$2.722 atualização monetária. Os demais períodos que compreendem este processo, ainda estão em fase de apuração do crédito tributário remanescente, com expectativa de conclusão no primeiro semestre de 2025, posterior ao pedido de habilitação junto a Receita Federal.

11. Investimentos em controladas

11.1 Movimentação dos investimentos

Os investimentos da Companhia são contabilizados na Controladora pelo método de equivalência patrimonial e estão demonstrados abaixo:

2024	**Capital social**	**Quotas possuídas (unidade)**	**% participação**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (prejuízo) do exercício**	**Saldo inicial em 1º de janeiro**	**Resultado de equivalência**	**Dividendos recebidos**	**Total do investimento**
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda	**8.978**	**19.999**	**99,99%**	**52.905**	**38.710**	**51.324**	**38.710**	**(37.131)**	**52.903**
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda	**500**	**499.999**	**99,99%**	**31.461**	**(2.636)**	**32.296**	**(3.057)**	**-**	**29.239**
Total						**83.620**	**35.653**	**(37.131)**	**82.142**

2023	**Capital social**	**Quotas possuídas (unidade)**	**% participação**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (prejuízo) do exercício**	**Saldo inicial em 1º de janeiro**	**Resultado de equivalência**	**Dividendos recebidos**	**Total do investimento**
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda	8.978	19.999	99,99%	51.324	5.254	46.070	5.254	-	51.324
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda	500	499.999	99,99%	34.097	2.913	29.408	2.888	-	32.296
Total						75.478	8.142	-	83.620

11.2 Composição dos investimentos

A seguir estão demonstradas informações relativas às empresas controladas:

Empresas controladas 2024	**Controle**	**Total do Ativo**	**Total do Passivo**	**Patrimônio Líquido**
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	Participação Direta	**53.313**	**410**	**52.903**
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	Participação Direta	**83.691**	**52.230**	**31.461**
Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Participação Indireta	**24.795**	**5.224**	**19.571**

Empresas controladas 2023	**Controle**	**Total do Ativo**	**Total do Passivo**	**Patrimônio Líquido**
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	Participação Direta	51.580	255	51.324
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	Participação Direta	50.265	16.168	34.097
Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Participação Indireta	18.795	4.182	14.613

12. Imobilizado

O saldo de imobilizado compreende ativos próprios e arrendados. Os imóveis e veículos arrendados são aqueles incluídos na coluna "Direito de uso".

12.1 Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora

	Imóveis	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Instalações**	**Computadores e periféricos**	**Veículos e aeronaves**	**Imobilizado em andamento**	**Benfeitorias**	**Direito de uso**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023										
Custo	98.763	78.393	59.432	169.755	83.951	21.550	-	234.476	1.096.692	1.843.012
Depreciação acumulada	(10.984)	(24.762)	(25.359)	(66.868)	(58.559)	(1.675)	-	(63.427)	(520.499)	(772.133)
Saldo contábil líquido	87.779	53.631	34.073	102.887	25.392	19.875	-	171.049	576.193	1.070.879
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo Inicial	**87.779**	**53.631**	**34.073**	**102.887**	**25.392**	**19.875**	**-**	**171.049**	**576.193**	**1.070.879**
Aquisições	**-**	**6.482**	**12.569**	**23.556**	**11.572**	**-**	**14.357**	**49.339**	**170.433**	**288.308**
Baixas	**-**	**(339)**	**(1.126)**	**(1.974)**	**(488)**	**-**	**-**	**(2.167)**	**(4.874)**	**(10.968)**
Depreciação	**(1.521)**	**(5.156)**	**(5.279)**	**(15.849)**	**(10.722)**	**(741)**	**-**	**(17.680)**	**(130.330)**	**(187.278)**
Saldo contábil líquido	**86.258**	**54.618**	**40.237**	**108.620**	**25.754**	**19.134**	**14.357**	**200.541**	**611.422**	**1.160.941**
Em 31 de dezembro 2024										
Custo	**98.764**	**83.064**	**68.301**	**188.505**	**83.291**	**21.324**	**14.357**	**280.024**	**1.262.251**	**2.099.881**
Depreciação acumulada	**(12.506)**	**(28.446)**	**(28.064)**	**(79.885)**	**(57.537)**	**(2.190)**	**-**	**(79.483)**	**(650.829)**	**(938.940)**
Saldo contábil líquido	**86.258**	**54.618**	**40.237**	**108.620**	**25.754**	**19.134**	**14.357**	**200.541**	**611.422**	**1.160.941**

12.2 Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado

Consolidado	**Imóveis**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Instalações**	**Computadores e periféricos**	**Veículos e aeronaves**	**Imobilizado em andamento**	**Benfeitorias**	**Direito de uso**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023										
Custo	101.566	86.183	60.127	174.190	84.648	21.677	-	240.168	1.096.692	1.865.251
Depreciação acumulada	(12.360)	(28.568)	(25.891)	(69.856)	(59.149)	(1.766)	-	(66.368)	(520.499)	(784.457)
Saldo contábil líquido	89.206	57.615	34.236	104.334	25.499	19.911	-	173.800	576.193	1.080.794
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo Inicial	**89.206**	**57.615**	**34.236**	**104.334**	**25.499**	**19.911**	**-**	**173.800**	**576.193**	**1.080.794**
Aquisições	**-**	**8.026**	**12.660**	**25.244**	**11.681**	**-**	**14.357**	**50.756**	**170.433**	**293.157**
Baixas	**-**	**(684)**	**(1.172)**	**(1.975)**	**(526)**	**(30)**	**-**	**(2.168)**	**(4.874)**	**(11.429)**
Depreciação	**(1.537)**	**(5.562)**	**(5.309)**	**(16.237)**	**(10.773)**	**(747)**	**-**	**(17.961)**	**(130.330)**	**(188.456)**
Saldo contábil líquido	**87.669**	**59.395**	**40.415**	**111.366**	**25.881**	**19.134**	**14.357**	**204.427**	**611.422**	**1.174.066**
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo	**101.568**	**90.025**	**68.655**	**193.857**	**83.534**	**21.323**	**14.357**	**285.846**	**1.262.251**	**2.121.416**
Depreciação acumulada	**(13.899)**	**(30.630)**	**(28.240)**	**(82.491)**	**(57.653)**	**(2.189)**	**-**	**(81.419)**	**(650.829)**	**(947.350)**
Saldo contábil líquido	**87.669**	**59.395**	**40.415**	**111.366**	**25.881**	**19.134**	**14.357**	**204.427**	**611.422**	**1.174.066**

12.3 Outras informações

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, considerando a vida útil dos bens:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2024	**2023**
Imóveis	**2**	2
Máquinas e equipamentos	**7**	7
Móveis e utensílios	**9**	9
Instalações	**9**	9
Computadores e periféricos	**24**	24
Veículos	**20**	20
Aeronaves	**4**	4
Benfeitorias	**7**	7

12.4 Direito de Uso

O CPC 06 (R2) /IFRS 16 exige que todos os contratos de arrendamento (exceto aqueles que se encaixam nas exceções) sejam reconhecidos no passivo, tendo como contrapartida o direito de uso no ativo. A composição do direito de uso dos contratos de imóveis e veículos, bem como a vida útil definida está descrita no quadro a seguir:

	Vida útil (anos)	**Controladora e Consolidado 2024**
Imóveis	2 a 17	**609.401**
Veículos	2 a 3	**2.021**
Total		**611.422**

13. Intangível

13.1 Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

Controladora	**Fundo de comércio**	***Software***	**Marcas e fórmulas**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023				
Custo	26.683	143.438	361	170.482
Amortização acumulada	(19.944)	(68.010)	(13)	(87.967)
Saldo contábil líquido	6.739	75.428	348	82.515
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo Inicial	**6.739**	**75.428**	**348**	**82.515**
Aquisições	**660**	**34.108**	**5**	**34.773**
Baixas	**-**	**(1)**	**-**	**(1)**
Amortização	**(1.452)**	**(20.060)**	**-**	**(21.512)**
Saldo contábil líquido	**5.947**	**89.475**	**353**	**95.775**
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	**26.017**	**177.546**	**365**	**203.928**
Amortização acumulada	**(20.070)**	**(88.071)**	**(12)**	**(108.153)**
Saldo contábil líquido	**5.947**	**89.475**	**353**	**95.775**

13.2 Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

Consolidado	**Fundo de comércio**	***Software***	**Marcas e fórmulas**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023				
Custo	26.683	144.731	790	172.204
Amortização acumulada	(19.944)	(68.758)	(185)	(88.887)
Saldo contábil líquido	6.739	75.973	605	83.317
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo Inicial	**6.739**	**75.973**	**605**	**83.317**
Aquisições	**660**	**34.212**	**230**	**35.102**
Baixas	**-**	**(1)**	**-**	**(1)**
Amortização	**(1.452)**	**(20.251)**	**(44)**	**(21.747)**
Saldo contábil líquido	**5.947**	**89.933**	**791**	**96.671**
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	**26.017**	**178.658**	**957**	**205.632**
Amortização acumulada	**(20.070)**	**(88.725)**	**(166)**	**(108.961)**
Saldo contábil líquido	**5.947**	**89.933**	**791**	**96.671**

13.2 Outras informações

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2024	**2023**
Fundo de comércio	**13**	13
Software	**18**	18
Marcas e fórmulas	**10**	10

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

14.1 Composição do diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Provisão para perdas em estoque	**7**	873	**7**	933
Provisão para indenizações trabalhistas	**6.348**	5.532	**6.459**	5.622
Provisão para riscos cíveis	**-**	-	**-**	-
Provisão para PLR	**12.907**	10.877	**13.002**	10.879
Provisão tributária	**-**	-	**909**	1.009
Provisão p/créditos liquidação duvidosa	**7.956**	6.583	**7.956**	6.583
Provisão desconto financeiro	**54**	1.546	**54**	1.546
Créditos diferidos	**(6.707)**	-	**(6.707)**	-
Provisão Prêmio Funcionários	**321**	204	**321**	204
Efeito líquido IFRS 16	**69.727**	63.959	**69.727**	63.959
Valor justo *Matching Shares*	**19.305**	12.789	**19.305**	12.789
Variação cambial - Regime Caixa	**23.022**	-	**23.022**	-
Instrumentos derivativos	**(19.661)**	-	**(19.661)**	-
Provisão dissídio	**298**	283	**298**	283
Provisão comissões	**-**	582	**-**	582
Povisões varejo	**201**	-	**201**	-
Outras provisões	**11.074**	3.507	**11.260**	3.805
Total base de cálculo	**124.852**	106.735	**126.153**	108.194
Imposto de renda à alíquota 25%	**31.213**	26.684	**31.538**	27.049
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	**7.877**	9.536	**13.392**	11.765
Contribuição social à alíquota 9%	**11.237**	9.606	**11.354**	9.737
Contribuição Social sobre base de cálculo negativa	**4.142**	4.325	**6.127**	5.128
Total impostos diferidos ativos	**54.469**	50.151	**62.411**	53.679

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Exclusões temporárias				
Ajustes decorrentes de arrendamento mercantil	**2.337**	2.338	**2.337**	2.338
Total base de cálculo	**2.337**	2.338	**2.337**	2.338
Imposto de renda à alíquota 25%	**584**	585	**584**	585
Contribuição social à alíquota 9%	**210**	210	**210**	210
Total impostos diferidos passivos	**794**	795	**794**	795
Total impostos diferidos líquidos	**53.675**	49.356	**61.617**	52.885

14.2 Cronograma de realização do diferido

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

	Controladora 2024	**Consolidado 2024**
2024	**27.233**	**31.207**
2025	**6.809**	**7.801**
2026	**6.809**	**7.801**
2027	**6.809**	**7.801**
2028	**6.809**	**7.801**
Total	**54.469**	**62.411**

15. Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**111.071**	87.548	**112.564**	91.584
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	**(37.764)**	(29.766)	**(38.272)**	(31.139)
Outras despesas não dedutíveis	**(1.348)**	(277)	**(1.365)**	(289)
Resultado de equivalência patrimonial	**12.123**	2.768	**-**	-
Créditos decorrentes Ações Judiciais	**3.566**	-	**3.772**	-
IRPJ/CSLL - Créditos tributários (*)	**-**	6.888	**-**	6.639
Incentivos fiscais - Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	**178**	66	**178**	66
Incentivos fiscais-subvenção p/investimentos-Créd. Presumido	**-**	4.902	**-**	4.902
Incentivos fiscais-subvenção p/investimentos - Demais créditos	**-**	3.936	**-**	3.936
Reversão do efeito da tributação lucro real na controlada cuja tributação é feita com base no lucro presumido	**-**	-	**14.314**	2.584
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas para base de cálculo	**-**	-	**(3.413)**	(2.372)
Incentivos Fiscais Inovação Tecnológica - Benefício	**2.129**	3.784	**2.129**	3.889
Participação dos Administradores	**(1.149)**	(478)	**(1.149)**	(478)
Juros sobre Capital Próprio - benefício	**16.999**	12.736	**16.999**	12.736
Variação Cambial Regime de Caixa	**(320)**	-	**(320)**	-
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - benefício	**24**	798	**72**	847
	(5.562)	5.357	**(7.055)**	1.321
IR. e contribuição social no resultado				
IR. e contribuição social corrente	**(9.880)**	1.263	**(15.787)**	(2.966)
IR. e contribuição social diferido	**4.318**	4.094	**8.732**	4.287
Total IR. e contribuição social	**(5.562)**	5.357	**(7.055)**	1.321
Alíquota efetiva	**5,0%**	-6,1	**6,3%**	-1,4%

(*) Refere-se à exclusão dos juros Selic em repetição de indébito tributário nos termos de decisões judiciais em processo coletivo em que somos parte e exclusão sobre as receitas de ressarcimentos de sinistros.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores nacionais	**628.928**	676.593	**630.823**	679.763
Fornecedores partes relacionadas	**12.411**	8.187	**-**	-
Total	**641.339**	684.780	**630.823**	679.763

17. Empréstimos e Financiamentos

17.1 Composição de empréstimos e financiamentos

	Intervalo de Taxas (% a.a.)	**Controladora 2024**	**2023**	**Consolidado 2024**	**2023**
Moeda nacional					
Debênture - 3ª emissão	109% CDI	**-**	26.924	**-**	26.924
Debênture - 4ª emissão	CDI + 1,40%	**30.641**	92.054	**30.641**	92.054
Debênture - CRI	CDI + 1,30%	**262.685**	263.557	**262.685**	263.557
FINEP	TR + 3,30%	**66.475**	-	**66.475**	-
BNDES Giro	7,42%	**55.653**	-	**76.367**	-
Moeda estrangeira					
Operação 4131 Itaú (*)	CDI + 1,20%	**118.489**	-	**118.489**	-
Total		**533.943**	382.535	**554.657**	382.535
Circulante		**162.656**	102.535	**162.925**	102.535
Não circulante		**371.287**	280.000	**391.732**	280.000

(*) Operação emitida em Dólar convertido pelo ptax (Dólar) de 31/12/2024 (R$6,1917)

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos à Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou de cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia. Para o aumento do endividamento a Companhia considerou a sua estratégia de crescimento e o atual cenário econômico do segmento. O monitoramento desse endividamento é realizado por meio da análise das disponibilidades e do cálculo da dívida líquida. No primeiro trimestre de 2024, a Companhia captou R$90 milhões por meio de uma operação 4131 junto ao Itaú S.A., protegida por *swap.* A análise do risco desta operação está descrita na nota 4.1. No segundo trimestre, para suprir eventuais necessidades de caixa em virtude do evento climático das enchentes, foi efetivada uma captação no formato 4131, no valor de R$50 milhões, com o Banco Santander S.A., que foi liquidada durante o terceiro trimestre de 2024. Também no terceiro trimestre de 2024, a Dimed captou R$66 milhões disponibilizados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), voltados a investimentos em tecnologia e inovação. No quarto trimestre de 2024, foram captados R$52 milhões pela Dimed e R$20 milhões pela Lifar Indústria junto ao BNDES, por meio de uma linha de crédito incentivada para empresas afetadas pelas enchentes que acometeram o

Continua

Continuação

grupo panvel

Sociedade de Capital Aberto - CNPJ Nº 92.665.611/0001-77

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)

estado do Rio Grande do Sul.

17.2 Fluxo de pagamento dos empréstimos e financiamentos

Ano do pagamento	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
2025	**162.656**	30.000	**162.925**	30.000
2026	**63.732**	50.000	**68.844**	50.000
2027	**113.732**	100.000	**118.844**	100.000
2028	**120.238**	100.000	**125.349**	100.000
2029	**21.538**	-	**26.648**	-
2030 a 2036	**52.047**	-	**52.047**	-
Total	**533.943**	280.000	**554.657**	280.000

17.3 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior ou igual a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes

Em que: "ICSD" significa a divisão do EBITDA Ajustado (conforme definido abaixo) pelo Serviço da Dívida; e "Serviço da Dívida" significa as despesas financeiras relativas aos 12 (doze) últimos meses calculadas pelo regime de competência, em bases consolidadas pela Emissora, ou seja, (a) juros relativos a dívidas bancárias (líquida de receitas de aplicações financeiras), (b) parcela com impacto no caixa da variação monetária e cambial sobre juros das modalidades de dívida, (c) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional (líquidas de receitas de aplicações em títulos e valores mobiliários ou em títulos públicos e privados de qualquer natureza), (d) despesas financeiras com impacto de caixa relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo (líquidas de receitas financeiras com impacto no caixa recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo), bem como (e) o valor efetivamente desembolsado referente a passivos de operações de derivativos de proteção de dívidas (líquido dos valores efetivamente recebidos referentes a ativos de operações com derivativos de proteção de dívidas).

17.4 Relação Dívida Financeira Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado, conforme metodologia de cálculo a seguir discriminada, não superior a 2,5 (duas inteiras e cinco décimos) vezes

Em que: levando em consideração, para cálculo do EBITDA Ajustado, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos, a ser aferido com base nos balanços consolidados em março, junho, setembro e dezembro de cada exercício. Para os fins deste item entende-se por: "Dívida Financeira Líquida Ajustada" a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo; (v) empréstimos de longo prazo; (vi) operações de leasing bancário de curto prazo; (vii) operações de leasing bancário de longo prazo; (viii) contas a pagar, ou a receber, com operações de derivativos, se houver menos disponibilidades, caixa/aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários; e, ainda, (ix) todos os mútuos, ativos e passivos, realizados entre empresas do grupo, coligadas ou não; "EBITDA Ajustado", na forma prevista na Instrução da CVM n.º 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada; e "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado" a divisão da Dívida Financeira Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado. A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 31 de dezembro de 2024. Os contratos de empréstimo em vigor possuem ainda cláusulas não financeiras de vencimento antecipado, das quais, mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Companhia;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Companhia ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

17.5 Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Abaixo demonstramos as informações complementares do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

17.5.a Fluxo de caixa das atividades de financiamento Controlada

Controladora	Arrendamento financeiro	Empréstimos financiamentos e debêntures	Juros/s Capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	640.152	382.535	6.406	1.029.093
Alterações de caixa	**(181.899)**	**80.902**	**(33.165)**	**(134.162)**
Pagamento de atividades de financiamento	-	(136.492)	-	(136.492)
Captação de empréstimos	-	261.287	-	261.287
Pagamento JSCP	-	-	(33.165)	(33.165)
Arrendamentos pagos	(181.899)	-	-	(181.899)
Juros pagos no período	-	(43.893)	-	(43.893)
Alterações que não afetam caixa	**222.895**	**70.506**	**40.712**	**334.113**
Remensuração de contratos e novos contratos - IFRS 16	165.559	-	-	165.559
JSCP apropriado no período	-	-	40.712	40.712
Juros apropriados no período	57.336	70.506	-	127.842
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**681.148**	**533.943**	**13.953**	**1.229.044**

17.5.b Fluxo de caixa das atividades de financiamento Consolidado

Consolidado	Arrendamento financeiro	Empréstimos financiamentos e debêntures	Juros/s Capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	640.152	382.535	6.406	1.029.093
Alterações de caixa	**(181.899)**	**101.347**	**(33.165)**	**(113.717)**
Pagamento de atividades de financiamento	-	(136.492)	-	(136.492)
Captação de empréstimos	-	281.732	-	281.732
Pagamento JSCP	-	-	(33.165)	(33.165)
Arrendamentos pagos	(181.899)	-	-	(181.899)
Juros pagos no período	-	(43.893)	-	(43.893)
Alterações que não afetam caixa	**222.895**	**70.776**	**40.712**	**334.383**
Remensuração de contratos e novos contratos - IFRS 16	165.559	-	-	165.559
JSCP apropriado no período	-	-	40.712	40.712
Juros apropriados no período	57.336	70.776	-	128.112
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**681.148**	**554.658**	**13.953**	**1.249.759**

Os saldos de empréstimos e financiamentos apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão apresentados pelo custo amortizado. A abertura por data de liquidação dos respectivos empréstimos e financiamentos encontra-se na nota explicativa 4.1 (c) Risco de liquidez e 17.2 Fluxo de pagamento dos empréstimos e financiamentos.

18. Obrigações fiscais

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
IRPJ	**2.940**	758	**3.781**	1.080
CSLL	**1.518**	793	**1.981**	1.073
PIS	**839**	344	**870**	383
COFINS	**3.898**	1.628	**4.050**	1.812
IRRF	**4.942**	3.715	**5.062**	3.786
ICMS	**31.209**	19.923	**33.636**	21.696
Outras obrigações	**2.223**	2.233	**2.399**	2.469
Total	**47.569**	29.394	**51.779**	32.299

19. Participações a pagar

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Participação nos lucros p/os funcionários	**12.907**	10.877	**13.004**	11.247
Total	**12.907**	10.877	**13.004**	11.247

20. Obrigações por arrendamento mercantil

A Companhia possui obrigações originadas em contratos de locação de imóveis e veículos, contabilizadas nos critérios da IFRS 16. A movimentação do saldo de passivo de arrendamento da Companhia até 31 de dezembro de 2024 ocorreu da seguinte forma:

Controladora e Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	638.420	1.732	640.152
Remensuração de contratos, novos contratos e baixas	**168.385**	**2.048**	**170.433**
Baixas	**(4.825)**	**(49)**	**(4.874)**
Juros	**56.982**	**354**	**57.336**
Pagamento de aluguel	**(179.986)**	**(1.913)**	**(181.899)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**678.976**	**2.172**	**681.148**
Circulante	**128.709**	**1.094**	**129.803**
Não Circulante	**550.267**	**1.078**	**551.345**

Foi utilizada a abordagem retrospectiva simplificada, e no momento da transição os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento. Inicialmente o direito de uso dos ativos foi mensurado ao valor equivalente do passivo de arrendamento, tendo sido utilizado o expediente prático que permite ao arrendatário excluir custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial. Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 02/2019 e ao CPC 06 (R2) /IFRS 16, justificado pelo fato da Companhia não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido a vedação imposta pela IFRS 16 de projeção futura de inflação, as companhias deverão apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia, desta maneira, optou por divulgar estes *inputs* mínimos para que os usuários possam chegar à informação. Os *inputs* são:

- Taxa média de desconto nominal aplicada - entre 5% e 15,26% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA baseado na NTN-B) - 3,6 % a.a.

21. Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

21.1 Composição das provisões para contingências

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão apresentados a seguir. Os processos considerados como perdas prováveis estão provisionados, conforme a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Cíveis e trabalhistas	**6.348**	5.532	**7.368**	6.631
Não circulante	**6.348**	5.532	**7.368**	6.631
Depósitos judiciais	**4.713**	2.048	**4.729**	2.064

21.2 Movimentação das provisões para contingências

As movimentações das provisões para as ações cíveis e trabalhistas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Cíveis e trabalhistas				
Saldo no início do exercício	**5.532**	7.377	**6.631**	9.013
Novas provisões	**6.294**	5.614	**6.315**	5.614
Baixa por pagamento	**(4.995)**	(7.459)	**(4.995)**	(7.460)
Reversão	**(483)**	-	**(583)**	(536)
Saldo no final do exercício	**6.348**	5.532	**7.368**	6.631

21.3 Causas possíveis

2024	Controladora Quantidade	Controladora Montante	Consolidado Quantidade	Consolidado Montante
Cíveis	**9**	**1.189**	**9**	**1.189**
Trabalhistas	**609**	**26.650**	**621**	**27.177**
Total	618	27.839	630	28.366

2023	Controladora Quantidade	Controladora Montante	Consolidado Quantidade	Consolidado Montante
Cíveis	18	1.283	18	1.283
Trabalhistas	467	20.338	480	20.766
Tributárias	1	9	1	9
Total	486	21.630	499	22.058

22. Subvenções para investimentos e créditos presumidos

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm natureza de subvenção para justificar investimentos e correspondem à: (i) doação de área pública no município de Eldorado do Sul/RS em 2011, onde foi construído o Centro de Distribuição, com metragem de 50.000 metros quadrados e em 2014, complemento de doação com mais 10.000 metros quadrados. O reconhecimento da subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, considerando que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. O complemento da subvenção foi registrado com os mesmos critérios contábeis, adotados no reconhecimento inicial da primeira subvenção.

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital social

Em 15 de maio de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social, mediante capitalização de Reserva Legal e Reserva para Aumento de Capital, passando de R$943.000 para R$970.116 (R$955.668 líquido dos gastos com emissão de ações), sem emissão de novas ações. Em 22 de agosto de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social, mediante capitalização integral de Reserva para Aumento de Capital, passando de R$970.116 para R$996.221 (R$981.773 líquido dos gastos com emissão de ações), sem emissão de novas ações. O Capital Social é representado por 150.377.481 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

23.2 Ações em tesouraria

Os objetivos do Programa de Recompra são maximizar a geração de valor aos acionistas, a partir de uma estrutura de capital adequada combinada com o crescimento dos resultados e proventos por ações, bem como viabilizar a implantação de planos de incentivo de longo prazo, por meio dos quais executivos venham a receber ações de emissão da Companhia (vide nota explicativa 24 Plano de incentivos atrelado a ações). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 1.584.230 ações em tesouraria (1.525.357 em 31 de dezembro de 2023) cujo valor de custo médio foi de R$23.993 (R$28.582 em 31 de dezembro de 2023). O preço de mercado da ação em 30 de dezembro de 2024 era de R$8,80 (R$13,36 em 28 de dezembro de 2023). Das ações em tesouraria também são retiradas as ações já exercidas, ou seja, transferidas aos beneficiários, a partir do vencimento dos *Vestings* dos programas de *Matching Shares*. No segundo trimestre de 2024 a conta de ações em tesouraria também foi impactada pela outorga das ações do 5º programa de *Matching Shares* em R$3.415 (R$4.053 no segundo trimestre de 2023, referente ao 4º programa).

Controladora	Ações Ordinárias	R$
Saldo em 31/12/2023	(1.525.357)	(28.582)
Aquisição de ações	(564.286)	(4.929)
Ações outorgadas	**182.116**	3.463
Opções outorgadas reconhecidas	**323.297**	6.055
Saldo em 31/12/2024	**(1.584.230)**	**(23.993)**

Preço das ações	Mínimo	Máximo	Custo médio
De 01/01/2023 a 31/12/2023	8,96	13,80	11,41
De 01/01/2024 a 31/12/2024	**8,68**	**13,15**	**10,70**

23.3 Reservas de lucros

23.3.1 Reserva para futuro aumento de capital

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital da Companhia, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 28, cláusula "c". O aproveitamento do saldo desta reserva foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 17 de julho de 2020. Em dezembro de 2023, o montante de R$26.105 foi contabilizado como reserva para futuro aumento de capital, saldo que foi integralizado como Capital Social, na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de agosto de 2024.

23.3.2 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

23.3.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais aos propostos

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e aprovado pelos acionistas.

23.3.4 Remuneração dos acionistas

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023
Lucro líquido do exercício	**105.509**	92.905
Constituição de reserva legal	**(5.275)**	(3.346)
Reserva de Investimentos	**-**	(25.994)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	**100.234**	63.565
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	**25.058**	15.891
Dividendo proposto adicional ao mínimo obrigatório	**24.938**	21.568
Total dos dividendos propostos pela administração	**49.996**	37.459
Imposto de renda retido na fonte sobre JSCP	**(5.726)**	(4.440)
Remuneração líquida de IRRF	**44.270**	33.019

O montante do juro sobre capital próprio deliberado, bem como o valor por ação estão descritos no quadro abaixo:

Data da deliberação	Valor	Parcelas	Valor unitários por ação	Data do pagamento 1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela
11/12/2024	**14.200**	**4**	**0,080931296**	**31/03/2025**	**31/04/2025**	**30/05/2025**	**31/03/2026**
25/09/2024	**13.500**	**2**	**0,07682383**	**30/04/2025**	**30/05/2025**	**-**	**-**
21/06/2024	**10.700**	**2**	**0,06109669**	**31/03/2025**	**30/04/2025**	**-**	**-**
28/03/2024	**11.600**	**2**	**0,06623569**	**30/08/2024**	**31/03/2025**	**-**	**-**
15/12/2023	17.559	3	0,10026200	30/04/2024	31/05/2024	30/08/2024	-
29/09/2023	11.900	1	0,06795027	29/03/2024	-	-	-
30/06/2023	8.000	1	0,04568086	31/08/2023	-	-	-

23.4 Reservas de capital

É constituída em contrapartida às despesas do plano de opção de compra de ações outorgadas pela Companhia a seus administradores e empregados (nota explicativa 24). A diferença entre o valor do exercício dos planos de *Matching Shares* e o custo de aquisição pelos beneficiários é reconhecida na Reserva de Ágio.

23.5 Outros resultados abrangentes

É constituída pela variação cambial sobre investimento em empresa não controlada, após a conversão em participação.

24. Plano de Incentivos Atrelado a Ações – Controladora

24.1 Condições do plano de *Matching Shares*

As ações concedidas como incentivo no âmbito do Plano de *Matching Shares* da Dimed não poderão ultrapassar o limite máximo de 3% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia. Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, a proporção máxima de até 5 (cinco) e mínima de 1 (uma) Ação *Matching* por cada ação ordinária da Companhia adquirida no âmbito do Plano ("Ações Próprias"), até o limite estabelecido nos seus respectivos Instrumentos Particulares de Outorga de Ações e Ingresso no Plano de *Matching Shares* da Dimed, desde que cumpridas determinadas condições. As Ações *Matching* ficarão sujeitas a um Prazo de *Vesting* progressivo de até quatro anos de acordo com cada programa anual, durante o qual o beneficiário deverá manter seu vínculo com a Companhia. O Prazo de *Vesting* terá início na data outorga e neste prazo as Ações *Matching* se tornarão Ações *Matching* Maduras e serão liquidadas aos beneficiários nas datas especificadas a seguir:

Aniversários	Ações *Matching* Maduras
1º aniversário da Data de Outorga	-
2º aniversário da Data de Outorga	1/3 (um terço) do total de Ações *Matching*
3º aniversário da Data de Outorga	1/3 (um terço) do total de Ações *Matching*
4º aniversário da Data de Outorga	1/3 (um terço) do total de Ações *Matching*

Na assinatura do contrato de outorga, o beneficiário deve autorizar expressamente o bloqueio da negociação e oneração das Ações Próprias adquiridas, durante o prazo de *Vesting*, nos registros da instituição depositária das ações escriturais da Companhia.

24.2 Movimentação do Plano de *Matching Shares*

Em 16 de maio de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a criação do quinto programa de *Matching Shares* da Companhia, com as mesmas condições definidas no programa anterior. As ordens de transferência de ações foram formalizadas ao longo do mês de abril de 2024, com adesão de 182.116 "Ações Próprias" e 623.960 "Ações *Matching*". No segundo trimestre de 2024 foi efetivada a transferência para os beneficiários de 323.297 ações *Matching*, referente ao terceiro *vesting* do programa de 2020, ao segundo vesting dos programas de 2021 e 2022 e primeiro *vesting* do programa de 2023.

	Ações Próprias	Ações *Matching*
Saldo em Dezembro/2022	242.646	649.872
Outorgadas	216.177	696.804
Exercidas	-	(237.042)
Dissidentes	-	(71.413)
Saldo em Dezembro/2023	458.823	1.038.221
Outorgadas	**(182.116)**	**623.960**
Exercidas (*)	**-**	**(445.769)**
Dissidentes	**-**	**(17.000)**
Saldo em Dezembro/2024	**276.707**	**1.199.412**

(*) A quantidade bruta de ações *Matching* maduras foi convertida em 323.297 ações líquidas em 2024.

24.3 Valores reconhecidos no exercício

Durante o exercício de 2024, a Companhia reconheceu a título de valor justo dos programas de *Matching Shares*, o total de R$6.025 (R$5.615 no ano de 2023).

25. Resultado por ação

25.1 Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

25.2 Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Conforme requerido pelo IAS 33 / CPC 41, as quantidades de ações apresentadas no cálculo do resultado por ação do período corrente e do período comparativo estão afetadas pelo referido desdobramento.

	2024 Ordinárias (ON)	2023 Ordinárias (ON)
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações total	**150.377.481**	150.377.481
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	**(1.263.143)**	(1.669.738)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	**149.114.338**	148.707.743
% de ações em relação ao total	**100%**	100%
Numerador		
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R$)	**105.509.605**	92.904.516
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	**149.114.338**	148.707.743
Resultado por ação básico e diluído (R$)	**0,71**	0,62
Numerador		
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R$)	**105.509.605**	92.904.516
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	**149.114.338**	148.707.743
Média ponderada da quantidade de ações *Matching*	**1.227.105**	1.009.314
Resultado por ação diluído (R$)	**0,70**	0,62

26. Receita

A Companhia gera receita principalmente pela revenda de medicamentos e produtos de higiene e beleza. A seguir, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado do exercício:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Vendas brutas de produtos e serviços	**5.268.012**	4.786.392	**5.322.904**	4.803.912
Impostos sobre vendas	**(311.912)**	(284.855)	**(317.377)**	(288.921)
Devoluções e descontos incondicionais	**(60.203)**	(53.577)	**(63.065)**	(53.974)
Receita líquida	**4.895.897**	4.447.960	**4.942.462**	4.461.017

27. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Custo das mercadorias vendidas	**(3.703.442)**	(3.377.513)	**(3.668.757)**	(3.346.653)
Custo dos produtos vendidos	**-**	-	**(31.021)**	(29.534)
Custo das unidades imobiliárias vendidas	**-**	-	**(3.158)**	-
Ressarcimento de custos com aportes	**364.185**	321.260	**364.185**	321.260
Receita verbas de campanha	**1.369**	920	**1.369**	920
Impostos sobre verbas	**(33.814)**	(29.802)	**(33.814)**	(29.802)
	(3.371.702)	(3.085.135)	**(3.371.196)**	(3.083.809)

São deduzidos do custo das mercadorias vendidas os valores ressarcidos pelos fornecedores de custos com locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Esse ressarcimento é reconhecido quando for provável o atingimento das condições contratuais.

28. Despesas por natureza

28.1 Composição das despesas com vendas

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	**(696.911)**	(614.805)	**(699.270)**	(617.974)
Despesas com aluguéis	**(46.067)**	(40.267)	**(45.694)**	(39.540)
Despesas com fretes	**(66.010)**	(59.527)	**(67.719)**	(60.769)
Despesas com taxas de cartão	**(56.886)**	(56.205)	**(57.200)**	(56.307)
Despesas com publicidade	**(33.081)**	(29.244)	**(33.162)**	(29.344)
Despesas com utilidades e serviços	**(26.465)**	(25.952)	**(26.489)**	(25.994)
Despesas com depreciação e amortização	**(198.495)**	(190.024)	**(198.552)**	(190.089)
Participação dos empregados nos lucros	**(10.809)**	(13.669)	**(10.964)**	(13.968)
Participação dos administradores	**-**	(6.254)	**-**	(6.254)
Despesas com manutenção	**(14.973)**	(13.803)	**(15.005)**	(13.824)
Despesas com consumo	**(14.366)**	(16.843)	**(14.586)**	(17.022)
Despesas de viagens e representações	**(3.693)**	(2.936)	**(3.754)**	(3.068)
Despesas com material de embalagens	**(8.411)**	(9.788)	**(8.411)**	(9.788)
Despesas com seguros	**(4.986)**	(4.851)	**(5.023)**	(4.872)
Perdas com estoques (*)	**(31.273)**	(19.471)	**(39.146)**	(20.420)
Outras despesas com vendas (**)	**(10.146)**	6.064	**(10.004)**	6.542
Total	**(1.222.572)**	(1.097.575)	**(1.234.979)**	(1.102.691)

(*) No terceiro trimestre, foi realizada a reclassificação dos itens de estoque, no segundo trimestre contabilizados como despesas a ressarcir no ativo, para a linha de perdas com estoques no resultado, totalizando R$15.287. O valor ressarcido pelas seguradoras está apresentado na nota 29. (**) Nesta linha são lançadas despesas com vendas que não se enquadram nas linhas acima, como provisões e suas reversões. Por isso em alguns períodos pode haver saldo credor.

28.2 Composição das despesas gerais e administrativas

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	**(97.753)**	(84.281)	**(100.833)**	(86.782)
Despesas com aluguéis	**(1.489)**	(628)	**(1.566)**	(634)
Despesas com utilidades e serviços	**(1.367)**	(1.502)	**(1.437)**	(1.571)
Despesas com depreciação e amortização	**(10.319)**	(8.702)	**(10.642)**	(8.996)
Participação dos empregados	**(3.122)**	(4.455)	**(3.151)**	(4.469)
Participação dos administradores	**(9.106)**	(738)	**(9.106)**	(738)
Despesas bancárias	**(1.345)**	(1.338)	**(1.362)**	(1.355)
Remuneração dos administradores	**(7.298)**	(7.294)	**(7.298)**	(7.295)
Despesas com manutenção	**(11.510)**	(11.470)	**(11.673)**	(11.626)
Despesas com consumo	**(876)**	(398)	**(946)**	(460)
Despesa de viagens e representações	**(2.178)**	(1.299)	**(2.178)**	(1.308)
Despesas com seguros	**(375)**	(143)	**(478)**	(220)
Outras despesas administrativas	**(8.893)**	(7.327)	**(9.190)**	(7.454)
Total	**(155.631)**	(129.575)	**(159.860)**	(132.908)

29. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita extraordinária	**1.959**	6.924	**1.974**	6.945
Receita com aluguéis de imóveis	**347**	339	**347**	379
Recuperação de créditos	**12.317**	19.708	**12.336**	19.822
Ressarcimento de diferença de caixa	**361**	384	**361**	384
Custo vendas imobilizado	**(3.536)**	(2.255)	**(4.027)**	(2.258)
Outras receitas (despesas) operacionais	**5.520**	(145)	**7.861**	(308)
Total	**16.968**	24.955	**18.852**	24.964

30. Receitas e despesas financeiras

30.1 Composição das receitas financeiras

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	**5.652**	5.652	**5.274**	5.713
Variação cambial	**5.400**	-	**5.496**	7
Rendimento aplicações financeiras	**19.742**	22.059	**25.718**	28.680
Descontos financeiros obtidos	**2.206**	3.373	**2.267**	3.556
Impostos s/ receitas financeiras	**(1.313)**	(1.315)	**(1.380)**	(1.369)
Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos	**24.116**	993	**24.126**	1.034
	55.803	30.762	**61.501**	37.621

30.2 Composição das despesas financeiras

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	**(47.274)**	(52.062)	**(47.544)**	(52.062)
Juros passivos	**(696)**	(961)	**907**	(1.030)
Descontos concedidos/bonificações	**(4.267)**	(7.735)	**(4.606)**	(8.186)
Variação cambial	**(27.911)**	(616)	**(27.912)**	(651)
Juros de arrendamento	**(57.336)**	(49.481)	**(57.336)**	(49.481)
Outras despesas financeiras	**(5.861)**	(1.131)	**(7.725)**	(1.200)
Total	**(143.345)**	(111.986)	**(144.216)**	(112.610)

31. Transações com partes relacionadas

31.1 Saldos e transações

Os montantes totais das transações realizadas pela Dimed, até 31 de dezembro de 2024, com partes relacionadas estão descritos a seguir:

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. 2024	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. 2023	Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda. 2024	Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda. 2023
Fornecedores	**-**	-	**12.411**	8.187
Partes relacionadas - mútuo	**-**	-	**(11.402)**	-

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. 2024	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. 2023	Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda. 2024	Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda. 2023
Compra de mercadorias e serviços	**-**	-	**55.661**	53.113
Receita com prestação de serviços	**1.108**	1.592	**-**	-
Despesas financeiras	**-**	-	**1.629**	-

	Contas a receber de acionistas 2024	Contas a receber de acionistas 2023
Gastos com emissão ações (oferta secundária)	-	1.330

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores acordados entre as empresas e com prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

31.2 Remuneração do pessoal-chave da administração

A seguir, constam informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora 2023	Controladora 2022
Remuneração fixa	**7.298**	7.294
Encargos sociais	**2.043**	2.044
Participação	**9.106**	6.992
Total	**18.447**	16.330

Estes valores estão apresentados na rubrica de "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado e detalhados na nota explicativa 28. A Administração também faz parte do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia, criado com o objetivo de regular a possibilidade de concessão de incentivos por meio de ações ordinárias emitidas pela Companhia. Aos administradores foi outorgado o direito a receber, gratuitamente, a proporção de 3 (três) a 5 (cinco) Ações *Matching* por cada ação ordinária da Companhia adquirida no âmbito do Plano ("Ações Próprias"), para as quais foi registrado fair value de R$3.934 em 2023, até o limite estabelecido nos seus respectivos Instrumentos Particulares de Outorga de Ações e Ingresso no Plano de *Matching Shares* da Dimed, desde que cumpridas determinadas condições. A Companhia reconheceu a título de *fair value*, que corresponde às ações *Matching* dos administradores um montante de R$6.025 ao longo do ano de 2024. Informações adicionais podem ser encontradas na nota explicativa 24.

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra veículos, incêndio, responsabilidade civil e aeronaves, entre outras. A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. Segue o limite máximo de indenização das principais apólices contratadas:

Apólices	Valores em R$ mil
Veículos	Tabela FIPE + Danos Materiais + Danos Corporais
Incêndio	R$ 703.576
Responsabilidade Civil	R$ 31.200
Aeronave	R$ 27.007*
Responsabilidade Civil Aeronave	R$ 154.793*

(*) Apólice emitida em Dólar, valor convertido pelo ptax (dólar) de 31/12/2024 (R$ 6,1917).

33. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da Companhia estão divididos em Varejo, Atacado e Corporativo, que contemplam todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro. O segmento Varejo é composto por 631 lojas, onde são comercializados mais de 15 mil itens entre medicamentos e produtos de higiene e beleza. Já o segmento Atacado, além de ser o pioneiro nesse segmento no Brasil, é considerado um dos principais distribuidores de medicamentos do país. Por fim, o segmento Corporativo inclui Atacado e Varejo, bem como a controlada Lifar (Laboratório Farmacêutico Lifar Ltda). Além de agregar divisões de cosméticos, medicamentos e alimentos, a Lifar é responsável pela produção de grandes marcas no Brasil, bem como dos produtos da marca própria Panvel. A controlada Dimesul tem por objetivo a compra, venda, intermediação através do *marketplace*, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, bem como a operação de *marketplace*, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia."

	Varejo 2024	Varejo 2023	Atacado 2024	Atacado 2023	Corporativo 2024	Corporativo 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços	**4.728.661**	4.094.176	**213.801**	366.841	**-**	-	**4.942.462**	4.461.017
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**(3.213.689)**	(2.783.008)	**(157.507)**	(300.801)	**-**	-	**(3.371.196)**	(3.083.809)
Lucro bruto	**1.514.972**	1.311.168	**56.294**	66.040	**-**	-	**1.571.266**	1.377.208
Despesas com vendas	**-**	-	**-**	-	**(1.234.979)**	(1.102.691)	**(1.234.979)**	(1.102.691)
Despesas administrativas	**-**	-	**-**	-	**(159.860)**	(132.908)	**(159.860)**	(132.908
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	**-**	-	**-**	-	**18.852**	24.964	**18.852**	24.964
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.514.972**	1.311.168	**56.294**	66.040	**(1.375.987)**	(1.210.635)	**195.279**	166.573
Resultado financeiro	**-**	-	**-**	-	**(82.715)**	(74.989)	**(82.715)**	(74.989)
Receitas financeiras	**-**	-	**-**	-	**61.501**	37.621	**61.501**	37.621
Despesas financeiras	**-**	-	**-**	-	**(144.216)**	(112.610)	**(144.216)**	(112.610)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	**1.514.972**	1.311.168	**56.294**	66.040	**(1.458.702)**	(1.285.624)	**112.564**	91.584
Corrente	-	-	-	-	**(15.787)**	(2.966)	**(15.787)**	(2.966)
Diferido	**-**	-	**-**	-	**8.732**	4.287	**8.732**	4.287
Lucro líquido do exercício	**1.514.972**	1.311.168	**56.294**	66.040	**(1.465.757)**	(1.284.303)	**105.509**	92.905

34. Eventos subsequentes

34.1 Encerramento das atividades do atacado

A companhia, em constante expansão, decidiu a partir de 2025, encerrar as operações do segmento de atacado, concentrando seus esforços no varejo e na indústria, onde possui maior competitividade. Essa decisão está alinhada à estratégia de longo prazo da empresa, que visa priorizar operações com maior rentabilidade e eficiência financeira.

Conselho de Administração: **Julio Ricardo Andrighetto Mottin** - Presidente
Roberto Luiz Weber - Vice-Presidente
Denis Pizzato - Conselheiro
Cristiano Gioia Lauretti - Conselheiro
Claudio Roberto Ely - Conselheiro
Clarice Martins Costa - Conselheira

Diretoria: **Julio Ricardo Mottin Neto** - Diretor Presidente
Roberto Coimbra Santos - Diretor Executivo
Antônio Carlos Tocchetto Napp - Diretor Financeiro e de RI

Controladoria: **Sérgio Rigon** - Contador CRC/RS 058.218

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos

Eldorado do Sul – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso

Conforme descrito nas notas explicativa 12 e 20, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pela NBC TG 06 (R3) (IFRS 16). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R$611.422 mil na Controladora e no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R$681.148 mil na Controladora e no Consolidado.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; análise do inventário de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma. Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. Como resultado destes procedimentos, não identificamos ajuste de auditoria referente à mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os registros contábeis preparados pela diretoria para mensuração dos impactos da NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) nos contratos de arrendamento, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12 e 20, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-015199/F

Arthur Ramos Arruda
Contador CRC-RS096102/O-0

Reflorestadores Unidos S/A

CNPJ 88.647.896/0001-46
NIRE 43 3 0002032 1

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Reflorestadores Unidos S.A relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que entenderem necessários. Cambará do Sul, RS, 27 de março de 2025.

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Ativo Circulante	**41.687.470,18**	**20.399.986,00**	**51.523.265,56**	**30.151.112,21**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.050.379,48**	**1.496.947,75**	**15.604.419,06**	**5.822.824,74**
Caixa	27.973,26	17.049,72	30.187,47	17.049,72
Depósitos Bancários	8.022.406,22	1.479.898,03	15.574.231,59	5.805.775,02
Créditos	**14.546.278,59**	**9.631.314,37**	**15.135.556,69**	**12.193.978,58**
Créditos a Receber de Clientes	14.546.278,59	9.631.314,37	15.135.556,69	12.193.978,58
Outros Créditos	**13.970.295,43**	**5.662.530,90**	**14.548.762,37**	**5.990.590,88**
Adiantamento a Funcionários	212.819,32	506.751,71	214.116,81	506.751,71
Adiantamento a Fornecedores	11.044.634,03	1.319.177,91	11.046.393,27	1.505.914,99
Outros Créditos	326.580,68	289.964,52	326.580,68	915,45
Adiantamento a Acionistas	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	282.436,81	242.451,95	282.436,81	242.451,95
Impostos a Recuperar	2.103.824,59	3.304.184,81	2.679.234,80	3.734.556,78
Estoques	**4.970.773,37**	**3.491.292,32**	**6.075.940,78**	**6.025.817,35**
Matéria Prima e Materiais	960.842,42	926.222,22	960.842,42	1.760.290,45
Produtos Prontos	2.026.695,32	1.316.301,10	3.131.862,73	3.016.757,90
Produtos em Elaboração	1.983.235,63	1.248.769,00	1.983.235,63	1.248.769,00
Despesas Antecipadas	**149.743,31**	**117.900,66**	**158.586,66**	**117.900,66**
Ativo Não Circulante	**138.945.161,25**	**142.496.139,36**	**147.118.357,34**	**133.812.111,95**
Investimentos	**17.595.050,76**	**17.728.462,62**	**17.595.050,76**	**180.717,11**
Participações Diversas	17.595.050,76	17.728.462,62	17.595.050,76	180.717,11
Ativos Biológicos	**25.763.698,02**	**29.794.851,08**	**25.763.698,02**	**29.794.851,08**
Reflorestamento	25.763.698,02	29.794.851,08	25.763.698,02	29.794.851,08
Imobilizado	**95.314.069,13**	**94.764.928,17**	**103.433.420,50**	**103.583.808,63**
Imóveis	72.607.984,88	72.524.219,82	72.607.984,88	72.524.219,82
Máquinas e Instalações	50.242.166,95	47.005.257,16	59.233.505,11	55.723.358,83
Veículos	3.230.480,93	2.779.886,45	3.230.480,93	2.779.886,45
Móveis, Utens. e Equipamentos	1.160.607,10	1.109.614,23	1.223.996,25	1.169.615,96
Imobilizado em Andamento	2.403.436,87	1.489.375,04	2.489.205,14	1.668.933,78
(-) Depreciações Acumuladas	(34.330.607,60)	(30.143.424,53)	(35.351.751,81)	(30.282.206,21)
Intangível	**272.343,34**	**207.897,49**	**326.188,06**	**252.735,13**
Marcas e Patentes	176.818,16	168.342,16	228.108,16	213.179,80
Softwares	342.585,00	273.105,04	346.749,58	273.105,04
(-) Amortizações Acumuladas	(247.059,82)	(233.549,71)	(248.669,68)	(233.549,71)
Total do Ativo	**180.632.631,43**	**162.896.125,36**	**198.641.622,90**	**163.963.224,16**

Passivo Balanço Patrimonial	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Passivo Circulante	**32.341.665,60**	**21.194.655,95**	**32.934.779,93**	**22.257.004,75**
Fornecedores	6.660.462,92	3.967.381,58	6.744.434,66	4.732.505,37
Emprést. e Financiamentos	3.371.902,23	756.157,91	3.371.902,23	756.157,91
Impostos e Contrib. a Pagar	3.795.690,14	2.753.339,27	3.869.731,28	2.896.378,92
Obrigações Sociais a Pagar	4.446.132,01	3.081.409,52	4.554.652,78	3.234.497,68
Serviços e Utilidades a pagar	253.333,58	268.936,00	579.914,26	268.936,00
Adiantamentos de Clientes	33.427,87	128.115,92	33.427,87	129.213,12
Dividendos a Pagar	13.731.965,70	9.704.398,56	13.731.965,70	9.704.398,56
Credores por Contratos	48.751,15	534.917,19	48.751,15	534.917,19
Passivo Não Circulante	**12.192.694,76**	**11.902.067,05**	**12.198.794,76**	**11.906.817,05**
Passivo Exigível a L. Prazo	**12.192.694,76**	**11.902.067,05**	**12.198.794,76**	**11.906.817,05**
Imp. e Contrib. - Parcel.	11.601.001,80	11.313.424,09	11.607.101,80	11.313.424,09
Outras Obrigações	30.800,00	27.750,00	30.800,00	32.500,00
Credores por Contratos	560.892,96	560.892,96	560.892,96	560.892,96
Patrimônio Líquido	**136.098.271,07**	**129.799.402,36**	**136.098.271,07**	**129.799.402,36**
Capital Social	**17.600.000,00**	**17.600.000,00**	**17.600.000,00**	**17.600.000,00**
Capital Subs. e Integralizado	17.600.000,00	17.600.000,00	17.600.000,00	17.600.000,00
Reservas	**32.305.237,12**	**50.591.559,97**	**32.305.237,12**	**50.591.559,97**
Reservas Legal	3.520.000,00	3.520.000,00	3.520.000,00	3.520.000,00
Reservas de Reavaliação	3.843.741,67	3.843.741,67	3.843.741,67	3.843.741,67
Reservas de Lucros	24.941.495,45	43.227.818,30	24.941.495,45	43.227.818,30
Ajuste a Valor Patrimonial	**40.101.904,18**	**40.101.904,18**	**40.101.904,18**	**40.101.904,18**
Ajuste ao valor patrimonial	40.101.904,18	40.101.904,18	40.101.904,18	40.101.904,18
A Disposição da Assembleia	**46.091.129,77**	**21.505.938,21**	**46.091.129,77**	**21.505.938,21**
Total Passivo e Patrim. Líquido	**180.632.631,43**	**162.896.125,36**	**181.231.845,76**	**163.963.224,16**

Demonstração do Resultado

	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Receita Bruta	**153.424.218,21**	**134.962.786,72**	**163.591.220,44**	**154.072.110,31**
Receitas com Vendas MI	61.071.302,08	55.631.420,35	71.238.304,31	74.740.743,94
Receitas com Vendas ME	92.352.916,13	79.331.366,37	92.352.916,13	79.331.366,37
Deduções	**(11.860.667,92)**	**(10.971.151,92)**	**(12.368.538,91)**	**(13.136.748,45)**
Impostos e Contribuições	(10.967.319,50)	(10.236.747,61)	(11.242.912,09)	(11.500.392,89)
Devoluções e Abatimentos	(893.348,42)	(734.404,31)	(1.125.626,82)	(1.636.355,56)
Receita Líquida	**141.563.550,29**	**123.991.634,80**	**151.222.681,53**	**140.935.361,86**
Custo dos Prod. Vendidos	**(69.381.118,96)**	**(74.430.467,38)**	**(76.272.734,71)**	**(82.370.281,74)**
Lucro Bruto	**72.182.431,33**	**49.561.167,42**	**74.949.946,82**	**58.565.080,12**
Despesas Operacionais	**(20.491.074,53)**	**(19.342.386,72)**	**(21.820.642,66)**	**(21.905.435,22)**
Despesas com Vendas	(9.876.018,28)	(8.605.122,75)	(10.882.678,67)	(10.848.370,25)
Despesas Administrativas	(10.312.358,47)	(10.459.640,63)	(10.634.982,15)	(10.777.998,97)
Despesas Tributárias	(302.697,78)	(277.623,34)	(302.981,84)	(279.066,00)
Outras Receitas Operacionais	**465.097,27**	**(323.654,47)**	**466.527,27**	**(321.977,47)**
Outras Receitas	1.318.114,01	9.735.469,76	1.319.544,01	9.737.146,76
Outras Despesas	(853.016,74)	(10.059.124,23)	(853.016,74)	(10.059.124,23)
Lucro Antes do Result. Financ.	**52.156.454,07**	**29.895.126,23**	**53.595.831,43**	**36.337.667,43**
Result. Financeiros Líquido	**(2.418.089,96)**	**5.244.865,73**	**(2.066.491,09)**	**5.347.444,78**
Despesas Financeiras	(5.698.274,89)	(1.976.197,14)	(5.706.919,30)	(2.005.746,10)
Receitas Financeiras	3.280.184,93	7.221.062,87	3.640.428,21	7.353.190,88
Result. Equiv. Patrimonial	**1.352.031,63**	**5.952.871,70**	**-**	**-**
Result. Antes dos Tributos	**51.090.395,74**	**41.092.863,66**	**51.529.340,34**	**41.685.112,21**
Contribuição Social	(4.568.266,02)	(3.091.015,95)	(4.708.087,05)	(3.299.704,30)
Imposto de Renda	(12.180.588,06)	(8.104.606,55)	(12.445.774,94)	(8.478.222,69)
Prog. Particip. de Resultados	(1.561.286,25)	(1.222.656,88)	(1.595.222,94)	(1.232.600,94)
Lucro Líquido do Exercício	**32.780.255,41**	**28.674.584,28**	**32.780.255,41**	**28.674.584,28**
Lucro por Lote de mil Ações	**2.015,76**	**1.763,29**	**2.015,76**	**2.244,58**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxos de Caixa das Ativ. Operac.	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Lucro líq.antes do IRPJ e da CSLL	51.090.395,74	41.092.863,66	52.847.435,28	47.637.983,91
Ajustes por:				
Programa Particip. de Resultado	(1.561.286,25)	(1.222.656,88)	(1.595.222,94)	(1.232.600,94)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	(27.774.688,51)	(29.451.490,57)	(29.264.688,51)	(30.429.886,22)
Depreciação, Amortiz. e Exaustão	6.917.692,65	8.164.802,51	7.800.055,18	8.291.983,30
Custo Res. Ativos Perm. Baix. Vend.	853.016,74	6.697.164,41	853.016,74	6.697.164,41
	29.525.130,37	**25.280.683,13**	**30.640.595,75**	**30.964.644,46**
Aum./Red. Ctas. a Rec. de Clientes	(4.914.964,22)	(3.467.559,71)	(2.941.578,11)	(1.928.128,56)
Aum./Red. Outras Contas a Receber	(12.877.945,95)	7.553.003,72	(12.908.010,17)	7.017.291,28
Aumento/Redução Estoques	(1.479.481,05)	2.248.082,83	(50.123,43)	416.080,70
Aum./Redução Despesas Antecipadas	(31.842,65)	8.398,67	8.398,67	8.398,67
Aum./Redução nas Contas de Fornec.	2.693.081,34	(1.489.290,91)	2.011.929,29	(1.736.677,14)
Aumento/Redução de Tributos	340.559,80	(12.108.775,10)	271.561,29	(12.119.003,85)
Aum./Red. Outras Contas a Pagar	(3.698.002,83)	(4.734.547,83)	(3.703.688,61)	(4.884.875,73)
Caixa Proveniente das Operações	**9.556.534,81**	**13.289.994,80**	**13.329.084,68**	**17.737.729,83**
IR e Contribuição Social a Pagar	(16.748.854,09)	(11.195.622,50)	(17.153.862,00)	(11.777.926,99)
Caixa Líq. Prov. Ativ. Operacionais	**(7.192.319,28)**	**2.094.372,30**	**(3.824.777,32)**	**5.959.802,84**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisições para o Ativo Imob.	(28.017.747,34)	(25.124.792,56)	(28.467.317,27)	(25.221.979,47)
Receb. p/Ven. Imob. Bens não Uso	778.820,84	9.465.575,55	778.820,84	9.465.575,55
Caixa Líq. Usado Ativ. de Invest.	**(27.238.926,50)**	**(15.659.217,01)**	**(27.688.496,43)**	**(15.756.403,92)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Empréstimos e Financiamentos	2.615.744,32	(5.723.304,31)	2.615.744,32	(5.723.304,31)
Caixa Líq. Usado nas Ativ. Financ.	**2.615.744,32**	**(5.723.304,31)**	**2.615.744,32**	**(5.723.304,31)**
Aum. Líq. de Caixa e Equiv. de Caixa	**6.553.431,73**	**(19.288.149,02)**	**9.781.594,32**	**(15.519.905,39)**
Caixa e Equiv. Caixa Início do Período	1.496.947,75	20.785.096,77	5.822.824,74	21.342.730,13
Caixa e Equiv. de Caixa Fim Período	**8.050.379,48**	**1.496.947,75**	**15.604.419,06**	**5.822.824,74**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

Contas Histórico	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajuste a Valor Presente	Resultados Acumulados	Saldo a Disposição da Assembleia	Total
Saldo 31.12.2022	**17.600.000,00**	**3.520.000,00**	**3.843.741,67**	**38.134.680,09**	**40.101.904,18**	**0,00**	**27.375.982,71**	**130.576.308,65**
Transferência p/Reserva de Lucros	-	-	-	24.093.138,21	-	-	(24.093.138,21)	-
Dividendos Suplementar	-	-	-	(19.000.000,00)	-	-	(3.282.844,50)	(22.282.844,50)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	28.674.584,28	-	28.674.584,28
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.168.646,07)	-	(7.168.646,07)
Saldo a Disposição Assembleia	-	-	-	-	-	(21.505.938,21)	21.505.938,21	-
Saldo 31.12.2023	**17.600.000,00**	**3.520.000,00**	**3.843.741,67**	**43.227.818,30**	**40.101.904,18**	**0,00**	**21.505.938,21**	**129.799.402,36**
Transferência p/Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Suplementar	-	-	-	(18.286.322,85)	-	-	-	(18.286.322,85)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	32.780.255,41	-	32.780.255,41
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.195.063,85)	-	(8.195.063,85)
Saldo a Disposição Assembleia	-	-	-	-	-	(24.585.191,56)	24.585.191,56	-
Saldo 31.12.2024	**17.600.000,00**	**3.520.000,00**	**3.843.741,67**	**24.941.495,45**	**40.101.904,18**	**0,00**	**46.091.129,77**	**136.098.271,07**

Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2024

Nota 1. Contexto Operacional: A Reflorestadores Unidos S/A. (a "Companhia" ou a "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro jurídico em Cambará do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na RS 020, Km 135 Fazenda Espírito Santo, CEP 95480-000. A Companhia tem por objetivo realizar, por conta própria ou de terceiros, as seguintes operações; a) silvicultura, praticando o florestamento ou reflorestamento de terras de sua propriedade ou de terceiros, como julgar de seu interesse ou conveniência, inclusive com parceria florestal; b) agricultura e pecuária, para alcançar uma exploração integrada, com equilíbrio agro-silvo-pastoril; c) estudo e projetos técnicos pertinentes aos seus objetivos, exigidos por legislação específica; d) industrialização florestal, para aproveitamento de reservas disponíveis ou formadas; e) compra e venda de mercadorias ou produtos de sua produção ou de terceiros, industrialização, importação e exportação, concernentes às suas atividades; f) associar-se, de qualquer modo, em sociedade ou empresas, nacionais ou estrangeiras que explorem os mesmos ou outro gênero de agricultura, silvicultura, pecuária, indústria e comércio; g) revenda de derivados de petróleo, álcool hidratado e instalações de serviços; h) compra e venda de terras e floresta; i) instalação e montagem de seus produtos e afins; j) comércio de energia elétrica. A única controlada da companhia que está incluída nas demonstrações financeiras consolidada é a Unidos Woodtech S/A, a qual foi constituída em 13 de outubro de 2020 e teve início em suas operações no exercício de 2021, tem como o objeto social: industrialização florestal para aproveitamento de reservas disponíveis ou formadas; compras e venda de mercadorias ou produtos de sua produção ou de terceiros, industrialização, importação e exportação concernentes a suas atividades; associar-se, de qualquer modo, em sociedade e empresas nacionais ou estrangeiras, que explorem os mesmos ou outros gêneros de agricultura, silvicultura, pecuária, indústria e comércio; compra e venda de terras e florestas; produção e comercialização de pellet, molduras, pecuária, indústria e comércio; produção e comercialização de biomassa. **Nota 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), alterações posteriores (Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). Foi obedecido também o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (ITG1000) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Nota 2.1. Base de Preparação:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrange a legislação societária. A administração concluiu que as demonstrações contábeis, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e o fluxo de caixa da sociedade, estão apresentadas de forma apropriada. **Nota 2.2. Conversão da Moeda Estrangeira:** As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional da empresa. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e a perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão da taxa de câmbio no final do exercício, referentes Ativos e Passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. **Nota 3. Procedimentos Contábeis:** Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a preparação das demonstrações contábeis, destacam-se: **a) Apuração do Resultado:** O resultado do exercício foi apurado pelo regime de competência e inclui, quando aplicável, os rendimentos e encargos incidentes e incorridos sobre direitos e obrigações. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e não estão sujeitos a risco de mudança de valor. **c) Créditos:** Na categoria de instrumentos financeiros, estão registrados os títulos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Os títulos em moeda estrangeira estão convertidos em moeda nacional pelo regime de competência. **d) Instrumentos Financeiros:** Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos financeiros de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. **e) Ativos Financeiros Não Derivativos:** A companhia reconhece os empréstimos recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **f) Passivos Financeiros Não Derivativos:** A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor original acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **g) Avaliação dos Estoques:** Os estoques foram avaliados como segue: Produtos prontos e em elaboração de acordo com os critérios do art. 308 do atual Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580 de 22/11/2018); matérias-primas e materiais pelo custo médio de aquisição, líquidos dos impostos compensáveis quando aplicáveis, os quais não superam os preços de mercado; (art.305 – Decreto 9.580/2018) e o valor dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. **h) Investimentos:** Os investimentos estão contabilizados pelo custo de aquisição de acordo com a legislação vigente. **i) Ativos Biológicos:** Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas de Pinus, em formação, cujo produtos agrícolas (toras) são vendidos ao mercado ativo, como também podem ser utilizadas como matéria prima na própria indústria, basicamente. A metodologia utilizada na mensuração do valor dos ativos biológicos da Companhia corresponde ao valor de custo de implantação e manutenção incorridos. A exaustão dos recursos florestais está sendo calculada na medida em que ocorrem os cortes e na proporção das árvores cortadas. **j) Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, atualizados monetariamente, quando cabível, até 31/12/1995. Os imóveis estão acrescidos de reavaliação de terrenos já antes realizada, cujo montante do residual líquido, ao final do exercício, era de R$ 3.844 mil. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento), segundo as seguintes taxas: Prédios = 4%; Equipamentos, instalações e móveis industriais e de escritório = 10%; Equipamentos de informática e Veículos = 20%. Para o maquinário da companhia que operam mais de um turno a empresa reconhece a depreciação acelerada coma as seguintes taxas: Um turno de 9hs = 10%; Dois turnos totalizando 17hs = 15%; Três turnos totalizando 24hs = 20%. **l) Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem marcas e patentes, direito de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil estimada do bem. A amortização é reconhecida no resultado. **m) Empréstimos e Financiamentos:** São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços. **n) Reconhecimento das Receitas:** A receita de venda está apresentada líquida, ou seja, não inclui os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. A receita líquida é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais o controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados ao seu favor. **o) Investimentos em controladas:** Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora. **Nota 4. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia calcula o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo Lucro Real Anual. **Nota 5. Obrigações de Longo Prazo:** Estão demonstradas pelos valores devidos na data do encerramento do exercício social, neles já incluídos os encargos financeiros incorridos e as atualizações monetárias, observadas as taxas e os indicadores legais e contratados. Os impostos e contribuições parceladas referem-se a débitos, sujeitos aos encargos legais. **Nota 6. Cobertura de Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros para bens do Ativo Imobilizado, Veículos e Máquinas, no valor de R$ 13.847 mil. **Nota 7. Capital Social:** O Capital Social de R$ 17.600.000,00, (Dezessete milhões e seiscentos mil reais) totalmente subscrito e integralizado, pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país, é representado por 16.262.702 (Dezesseis milhões, duzentos e sessenta e dois mil e setecentos e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Nota 8. Destinação do Resultado do Exercício:** A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de 25% do resultado do período ajustado na forma de lei. Os dividendos a pagar foram destacados do Patrimônio Líquido e registrados como obrigação no passivo. A título de Dividendos Obrigatórios foi destinado o valor de R$ 8.195.063,85 (oito milhões, cento e noventa e cinco mil, sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos). Restando a disposição da assembleia para destinação o valor de R$ 24.585.191,56 (Vinte e quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, cento e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos). **Nota 9. Participação nos Lucros:** A Companhia remunerou seus colaboradores mediante participação nos resultados no valor R$ 1.561.286,25 (Um milhão, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), por terem atendido as metas e performance estabelecidos.

Cambará do Sul (RS), 31 de dezembro de 2024.

Cassiano De Zorzi - Diretor - CPF 761.349.540-04

Everaldo Luiz Boschetti - Diretor - CPF 502.795.800-53

Litiéria de Lião Klippel - Contadora - CRC RS-104754/0 - CPF 009.940.830-92